

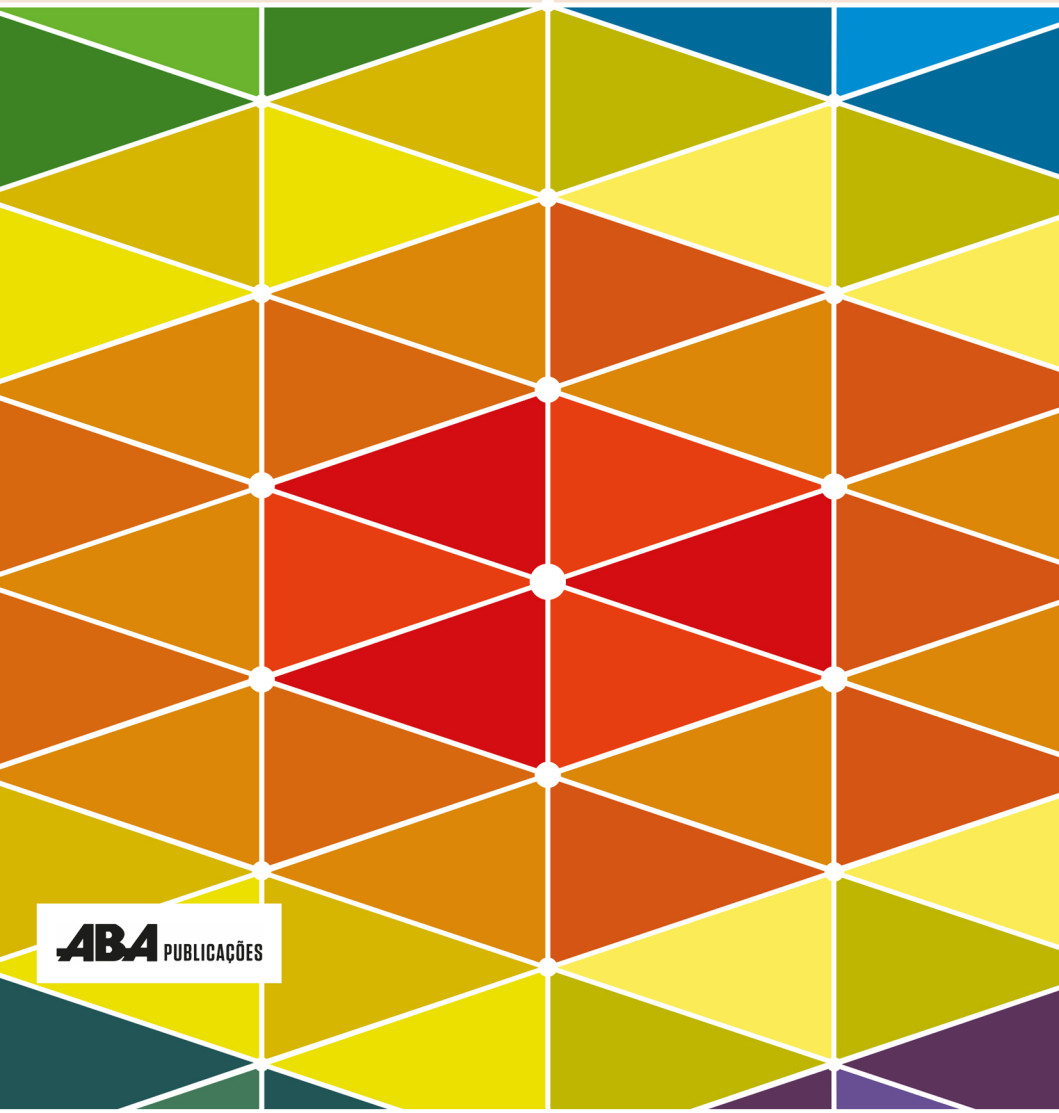
O CAMPO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL

RETROSPECTIVA, ALCANCES E DESAFIOS

Daniel Schroeter Simião

Bela Feldman-Bianco

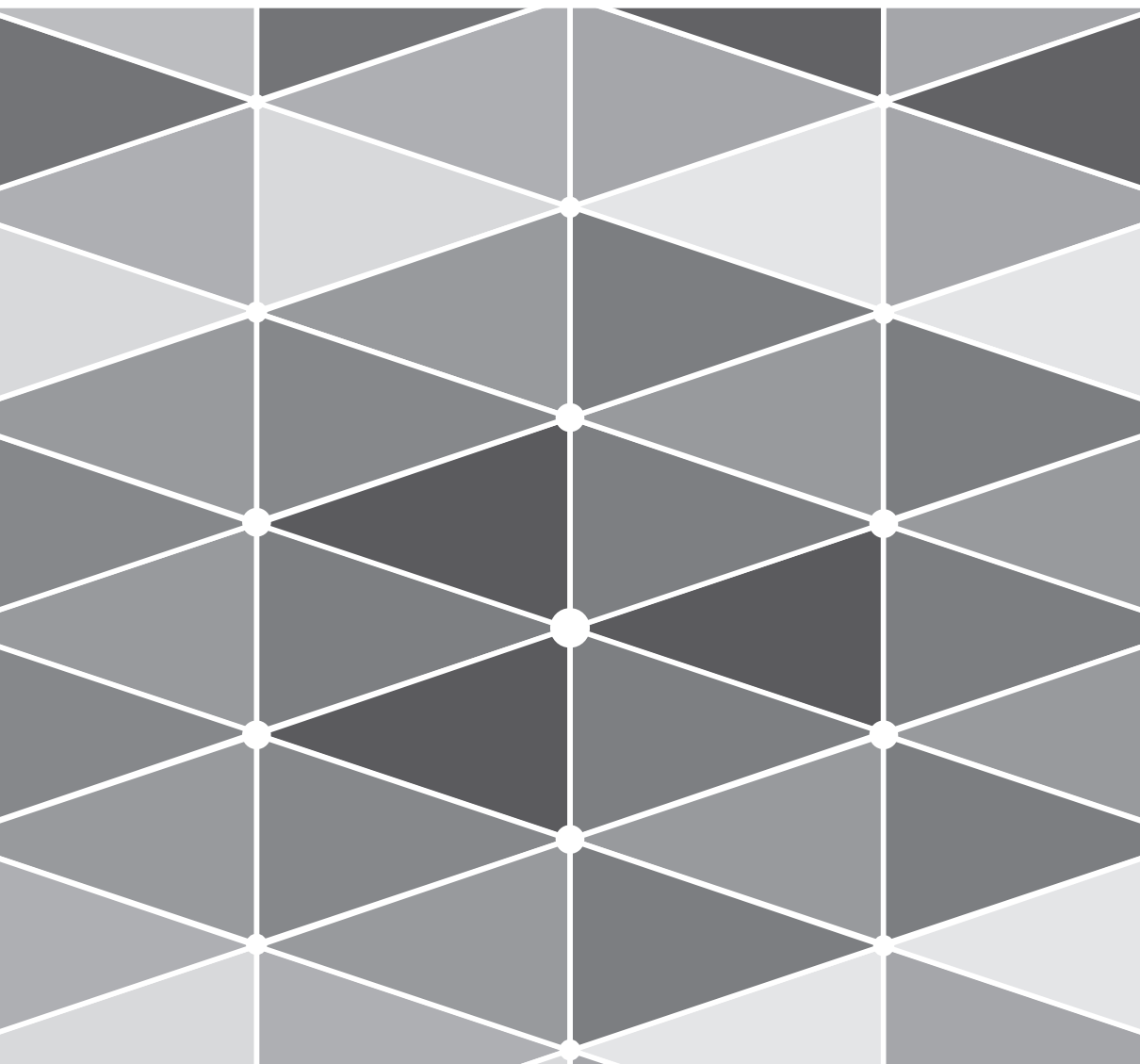
(Organizadores)



ABA PUBLICAÇÕES

O CAMPO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL

RETROSPECTIVA, ALCANCES E DESAFIOS



O CAMPO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL

RETROSPECTIVA, ALCANCES E DESAFIOS

Daniel Schroeter Simião

Bela Feldman-Bianco

(Organizadores)

ABA PUBLICAÇÕES

2018

ABA Publicações
(2017-2018)

© Todos os direitos reservados aos autores

Projeto Editorial

Coordenador: Antônio Motta (UFPE)

Vice-coordenadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Conselho Editorial

Andrea Zhouri (UFMG)

Antonio Augusto Arantes Neto (Unicamp)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN)

Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp)

Fabio Mura (UFPB)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)

Maria Luiza Garnero Pereira (Fiocruz/AM)

María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)

Maristela de Paula Andrade (UFMA)

Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Melo Sampaio (UFAM)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano Filho (UnB)

Associação Brasileira de Antropologia - ABA

Presidente: Lia Zanotta Machado (UnB)

Vice-presidente: Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

Secretário geral: Cristhian Teófilo da Silva (CEPPAC/UnB)

Secretária adjunta: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Tesoureiro geral: Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (DAN/UnB)

Tesoureira adjunta: Rozeli Maria Porto (UFRN)

Diretores/as: Claudia Turra Magni (UFPel), Fabio Mura (UFPB), Lorenzo Macagno (UFPR),

Regina Facchini (Unicamp)

Coordenador de edição deste volume: Igor José de Renó Machado

Revisão e normalização: Daniela Silva Guanaís Costa, Marcelo Dias Saes Peres

Projeto gráfico e diagramação: Walklenguer Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva,
alcances e desafios / organizado por Daniel Schroeter Simião
e Bela Feldman-Bianco. -- Rio de Janeiro : Associação
Brasileira de Antropologia, 2018.
309 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-87942-60-9

1. Antropologia 2. Antropologia - História 3. Antropologia -
Estudo e ensino 4. Associação Brasileira de Antropologia I.
Feldman-Bianco, Bela II. Simião, Daniel Schroeter
18-078

CDD 301

Índices para catálogo sistemático:

1. Antropologia

SUMÁRIO

- 7** **AGRADECIMENTOS**
Daniel Schroeter Simião
Bela Feldman-Bianco
- 9** **INTRODUÇÃO**
Daniel Schroeter Simião
- 29** **1 A EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**
ALCANCE E DESAFIOS
Bela Feldman-Bianco
- 57** **2 A DINÂMICA DO CAMPO**
TEMAS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS
Júlio Assis Simões
- 83** **3 A DINÂMICA DO CAMPO**
REDES DE PESQUISA E COLABORAÇÃO
Patrice Schuch
- 105** **4 QUE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA QUEREMOS?**
Gustavo Lins Ribeiro
- 131** **5 POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO E DE AVALIAÇÃO DAS PÓS-GRADUAÇÕES EM ANTROPOLOGIA**
DESAFIOS E PERSPECTIVAS
Ana Paula Mendes de Miranda
- 169** **6 FORMAÇÃO, ENSINO E REPRODUÇÃO NOS PROGRAMAS DE ANTROPOLOGIA**
Wilson Trajano Filho

- 205** **7 EGRESSOS DOS MESTRADOS EM ANTROPOLOGIA NO BRASIL (2004-2012)**
Carla Costa Teixeira
- 231** **8 OPULÊNCIA E ESCASSEZ**
SOBRE OS EGRESSOS DOS DOUTORADOS EM ANTROPOLOGIA NO BRASIL (2004-2012)
Igor José de Renó Machado
- 259** **9 PROFISSIONAIS COM FORMAÇÃO EM ANTROPOLOGIA PARA QUÊ?**
UMA APRECIÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO CAMPO DE ATUAÇÃO
PROFISSIONAL EM ANTROPOLOGIA
Marcia Anita Sprandel
Henry Trindade Barretto F^o
- 285** **10 A ANTROPOLOGIA BRASILEIRA**
UM TRIPLO ITINERÁRIO?
Lia Zanotta Machado

AGRADECIMENTOS

Este livro resulta de um trabalho feito a muitas mãos. O modelo de pesquisa aqui adotado segue a iniciativa pioneira de Gustavo Lins Ribeiro e Wilson Trajano Filho no início dos anos 2000. Aos dois somos muito gratos pelo estímulo a este novo empreendimento e pelas lições aprendidas com o anterior. Trajano Filho teve ainda importante papel na redação do projeto pelo qual se obteve o fundamental apoio da Capes.

O apoio da Associação Brasileira de Antropologia e da Capes, por meio da Coordenação de Projetos Especiais, foi fundamental para viabilizar a pesquisa que resultou nesta publicação. Registramos aqui, em particular, o apoio dado pelos dois coordenadores de área de antropologia junto à Capes no período em que a pesquisa foi feita, Lia Zanotta Machado e Russell Parry Scott.

Cabe ainda agradecer à paciência e ao estímulo de três diretorias da ABA que apoiaram esse projeto ao longo de seu curso, nas pessoas de seus presidentes, Carmen Rial, Antonio Carlos de Souza Lima e Lia Machado.

Cabe também um agradecimento às pessoas e instituições que se envolveram na equipe de pesquisa para coleta e processamento dos dados aqui analisados. Agradecemos ao envolvimento dos estudantes da SOCIUS – empresa júnior de ciências sociais da Universidade de Brasília, que atuou na elaboração dos instrumentos de coleta de dados junto aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAs); à Fundação IPEAD, em especial a Jorge Alexandre Barbosa Neves, que coordenou o *survey* com egressos dos PPGAs; a Alexandre Jorge de Medeiros Fernandes, que atuou como assistente da coordenação da pesquisa durante sua fase inicial; e a Márcio Felipe Salles Medeiros, que trabalhou na sistematização de dados junto às bases produzidas. Na fase final deste projeto, contamos ainda com a prestimosa ajuda de Igor José de Renó Machado, que supervisionou os trabalhos de revisão e editoração do material ora publicado.

Agradecemos ainda aos coordenadores e coordenadoras dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, que entre 2014 e 2016 responderam às várias demandas que esta pesquisa trouxe, diante de um cenário de já intensas demandas institucionais. Igualmente importante foi a colaboração de centenas de egressos dos PPGAs no período 2014-2012, que cederam parte de seu tempo para responder aos questionários enviados. A todas e todos, nosso muito obrigado.

Agradecemos ainda aos colegas que atuaram como debatedores de versões preliminares dos textos aqui publicados, nomeadamente Luís Roberto Cardoso de Oliveira e Kelly Cristiane da Silva. Por fim, agradecemos aos colegas que aceitaram o convite para refletir sobre os dados compilados, assumindo o desafio de estabelecer produtivos recortes de análise para melhor compreensão do grande volume de dados levantados. São eles os autores dos diversos textos aqui publicados.

INTRODUÇÃO

Daniel Schroeter Simião

Em 2004, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) publicou o livro *O campo da antropologia no Brasil*, trazendo um raio X da pós-graduação em antropologia no decênio 1992-2002. Resultado de uma iniciativa da gestão de Gustavo Lins Ribeiro frente à ABA e capitaneado por Wilson Trajano Filho, o livro trazia a análise dos resultados de uma pesquisa detalhada sobre a dinâmica da pós-graduação no período, organizada em torno de diversos eixos: a trajetória dos egressos, a atuação profissional, financiamento e avaliação, tendências e debates, formação e ensino, dinâmicas de reprodução do campo e sua internacionalização, além de duas reflexões regionais, sobre o Nordeste e a Amazônia.

A iniciativa permitiu uma compreensão mais sistematizada dos desafios postos para este campo disciplinar em sua relação com o contexto acadêmico e profissional brasileiro e internacional. Indicava-se, então, um campo dinâmico e com grande potencial de crescimento, reflexo de uma tradição disciplinar consolidada e há tempos bem-estabelecida no cenário das ciências sociais brasileiras.

Em 2012, Bela Feldman-Bianco, então presidente da ABA, julgou necessária uma reedição daquela pesquisa, buscando um retrato atualizado do campo disciplinar. O projeto para sua implantação foi elaborado em diálogo com Gustavo Lins Ribeiro e Wilson Trajano Filho, a quem caberia, junto com Feldman-Bianco, a coordenação da pesquisa. O projeto foi muito bem-recebido pela então presidência da Capes, mas demorou-se a encontrar a melhor solução para sua viabilização, o que só se deu no final de 2013¹. Naquele momento, porém, Trajano Filho assumira outros compromissos institucionais e já não poderia coordenar a pesquisa. Nesse

1 Entre a aprovação do projeto pela Capes e sua implantação, uma nova normativa proibiu o repasse de recursos da Capes a organizações da sociedade civil, o que implicou reformatar o projeto em nome de Bela Feldman-Bianco, e não da ABA. Para tanto, foi fundamental a colaboração da então coordenadora da área de antropologia, Lia Zanotta Machado, e do então coordenador de projetos especiais da Capes, Manoel Santana Cardoso.

contexto, assumi, em substituição a ele, essa tarefa, ao lado de Feldman-Bianco. Iniciava-se ali o longo caminho que resultou neste livro.

Lida em sequência ao livro de 2004, esta coletânea permite compreender dinâmicas de duas décadas de desenvolvimento institucional da antropologia brasileira, com preciosas lições para seu futuro. Nesta introdução, exploro parte significativa desse trajeto, ele mesmo bastante revelador das novas conformações do campo da antropologia no Brasil, bem como procuro apresentar, de forma sucinta, os principais achados da pesquisa, explorados em detalhes nos dez capítulos que se seguem e no livro *Os Programas de Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia*, associado a esta publicação.

O CAMINHO PERCORRIDO

A presente pesquisa teve início em 2014, pouco depois de implantado o projeto apoiado pela Capes para sua realização. Tal apoio, por meio do projeto “Formação, pesquisa e inserção profissional no campo da antropologia”, assegurou recursos sem os quais uma empreitada desta magnitude jamais seria possível. A continuidade da pesquisa envolveu uma série de negociações subsequentes, em especial junto às coordenações dos programas de pós-graduação, e que se revelaram, por paradoxal que seja, tão complexas quanto as realizadas junto à Capes.

Planejou-se replicar a metodologia adotada na pesquisa publicada em 2004 baseada em duas principais fontes de dados: um minucioso levantamento de informações junto aos programas de pós-graduação (PPGs) acerca das suas dinâmicas de funcionamento, perfil e atuação do corpo docente e discente; e um *survey* com os egressos dos PPGs levantando informações sobre sua trajetória profissional depois de formados. Efetivamente, foi o que fizemos. Contudo, para compreender adequadamente algumas limitações dos dados aqui analisados, é preciso uma descrição mais detalhada da complicada trajetória que tivemos de percorrer.

A princípio, julgamos que o mais adequado seria trabalhar com os intervalos trienais de avaliação da Capes, o que nos levou a optar por considerar o período de três triênios (2004–2012) em lugar de um intervalo decenal imediatamente subsequente ao da pesquisa anterior. Imaginávamos que isso tornaria mais simples a coleta e sistematização de informações, uma vez que os PPGs já teriam sistematizadas as informações necessárias por ocasião de cada avaliação trienal. Descobrimos posteriormente, como veremos adiante, que esta foi uma aposta equivocada. De todo modo, mantêm-se aqui, como período analisado, os elementos e dinâmicas da pós-graduação em antropologia entre 2004 e 2012.

O levantamento de dados junto aos PPGs foi feito por meio de três ferramentas de coleta. Uma primeira planilha registrava a dinâmica do programa (com informações como número de matrículas ano a ano, de professores visitantes, pós-doutorandos etc.), recursos disponíveis (número de bolsas anuais e valores de fomento), articulação com outros programas (convênios e parcerias), linhas de pesquisa existentes (com indicação de populações e sujeitos de pesquisa, problemáticas exploradas, número de projetos associados etc.) e estrutura curricular dos cursos (formato, disciplinas e bibliografia predominante). O segundo conjunto de dados voltava-se ao corpo docente e buscava caracterizar dados gerais (formação, vinculação a linhas de pesquisa, atuação no programa, filiação a sociedades científicas, captação de recursos para pesquisa etc.), bem como a produção docente no período, com dados sobre local e idioma de publicação, e participação em eventos. Por fim, uma terceira planilha trazia dados sobre a produção discente e sua participação em eventos acadêmicos.

O material para coleta de dados foi enviado às coordenações dos PPGs ainda em 2014, com a solicitação para que destacassem um assistente de pesquisa local para fazer o levantamento e registro das informações nas planilhas. Os assistentes de pesquisa locais receberiam uma bolsa do projeto para tanto. Esta opção parecia-nos ter a dupla vantagem de dar maior agência aos programas na qualificação dos dados coletados, bem como assegurar que o registro fosse feito por pesquisadores próximos à realidade pesquisada. Contudo, não foi bem assim que a proposta foi recebida por muitos programas. Sobrecarregados com a gestão dos PPGs e ainda lutando com a implantação do então novo sistema de coleta de dados da Capes, a “plataforma Sucupira”, a visão geral junto aos coordenadores era a de que estávamos criando uma nova e injustificada demanda aos programas.

A escolha por seguir o modelo de pesquisa adotado em 2004 começou, assim, a mostrar-se problemática. À época daquela primeira publicação, os PPGs em Antropologia eram apenas 11. Em 2014 tínhamos 21 programas junto aos quais levantar informações (programas ativos no período 2004-2012). Dependendo do tempo e da estrutura dos programas para tanto implicou sujeitar a coordenação do projeto a uma miríade de idiosincrasias organizacionais.

Além de enfrentar o protesto de alguns coordenadores – um dos programas, inclusive, recusou-se terminantemente a destacar um assistente de pesquisa para preenchimento das tabelas, o que nos obrigou a montar uma equipe em Brasília para produzir os dados relativos a este programa –, passamos, em 2014, por uma longa greve de servidores técnico-administrativos das IFES, o que resultou na paralização de secretarias por longos quatro meses.

Devo registrar que, em sua maior parte, coordenadores e coordenadoras dos PPGs foram bastante compreensivos quanto à importância da pesquisa e buscaram

viabilizar o registro dos dados solicitados. O tempo, contudo, que isso tomou extrapolou em muito a previsão inicial do projeto. Além disso, à medida que recebíamos os instrumentos preenchidos pelos programas, fomos identificando algumas lacunas e imprecisões.

Várias questões relativas a recursos (coisas simples, como o número de bolsas) vinham sem preenchimento pelo fato de as secretarias de vários programas não disporem de registro dessas informações em arquivo. O processo de coleta de dados, em si, foi-nos mostrando uma grande disparidade organizacional entre os programas, havendo situações em que a troca de um coordenador levava embora toda a memória administrativa do PPG.

Em outros casos, os programas interpretaram diferentemente alguns campos dos formulários, tornando impossível uma comparação precisa. Isso ocorreu, por exemplo, com a qualificação da publicação em periódicos para o primeiro triênio do período pesquisado (2004-2006), quando os estratos do Qualis Capes seguiam um padrão distinto do adotado a partir de 2007.

Diante das dificuldades metodológicas, tentamos mitigar algumas lacunas com recurso aos dados disponíveis na Capes. Contudo, aqui também a pesquisa sofreu com as circunstâncias. Apesar do total apoio recebido por duas coordenações de área – nomeadamente o empenho de Lia Zanotta Machado e Russel Parry Scott, aos quais somos profundamente gratos –, a pesquisa se deu exatamente no momento em que a Capes migrava seus dados da antiga plataforma “Coleta Capes” para a nova “Sucupira”. Assim, o pessoal técnico que poderia dar suporte para extração de dados das antigas bases não estava disponível para atender solicitações. Ainda assim, buscamos complementar manualmente a maior parte das lacunas e inconsistências observadas no material recebido pelos PPGs.

Certamente, se fôssemos fazer a pesquisa hoje, a estratégia adotada para a coleta de dados seria outra, montando uma equipe centralizada para levantamento de dados junto às bases da Capes e do CNPq. Fica aqui uma lição aprendida para futuras pesquisas dessa natureza.

O segundo módulo da pesquisa, repetindo a experiência de 2004, consistiu em um *survey* realizado com os egressos dos PPGs. Para tanto, contamos com a colaboração dos programas que nos enviaram dados de contato dos egressos. A confiabilidade dos registros de contato, contudo, variava muito e, novamente, esbarramos na recusa de um programa em colaborar com a pesquisa. Alguns programas possuíam endereço de e-mail e telefone, outros apenas e-mail, mas não se assegurava estarem atualizados. Sabíamos que teríamos um universo de cerca de 1.300 egressos de mestrado e 500 de doutorado, mas não tínhamos certeza de quantos conseguiríamos alcançar com o *survey*. O ritmo de recebimento das informações de contato por parte dos PPGs também variou muito, o que resultou em outro longo atraso no calendário da pesquisa.

Para assegurar a confiabilidade do *survey*, contratamos equipe especializada em métodos quantitativos, sob a coordenação do prof. Jorge Alexandre Barbosa Neves (UFMG). A equipe contratada elaborou as ferramentas de pesquisa por via eletrônica com o objetivo de desenvolver tanto análises estatísticas quanto socio-métricas (análises de redes) que dessem conta de fornecer dados sobre as trajetórias acadêmicas e profissionais dos egressos². Em função do tamanho dos grupos populacionais, como forma de corrigir vieses de seletividade amostral, foi feita uma ponderação que resultou numa amostra total de 404 respondentes entre os que haviam concluído o doutorado e 1.077 respondentes entre os que haviam concluído o mestrado. Isso nos deu uma cobertura amostral superior a 80% da população. Ainda assim, como os níveis de resposta variaram bastante entre os egressos de distintos PPGs, alguns cruzamentos desagregados por programa ficaram bastante limitados, como se notará nos capítulos que tratam destes dados.

Registro aqui estes percalços pois eles explicam, em parte, alguns dos desafios postos aos colaboradores deste livro, que nem sempre puderam dispor de dados completos para análise. Algumas das lacunas ou flutuações nos dados estão apontadas nos capítulos a seguir. Essa trajetória explica ainda a demora em se disponibilizarem os dados aos colaboradores, que puderam, em agosto de 2017, reunir-se, enfim, em um seminário de pesquisa em Brasília, para discutir as primeiras versões de seus textos.

Para analisar os dados produzidos, organizamos eixos semelhantes aos da pesquisa de 2004, mas com ajustes que nos pareciam necessários diante do novo cenário do campo. Os dados produzidos já indicavam uma grande expansão do campo, em especial no Nordeste brasileiro. Assim, o recorte regional adotado na pesquisa anterior foi redesenhado, mantendo-se a Amazônia como um tema próprio e incorporando o Nordeste na análise geral do campo. Assim, propusemos os seguintes temas e abordagens:

- **Expansão da pós-graduação: alcances e desafios** – analisar a forma como se deu a expansão dos programas no período, as mudanças que trouxe para

2 O *survey* levantou informações sobre: a) Dados dos titulados sobre a instituição de formação, sexo, escolaridade dos pais e perfil etário no momento da entrada e da saída; b) Intervalo entre o fim da graduação e o início da pós-graduação, entre o mestrado e o doutorado; tendências destes intervalos nos últimos 10 anos, duração do curso e suas tendências; atividades desenvolvidas na entrada da pós-graduação, atividade atual e outra que tenha exercido por mais tempo; c) Impacto dos títulos nos salários, comparando mestres e doutores com tempos semelhantes na atividade profissional; d) Redes de relações e formas de obtenção de trabalho dos egressos; e) Motivações para entrar na pós-graduação; f) Dinâmica do mercado de trabalho. Os dados foram codificados e digitados em planilhas do software livre PSPP. Posteriormente, foram produzidas análises estatísticas descritivas. Foram, também, formuladas análises de redes com base nos dados de formação de bancas de defesa de dissertações e teses no período.

distribuição regional da produção antropológica, novas oportunidades abertas e desafios postos para o futuro.

- **A dinâmica do campo: temas e tendências** – analisar as transformações nas áreas de pesquisa no período, temas preferenciais, distribuição regional, populações estudadas etc.

- **A dinâmica do campo: redes de pesquisa e colaboração** – analisar os diálogos preferenciais estabelecidos pelo campo para produção e circulação das pesquisas: locais de realização de pesquisa, locais de publicação e apresentação de resultados; analisar as redes entre programas.

- **Internacionalização da pesquisa** – analisar tendências de internacionalização no campo, onde se tem pesquisado, discutido pesquisas e publicado fora do Brasil; identificar redes preferenciais de interlocução em pesquisa; áreas com maior internacionalização; natureza dessa interlocução etc.

- **Financiamento e avaliação no desenvolvimento do campo** – analisar o impacto do financiamento e avaliação institucional na dinâmica do campo, tais como: o papel da oferta de bolsas e financiamento a projetos sobre a dinâmica dos programas; e o papel da avaliação como indutora de produção e formação.

- **Formação, ensino e corpo docente: reprodução dos programas** – analisar o perfil dos docentes no período, com especial atenção às trajetórias de formação e contratação nos programas; identificar tendências e transformações na reprodução dos programas e dinâmica de produção docente. Analisar as distintas ênfases em formação existentes entre os programas, tais como as semelhanças e diferenças entre currículos, correlacionando-as à identidade dos programas, região e ano de criação.

- **Perfil e trajetória dos egressos** – analisar a trajetória acadêmica e profissional dos egressos no período, relacionando-a a experiências de formação e oportunidades de atuação dentro e fora da academia. Identificar eventuais mudanças no perfil dos egressos em relação à pesquisa anterior, relacionando-as a transformações mais gerais do campo.

- **Novas inserções no mercado de trabalho** – analisar transformações no campo de atuação profissional dos antropólogos no período 2004-2012, em especial com expansão de oportunidades no serviço público e no terceiro setor. Identificar eventuais impactos deste cenário no tipo de formação oferecida pelos programas e na trajetória profissional dos egressos no período, relacionando-a a experiências de formação e oportunidades de atuação dentro e fora da academia.

- **Amazônia Legal: conquistas e desafios** – identificar os movimentos de expansão do campo na região, suas tendências e desafios.

Para enfrentá-los, buscamos colegas com perfis variados, procurando compor um grupo de colaboradores de distintas gerações, filiações institucionais e trajetórias no campo. Após uma apresentação preliminar dos dados em um simpósio na Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) em 2016, conseguimos completar a equipe de colegas que compuseram os textos deste livro. De modo a tornar as análises mais partilhadas entre os colaboradores, organizamos um seminário de pesquisa na Universidade de Brasília em 2017, onde versões preliminares dos textos aqui compilados foram apresentadas e discutidas. Cabe agradecer a disponibilidade de outros colegas – Luís Roberto Cardoso de Oliveira, Kelly Cristiane da Silva e Alcida Ramos – que aceitaram debater os textos produzidos, contribuindo valiosamente para seu aprimoramento.

Os colaboradores dessa pesquisa dedicaram-se com diligência e empenho à tarefa de refletir sobre os dados. Pelo tanto, merecem nossos maiores agradecimentos: Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA-UEMA), Ana Paula Mendes Miranda (UFF), Carla Costa Teixeira (UnB), Gustavo Lins Ribeiro (UnB / Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa), Henyo Barretto Trindade Filho (UnB), Igor José de Renó Machado (UFSCar), Júlio Assis Simões (USP), Lia Zanotta Machado (UnB), Maia Sprandel (Senado Federal), Patrice Schuch (UFRGS) e Wilson Trajano Filho (UnB). Cada autor aqui desenvolveu um recorte possível para os muitos dados relativos a seu tema de análise, valendo-se não apenas das informações advindas da pesquisa, mas também de sua trajetória profissional e pessoal no campo, dando a cada capítulo um caráter mais ou menos autoral, e dialogando, a partir de suas perspectivas, com os demais textos aqui compilados.

Dos temas elencados, o único que não pode ser debatido coletivamente no seminário de Brasília foi o relativo à Amazônia, a cargo de Alfredo Wagner Berno de Almeida, que, por razões de saúde, não pode participar do evento. Almeida, contudo, produziu uma rica e substantiva reflexão sobre o tema, valendo-se de muitos dados oriundos de pesquisa própria, e que resultou em um detalhado capítulo histórico e reflexivo. Diante das particularidades desse texto, que dá continuidade a pesquisas do autor sobre o importante contexto da Amazônia na antropologia brasileira, optamos por publicá-lo como um livro à parte, vinculado à presente publicação.

O RETRATO DO CAMPO

A leitura do conjunto de textos deste livro deixa claro dois grupos de artigos bem articulados internamente: os textos sobre o cenário institucional (financiamento, reprodução do campo, redes de pesquisa, temáticas de pesquisa e internacionalização); e os textos sobre as trajetórias profissionais dos egressos (mestrado, doutorado e a atuação fora da academia). Embora inseparáveis, estas duas partes do livro configuram enfoques distintos no diagnóstico do campo da antropologia e podem ser de interesse distinto para dois conjuntos de leitores. A leitura do primeiro enfoque é prioritariamente importante para antropólogos e gestores engajados na avaliação e no planejamento de políticas de ciência e tecnologia para a área. Nele, vemos um campo social que passou por rápidas e significativas transformações, com crescimento expressivo no número de programas e estudantes e uma diversificação das formas de articulação interna, produção e transmissão de conhecimentos que exige, desde já, novas abordagens de gestão. Já o segundo enfoque – igualmente esclarecedor ao primeiro grupo de leitores – apresenta muito do que podem esperar aqueles que hoje pensam em ingressar em uma pós-graduação em antropologia, na medida em que ali se revelam perspectivas de formação e inserção profissional nessa área diante de um contexto geral em rápida transformação.

Nas páginas seguintes procurarei sumarizar os achados de cada autor e relacioná-los a uma perspectiva de conjunto para o diagnóstico das dinâmicas em curso no campo da antropologia no Brasil, não apenas no período de 2004 a 2012, objeto central deste livro, mas diante dos desafios postos pelas mudanças de conjuntura ocorridas até o momento desta publicação.

Desafios da expansão

O retrato que emerge dessa pesquisa é o de um campo dinâmico que passou por mudanças significativas nas últimas duas décadas. No período mais recente observamos uma importante expansão e distribuição espacial no campo da pós-graduação em antropologia, que passou de 11 programas em 2004 para 21 em 2012. A maior parte dos 12 programas criados de 2005 a 2012 está nas regiões Norte e Nordeste, dois no Centro-Oeste, dois no Sudeste e um no Sul³.

3 Como consequência, a abertura de novos cursos aumentou a participação relativa do Norte e Nordeste no número de matriculados em PPGAs no Brasil. Em nível de mestrado, manteve-se a forte predominância do Sudeste (cerca de 44% dos alunos), reduziu-se a participação do Sul (de 28% para 20%) e do Centro-Oeste (13% para 10%), enquanto o Nordeste quase dobrou seu percentual (15% para 24%).

Para entendermos a recente dinâmica, contudo, temos que recuperar a história de formação desse campo, movimento realizado em vários dos textos deste livro. Como bem mostra Bela Feldman-Bianco, no capítulo de abertura, os desenvolvimentos recentes se vinculam a desafios da institucionalização da antropologia e suas relações com as ciências sociais que remontam a algumas décadas. Com base em sua experiência como representante de área no triênio 2005-2007 e protagonista ativa no processo de expansão do campo, Feldman-Bianco examina as políticas da Capes em relação às ciências sociais – fusão das disciplinas ou segmentação – a partir da década de 1980, mostrando que a ampliação do número de programas entre 2002 e 2012 (continuada, de alguma forma, no período de 2013 a 2017) resulta, em grande medida, da demanda reprimida por cursos de antropologia, já que esta disciplina fazia parte da pós-graduação em ciências sociais.

A autora explora o modo como a ampliação no número de programas repercutiu na sua distribuição espacial, os pontos positivos desta ampliação, o modo como os novos cursos corresponderam aos desafios de formação dos docentes no Brasil (e não mais necessariamente no exterior) e o papel ativo numa internacionalização da disciplina baseada em diálogos intelectuais. Aborda ainda os desafios representados por esta ampliação na conjuntura atual, levando em conta ainda mudanças no sistema de avaliação – especialmente a partir do decênio 1991-2001, baseados numa crescente accountability da produção científica – baseadas em critério das ciências duras e que demandam constante negociação.

O surgimento de novos programas, associado ao aumento de vagas docentes, abriu espaço para a inserção profissional de doutores formados em centros estabelecidos. Nesse sentido, vários dos autores deste livro notam que a ampliação regional do número de programas não implicou, necessariamente, uma diversificação no modelo de formação, pesquisa e colaboração no campo. Um bom exemplo está na análise das linhas e temáticas de pesquisa ativas no período, feita por Júlio de Assis Simões.

Simões observa que enquanto entre 1970 e 2002 foram criadas 41 linhas de pesquisa, de 2004 a 2012 criaram-se 102 linhas. Como era de se esperar, muito desse crescimento se deu em razão dos novos programas, predominante no Norte e no Nordeste do país. Contudo, Simões nota, com perspicácia, que muitas das temáticas emergentes no período ecoam movimentos ocorridos nos programas mais antigos, indicando a predominância de tais programas na agenda de pesquisa do campo. A influência de programas tradicionais opera grandemente pela formação de quadros que passam a atuar nos novos programas, como também apontado nos textos de Wilson Trajano Filho e Igor José de Renó Machado.

Ao mesmo tempo, podemos dizer que parte do crescimento de temáticas emergentes – e que marcam uma alteração no quadro registrado em 2004 – responde a

movimentos mais gerais de afirmação de direitos de minorias, marcantes no período da pesquisa. Assim, em um contexto de então expansão de políticas públicas para populações tradicionalmente estudadas pela antropologia não é de surpreender que temas como direitos, territórios e identidades tenham ganhado espaço.

No período analisado pela pesquisa, nota-se, ainda, a manutenção de hierarquias e segmentações em redes de colaboração, outro elemento importante na compreensão da dinâmica do campo da antropologia no Brasil. O texto de Patrice Schuch aborda esse tema analisando três dimensões dele: as redes de formação profissional, alteradas no período em razão da descentralização oriunda da expansão regionalizada do campo; as redes de divulgação científica, materializadas por formatos e locais de publicação e participação em eventos; e as redes formadas por meio dos convites a participação em bancas de mestrado e doutorado.

Aqui também se nota a persistência de uma presença forte dos programas consolidados na formação de quadros e de estilos junto aos novos programas. Schuch identifica, contudo, importantes variações regionais. Assim, enquanto no Sudeste predominam redes de formação profissional intrarregional, no Centro-Oeste observam-se redes inter-regionais e no Sul, Norte e Nordeste identificam-se redes inter-regionais distintas e redes internacionais.

As redes articuladas em torno dos convites para bancas, por sua vez, revelam um caráter segmentado, com acentuada variação regional, e parece confirmar a hipótese mais geral da autora, de que “as configurações das redes de pesquisa e colaboração podem ser compreendidas a partir das dinâmicas correlatas de *expansão e descentralização da pós-graduação e hierarquização de programas e pesquisadores*”.

Um elemento que escapa, em certa medida, ao texto de Schuch por não ter sido adequadamente medido em razão das dificuldades metodológicas, mas que certamente deve estar no horizonte de futuras pesquisas, diz respeito ao estímulo à articulação em núcleos e programas de pesquisa que agregam distintas instituições, como o que ocorre com o programa de INCTs (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia) do CNPq, e a pressão cada vez maior de editais de fomento por pesquisas em rede, inclusive internacionais.

Internacionalização em busca de um projeto

A interlocução e colaboração com pesquisadores e centros fora do Brasil volta à tona no capítulo de Gustavo Lins Ribeiro. Os dados mostram que o crescimento do campo no período se fez acompanhar de um expressivo aumento na circulação da produção brasileira no exterior, seja por meio de publicações (em especial artigos em livros editados no exterior), seja pela participação em eventos internacionais.

No entanto, Ribeiro indica que este crescimento parece não seguir uma agenda própria, mas andar “a reboque” das circunstâncias.

As inflexões ocorridas no período indicam uma mudança de eixo de interlocução em relação ao período anterior, com a prevalência de circulação de pesquisadores e produção no eixo Estados Unidos e América Latina, mas apontam também para a criação de novos universos de interlocução Sul-Sul, ainda incipientes.

Outro elemento importante nesse cenário são os dados sobre pesquisas feitas fora do Brasil. Embora tendência ainda minoritária (apenas 13% do total), nota-se ao longo do período pesquisado um crescimento no número de pesquisas com esta natureza, bem como uma crescente diversificação das regiões estudadas, inclusive em regiões tidas como centrais no sistema mundial, o que leva Ribeiro a sugerir que “este movimento, mais do que relacionado à nossa herança pós-colonial, parece responder a uma perspectiva pós-imperial, isto é, à busca de um patamar interpretativo brasileiro em um/sobre o mundo globalizado”.

Ribeiro destaca ainda o protagonismo de antropólogos brasileiros em espaços globais de políticas acadêmicas para a antropologia, como o World Council of Anthropological Associations (WCAA) e a International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES). Contudo, observando o quadro de autores recorrentes nos programas curriculares de mestrado e doutorado, Ribeiro nota, muito oportunamente, a quase ausência de referências a autores que não os dos centros acadêmicos hegemônicos, o que o leva a concluir que ainda estamos pouco abertos a outras cosmopolíticas antropológicas do mundo. Nossa internacionalização seria, portanto, ainda um fenômeno a reboque de tendências globais, restando a se realizar um projeto próprio cujas condições de realização Ribeiro vê com certo otimismo.

Avaliação e financiamento: o desafio da opacidade

O quinto texto deste livro se debruça sobre um tema central para o campo analisado, especialmente no momento da publicação deste (2018): o financiamento e a avaliação da pós-graduação. Paradoxalmente, é este o tema sobre o qual tivemos mais dificuldade na produção dos dados, o que exigiu de Ana Paula Mendes Miranda um esforço de complementação de dados por diversas fontes.

Miranda não apenas analisa as informações levantadas pela pesquisa, mas coloca o sistema de avaliação e financiamento em perspectiva. A autora lembra que o período da pesquisa consagrou outro paradigma de avaliação que acirrou a competição entre os programas, na medida em que indicadores de excelência de qualidade passaram a oscilar constantemente para cima, em lugar de critérios consensualizados estabelecidos em processos anteriores.

Miranda evidencia o papel que o programa Reuni e suas bolsas teve na expansão de vagas em geral no sistema universitário, especialmente a partir de 2008. O aumento de recursos disponibilizados ao sistema é, assim, um elemento central na expansão do campo da antropologia⁴. A expansão regional do campo é analisada, aqui, em relação às políticas previstas no Plano Nacional de Pós-Graduação vigente no período, que dava especial ênfase à redução de assimetrias regionais. Contudo, Miranda chama a atenção para o papel que as fundações estaduais de apoio à pesquisa teriam a desempenhar nesse cenário, elemento ainda não evidenciado no contexto desta pesquisa.

A dificuldade de obtenção de dados sobre financiamento revela talvez um dos maiores traços do sistema de administração pública no Brasil, ao qual as universidades (em especial as IFES) estão submetidas: sua inquisitorialidade. Obrigados a lidar com um vasto e cambiante conjunto de normas legais e uma oscilante política de financiamento para CT&I, os gestores de todos os níveis (da administração superior às chefias de departamento e coordenações de pós-graduação) têm muito pouco espaço para planejar e implantar políticas ágeis, criativas ou mesmo sustentadas no tempo. O sistema os coloca em posição de reféns de atores externos ao campo acadêmico, posição vulnerável a mecanismos pouco claros de controle e até mesmo de incriminação. Nesse sentido poderíamos dizer que a opacidade é parte da lógica do sistema, tornando difícil qualquer reação de médio e longo prazo para sustentar o crescimento institucional de um campo disciplinar como o observado para a antropologia no período pesquisado.

Formação e reprodução do campo: uma síntese

O capítulo que encerra essa primeira parte, a cargo de Wilson Trajano Filho, retoma, de maneira sintética, vários dos elementos anteriormente abordados, mas o faz com a preocupação de entender as dinâmicas de formação e reprodução do campo no período.

Em comparação ao decênio anterior, o período da pesquisa indica permanências e acentuações de tendências já então notadas, como a de uma endogamia institucional e regional na formação e circulação de quadros docentes, mas traz também novidades. Retomando o tema dos diálogos internacionais, Trajano Filho observa a redução do peso da formação doutoral plena no exterior, sugerindo que as redes criadas durante a formação doutoral parecem não se manter centrais ao

4 Entre 2008 e 2012, por exemplo, a previsão de investimentos em bolsas de pós-graduação em todas as áreas saiu de um patamar de R\$ 15 milhões para cerca de R\$ 150 milhões.

longo do tempo. Cedendo lugar a outras formas de articulação, como as bolsas sanduíche e os estágios pós-doutorais, as experiências no exterior “operam no sentido de criar múltiplas ancoragens para os diálogos intelectuais, para tornar a internacionalização mais difusa e fazer com que os antropólogos brasileiros estejam envolvidos em redes internacionais mais amplas do que o tradicional tripé francês, americano e inglês”.

Quanto aos currículos dos PPGs, Trajano Filho nota haver pouca diferença nos modelos formativos existentes, com pouca variação, inclusive, na bibliografia de disciplinas obrigatórias. Em comparação com modelos predominantes nos EUA (com longo tempo de doutorado) e na Europa (em que mestrado e doutorado estão integrados), o autor sugere estarmos a meio caminho dos dois. Desta constatação, fica o alerta para a tendência a se reduzir o número de disciplinas, em especial em nível de doutorado, o que leva a um nível precário de leituras especializadas.

O CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ANTROPÓLOGOS

O segundo conjunto de textos deste livro explora dados levantados por meio da pesquisa com os egressos da pós-graduação no período. Os textos apresentados trazem um vivo retrato dos ganhos e limites para a atuação profissional na área, apontando para desafios mais do que urgentes no atual contexto de cortes de investimentos públicos.

Um campo de professores

Analisando os dados relativos aos egressos do mestrado, Carla Costa Teixeira apresenta um cenário com algumas continuidades em relação ao que se viu nos anos 1990, mas também com diferenças significativas, como a redução da prevalência feminina, um corpo discente que entra mais jovem no mestrado e a ampliação no nível de escolaridade dos pais.

Por um lado, a pesquisa indica que, tal como no decênio anterior, as maiores motivações para o ingresso no mestrado continuam associadas à perspectiva de uma carreira acadêmica. Nesse sentido, é de se destacar o papel dos eventos científicos organizados pela Associação Brasileira de Antropologia para manter um sentido de coesão e inclusão de jovens pesquisadores no campo disciplinar. A importância da ABA é destacada por Teixeira, não sem registrar o desafio de manter tais egressos vinculados à instituição, uma vez que a maioria não mantém, depois de se formar, seu pertencimento ao quadro de associados.

Por outro lado, a pesquisa mostra que a maior parte dos mestrandos no período já se engajou no sistema acadêmico como professores, em especial em IFEs. Embora as trajetórias profissionais dos egressos não se limitem à carreira universitária, abrangendo atuação em outros órgãos da administração pública, é claro o predomínio de uma carreira ligada ao Estado, o que leva a crer que a expectativa, levantada nos anos 1990, do fortalecimento da presença de antropólogos no terceiro setor acabou por não se realizar.

Analisando a situação dos doutores formados no período, Igor José de Renó Machado retoma a questão da circulação de formados que passam a atuar como docentes em outros programas, já apontada, indicando o predomínio da formação na região Sudeste para atuação em novos programas, bem como seu contraponto: o mercado mais fechado para os estudantes formados no Nordeste brasileiro.

Machado nota um movimento importante no período: aumento proporcionalmente maior no número de teses defendidas do que no de dissertações, indicando haver uma grande pressão para aumento de vagas nos doutorados. O crescimento na demanda por doutorados se associa a estratégias de inserção profissional na carreira docente em instituições públicas (onde o título de doutor é, crescentemente, condição *sine qua non* para o ingresso).

De fato, esse mercado de trabalho conseguiu absorver boa parte dos egressos⁵. Machado observa que o crescimento das contratações na carreira das universidades públicas correspondeu, em comparação ao decênio anterior, a uma grande queda nos empregos vinculados à iniciativa privada, que passou de 20% para 8,6%. Da mesma forma, o número dos que atuam na administração pública caiu de 18% para 11,6%. No contexto atual (2018), com retração no número de concursos docentes, a inserção profissional dos egressos fora das universidades torna-se um desafio ao campo.

Profissionais no serviço público

Debruçando-se justamente sobre o ponto a que Machado se referia acima, Marcia Anita Sprandel e Henyo Trindade Barretto Filho apresentam uma análise que vai além dos dados produzidos sobre os egressos da pós-graduação, valendo-se de informações coletadas junto a antropólogos que já exercem atividades profissionais fora da academia. A necessidade de incorporar fontes suplementares de

5 Para cada 10 doutores formados no período pesquisado, apenas 1,7 estava sem emprego ou em áreas desconexas. Mais ainda, 60% são docentes de ensino superior, e, destes, a quase totalidade (90%) está em instituições públicas, sendo que dois terços desses lecionam em cursos de graduação em ciências sociais, antropologia e sociologia.

informação surge logo que se constata que os dados sobre egressos representam a realidade de profissionais prioritariamente inseridos em carreira acadêmica. Desse modo, é significativo que o capítulo de Sprandel e Barretto Filho busque compreender o perfil de atuação fora da academia com base em dados que não passam apenas pelos egressos da pós-graduação. Para isso, o texto traz levantamento produzido pelo coletivo aPROA (Associação de Profissionais em Antropologia), indicando que boa parte dos profissionais que lidam com funções afeitas à antropologia na administração pública tem sua formação em nível de graduação, seja em ciências sociais, seja, mais recentemente, em antropologia. Esta constatação abre um universo próprio de desafios que ainda precisa ser melhor sistematizado, em especial para compreendermos a realidade dos cursos de graduação em antropologia, cujo número começou a crescer ainda no período da pesquisa e acentuou-se nos anos seguintes.

Para os autores, o universo de atuação profissional fora da academia traz desafios próprios que ainda demandam melhor compreensão, como os “desafios de se chegar ao mercado de trabalho com a sua formação e ter de disputar e/ou dialogar diuturnamente com hierarquias inusitadas, traduções enlouquecedoras de suas tão cuidadosas análises para as sintaxes jurídica, política e burocrática”. Diante disso, o texto de Sprandel e Barretto Filho chama atenção para a necessidade de uma atualização curricular no processo formativo, seja em nível de graduação, seja na pós-graduação. Refraseando o título do texto de Cláudio Fonseca na coletânea anterior – Antropólogos para quê? –, os autores nos deixam com a instigante pergunta: “Antropologia para quê?”.

A título de posfácio

Depois deste detalhado retrato, o livro se encerra com o texto de Lia Zanotta Machado, que cumpre uma dupla função. Por um lado, retoma os temas da obra; por outro, tendo a autora atuado como coordenadora de área na Capes no último período analisado (2009-2012) e sendo, no momento da publicação deste livro, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia, seu capítulo traz uma importante atualização do contexto no qual o campo da antropologia se desenvolveu e se encontra no momento.

O elemento, contudo, que me parece mais proeminente na reflexão de Lia Machado é a caracterização das mudanças contextuais ocorridas no período que segue aos dados coletados por esta pesquisa, indicando novos desafios sobre os quais o campo passa a se debruçar a partir de 2012. Machado destaca o crescimento de reações conservadoras no campo político que puseram em xeque o papel desempenhado

pela antropologia na garantia de direitos relativos à diversidade cultural, como o crescimento das Frentes Parlamentares agropecuária e evangélica, que resultaram na CPI da Funai/do Incra, e os sucessivos cortes orçamentários no poder executivo que inviabilizaram a atuação efetiva desses dois órgãos.

Ao chamar a atenção para os desafios do contexto interno brasileiro, Machado recoloca a questão de nossa internacionalização, argumentando que o olhar predominante de nossa comunidade disciplinar para dentro do Brasil pode ser visto não tanto como excesso de localismo, mas como característica de uma antropologia comprometida com importantes diálogos internos à sociedade brasileira.

Este tema leva a autora a analisar limites e desafios do sistema de avaliação dos programas pelos quesitos da Capes, critérios formulados a partir de modelos disciplinares distintos e que demandam adaptações importantes para refletir características próprias da antropologia feita no Brasil. Por fim, Machado analisa o atual contexto de cortes profundos no investimento em educação, ciência, tecnologia e inovação, levantando, a partir disso, uma série de desafiadoras questões:

Como pensar a possibilidade de uma formação graduada aberta para indígenas e quilombolas em momento que se pensa cortar as bolsas para essa ação afirmativa? (...) Como pensar a formação pós-graduada sem bolsas (com o risco de assim vir a ser a partir de agosto de 2019) que até então permitiram a dedicação integral de mestrands e doutorandos? Como pensar a apresentação de trabalhos científicos em congressos internacionais e cooperações internacionais se os recursos escasseiam? Serão possíveis bolsas de pós-doutorado no exterior? (...) Como pensar a produção bilíngue de nossos textos para avançarmos no caminho da internacionalização quando escasseiam os recursos e deles precisamos para as traduções?

São questões cruciais para a manutenção da excelência em um campo que teve rápida e, até agora, sustentada expansão, e certamente estarão no horizonte de uma futura e necessária pesquisa sobre o campo da antropologia no decênio que segue ao período aqui analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retrato que emerge desta pesquisa caracteriza um momento muito especial no campo da antropologia brasileira, no qual o espaço institucional consagrado para sua reprodução (o dos programas de pós-graduação) passou por uma rápida

e diversificada expansão. Era ainda o momento em que abundavam recursos para a manutenção sustentada desse crescimento, com boas perspectivas de desenvolvimento e em um contexto no qual políticas inclusivas para o ensino superior ganhavam consistentemente o espaço público. Os anos que se seguiram, contudo, a 2012 provocaram profundas alterações nesse cenário, cujas consequências ainda restam a ser avaliadas, embora muitos de seus efeitos sejam exploratoriamente abordados neste livro.

A primeira conclusão a se reter dessa pesquisa é, pois, a importância de sua replicação regular no futuro. Uma avaliação diagnóstica, como a que aqui se apresenta, é ferramenta fundamental para um planejamento adequado das estratégias de gestão, consolidação e expansão do campo. O fato mesmo de termos, em nossa comunidade disciplinar, esse tipo de empreendimento revela um nível de compromisso e responsabilidade institucional com o campo pouco usual nos tempos em que vivemos, e acreditamos que isso deva se manter como um etos da comunidade antropológica no Brasil, uma lição aprendida com gerações de colegas que nos formaram e lançaram as bases para o campo chegar à expansão aqui identificada.

Quanto aos dados apresentados, temos um cenário complexo e desafiador, ao mesmo tempo animador e preocupante. Por um lado, uma diversificação regional, uma forte expansão dos mestrados e adensamento dos doutorados, com produção forte e qualificada. Por outro, a diversificação regional não chega a se refletir em formações curriculares especializadas ou concentrações temáticas específicas, o que parece aumentar a concorrência entre programas dentro de um campo que ainda se pensa como uma comunidade de mesmos, com fronteiras pouco expansíveis.

As redes de pesquisa e colaboração, embora bem exploradas para o fortalecimento dos novos programas, parecem ainda reproduzir hierarquias consolidadas e mantêm-se pouco abertas, internamente, à interseccionalidade temática e regional, e, externamente, a um maior protagonismo internacional. A boa notícia é que há espaço para crescermos nesse sentido, desde que superados os desafios atuais de financiamento. A articulação de pesquisas em redes nacionais e internacionais de colaboração é, inclusive, estratégia fundamental para acesso aos, por ora escassos, recursos para pesquisa e desenvolvimento. Nesse sentido, o tema demandará, por certo, atenção não apenas dos pesquisadores, individualmente, mas dos espaços institucionais (PPGs e universidades), que precisam se mostrar abertos e desejosos de estimular o desenvolvimento e a consolidação de tais redes⁶.

6 Naturalmente, a efetividade de políticas institucionais de estímulo à internacionalização e ao fortalecimento de redes depende de recursos. O recente edital da Capes com essa finalidade (Capes/PRINT) disponibilizou R\$ 300 milhões para serem distribuídos entre programas e iniciativas de todas as áreas do saber de até 40 instituições de ensino e pesquisa para um total de quatro anos, ou seja, menos de dois milhões anuais para cada instituição.

O crescimento e a vivacidade do campo trazem também o desafio de se viabilizarem novas formas de inserção profissional dos antropólogos que formamos. A atual estabilização – e possível retração – do nicho de mercado junto às IES públicas obriga-nos a pensar na abertura de novos espaços de inserção profissional, como bem nota Feldman-Bianco – mesmo que, ao que tudo indica, dentro do serviço público –, capazes de incorporar egressos não apenas da pós-graduação, mas das novas graduações em antropologia. Da mesma forma, isso coloca em foco a importância de se discutirem os currículos de pós-graduação, incorporando temáticas mais próximas dos desafios para atuação em novos mercados – o que poderia ser um ótimo motivo para o estímulo a mestrados profissionalizantes.

Ao mesmo tempo, na perspectiva de tornar mais competitiva internacionalmente a formação acadêmica feita no Brasil, uma eventual agenda de discussão curricular parece ter de se debruçar sobre a ampliação no espaço dado a disciplinas especializadas, que permita ao egresso um domínio maior da literatura em subcampos cada vez mais segmentados. A grande demanda sobre os doutorados observada no período pesquisado parece-nos colocar diante de uma janela de oportunidade tanto para a criação de novos programas nesse nível quanto para diversificação de formatos curriculares e estilos de antropologia que venham a dar aos PPGs identidades mais variadas.

O desenvolvimento de qualquer agenda nesse sentido, porém, passa, antes de tudo, pela retomada de níveis de investimentos em CT&I próximos aos observados no período de 2004 a 2012. O campo da antropologia, assim, não se descola da esfera pública de que faz parte, exigindo de todos nós um engajamento intenso em espaços de política científica ainda pouco ocupados pela área de humanidades, bem como atuação viva em fóruns e organizações de defesa e promoção da educação, ciência e tecnologia.

Não poderia concluir esta introdução sem mencionar o que me parece ser uma importante dimensão sociológica resultante das alterações estruturais ocorridas no campo em decorrência de sua rápida expansão no período analisado. A criação de novos programas em regiões até então tidas como periféricas – o capítulo referente à região Nordeste no livro editado em 2004 tinha como título “O campo da antropologia e suas margens” – permitiu desconcentrar formação e produção científica na área, ampliando a presença de novos atores na dinâmica do campo. Se, por um lado, é bem verdade que em muitas dimensões aqui analisadas podemos ver a persistência de hierarquias e a influência dos centros estabelecidos na dinâmica dos novos programas, por outro, a forma como nos articulamos e posicionamos no campo parece estar mudando, nem sempre com bons resultados. Refiro-me aqui aos efeitos desta reorganização para a dinâmica de avaliação institucional dos programas.

O processo de avaliação institucional, tal como vinha sendo realizado no período coberto por esta e pela pesquisa anterior, e como mencionado por Feldman-Bianco e Zanotta Machado, em seus capítulos, consolidou um esforço de cuidadosa composição para ajustar critérios de avaliação gerais, pensados nos moldes das ciências duras, historicamente hegemônicas no campo científico, às especificidades de um campo disciplinar que tem regras e dinâmicas próprias de construção e validação do saber. De um lado, é preciso negociar com a pressão institucional por um modelo de ranqueamento mais restritivo e tendente à concentração de recursos simbólicos e materiais; de outro, lida-se com uma pressão difusa no campo contra a subordinação a esse modelo. Esta composição vinha se dando de modo relativamente bem-sucedido, permitindo ajustes finos, mas importantes. A dinâmica interna da mais recente avaliação quadrienal na área (2013-2016) parece ter escapado a essa tradição.

Por razões de difícil apreciação, o resultado do processo avaliativo foi um choque de interpretações entre a área e o Comitê Técnico-Científico da Capes, que teve como resultado uma radical reconfiguração do ranking de avaliação, parcialmente revertida por meio de vários recursos administrativos. Este evento ainda deve render muita reflexão ao campo, e seria precipitada aqui qualquer conclusão definitiva. De todo modo, parece-me inevitável reconhecer o peso que a reconfiguração estrutural do campo tem sobre a forma como ele pode vir a se reproduzir no futuro.

Se podemos tirar disso tudo uma última lição, parece-me ser a importância de se intensificar diálogos francos e esclarecidos internos ao campo para a adequada condução desse novo cenário, mormente em tempos de escassez. O crescimento e merecido fortalecimento de centros não hegemônicos não se sustentará sem um planejamento compartilhado que olhe o conjunto do campo da antropologia no Brasil, um conjunto que hoje extrapola em muito os limites e interesses individuais de cada programa e, cada vez mais, as fronteiras nacionais do campo acadêmico brasileiro.

1

A EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ALCANCES E DESAFIOS

Bela Feldman-Bianco

INTRODUÇÃO

Em seu “Antropologia para sueco ver”, sobre o campo da antropologia no Brasil nas décadas de 1960-1980, Otávio Velho (1980) nos faz lembrar que, apesar da existência de uma tradição antropológica antiga no país, a institucionalização da disciplina somente se iniciou com a criação da Associação Brasileira de Antropologia em 1953 e posterior desenvolvimento da pós-graduação em antropologia a partir do final da década de 1960, em pleno regime ditatorial. Naquela época, considerando sua inserção nos cursos de graduação em ciências sociais ou de Sociologia e Política e a decorrente ausência de graduação em antropologia, houve uma vinculação institucional direta do campo antropológico com a pós-graduação. Ademais, como as ciências sociais foram duramente atingidas pela ditadura e, embora a antropologia tampouco tivesse ficado imune às perseguições, seu campo de atuação, diferentemente do que ocorreu com a sociologia e as ciências políticas, deixou de ser identificado com questões políticas, abrindo, nesse cenário, espaço para o seu florescimento (VELHO, 1980).

Assim, com a institucionalização da pós-graduação, surgiram, no espaço de doze anos entre 1968 e 1980, sete cursos de mestrado e dois doutorados em antropologia. Nesse tocante, em sua reflexão, Otávio Velho nota que, para além de um notável aumento no número de temas de pesquisa e desafios à tradição culturalista representados pela emergência da Antropologia Social, o rápido crescimento ocorrido naqueles anos “revolucionou a composição dos grupos profissionais, seus eixos de pesquisa (...) levando à constituição na escala adequada de uma comunidade científica” (VELHO, 1980:90).

Vinte e quatro anos depois dessa reflexão, *O campo de antropologia no Brasil*, organizado por Trajano e Ribeiro (2004), retratou o “estado das artes” da pós-graduação em antropologia no período de 1992 a 2002. Com base em um conjunto de análises calcadas em dados predominantemente quantitativos extraídos de relatórios

trienais fornecidos pelos cursos de mestrado e doutorado e de *survey* sobre egressos, essa coletânea indicou a consolidação e o dinamismo de uma pós-graduação que se caracterizou por uma formação em antropologia social. Com a realização de nova pesquisa utilizando instrumental similar, abrangendo o período 2004-2012, torna-se possível, malgrado os limites de sua metodologia, apresentar um panorama das continuidades e mudanças ocorridas desde 1992, numa conjuntura marcada por políticas da era Lula (2003-2010) voltadas à expansão da educação superior e reformulações significativas no sistema de avaliação da Capes com vistas a tornar o Brasil competitivo no cenário mundial.

Levando em conta esse cenário e consciente dos limites de um enfoque meramente quantitativo, pretendo, neste capítulo, examinar os alcances e desafios causados pela expansão no número de programas de pós-graduação em antropologia nos seus processos de reconfiguração espacial no país e resultante redistribuição regional da produção antropológica, tanto em termos de recursos humanos como de produção de conhecimento. Como fui representante da Área de Antropologia e Arqueologia na Capes no triênio 2005-2007, valho-me dessa experiência para contextualizar as políticas da era Lula (2003-2010) dirigidas à educação superior e suas repercussões nas políticas da Capes e da área em prol da abertura de novos cursos, numa conjuntura marcada pela existência de demanda reprimida por programas de pós-graduação em antropologia.

Com esse intuito, ancorada em um retrospecto do desenvolvimento da pós-graduação em antropologia desde 1968, dedico atenção aos dados provenientes das duas décadas investigadas (1992-2012) e, sempre que possível, também às atualizações relativas ao último quinquênio (2013-2017) no quadro mais amplo das ciências sociais. Dessa perspectiva, argumento que, em contraste à institucionalização direta da pós-graduação em antropologia ocorrida no período 1968-1980, as subseqüentes reconfigurações do campo antropológico no Brasil, seus alcances e desafios demandam análises que levem em consideração tanto as políticas científicas da Capes quanto as estratégias acadêmicas, incluindo as voltadas à *fusão* ou *segmentação* das ciências sociais. Dessa forma, tento examinar criticamente os dados provenientes de relatórios trienais no contexto das políticas dirigidas ao desenvolvimento científico do país.

DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (1968-2001): UM BREVE RETROSPECTO

Um breve retrospecto do período 1968-2001 mostra que em 1968, três anos após a institucionalização da pós-graduação no Brasil, foi criado um primeiro mes-

trado em antropologia no Museu Nacional (UFRJ). No decorrer da década seguinte, além do primeiro programa combinando mestrado e doutorado em antropologia social aberto na USP em 1972, foram estabelecidos cinco novos programas de mestrado, sediados respectivamente na Unicamp (em 1971), UnB (em 1973), UFPE (em 1977), UFRN e UFRGS (ambos em 1979). Ainda em 1977, foi instituído um doutorado no já consolidado programa de pós-graduação em antropologia do Museu Nacional.

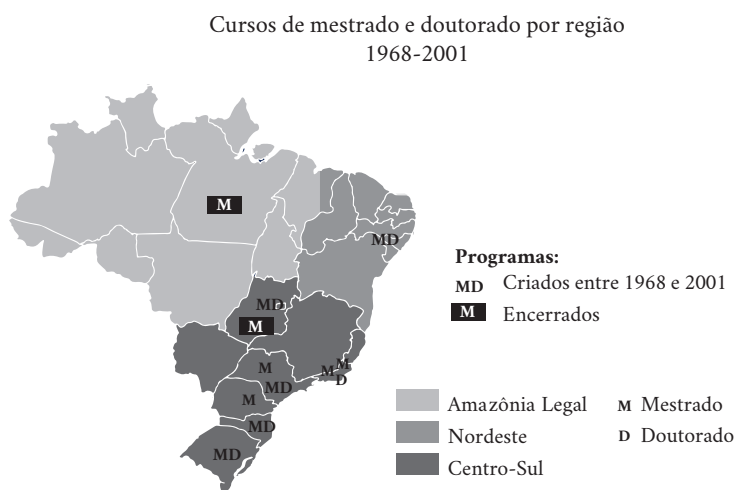
Embora a maioria desses primeiros programas tivesse sido implantada no centro-sul do país, a abertura de dois cursos de mestrado em antropologia no Nordeste, respectivamente em 1977 (UFPE) e 1979 (UFRN), ocorreu após o estabelecimento do I Plano Nacional de Pós-Graduação, ou PNPG (1975-1979), que priorizava a capacitação docente, evitando, entretanto, assimetrias nacionais. Vale notar que a necessidade de capacitação docente, demandou, via de regra, investimentos na formação de docentes em universidades do exterior, bem como a contratação de profissionais, já doutorados, de outros países.

Posteriormente, com o processo de democratização do país, num aparente paradoxo, foram aprovados, entre meados de 1980 e finais da década de 1990, somente quatro novos programas de mestrado em antropologia, respectivamente na UFSC (1985), UFPR (1991), UFF (1994) e UFPA (1998). Três novos doutorados também surgidos no decorrer desse período de 20 anos foram estabelecidos em programas que já contavam com cursos de mestrado já considerados consolidados pelos critérios da Capes, a saber: UnB (1981), UFRGS (1991) e UFSC (1999). Em 2001, aprovou-se o primeiro mestrado profissional da área, na Universidade Católica de Goiânia, que, devido ao seu foco temático em Gestão do Patrimônio Cultural, combinava antropologia e arqueologia¹. Nesse mesmo ano, os novos cursos de doutorado criados na UFPE e na UFF seguiram a tendência já prevalecente na Capes de abertura de programas de doutorado em mestrados já existentes que alcançaram bons conceitos.

Entrementes, o Programa de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte encerrou suas atividades três anos depois de instituído, quando, “por razões institucionais”, “houve uma fusão transformando-se em 1982 em Mestrado em Ciências Sociais ancorado na antropologia e na sociologia”. Essa ideia de *fusão* chama a atenção sobre o fato de a Unicamp ter sido a única, dentre as universidades com mestrados constituídos na década de 1970, que, em vez de criar um doutorado em seu já consolidado programa de pós-graduação em antropologia social, optou por estabelecer, em 1985, um doutorado em ciências sociais.

1 O mestrado profissional foi criado pela Capes na década de 1990.

Como integrei a comissão para a implantação do doutorado em Ciências Sociais na Unicamp, recorro que, através do nosso saudoso colega Wilmar Faria, que era então representante de área na Capes, tomamos conhecimento da política científica então emergente que privilegiava a concepção interdisciplinar das ciências sociais. Dada a recente institucionalização e aperfeiçoamento da avaliação, com destaque à qualidade do ensino na graduação e pós-graduação (II PNPG, 1979-1982), essa informação pesou na avaliação realizada pelo antigo Departamento de Ciências Sociais e acatada pelo então “Conjunto de Antropologia” de que naquela conjuntura, afora os antropólogos, as demais áreas (sociologia e ciências políticas) não estavam em condições de criarem doutorados disciplinares. Como veremos, essa opção da Unicamp refletiu a tendência interdisciplinar prevalecente nas décadas de 1980 e 1990 de criação de mestrados e doutorados em ciências sociais que até hoje fazem parte e são avaliados na Área de Sociologia da Capes. Em decorrência dessa tendência interdisciplinar, que aparentemente restringiu a abertura de cursos disciplinares, a configuração espacial (e regional) da pós-graduação em antropologia, como pode ser visualizado no Mapa 1, permaneceu majoritariamente restrita ao centro-sul do país. Por conseguinte, no ano 2000, o Nordeste contava somente com um programa combinando mestrado e doutorado e antropologia (na UFPE) e na Amazônia Legal o único curso mestrado em antropologia (na UFPA) seria encerrado em 2002.



Mapa 1 Expansão do campo de antropologia no Brasil.

A hegemonia da sociologia como sinônimo das ciências sociais² resultou numa demanda reprimida por programas de pós-graduação em antropologia, cuja retomada se deu a partir da era Lula (2002-2010), num contexto de transformações substantivas das políticas científicas da Capes. Como veremos, a ampliação do número de cursos de mestrados em antropologia nas décadas seguintes, majoritariamente através de processos de desmembramento ou *segmentação* de ciências sociais, assim como seus alcances e desafios, somente podem ser entendidos na conjunção dessas políticas.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E AS POLÍTICAS CIENTÍFICAS DA CAPES

Durante a minha gestão como representante da Área de Antropologia e Arqueologia, entre 2005 e 2007, as políticas científicas da Capes estavam (como continuam) voltadas à formação de recursos humanos, incluindo criação de programas em regiões carentes, e à chamada “internacionalização da pós-graduação”, como forma de torná-la competitiva ao nível global, tanto em termos de produção intelectual quanto de recursos humanos. Como essa internacionalização era ainda emergente, uma Diretoria de Relações Internacionais em 2007 foi criada com a responsabilidade de gerir os programas de bolsas no exterior e a promoção de cooperação científica internacional (CAPES 60 ANOS, 2011).

Todavia, políticas científicas mais competitivas, baseadas em padrões internacionais, já haviam começado a ser formuladas no âmbito do IV PNPG (1998-2002). Ainda no triênio 1998-2000, com a adoção do novo e mais abrangente modelo nacional de programas de Pós-Graduação, que substituiu a avaliação até então vigente que separava cursos de mestrado e doutorado, atenção especial passou a ser dedicada “às linhas de pesquisas e à sua organicidade com as disciplinas, projetos e produtos de pesquisa, teses e dissertações” (KUENZER; MORAES, 2005:8 in LIEVORE; PICININ; PILLATI, 2017).

Com sua ênfase no desenvolvimento da pesquisa científica a partir de padrões internacionais, esse novo modelo de avaliação deslocou o foco até então prevalente na docência para uma maior centralidade na produção científica, introduzindo, dessa forma, a assim chamada *audit culture* ou “cultura de auditoria” (STRATHERN, 1996/1997, 2000).

2 A categoria “sociologia”, como sinônimo de ciências sociais, não tende a ser utilizada somente pelas políticas da Capes, mas também por cientistas sociais, como, por exemplo, Immanuel Wallerstein (1991).

Nesse sentido, a fim de garantir a certificação da qualidade da pós-graduação brasileira através da distribuição de bolsas e recursos para fomento à pesquisa, sucessivos refinamentos do instrumental de mensuração quantitativa da produtividade foram calculados, via de regra, nas “ciências duras” e na *accountability*, ou prestação de contas³. Logo, a adoção a partir do triênio 1998-2000 de critérios baseados em hierarquizações com pesos diversos entre o conjunto de programas de cada área de conhecimento passou a orientar a alocação de verbas e bolsas de estudo aos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), de acordo com as notas recebidas. Igualmente, a instituição, ainda em 1998, do *Sistema Qualis Periódicos*, envolvendo a classificação e hierarquização anual de periódicos nacionais e internacionais utilizados pelos programas de mestrado e doutorado para a divulgação da sua produção, visou aperfeiçoar os processos de avaliação dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) através da aferição quantitativa da qualidade da produção intelectual de docentes e pesquisadores, incluindo aluno⁴. Subsequentemente, através de seu V PNPG (2005-2010), a Capes priorizou as políticas estratégicas das atividades de pós-graduação e o aprimoramento da avaliação da pós-graduação especialmente no que concerne à nucleação e à revisão do *Qualis Periódicos*⁵, incluindo a criação de um *Qualis Periódicos Eletrônicos*.

Nesse contexto, apesar de eventuais críticas, os programas de pós-graduação invariavelmente seguem os critérios estabelecidos pela Diretoria de Avaliação com o intuito de alcançar boas notas e acesso a recursos. Mas, como as ferramentas tendem a ser modeladas com base nas “ciências duras”, há obviamente constantes demandas de adequação desse instrumental de medição para a área das ciências humanas.

Durante a minha gestão como representante de área na Capes, além das propostas e adequações negociadas pelo fórum de coordenadores dos programas de pós-graduação de Antropologia e Arqueologia, estava em discussão um *Qualis Livros*, aliás, implementado de forma experimental no triênio 2005-2007. Tratava-se de uma demanda das ciências humanas sob a justificativa que, diferentemente do que ocorria nas “ciências duras”, a publicação de livros constituía a principal for-

3 O critério de distribuição de bolsas com base no sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação teve início ainda na década de 1980. Posteriormente, durante as gestões de Eunice Ribeiro Durham à frente da Capes, as verbas para auxílios foram associadas às bolsas. Nessas gestões, além de novas iniciativas visando a correção de distorções regionais, como o Programa Norte de Pós-Graduação, descentralizou-se o Programa Bolsas de Doutorado-Sanduíche, criado ainda em 2005, que passou a ser responsabilidade dos programas de doutorado com boa classificação, encarregados de sua distribuição, sob supervisão da Capes (CAPES 60 ANOS, 2011).

4 Sobre a relação entre avaliação e financiamento, vide o capítulo de Ana Paula Mendes de Miranda neste volume.

5 A partir de 2008, dirimiui-se a separação de revistas internacionais e nacionais e foram estabelecidas regras de classificação para evitar a concentração de revistas em estratos superiores (CAPES 60 ANOS, 2011).

ma de expressar o trabalho intelectual desenvolvido por alunos e professores. Mas sob a liderança do filósofo Renato Janine Ribeiro, à época Diretor da Avaliação da Capes, que era obviamente favorável a esse instrumental, sua mensuração foi pensada e negociada em termos da conversão do valor de um livro em um número x de artigos publicados em periódicos de excelência. Portanto, a fim de criar um *Qualis Livros*, seus critérios precisaram ser modelados a partir da perspectiva predominante das “ciências duras” que prioriza a publicação de artigos em periódicos de excelência, em vez de livros⁶.

Também colegas da antropologia visual, considerando a relevância da produção científica na avaliação dos Programas de Pós-Graduação, propuseram a criação de um *Qualis AudioVisual* no âmbito da Área de Antropologia e Arqueologia. Como essa proposta demandaria negociação e não haveria tempo hábil para estabelecer um novo instrumento de medição para o relatório trienal 2004-2006, a minha opção foi a de utilizar o *Qualis da Produção Artística* que estava sendo desenvolvido pela Área de Artes para a produção da antropologia imagética ser computada e, ao mesmo tempo, nomear uma comissão para planejar um *Qualis Audiovisual* finalmente criado no triênio 2011-2013⁷. Portanto, as políticas científicas da Capes resultam em parâmetros de referência não só para os programas de pós-graduação, mas também para áreas emergentes de conhecimento que procuram se estabelecer e, inclusive, ganhar acesso ao sistema de avaliação.

Mas como as políticas da Capes não se restringem à avaliação, o V PNPG, concebido ainda no primeiro governo Lula (2003-2006), também priorizou as políticas de desenvolvimento regional e nacional, em especial a redução das assimetrias regionais, incluindo a formação de pesquisadores. Nesse sentido, a instituição de uma série de programas, como o Programa de Mestrado e Doutorado Interinstitucional – Acelera Amazônia (Minter/Dinter – Acelera Amazônia), o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad), Procad Novas Fronteiras, Dinter Novas Fronteiras e Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral) são exemplos dessas ações (CAPES 60 ANOS, 2011). Essas políticas e ações possibilitaram a crescente expansão do número de programas de pós-graduação no país e, dessa forma, a redução de assimetrias regionais. A conjunção dessas políticas foi essencial para a expansão do número de programas de pós-graduação no país, especialmente a partir da era Lula.

6 Veja, a respeito, Feldman-Bianco (2013).

7 Veja, a respeito, o capítulo de Lia Zanotta Machado neste volume.

A EXPANSÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (2002-2017)

Segundo dados existentes, entre 1998 e 2014, o Brasil passou de 1.259 programas para 3.678 programas de pós-graduação de mestrado e doutorado entre todas as áreas do conhecimento (LIEVORE; PICININ; PILLATIL, 2017). Portanto, o número de programas quase triplicou. No caso da antropologia, embora seus números sejam bem menores, também não deixam de ser eloquentes. Em 2002, havia dez programas de mestrado acadêmico, um programa de mestrado profissional sobre Gestão em Patrimônio Cultural e sete programas de doutorado em antropologia concentrados em sua maioria na região centro sul do país. Em 2012, eram 21 programas de mestrado e 12 de doutorado. Dobrou-se o número de programas em dez anos. Além do mestrado profissional em Gestão do Patrimônio Cultural da antiga Universidade Católica de Goiânia (encerrado em 2009), dois programas acadêmicos passaram a combinar antropologia social e arqueologia, um criado em 2005 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o outro em 2008, na Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI).

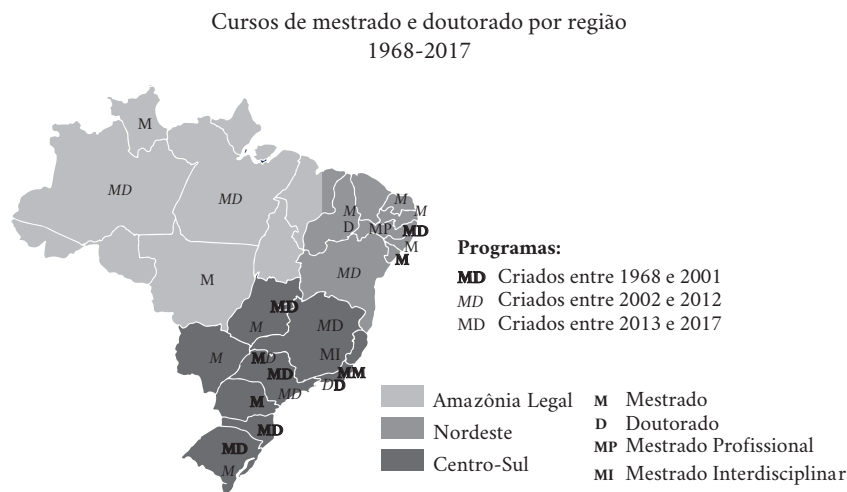
Com a expansão, houve um aumento de programas no Nordeste. Nessa região, passou-se de um mestrado e um doutorado – ambos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – para sete cursos de mestrado e dois de doutorado. Se bem que em menor número, também na Amazônia Legal foram criados novos cursos: dois programas combinando mestrado e doutorado, além de um mestrado interinstitucional. Nesse sentido, vale mencionar que a aprovação desses dois programas combinando mestrado e doutorado ocorreu num período em que a política governamental priorizava projetos direcionados a essa região, como o Acelera Amazônia. O primeiro foi um programa induzido pela Capes, implantado na UFAM em 2007, com foco em antropologia social. O segundo foi o programa baseado em três dos quatro campos de antropologia, estabelecido em 2010 na UFPA, onde, aliás, havia funcionado entre 1998 e 2004 o primeiro curso de mestrado em Antropologia Social da região, o qual foi, no entanto, encerrado após ser integrado ao mestrado de Ciências Sociais dessa mesma universidade, numa tendência oposta à segmentação que estava começando a ocorrer. O mestrado interinstitucional foi criado no ano seguinte, em Boa Vista, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), em colaboração com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Comparativamente, nesse mesmo período, foram criados, na região centro-sul, quatro cursos de mestrado (UFMG, UFSCar, UFG e UFGD) e dois de doutorado, na UFF e na UFSCar, cujos programas de mestrado instituídos, respectivamente em 1994 e 2007, foram considerados consolidados pelos critérios da Capes. Vale salientar que o primeiro

dos programas de mestrado em antropologia social aprovado no triênio 2005-2007 a abrir um curso de doutorado foi o da UFSCar.

A tendência de abertura de cursos de pós-graduação em antropologia no Nordeste e na Amazônia Legal continuou entre 2013 e 2017, período não abarcado pela pesquisa. Nessa ocasião, foram aprovados dois mestrados acadêmicos, respectivamente na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e na UFRR (como resultado do mestrado interinstitucional em colaboração com a UFPE). Também foram criados dois doutorados em universidades cujos cursos de mestrado estabelecidos, respectivamente, em 2005 (na UFRN, com foco em antropologia) e em 2006 na UFMG, combinando antropologia e arqueologia) foram considerados consolidados pela Capes. Ainda foram aprovados, nesse último quinquênio, um mestrado acadêmico, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMT), um mestrado interinstitucional na Universidade Federal de Viçosa em colaboração com o Museu Nacional/UFRJ, já em funcionamento, e um Mestrado Profissional em Comunidades Indígenas e Quilombolas e suas interfaces com a Educação, na Universidade Estadual de Pernambuco (UEPe), em Garanhuns.

Levando em conta essa atualização, o campo de antropologia no Brasil contava em 2017 com 24 mestrados acadêmicos, 14 doutorados, um mestrado interinstitucional e um mestrado profissional recém-criado. Além de uma melhor distribuição espacial desses programas, há também indícios de um processo emergente de interiorização da pós-graduação em antropologia. Enquanto 18 dos programas de mestrado localizam-se em capitais, seis estão sediados no interior. Mas esse número aumenta para oito, se considerarmos o mestrado interinstitucional da UFV e o recém-criado mestrado profissional da UEP localizado no campus de Garanhuns.

No Mapa 2, pode-se visualizar a distribuição espacial (e regional) dos cursos de mestrado e doutorado existentes até o final de 2017.



Mapa 2 Expansão do campo de antropologia no Brasil.

Para se entender melhor esse processo de expansão no número de programas, é importante levar em conta que, desde o triênio 2002-2004, a política da Capes e da área de antropologia e arqueologia foi a de estimular a criação de novos cursos. Durante a minha gestão (2005-2007), segui a orientação de minha predecessora, Miriam Grossi, continuando, portanto, a investir na abertura de novos programas. Circunstancialmente, tive a possibilidade de criar uma comissão intitulada *Povos, Línguas e Culturas da Amazônia Legal* com o objetivo de avaliar o estado da arte da antropologia na região⁸. Esse diagnóstico foi essencial para a abertura do programa induzido de mestrado e doutorado em antropologia social na UFAM (2007). As discussões realizadas também influenciaram e orientaram a formulação do programa de mestrado e doutorado da UFPA que se fundamenta na reconfiguração de três dos quatro campos da antropologia.

Como já indicado, devido à concentração de antropólogos em cursos de ciências sociais, havia na época uma demanda reprimida por programas de pós-graduação em antropologia. Ao analisar a lista dos cursos existentes na atualidade, constatei que, durante a minha gestão à frente da área de antropologia e arqueologia, além dos cursos aprovados (como os da UFAM, UFBA e UFSCar) ou recém-estabelecidos (como o da UGC e UFMG), eu havia visitado a maioria das universidades, ou sido contatada por colegas destas, nas quais foram criados programas de pós-graduação entre 2008 e 2017 – como a UFG, UFAL, FUFSE, ou ainda a UFMT (que estava então interessada em estabelecer um programa de mestrado interinstitucional com o

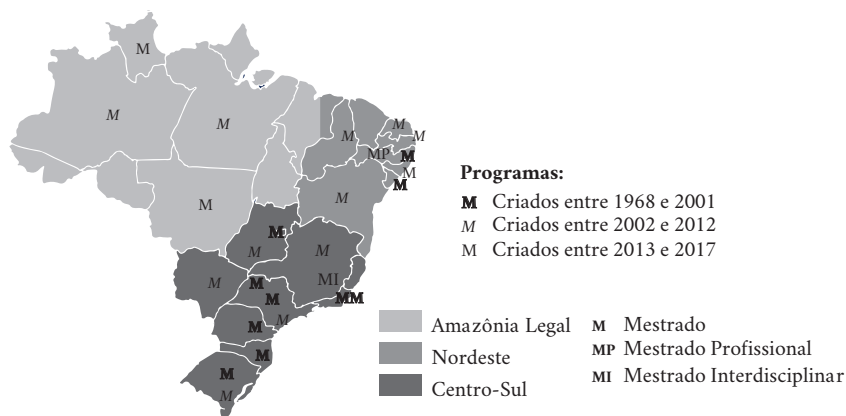
⁸ Essa comissão foi formada por Alfredo Wagner (UFAM), Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/UFRJ), Eduardo Góes Neves (MAE/USP).

Museu Nacional, o que acabou por não ocorrer) e a FUFPI (no caso de antropologia e arqueologia). No entanto, naquele triênio, algumas dessas universidades ainda não contavam com quadros necessários para preencher os requisitos da Capes para a criação de novos cursos (como era o caso, por exemplo, da UFAL, UFMT e FUFPI). Mesmo alguns dos cursos de mestrado criados no triênio tiveram de recorrer a docentes de outras áreas (como foi o caso da UFSCar) ou combinar antropologia social e arqueologia (como foi o caso da UFMG, por exemplo, assim como o da FUFPI), a fim de conseguir preencher os critérios da Capes.

As condições progressivamente mudaram após o estabelecimento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Ao criar o Reuni, em conjunção com o Programa de Expansão Fase I iniciado em 2003, o governo federal visou “retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior” (<<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>). Possibilitou, assim, a ampliação de cursos, vagas e, por extensão, a contratação de novos docentes, nas universidades federais. Essas políticas governamentais propiciaram ainda a criação de sete cursos de graduação em antropologia entre 2005 e 2012, assim como uma variedade de cursos temáticos interdisciplinares que tem interfaces com a antropologia. Além do mais, no contexto do Reuni, o mestrado combinando Antropologia e Arqueologia da FUFPI, criado em 2008, passou por um processo de mudança interna derivando em 2013 na desvinculação da área de Arqueologia para criar seu próprio programa disciplinar⁹.

Esses investimentos em prol do aumento no número de cursos de pós-graduação resultaram numa nova configuração espacial da pós-graduação em antropologia no Brasil. Assim, como se pode verificar no Mapa 3, embora a região centro-sul continue a sediar o maior número de cursos de mestrado (13, além do mestrado interinstitucional), um terço desses cursos (um dos quais combinando antropologia e arqueologia) estão localizados no Nordeste. Na Amazônia Legal, a proporção é menor, já que, dos 24 programas de mestrado, somente 4 estão localizados nessa vasta região.

9 Veja em: <https://www.sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=342>.



Mapa 3 Expansão dos cursos de mestrado, 1968-2017.

Comparativamente, no que tange aos programas de doutorado, pode-se constatar no Mapa 4 a ainda visível predominância da região centro-sul, onde estão localizados 9 dos 14 programas vigentes, isto é, 64% do total. Entretanto, devemos levar em conta que 5 desses 9 doutorados foram criados antes de 2002. Portanto, à medida que os mestrados estabelecidos a partir de 2005 no Nordeste, como também os mais recentes da Amazônia Legal, melhorarem o seu conceito na Capes, eles passarão também a abrigar programas de doutorado. Esse processo já foi iniciado no Nordeste durante o quinquênio 2013-2017, com a abertura do doutorado em antropologia social na UFRGN.



Mapa 4 Expansão dos cursos de doutorado, 1968-2017.

Essa reconfiguração espacial indica que, apesar dos investimentos realizados e da abertura de novos cursos de pós-graduação e especializações em antropologia, a Amazônia Legal ainda apresenta grandes desafios, dada a vastidão e as grandes distâncias. É especialmente nessa região que boa parte da pesquisa antropológica ainda é realizada em cursos de ciências sociais – como também por antropólogos de outras áreas do país e do exterior –, apontando, assim, para um outro desafio representado pela persistente dispersão da pesquisa¹⁰.

A fim de confrontar essa dispersão, o relatório da comissão *Povos, Línguas e Culturas da Amazônia Legal* enfatizou a necessidade de se estimular uma atuação descentralizada e operacionalizada por meio da formação de redes interinstitucionais. Considerando a existência de forte potencial para redes e cooperações entre instituições que atuam em diferentes estados da Amazônia, julgou-se se imprescindível descentralizar e regionalizar a pesquisa e o ensino.

CONTEXTUALIZANDO OS PROCESSOS DE SEGMENTAÇÃO (DAS CIÊNCIAS SOCIAIS)

Como já mencionado, se a tendência foi de criação de cursos em ciências sociais no transcorrer das décadas de 1980 e 1990, processos de segmentação mostraram-se prevaletentes especialmente a partir de 2004. Apesar de histórias e processos diversos, pelo menos nove dos novos programas aprovados entre 2004 e 2017 (incluindo Unicamp, UFRGN e UFPA) foram desmembrados de cursos de ciências sociais ou sociologia, como podemos ver no quadro abaixo:

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Mestrado de Antropologia, encerrado em 1982

Mestrado em Ciências Sociais, criado em 1982

Novo Mestrado em Antropologia, aprovado em 2004

Doutorado em Antropologia, aprovado em 2016

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Mestrados disciplinares (Antropologia, Ciências Políticas e Sociologia)

Doutorado em Ciências Sociais (1985)

Doutorado em Antropologia, aprovado em 2004

10 Além do mais, deve-se levar em conta que programas importantes, como a Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da UEMA, formado essencialmente por antropólogos, foram abertos em outras áreas de conhecimento da Capes e até o final de 2017 não haviam sido transferidos para a Área de Antropologia e Arqueologia da Capes. A respeito, veja Almeida (no prelo).

Universidade Federal do Pará (UFPA)

- Programa de Mestrado em Antropologia encerrado em 2003
- Fusão em um Programa de Sociologia e Antropologia, aprovada em 2002
- Novo Mestrado e Doutorado em Antropologia (baseado nos 4 campos), 2010

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

- Mestrado em Ciência Política, 1966
- Mestrado em Sociologia, 1981
- Doutorado em Sociologia e Política (Sociologia e Antropologia), 1994
- Mestrado em Antropologia e Arqueologia, 2006
- Doutorado em Antropologia e Arqueologia, 2014

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

- Mestrado em Ciências Humanas, 1978
- Mestrado em Sociologia, 1990
- Doutorado em Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia), 1999
- Mestrado e Doutorado em Antropologia, 2007

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

- Mestrado em Ciências Sociais, 1987
- Doutorado em Ciências Sociais, 1999
- Mestrado em Antropologia, criado em 2007
- Doutorado em Antropologia, aprovado em 2010

Universidade Federal de Goiânia (UFG)

- Criação de Mestrado em Sociologia, 1999
- Criação do Doutorado em Sociologia, 2009
- Mestrado em Antropologia, 2008
- Doutorado em Antropologia, 2014

Este processo continuou entre 2011 de 2017, como podemos ver abaixo:

Universidade Federal do Sergipe (UFS)

- Mestrado em Sociologia, criado em 1987
- Transmutado em Mestrado em Ciências Sociais, 2002
- Doutorado em Sociologia, 2008
- Mestrado em Antropologia, criado em 2011

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

- Mestrado em Ciências Sociais, 1979
- Doutorado em Ciências Sociais, 1999
- Mestrado em Antropologia Social, 2013

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Programa de Ciências Sociais, 2005

Mestrado em Ciências Políticas, 2010

Mestrado em Antropologia e Arqueologia, 2011

Segundo o site, a sociologia tornou-se a herdeira do Programa em Ciências Sociais, Passando a denominar-se Programa de Pós-Graduação em Sociologia, em 2012 ¹¹

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Mestrado em Sociologia, 2013

Mestrado em Antropologia, aprovado em 2015

Além do mais, também ocorreu segmentação

Universidade Federal do Piauí

Mestrado de Antropologia e Arqueologia, criado em

Mestrado de Arqueologia

Mestrado de Antropologia

É importante assinalar que essa segmentação disciplinar ocorreu até mesmo nos cursos de antropologia que haviam se transmutado ainda na década de 1980 em programas de ciências sociais através de processos de *fusão*, como foi o caso do encerramento do mestrado em antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em prol da abertura de um mestrado em ciências sociais e a criação de um doutorado em ciências sociais na Unicamp. Em contraposição, na década de 2000, somente um mestrado em antropologia, o da UFPA, foi encerrado em prol de uma fusão com a sociologia, mas que se reconstituiu como um Programa de Antropologia (mestrado e doutorado) em 2010.

Nesse panorama, o caso da Unicamp é emblemático, na medida em que traz à tona a relação entre processos de segmentação e normas de avaliação, no contexto da hegemonia da sociologia enquanto sinônimo de ciências sociais. Se na década de 1980, apesar da existência de programas de mestrado disciplinares (de antropologia, sociologia e ciências políticas), optou-se pela fusão dessas disciplinas em torno de um doutorado em ciências sociais, a junção entre mestrados disciplinares e doutorado em ciências sociais tornou-se um empecilho após o estabelecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação, no triênio 1998-2000. Assim, enquanto os programas de mestrado disciplinares são avaliados pelas áreas correspondentes – respectivamente, Antropologia e Arqueologia, Ciências Políticas e Sociologia –, o Programa de Doutorado em Ciências Sociais é avaliado pela área de Sociologia, muito embora reúna docentes e alunato das três disciplinas. Com as mudanças desde o triênio 1998-2000, em hierarquização de pesos diversos e ênfase em

11 Ver <<https://wp.UFPel.edu.br/ppgs/sobre-o-ppgs/>>.

sistemas de pós-graduação combinando mestrados e doutorados, a Capes deixou de reconhecer que, além dos mestrados disciplinares, a Unicamp também contava com um doutorado interdisciplinar. De fato, na prática, esses programas de mestrado disciplinares foram separados do programa de doutorado interdisciplinar, já que, com base nos critérios vigentes de hierarquização e pesos diferentes para mestrado (3 a 5) e doutorado (notas 4 a 7), a Capes deixou de considerar que havia envolvimento de membros do corpo docente tanto com os mestrados disciplinares como com o doutorado. Consequentemente, os programas de mestrado em antropologia, ciências políticas e sociologia optaram pela criação de doutorados disciplinares que os possibilitassem a eventualmente galgar a escala de notas e, assim, obter mais recursos. Se, talvez, o processo pelo qual passou a Unicamp se constitua no mais dramático, a demanda por cursos de antropologia e a (in)visibilização da disciplina nos programas de ciências sociais estão no cerne desses casos de segmentação (das ciências sociais), que nem sempre ocorrem de forma pacífica. Contudo, apesar de várias discussões, negociações e encaminhamentos, realizados no triênio 2005-2007 para que os programas em ciências sociais pudessem ser avaliados não somente pela sociologia, mas também pelas ciências políticas e antropologia, que eu saiba até hoje essa questão deixou de ser resolvida. Nesse cenário, dado o vínculo histórico com as ciências sociais, os antropólogos, além de criarem e atuarem em seus programas disciplinares, independentemente da expansão de programas de antropologia, continuam ativos em programas de diferentes áreas de conhecimento, predominantemente em cursos de ciências sociais ou sociologia, cujos números também têm aumentado.

RECONFIGURAÇÕES ESPACIAIS E REDISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO ANTROPOLÓGICA

No contexto desses processos nem sempre pacíficos de segmentação, torna-se importante examinar os impactos da ampliação do número de programas de pós-graduação em antropologia e as resultantes reconfigurações espaciais na redistribuição quantitativa da produção antropológica, quer seja no que tange à formação de recursos humanos, quer seja na produção do conhecimento. Assim, no que tange à formação de recursos humanos, como podemos ver no Gráfico 1, com a ampliação do número de mestrados e doutorados, o número de estudantes aumentou. Em 2004, havia 553 estudantes matriculados em nove programas de mestrado e doutorado em antropologia. Em comparação, esse número dobrou, chegando a 1.156 em 2012.

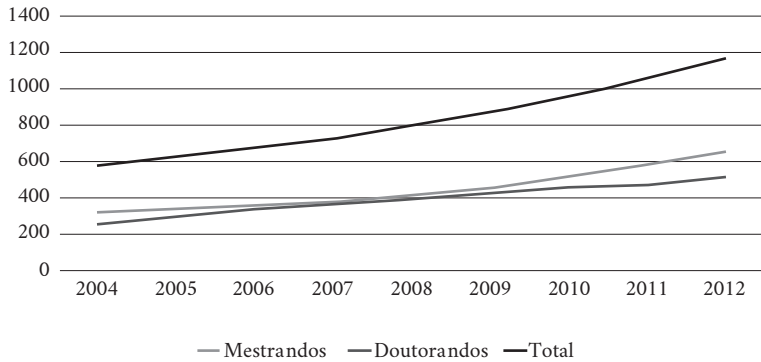


Gráfico 1 Estudantes matriculados em PPGAS, por ano (2004-2012).

Como corolário, a participação relativa do Norte e Nordeste aumentou, senão vejamos: dos 307 alunos matriculados em nível de mestrado em 2004, 44% encontravam-se em programas do Sudeste, 28% no Sul, 15% no Nordeste e 13% no Centro-Sul do país. Em comparação, em 2012, conquanto o Sudeste tivesse mantido sua posição de predominância, abrangendo 40% dos 650 estudantes matriculados, o Nordeste e o Norte passaram a incorporar respectivamente 24% e 5% desse total. Ao mesmo tempo, a participação do Sul e do Centro-Sul diminuiu, agrupando respectivamente apenas 20% e 6% desse total. Essas mudanças de participação relativa no número matrículas por região, levando a uma melhor distribuição dos estudantes pelo país, podem ser visualizadas no Gráfico 2, abaixo.

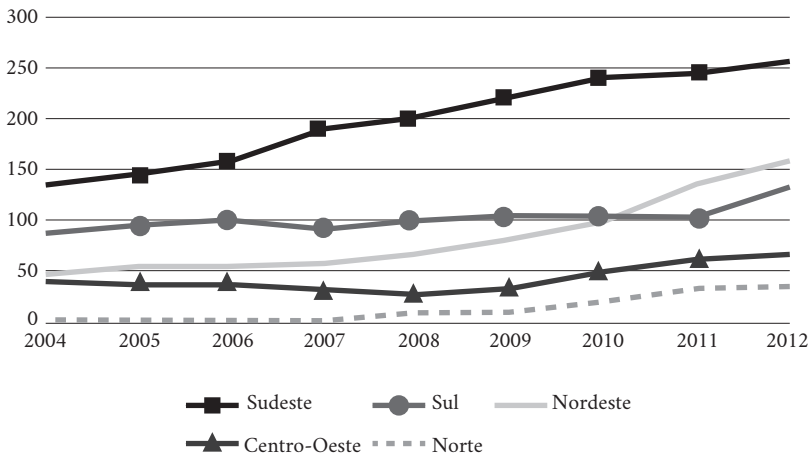


Gráfico 2 Estudantes matriculados em cursos de mestrado, por região (2004-2012).

Já no caso do doutorado, embora o número de estudantes matriculados houvesse dobrado de 246 em 2004 para 506 em 2012, como pode ser visualizado no Gráfico 3, não houve grande redistribuição dos mesmos pelas diversas regiões do país, já que a maioria dos programas de doutorado continuou concentrada nas regiões Sudeste e Sul. Aliás, houve um aumento relativo nas percentagens dos doutorandos matriculados em universidades do Sudeste, de 53% para 60%, e, ao mesmo tempo, uma diminuição daqueles matriculados nas universidades localizadas no Sul do país, de 27% para 18%. Enquanto a percentagem dos doutorandos matriculados em cursos do Nordeste continuou a mesma (9%), com a abertura de programas combinando mestrado e doutorado em antropologia na Amazônia Legal, a região Norte começou a receber alunos em 2009, contribuindo com 5% do total dos alunos matriculados em 2012.

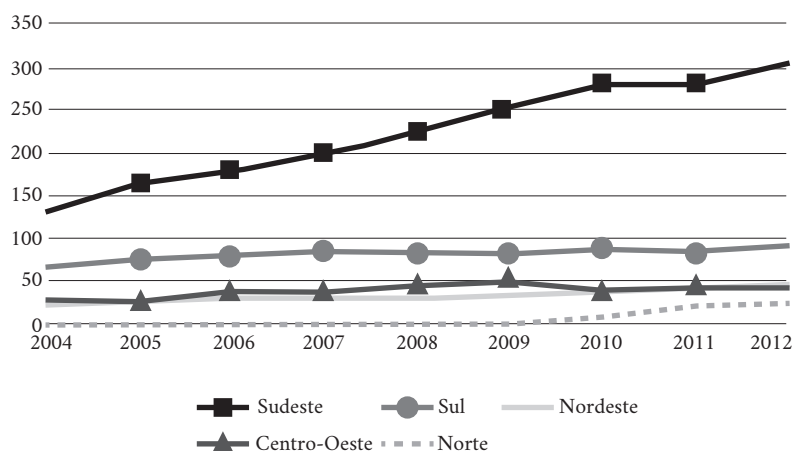


Gráfico 3 Estudantes matriculados em cursos de doutorado, por região.

O aumento no número de estudantes matriculados em programas de pós-graduação em antropologia foi acompanhado por igual expansão na produção de dissertações e teses. De 94 dissertações e 36 teses defendidas em 2004, passou-se a 234 dissertações e 72 teses em 2012. Assim, enquanto o número de matriculados cresceu a uma razão de 2,1, o número de dissertações defendidas subiu à razão de 2,5 e de teses a 2. Em outras palavras, em 2012 produziram-se duas vezes e meia mais dissertações que em 2004, e o dobro de teses. O Gráfico 4 permite uma visualização desse alargamento no número de titulações de mestrado e doutorado.

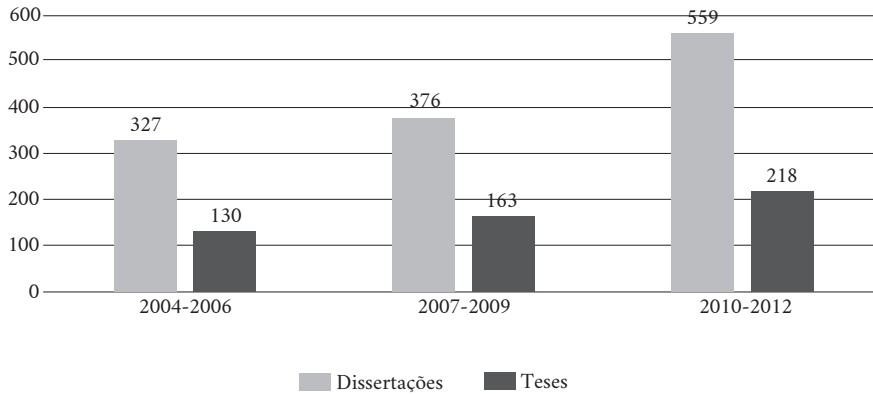


Gráfico 4 Número de dissertações e teses defendidas.

No que se refere às titulações de mestrado, podemos verificar pelo Gráfico 5 a ocorrência desde 2007 de um aumento de titulações no Nordeste, e, embora em menor proporção, também na região Norte (desde 2009). Ao mesmo tempo, o Sul e Sudeste apresentaram, entre 2004 e 2012, relativa redução de participação na produção de dissertações, proporcionando assim uma melhor distribuição de titulações pelo país. Assim, em 2004, 56%, de um total de 94 dissertações, foram defendidas em programas localizados no Sudeste; 26%, no Sul; 14%, no Nordeste; e 9 no Centro-Oeste. Comparativamente, em 2012, de um total de 234 dissertações, o Sudeste, embora diminuindo sua participação, ainda predomina com 36% do total de defesas, seguido pelo Nordeste, com 30%. Enquanto a região Sul reduziu sua participação para 18% e o Centro-Oeste manteve a mesma percentagem (9%), a região Norte aumentou gradativamente o número de defesas de mestrado desde 2009, atingindo 5% do total em 2012.

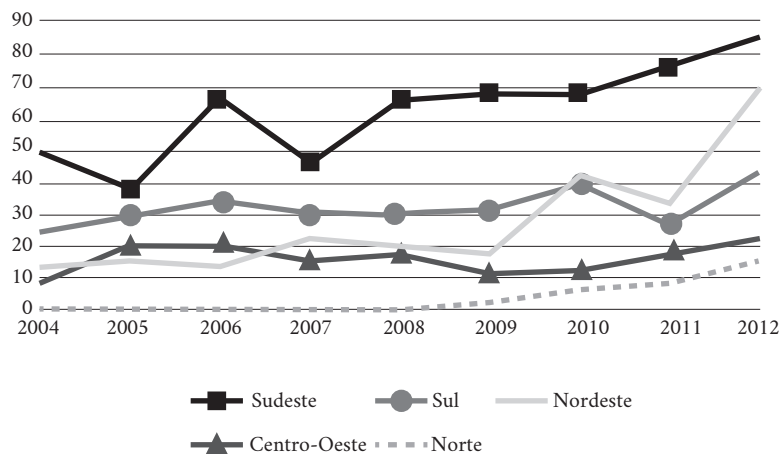


Gráfico 5 Dissertações defendidas por região (2004-2012).

Vale notar ainda que a produção dos programas criados desde 2005 (UFPI, UFS, UFAM, UFBA, UFG, UFGD, UFMG, UFPA, UFPB, UFPel, UFRN, UFSCar) ganhou rapidamente espaço em nível de mestrado, chegando a representar, em 2012, 40% do total de 234 dissertações defendidas nos programas de antropologia da área, como pode ser visualizado abaixo, nos gráficos 6 e 7.

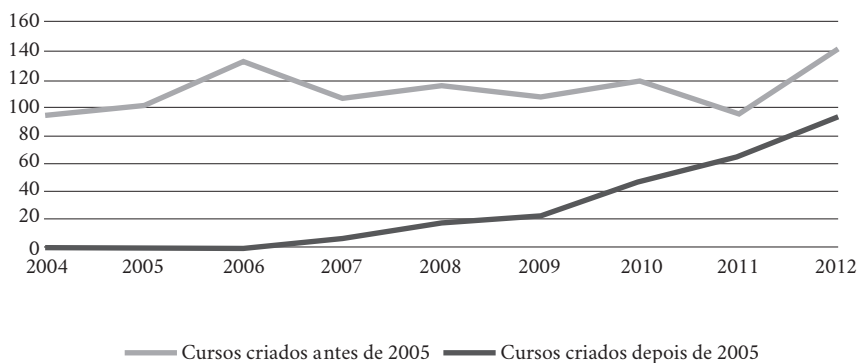


Gráfico 6 Dissertações defendidas por ano de criação do curso.

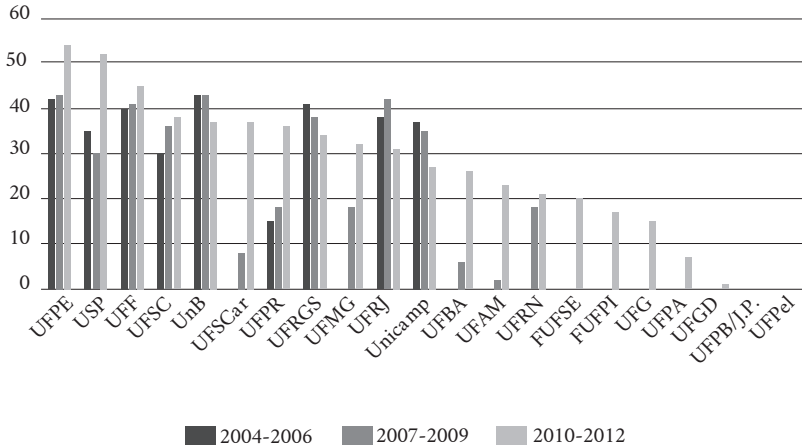


Gráfico 7 Número de dissertações por triênio.

O mesmo movimento ainda não ocorre no doutorado. Como pode ser visualizado nos gráficos 8, 9 e 10, embora o número de defesas tenha duplicado de 36 em 2004 para 72 em 2012, são os programas criados antes de 2005 que ainda congregam a maioria das titulações em nível de doutorado. Os novos programas de doutorado, estabelecidos no Norte e Nordeste após 2005, ou estavam começando a titular doutores (como a UFBA) ou não tiveram tempo hábil para fazê-lo, como nos casos da UFAM e da UFPA.

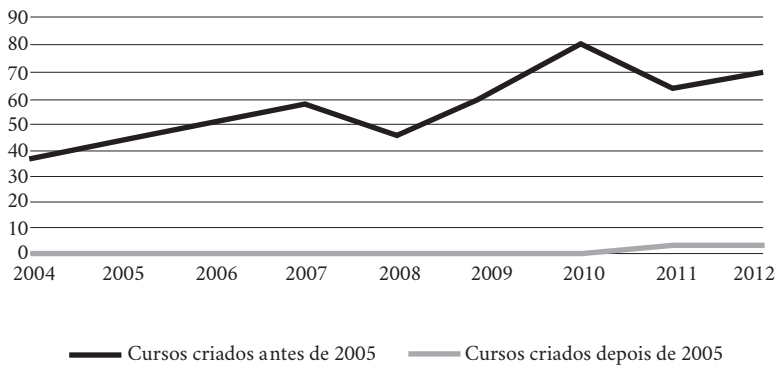


Gráfico 8 Teses defendidas por ano de criação do curso.

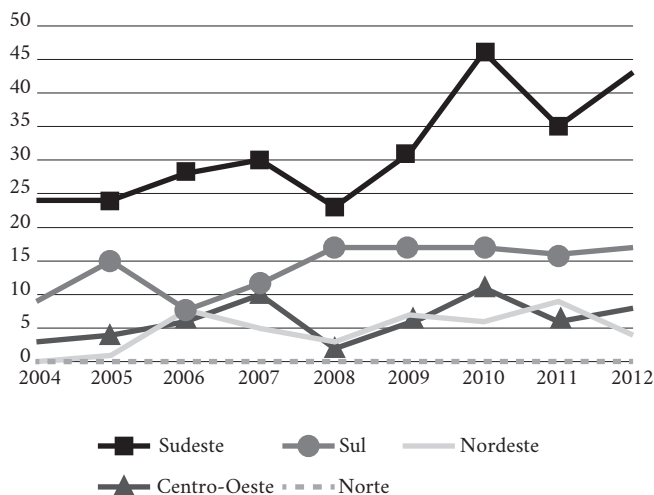


Gráfico 9 Teses defendidas por região.

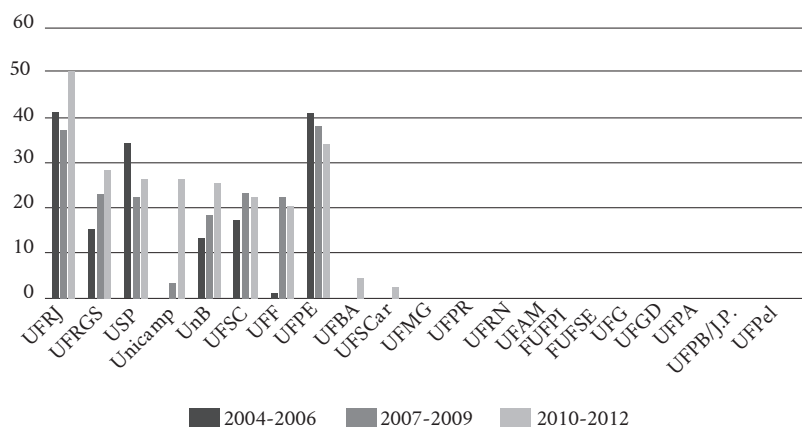


Gráfico 10 Número de teses por triênio.

Houve também, na década pesquisada, um constante aumento quantitativo na produção bibliográfica dos professores permanentes e colaboradores vinculados aos Programas de Pós-Graduação da Área de Antropologia, equivalente ao crescimento no número dos programas. Em termos gerais, o número total de capítulos e livros publicados no país quase dobrou: de 760 peças no triênio 2004-2006 para 1.464 em 2010-2012. Como se pode ver no Gráfico 11, todas as regiões apresentaram tendência de crescimento, com maior destaque para a rápida expansão ocorrida nas regiões Norte e Nordeste no que tange ao total dessa produção no país entre os triênios, atingindo ou, inclusive, superando no último triênio a média de publicações das demais regiões.

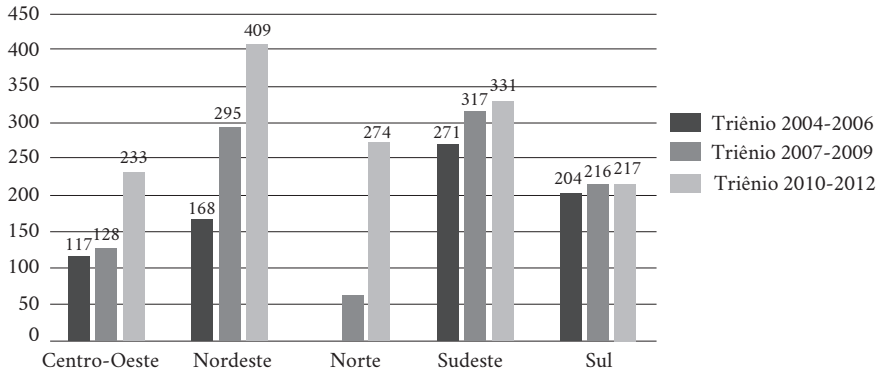


Gráfico 11 Produção bibliográfica no país (livros e capítulos de livros).

Como podemos ver abaixo, no Gráfico 12, esse aumento na produção de livros e capítulos no país se deve ao desempenho dos programas criados a partir de 2005, especialmente no que concerne ao triênio 2010-2012.

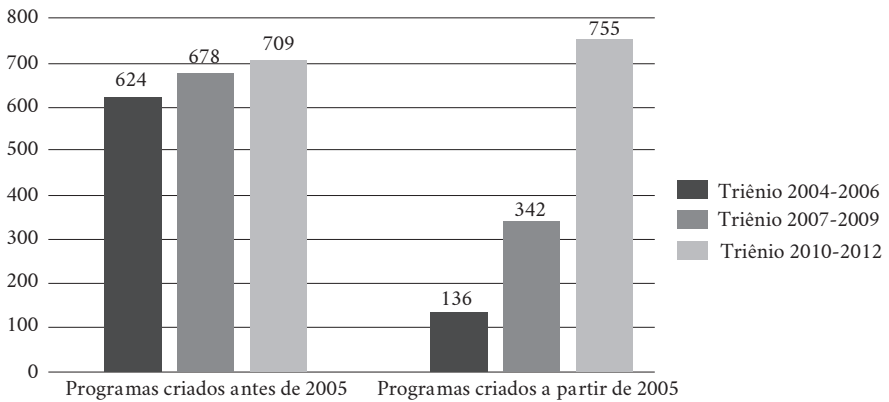


Gráfico 12 Produção bibliográfica no país (livros e capítulos de livros).

Ademais, o número de livros e capítulos publicados no exterior também aumentou, duplicando de 131 em 2004-2006 para 267 no triênio 2010-2012. Como o Gráfico 13 indica, esse aumento ocorreu em todas as regiões do país. Mas, como podemos visualizar no Gráfico 14, são ainda os programas mais antigos os que mais publicam no exterior.

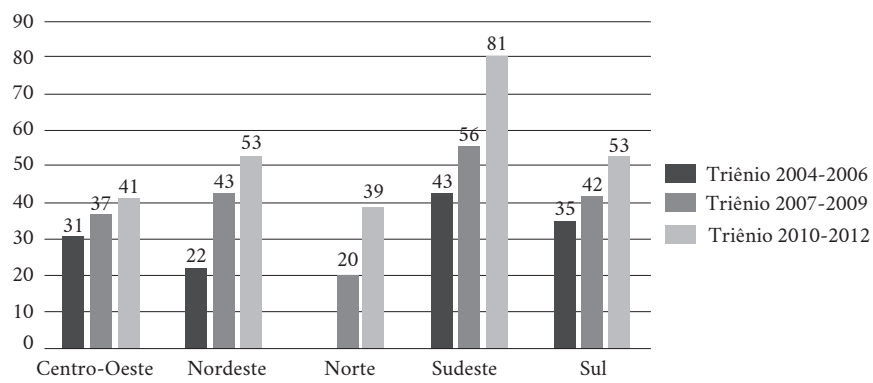


Gráfico 13 Produção bibliográfica no exterior (livros e capítulos de livros).

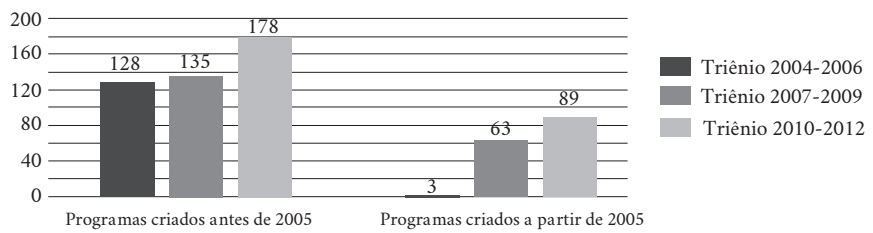


Gráfico 14 Produção bibliográfica no exterior (livros e capítulos de livros).

Igualmente, no que tange à publicação de artigos em periódicos, os programas mais antigos são os que tendem a publicar mais em Qualis A1, A2 e B1. Contudo, nota-se uma diminuição dessa diferença no triênio 2010-2012, como se pode ver no quadro abaixo.

Ano de criação	2007-2009	%	2010-2012	%
Antes de 2005	283	74%	329	57%
Depois de 2005	102	26%	248	43%
Total	385	100%	577	100%

Além disso, o Gráfico 15 fornece uma visão da série histórica de artigos publicados em extratos superiores (Qualis A1, A2 e B1) nos dois últimos triênios, por região, indicando, assim, o ótimo desempenho da região norte nesse aumento quantitativo da produção.

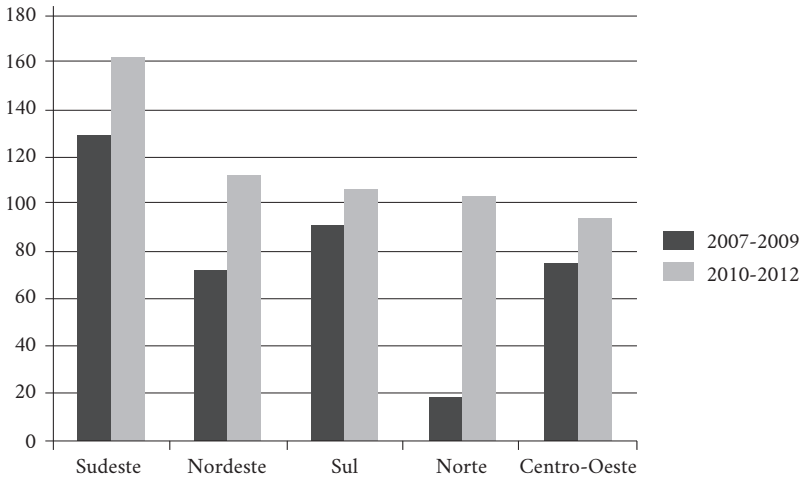


Gráfico 15 Artigos publicados em Qualis A1, A2 e B1, por região 2007-2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, desde 1975 a Capes tem conduzido o planejamento estratégico do sistema de pós-graduação no Brasil por meio dos Planos Nacionais de Pós-Graduação. Desde a década de 1990, tentativas de alçar a pós-graduação brasileira a um patamar competitivo e influenciar o seu crescimento enfatizaram a qualidade (e quantidade) da produção científica através do constante refinamento dos instrumentos de avaliação moldados na cultura de auditoria, ou prestação de contas. A partir desses investimentos, o Brasil apresentou crescente participação na produção científica mundial nas últimas décadas, chegando a ocupar a 13ª posição no ranking mundial.

No contexto dessas políticas científicas que geraram crescimento no número de programas de pós-graduação, a ampliação do número de programas de pós-graduação em antropologia ocorrida especialmente a partir de 2004 atendeu a uma demanda existente. Essa expansão permitiu a reconfiguração espacial desses programas e a atenuação de desigualdades regionais, especialmente em relação ao Nordeste. No caso da Amazônia Legal, a pós-graduação em antropologia era praticamente inexistente, apesar da longa história de ensino, pesquisa e importante atuação de museus antropológicos na região. Hoje existem bons programas já consolidados na região, mesmo que seu número seja ainda bastante limitado. Não obstante a redução das desigualdades regionais constituir uma

das metas da Capes, desde 1975, no caso da antropologia, essa diminuição só começou a se efetivar devido a um conjunto de políticas científicas e de governo na era Lula (2003-2010), como o V PNPG (2005-2010) e o Reuni, numa quadra favorável da economia política nacional.

Afora no Centro-Sul, a antropologia encontrava-se invisibilizada em programas de pós-graduação em ciências sociais, em decorrência das políticas e práticas científicas implementadas nas décadas de 1980 e 1990. Não por acaso, o aumento no número de programas de pós-graduação em antropologia se deu principalmente através de processos de desmembramento ou segmentação das ciências sociais. Análises quantitativas da formação de recursos humanos (em termos de número de alunos matriculados, dissertações e teses defendidas), produção científica (em termos de publicações de livros e artigos em periódicos) e internacionalização indicam que, no período pesquisado (2004-2010), tanto os antigos programas já consolidados quanto os novos programas responderam bastante bem às políticas e aos critérios de avaliação da Capes baseados na cultura da auditoria e prestação de contas.

Mais especificamente, os dados analisados mostram uma relação entre a distribuição espacial de mestrados e doutorados, novos e antigos programas e os resultados obtidos. Com a ampliação do número de programas de antropologia, houve uma melhor distribuição do número de alunos matriculados no mestrado pelas diferentes regiões, aumentando a participação relativa do Norte e Nordeste. Consequentemente, as titulações de mestrado também foram melhor distribuídas regionalmente e, por extensão, entre os programas criados antes e depois de 2005. Comparativamente, apesar do número de alunos matriculados no doutorado duplicar, não houve ainda a possibilidade de uma melhor redistribuição pelas diversas regiões do país. Por isso, a maioria das teses foi ainda defendida nos programas criados antes de 2005, localizados no Sudeste e Sul do país. Mas, independentemente dessa concentração dos programas de doutorado e das defesas de tese, esse aumento do número de doutoramentos realizados no país contribuiu para que, diferentemente das décadas anteriores, a capacitação docente esteja sendo realizada majoritariamente no Brasil.

No que tange à produção científica, também houve um constante aumento quantitativo da produção bibliográfica dos docentes dos programas de pós-graduação em antropologia. Embora todas as regiões tivessem apresentado tendência de crescimento, a expansão no número de livros e capítulos de livros publicados no país foi maior no Norte e Nordeste, tendo os novos programas, criados desde 2005, apresentado o melhor desempenho nesse quesito, particularmente no triênio 2010-2012. Por outro lado, se bem que o número de livros e capítulos publicados no exterior tivesse duplicado, são ainda os programas mais antigos os que mais

publicam no exterior, assim como nos periódicos Qualis A1, A2 e B1. No caso dos periódicos, nota-se, entretanto, uma diminuição dessa diferença entre programas novos e antigos no triênio 2010-2012, sugerindo uma tendência de melhor distribuição dessa produção. Publica-se e se faz pesquisa principalmente no Brasil, mas há uma percentagem de pesquisas realizadas no exterior e uma tendência a se publicar mais em inglês¹².

À primeira vista, essa análise quantitativa referente à formação de recursos humanos e à produção científica indica uma história de sucesso e corrobora a contínua consolidação do campo da antropologia no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, nos deparamos com grandes desafios quando deslocamos o foco para os egressos e percebemos os limites dessa ampliação no número de programas de pós-graduação, como bem mostram os capítulos de Machado, Teixeira e Sprandel e Barreto (neste volume) com base no período pesquisado. Os desafios se tornaram ainda maiores no presente, tanto no que diz respeito ao alunato como aos próprios programas de pós-graduação existentes (novos e antigos), tendo em vista a atual conjuntura política e socioeconômica, marcada por cortes na educação, na ciência e tecnologia e, por extensão, no mercado de trabalho.

Nesse cenário, especialmente o texto de Igor Machado sobre os egressos dos doutorados em antropologia aponta para os limites, ou esgotamento, desse “Ciclo Reuni”, que, ao estimular a expansão de programas e consequente aumento de doutores, também proporcionou um mercado de trabalho nas universidades federais, preferencialmente para aqueles titulados no centro-sul do país. Nesse sentido, a expansão dos programas de pós-graduação (e, portanto, também de alunos e egressos) torna-se uma faca de dois gumes. De um lado, possibilitou iniciar uma melhor distribuição regional, atenuando desigualdades, seja no que concerne à formação de recursos humanos ou da produção científica. Mas, por outro lado, na medida em que o mercado aberto para os egressos continua a ser o serviço público, essa expansão, conforme indica a análise de Machado, já no período 2004-2012, se mostrou insuficiente para conter o desemprego e o aumento de atividades não relacionadas com o doutorado.

Da mesma forma, os capítulos de Carla Teixeira (sobre os egressos de programas de mestrado) e de Marcia Sprandel e Henyo Barreto (sobre a produção e atuação profissional de antropólogas e antropólogos que trabalham em outros âmbitos que não universidades públicas ou institutos federais) corroboram a análise de Machado de que o grande mercado de trabalho aberto para os egressos de mestrado e doutorado no período 2004-2012 era o emprego público, obtido através de concursos, agora em retração. Nesse contexto, o capítulo de Sprandel e

12 Veja capítulo de Gustavo Lins Ribeiro, sobre internacionalização, neste volume.

Baretto, além de inserir na análise os egressos dos cursos de graduação em ciências sociais e a emergência de cursos de graduação em antropologia, ajuda também a dirimir a aparente dicotomia entre aqueles com trajetória acadêmica e aqueles que trilharam uma carreira no âmbito de uma antropologia pública. O apagamento dessa falsa dicotomia e a necessidade urgente de discussões, no âmbito da ABA, reunindo antropólogos a antropólogas com diferentes experiências de atuação profissional, em conjunção com o fórum de coordenadores de programas de pós-graduação em antropologia, para se adequar e defender a graduação e pós-graduação em antropologia nesses tempos difíceis, o que inclui a criminalização de nossos sujeitos de pesquisa e da própria antropologia, são imperiosos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. *Programas de pós-graduação em antropologia na Amazônia*. Editora ABA. (no prelo). E. Book.

CAPES 60 ANOS. *Revista Comemorativa*, jul. 2011. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Revista-Capes-60-anos.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2018.

FELDMAN-BIANCO, B. Entre a ciência e a política: desafios atuais da antropologia brasileira. In: _____. (Org.). *Desafios da antropologia brasileira*. Brasília: ABA Publicações 2013. p. 19-46.

LIEVORE, C.; PICININ, C. T.; PILLATI, L. A. As áreas do conhecimento na pós-graduação stricto sensu brasileira: crescimento longitudinal entre 1995 e 2014. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 207-237, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0207.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2018.

STRATHERN, M. From improvement to enhancement: an anthropological comment on the audit culture. *The Cambridge Journal of Anthropology*, v. 19, n. 3, p. 1-21, 1996/1997.

_____. (Ed.). *Audit cultures: anthropological studies in accountability, ethics, and the academy*. Londres: Routledge, 2000.

TRAJANO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

VELHO, O. G. Antropologia para sueco ver. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 79-91, 1980.

WALLERSTEIN, I. *Unthinking social science: the limits of nineteenth century paradigms*. Cambridge: Polity, 1991.

2

A DINÂMICA DO CAMPO

TEMAS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Júlio Assis Simões

Este capítulo visa oferecer uma visão da evolução das áreas de pesquisa na antropologia brasileira contemporânea, focalizando principalmente as mudanças que aconteceram no período entre 2004 e 2012, quando a disciplina experimentou grande expansão institucional, notável tanto no aumento do número de programas de pós-graduação quanto em sua dispersão pelas diferentes regiões do país.

Lido com dados produzidos especialmente pela coordenação deste projeto, que procedeu a um levantamento das linhas de pesquisas presentes nos vários programas de pós-graduação em antropologia no país, incluindo também alguma informação sobre projetos e produtos acadêmicos a elas associados. Longe de qualquer pretensão de balanço exaustivo, busco assinalar algumas transformações de alcance mais amplo, bem como chamar a atenção para algumas tendências e debates discerníveis nos dados relativos à estruturação e evolução das linhas de pesquisa.

Como orientação geral da análise, retomo as questões propostas por Paula Montero, na avaliação da dinâmica do campo e das tendências de pesquisa que fez parte do esforço anterior de levantamento das características da disciplina, no livro *O campo da antropologia no Brasil* (MONTERO, 2004). Assim, procuro montar um painel com os principais temas e problemas que têm organizado o campo da disciplina no Brasil e como têm evoluído ao longo do tempo, tendo em conta o período aqui privilegiado (2004-2012). Tento também avançar algumas interpretações sobre as grandes áreas de interesse de pesquisa, com base no escrutínio das linhas ativas nos vários programas e em um exercício de comparação entre linhas e entre programas, considerando seu tempo de existência e sua variedade institucional e regional.

É preciso assinalar, desde já, algumas importantes limitações e dificuldades das análises e interpretações aqui propostas¹. Os dados aqui trabalhados não dão conta

1 Veja as observações sobre a metodologia desta pesquisa no texto de Daniel Simião, neste livro.

de toda a pesquisa em antropologia que se faz no Brasil, mas apenas do conjunto específico formado pelos 21 programas de pós-graduação da disciplina que compunham a área de avaliação de Antropologia e Arqueologia da Capes até 2012. Ainda assim, enfrenta-se a dificuldade de lidar com a formidável quantidade de linhas de pesquisa existentes e a variedade das nomenclaturas usadas na formulação de seus títulos. O último censo de grupos de pesquisa efetuado pelo CNPq, em 2010, registrou 1.056 linhas com temática predominante em antropologia. Por injunção dos critérios de avaliação empregados pela Capes, os programas de pós-graduação efetuaram, nos últimos anos, um esforço de aglutinação e redefinição de focos de interesse de pesquisa, com vistas a dispor um quadro mais padronizado e enxuto de linhas. Isso ajuda a entender a diferença de número e nomeações entre o quadro de linhas de pesquisa que os programas apresentam e aquele que se encontra registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Ainda assim, a variedade de nomes é considerável. O tratamento prévio empreendido pela coordenação do projeto reduziu esse sortimento a um conjunto de categorizações, ou rótulos de linha, com base nas informações obtidas junto aos programas. A partir destes rótulos, foram construídas as tabulações que servem de referência a esta análise.

A listagem de rótulos utilizados neste capítulo segue abaixo², em ordem alfabética:

1. África e Ásia
2. Antropologia da Ciência e da Técnica
3. Antropologia da Política
4. Antropologia da Religião
5. Antropologia da Saúde
6. Antropologia do Desenvolvimento
7. Antropologia do Direito
8. Antropologia Econômica
9. Antropologia Urbana
10. Antropologia Visual e da Imagem
11. Arqueologia
12. Campesinato
13. Comunicação, Arte e Cultura
14. Estudos de Gênero
15. Etnologia Indígena

2 Nos dados em que me baseio havia também uma 24ª categoria, “Outros”, na qual foram incluídas as denominações de linhas que, por motivos variados, não puderam ser encaixadas nos outros 23 rótulos. Deixarei essa denominação de lado, por conta da dificuldade de precisar suas temáticas. Quando pude localizá-las, consultando dados de descrição das problemáticas, elas são explicitadas no texto.

16. História
17. Identidade, Território e Relações Interétnicas
18. Linguística
19. Marcadores Sociais da Diferença
20. Meio Ambiente
21. Patrimônio
22. Ritual e Simbolismo
23. Teoria Antropológica

Essas categorizações contribuem para amenizar o grau de multiplicidade e heterogeneidade, mas, como fica evidente a uma primeira leitura, não eliminam as complicações envolvidas. Com efeito, os rótulos espelham ambiguidades, misturas e indeterminações das nomenclaturas originais. Os títulos circunscrevem interesses de pesquisa segundo critérios distintos: recortes temáticos (Ambiente, Arte, Patrimônio, Religião); populações (Campeinato, Etnologia Indígena); lugares (África e Ásia); categorias e conceituações teóricas (Gênero, Identidade, Marcadores Sociais da Diferença, Relações Interétnicas, Ritual); disciplinas (Arqueologia, Direito, Economia, História, Linguística, Saúde). Há linhas de demarcação temática muito ampla, como Antropologia Urbana, na qual podem caber muitos dos tópicos designados por outros rótulos. Há formulações que agregam, num tópico de interesse comum, temas e problemas bastante distintos, como, por exemplo, Antropologia da Política, que pode envolver estudos de relações de poder, família e parentesco, conflitos, crime e ilegalismos, constituição de atores coletivos e de sujeitos de direitos, processos de formação de Estado, entre outros. Ocorre também a situação contrária: tópicos que foram reconhecidos como distintos podem cobrir um conjunto articulado de preocupações de teoria e pesquisa – como é o caso de Estudos de Gênero e Marcadores Sociais da Diferença, e de Antropologia da Religião e Ritual e Simbolismo, o que justifica, a meu ver, tratar cada um desses pares de categorizações como se fosse um só, para fins de análise e interpretação. Considero que Marcadores Sociais da Diferença é uma maneira alternativa de designar as mudanças operadas no interior dos Estudos de Gênero, no sentido de uma crescente preocupação com suas intersecções ou articulações com outras dimensões da vida social. Já as descrições das problemáticas e populações associadas às linhas de pesquisa catalogadas na linha Ritual e Simbolismo oferecem indícios de sua vinculação a questões privilegiadas por abordagens influentes em Antropologia da Religião, como a construção ritual da pessoa e as relações entre ethos religioso e sociabilidade. Outras composições similares talvez pudessem ser feitas, permitindo reduzir o número de categorizações da listagem.

Outros problemas decorrem de decisões tomadas no momento de produção das tabulações, tendo em vista o interesse de privilegiar a variedade temática. Assim, os números apresentados nas tabulações não representam a quantidade de linhas de pesquisa de cada programa, e sim a variedade de temas abordados, já que uma mesma categorização temática pode conter mais de uma linha de pesquisa. Mas também ocorre o problema inverso: há linhas de pesquisa que abrangem diferentes áreas temáticas, porém isso nem sempre foi contemplado na contagem expressa nas tabulações. Por exemplo, na USP, existe a linha de pesquisa Antropologia das Formas Expressivas, que cobre tanto o rótulo de Comunicação, Arte e Cultura quanto o de Antropologia Visual e da Imagem; no entanto, a contagem incluiu apenas uma dessas temáticas. Esse problema se repete particularmente com alguns programas mais novos, nos quais é muito mais frequente o uso de formulações abrangentes e multitemáticas para suas linhas de pesquisa, em parte como efeito de recomendações das políticas de avaliação. A linha de Antropologia Urbana da UFSCar, por exemplo, abarca temas que poderiam caber nos rótulos de Comunicação, Arte e Cultura, Estudos de Gênero e Marcadores Sociais da Diferença, Identidade, Território e Relações Interétnicas, Religião e Ritual e Simbolismo ou Saúde, entre outros.

Fragmentações, superposições e imprecisões à parte, as tabulações baseadas nessa listagem oferecem um retrato muito mais fiel da abrangência da antropologia que se faz atualmente no Brasil, se comparada com a restrita lista de cinco subáreas ou especialidades, ainda oficialmente empregada pelas agências de fomento – que inclui Teoria Antropológica, Etnologia Indígena, Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, Antropologia Rural e Antropologia Urbana³. Com efeito, os assuntos de interesse da antropologia no Brasil se expandiram e se diversificaram em decorrência de tendências teóricas e metodológicas de alcance mais amplo, da própria dinâmica do campo disciplinar e de demandas e injunções de diversas ordens, provenientes da sociedade e do Estado (TRAJANO FILHO; MARTINS, 2004).

Antes de proceder à apresentação, análise e interpretação dos resultados destes esforços de agrupamentos temáticos, faço uma breve recapitulação das transformações vividas pela pós-graduação em antropologia no Brasil na década recente, para fins de contextualização, retomando de forma sintética aspectos tratados mais detidamente em outras colaborações deste volume.

3 Uma perspectiva mais ampla para caracterizar a antropologia no Brasil foi discutida em 2005, quando da elaboração de uma nova tabela de áreas do conhecimento, por solicitação do CNPq, tendo sido proposta a criação de duas subáreas e 37 especialidades (número que supera as 23 categorizações que baseiam esta discussão). A classificação, que acabou não sendo adotada, é de todo modo indicativa da abrangência da disciplina. Veja, a respeito, Feldman-Bianco (2013:34-36).

FORMAÇÃO E PESQUISA: SÍNTESE DAS MUDANÇAS DOS ÚLTIMOS ANOS (2004-2012)

A expansão recente da antropologia no Brasil, com a diversificação temática que a acompanha, tem uma inextricável relação com as políticas científicas empreendidas com foco no ensino superior e, notadamente, na pós-graduação, voltadas à formação de recursos humanos, com a implantação de programas em regiões menos favorecidas, e ao aprimoramento da qualidade da produção científica, com grande ênfase na cooperação internacional e na exigência de processos de avaliação.

São notáveis os efeitos das políticas científicas em relação à Antropologia. Até o início da década de 2000, o conjunto da pós-graduação em Antropologia no país compunha-se de nove programas, com uma concentração de instituições no Centro-Sul⁴. Já em 2012, havia 21 programas, aumentando a presença de instituições no Nordeste e incluindo no mapa o Norte e o Centro-Oeste (para além de Brasília), levando à maior dispersão institucional e regional da formação de pós-graduação em Antropologia⁵. Os efeitos da expansão fizeram-se notar, sobretudo, no mestrado, levando o Nordeste a superar o Sul e empatar com o Sudeste em quantidade de programas, bem como a aumentar significativamente seu percentual no número de estudantes matriculados e em produção de dissertações. Por outro lado, a formação de profissionais em nível de doutorado permaneceu concentrada nas instituições mais antigas do Centro-Sul, com ampla vantagem do Sudeste. Estas instituições continuam a atrair para seus doutorados estudantes que realizaram mestrado em programas mais novos.

No começo dos anos 2000, já se notava que, apesar da concentração da formação nos programas do Centro-Sul, havia uma proporção de grupos de pesquisa em antropologia cadastrados no CNPq que se espalhavam por dezenas de instituições sem vínculos com programas de pós-graduação na área (TRAJANO FILHO; MARTINS, 2004; MONTERO, 2004). Isso sugeria que a pesquisa em antropologia atingira escala nacional já no começo dos anos 2000 (MONTERO, 2004). Não é possível, porém, avaliar com certeza se esta difusão da antropologia indicava também uma mudança substancial no padrão de pesquisas pontuais, baseadas no trabalho de campo desenvolvido por pesquisadores individuais e na relação “artesanal” (MILLS, 1975) entre orientadores e estudantes. Estas características ainda marcam a formação e a produção de conhecimento na disciplina, e são elas que

4 Centro-Sul refere-se aqui conjuntamente às regiões Sudeste e Sul e, também, a Brasília (DF), onde se concentraram os programas mais antigos de pós-graduação em Antropologia.

5 Para uma apresentação e análise da expansão dos programas de Antropologia, veja o capítulo de Bela Feldman-Bianco, neste livro.

sustentam uma série de considerações e de críticas a respeito da fragmentação que seria imanente à antropologia e às ciências sociais (FELDMAN-BIANCO, 2013).

Dados dos censos do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq mostram considerável aumento na criação de grupos de pesquisa em antropologia também a partir de 2005: no censo de 2004, eram 181 grupos, ao passo que o censo de 2010 registrou 289 grupos. A fragmentação se evidencia na quantidade das linhas de pesquisa catalogadas: eram 592, em 2004, e passaram para 1.056 em 2010. O crescimento do número de grupos de pesquisa ocorreu em todas as regiões, mas foi especialmente notável, em termos absolutos, no Nordeste: 38 grupos em 2004, contra 69 em 2010, fazendo com que a participação relativa da região no total de grupos de Antropologia no país se elevasse de 21% para 24%. Ainda assim, a liderança se manteve no Sudeste, que passou de 68 grupos, em 2004, para 109, em 2010, com ligeiro aumento de sua participação relativa (de 37,5%, em 2004, para 37,8%, em 2010).

O crescimento da quantidade de grupos de pesquisa, articulado à expansão dos programas de pós-graduação, desenha um quadro bastante complexo de redes de colaboração e troca entre instituições e programas, bem como uma circulação maior de pesquisadores em diferentes níveis de formação pelo país⁶. Ainda assim, algumas linhas tendenciais dessas redes de colaboração e troca talvez possam ser esboçadas. De um lado, temos jovens doutores, egressos sobretudo dos programas mais antigos do Centro-Sul, deslocando-se para outras regiões a fim de ocupar postos de docência e pesquisa nos programas de criação mais recente⁷. De outro, temos o movimento de pessoas que fizeram sua formação em programas novos e eventualmente já assumindo uma vaga de trabalho em instituições fora do Centro-Sul que buscam complementar sua formação deslocando-se para essas instituições mais antigas, incorporando-se a programas de doutorado, pós-doutorado ou de pesquisa e docência temporária. Esses dois movimentos combinados sugerem que as redes de troca e colaboração de pesquisa tendem a se desenvolver, em parte, segundo as hierarquias que persistem entre programas e entre regiões.

Os investimentos na pós-graduação contribuíram decisivamente para a criação de condições mais profissionais de trabalho científico e tornaram-se imprescindíveis para formar quadros e consolidar grupos de pesquisa. Todo esse empenho em prol da excelência científica, porém, segue vulnerável a pressões econômicas e à balança dos interesses políticos. Além disso, tem como contrapartida avaliações de efeito homogeneizante, privilegiando métricas com fins classificatórios que não

6 Para uma análise das redes de pesquisa e colaboração científica em Antropologia, veja o capítulo de Patrice Schuch, neste livro.

7 Para uma análise do destino dos egressos dos doutorados em Antropologia, veja o capítulo de Igor José de Renó Machado, neste livro.

estimulam diferenças nem especificidades e tendem a manter em relevo e distinção os programas mais antigos com doutorado consolidado, como modelos a serem copiados pelos demais (DEBERT, 2004; SEYFERT, 2004; FELDMAN-BIANCO, 2013). Trata-se em suma de um sistema que (até onde se pode divisar no momento em que escrevo) tende a gerar expansão sem deixar de reproduzir hierarquias.

Feitas estas considerações de ordem mais geral, passo a examinar os dados disponíveis sobre a evolução das linhas de pesquisa. Voltemos à nossa listagem para tentar situar melhor o impacto da expansão nos problemas que a antropologia no Brasil tem procurado enfrentar, bem como as linhas de força que operam no campo.

EVOLUÇÃO DAS LINHAS DE PESQUISA

A expansão de programas a partir de meados dos anos 2000 tem um impacto dramático na criação de linhas de pesquisa. Enquanto entre 1970 e 2002 – em pouco mais de trinta anos – foram criadas 41 linhas de pesquisa, de 2004 a 2012 – em menos de dez anos – criaram-se 102 linhas. O gráfico a seguir permite visualizar a dinâmica de criação de linhas de pesquisa:

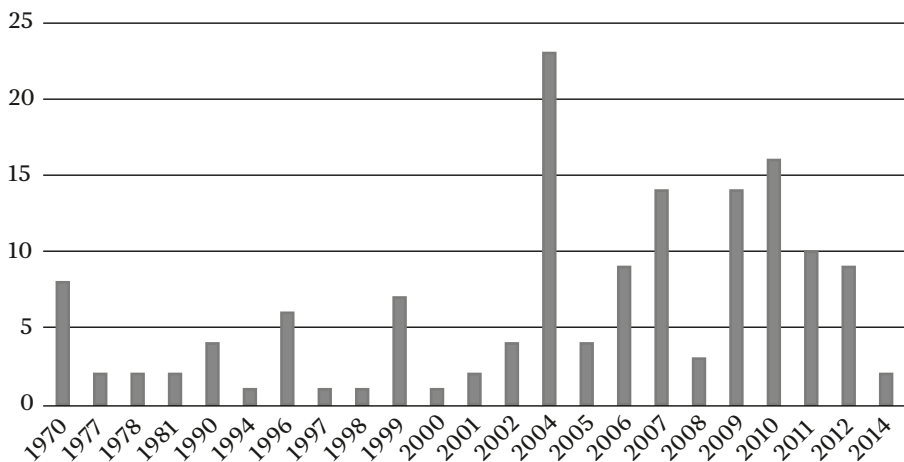


Gráfico 1 Número de linhas criadas por ano, de 1970 a 2014.

A tabela a seguir especifica os dados sobre criação de linhas de pesquisa no período recente.

Tabela 1 Linhas de pesquisa criadas entre 2004 e 2012.

Linhas de pesquisa	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
África e Ásia	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Antropologia da Ciência e da Técnica	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Antropologia da Política	4	0	0	2	0	0	0	1	2	9
Antropologia da Religião	2	0	0	1	0	2	0	0	0	5
Antropologia da Saúde	1	0	1	1	0	0	2	0	0	5
Antropologia do Desenvolvimento	1	0	0	1	0	0	1	0	0	3
Antropologia do Direito	1	0	1	0	0	2	1	0	0	5
Antropologia Econômica	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Antropologia Urbana	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Antropologia Visual e da Imagem	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2
Arqueologia	0	0	1	1	0	0	2	0	1	5
Campesinato	1	0	0	0	0	0	1	0	1	3
Comunicação, Arte e Cultura	1	0	1	1	0	1	1	1	3	9
Estudos de Gênero	2	0	1	0	0	0	2	1	0	6
Etnologia Indígena	2	0	1	2	0	0	0	0	1	6
História	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Identidade, Território e Relações Interétnicas	2	1	1	3	1	2	2	3	0	15
Linguística	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Marcadores Sociais de Diferença	2	0	0	0	0	1	0	2	1	6
Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	1	0	0	0	1	1	0	0	3
Patrimônio	0	0	0	1	1	1	1	1	0	5
Ritual e Simbolismo	0	1	0	0	1	1	0	0	0	3
Teoria Antropológica	1	1	0	0	0	0	1	0	0	3

Vemos que os temas com maior número de linhas de pesquisa criadas entre 2004 e 2012 foram: Identidade, Território e Relações Interétnicas (15 linhas); Estudos de Gênero/Marcadores Sociais da Diferença (12 linhas); Antropologia da Política (nove linhas); Comunicação, Arte e Cultura (nove linhas); e Antropologia da Religião/Ritual e Simbolismo (oito linhas). Um pouco abaixo vem Etnologia Indígena (seis linhas), Antropologia da Saúde (cinco linhas), Antropologia do Direito (cinco linhas), Arqueologia (cinco linhas) e Patrimônio (cinco linhas).

A comparação entre a evolução das linhas de pesquisa entre programas e entre regiões leva-nos à observação central de que nossa listagem praticamente

espelha a diversidade temática encontrada nos programas mais antigos. Com efeito, com a única exceção de Arqueologia, todas as demais categorizações estão presentes como linhas de pesquisa nos programas mais antigos. São também os programas mais antigos que apresentam o maior número de linhas de pesquisa, como se pode observar no gráfico a seguir.

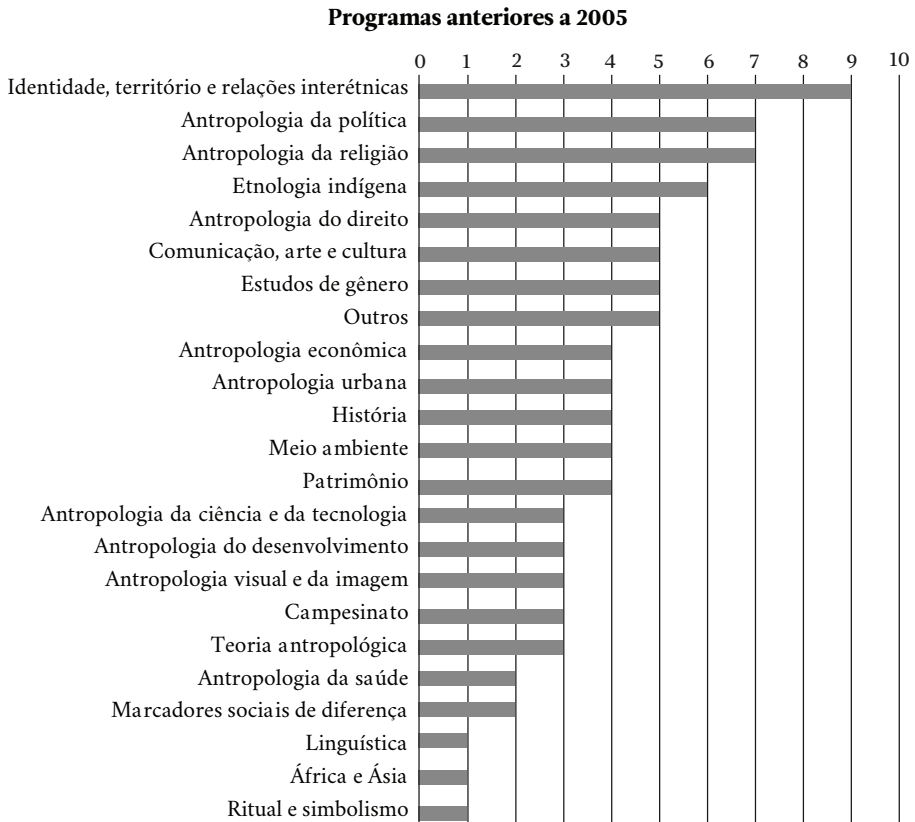


Gráfico 2 Distribuição e quantidade de linhas de pesquisa entre os programas anteriores a 2005.

Os dados sinalizam a posição de predominância dos programas mais antigos no que diz respeito à irradiação das temáticas relevantes no campo da disciplina no país. Temas como Antropologia da Religião e Ritual e Simbolismo, Comunicação, Arte e Cultura, Estudos de Gênero e Marcadores Sociais da Diferença, Etnologia Indígena e Identidade, Território e Relações Interétnicas estão entre os mais abordados, tanto nos programas mais novos quanto nos mais antigos. As principais diferenças entre programas novos e antigos, em termos temáticos, não são tanto de conteúdo, mas de grau: os programas mais novos apresentam um número menor de linhas de pesquisa

e com menor variação temática, segundo formulações de caráter mais abrangente, conforme se pode ver no gráfico a seguir.

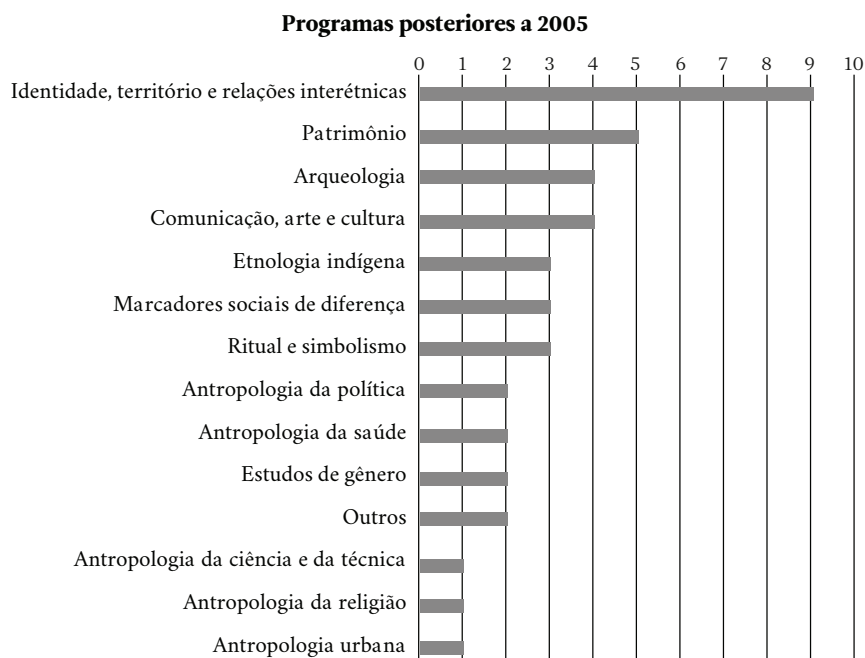


Gráfico 3 Distribuição e quantidade de linhas de pesquisa entre os programas posteriores a 2005.

Arqueologia é a única diferença temática significativa. Sua presença nos programas mais novos é efeito da aliança estratégica entre Antropologia e Arqueologia na condução recente de suas políticas de pós-graduação, que permitiu a criação de programas em nível de mestrado, assim como de cursos conjuntos de graduação em Antropologia e Arqueologia no âmbito do Reuni (por exemplo, na UFMG, UFPel e UFPI). Em alguns casos, essa aliança deu ensejo a uma reapropriação seletiva do modelo dos “quatro campos”⁸. Na UFPA, o programa foi criado com atuação em Antropologia Social, Arqueologia e Bioantropologia (três dos “quatro campos”)⁹, a partir de discussões realizadas no âmbito da Área de Antropologia e

8 O modelo dos “quatro campos” propõe uma divisão interna da antropologia em quatro áreas temáticas complementares: antropologia cultural (ou social); antropologia biológica; arqueologia; antropologia linguística. É tradicionalmente associado ao desenvolvimento da antropologia nos EUA, segundo uma tradição germânica. Para história do modelo, veja Hicks (2013).

9 Cabe lembrar que há um mestrado em arqueologia, no Museu Nacional/UFRJ, baseado no modelo dos “quatro campos”, que foi aprovado pela Capes em 2005.

Arqueologia da Capes sobre povos, línguas e culturas da Amazônia Legal (FELDMAN-BIANCO, 2013)¹⁰.

Como os programas mais antigos, também com uma única exceção, estão concentrados no Centro-Sul, pode-se ressaltar que hierarquia institucional e hierarquia regional reforçam-se mutuamente. Previsivelmente, o Sudeste, que reúne o maior número de programas antigos (UFRJ, USP, Unicamp, UFF), é também a região que apresenta a maior quantidade e a maior variedade temática de linhas de pesquisa, de acordo com a listagem. Em contraste, o Norte, com apenas dois programas (UFAM e UFPA), é a região que exibe um leque menor e menos variado de linhas de pesquisa (ainda que a UFPA seja, entre os programas mais novos, a que apresente a maior quantidade de linhas). O gráfico abaixo permite visualizar a variação regional de linhas de pesquisa.

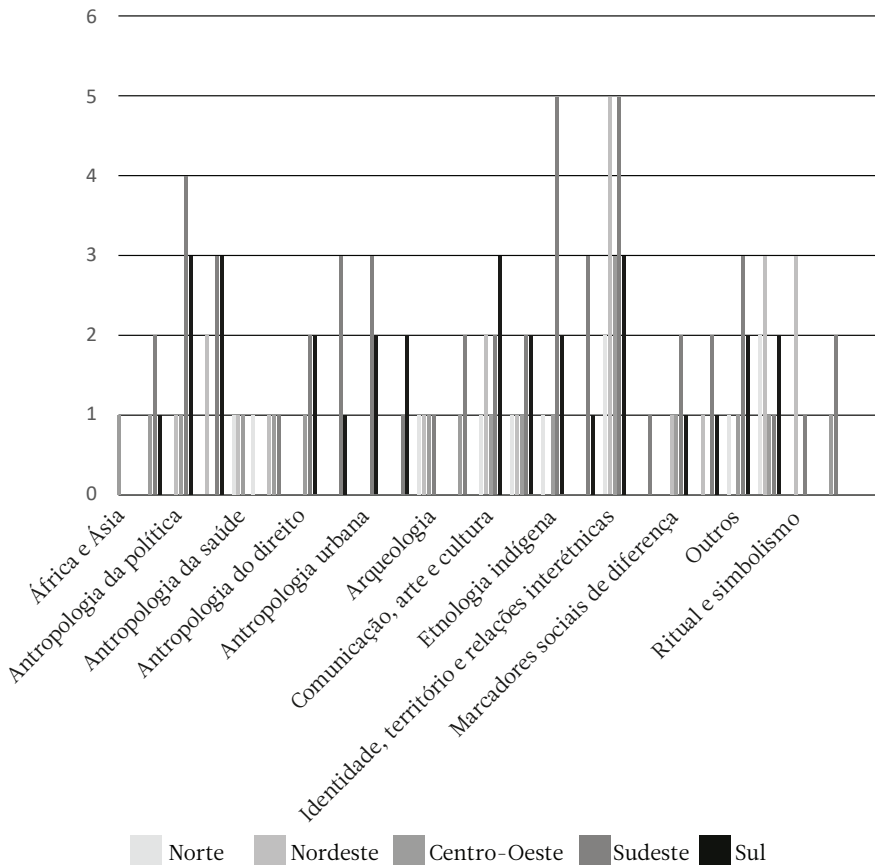


Gráfico 4 Variação de linhas de pesquisa por região.

¹⁰ Veja o livro *Os Programas de Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia*, publicado em associação a esta coletânea.

Não há diferenças muito significativas, em termos dos temas mais abordados, entre Norte e Nordeste, como regiões de expansão recente de programas, de um lado, e Sudeste e Sul, com seus programas consolidados, de outro. Em todas elas, a temática mais abordada é Identidade, Território e Relações Interétnicas – que, no Nordeste, parece englobar temas de Etnologia Indígena, como comentarei adiante. Em todas elas, Comunicação, Arte e Cultura, Estudos de Gênero e Marcadores Sociais da Diferença têm presença significativa. Todos os programas do Sudeste apresentam linhas de pesquisa em Etnologia Indígena. No Norte e Nordeste, há Arqueologia e um tanto mais de Patrimônio, enquanto no Sudeste e no Sul há mais Antropologia da Política e Antropologia do Direito. O gráfico a seguir especifica os dados.

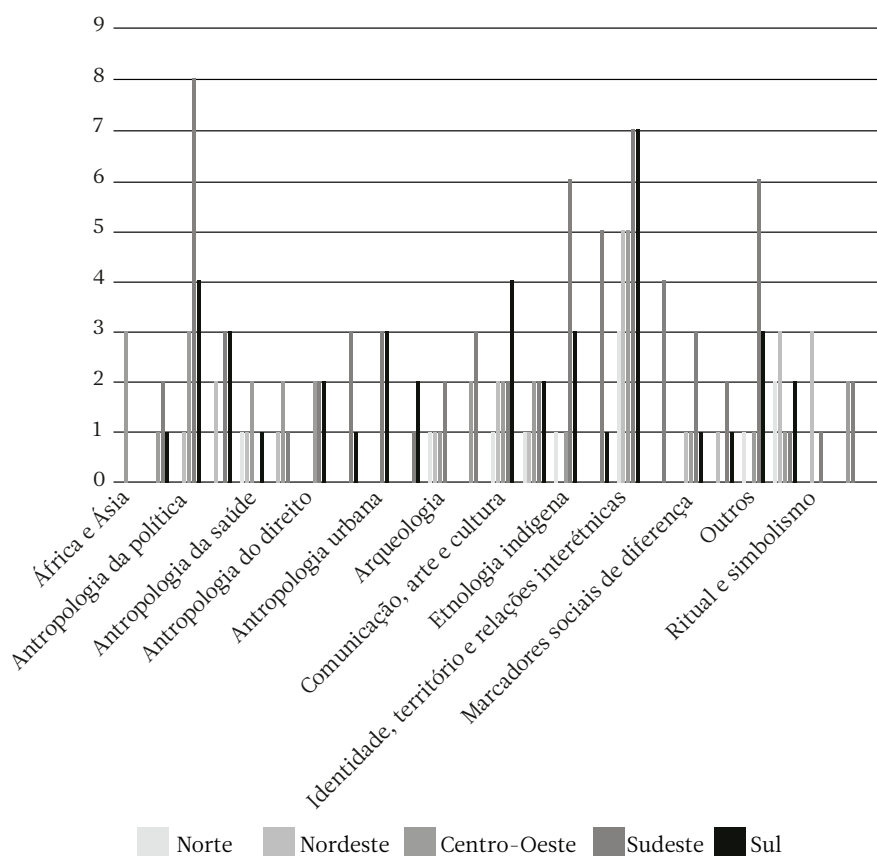


Gráfico 5 Quantidade de linhas de pesquisa por região.

Podemos incorporar à discussão sobre a dinâmica do campo uma comparação entre nossa listagem de categorizações de linhas de pesquisa e a listagem constante no capítulo escrito por Paula Montero, no primeiro livro *O campo da antropologia no*

Brasil (MONTERO, 2004:135-142). Montero agrupou as linhas de pesquisa em 14 grandes áreas temáticas, algumas das quais, por sua vez, foram divididas em subtemas específicos, acompanhados de uma relação de linhas de programas e de grupos de pesquisa. Embora algumas denominações usadas por Montero não coincidam plenamente com as que foram empregadas da listagem atual, é possível aproximá-las, atentando-se, entre outras coisas, para a indicação dos subtemas e das linhas a eles associadas. Isso nos ajudará a situar os temas que perduram, os que são emergentes e os que perderam centralidade. A tabela a seguir permite visualizar essa classificação.

Tabela 2 Linhas de pesquisa e subtemas nos programas ativos até 2004.

Rótulos de linha	Subtemas abarcados	Instituições mencionadas
Antropologia da Empresa (*)	Culturas empresariais; organização	Unicamp
Antropologia da Família e das Relações de Gênero [Estudos de Gênero]	Domesticidade; parentesco; idade; sexualidade; violência	UFPE, UFRGS, UFRJ, UFSC, UnB, Unicamp
Antropologia da Religião	Identidade; mudança social; ritual e simbolismo	UFF, UFPE, UFRGS, UFRJ, UFSC, Unicamp, USP
Antropologia da Saúde	Antropologia médica; corpo	UFPE, UFRGS, UnB, USP
Antropologia das Formas Urbanas [Antropologia Urbana]	Antropologia da comunicação, arte e cultura; Antropologia do patrimônio; Antropologia do consumo; Antropologia do esporte; Antropologia urbana; Antropologia da violência; Desigualdade social; Meio ambiente	UFF, UFPE, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFSC, UnB, Unicamp, USP
Antropologia do Direito	Antropologia jurídica; Conflito social; Segurança pública	UFF, UFRJ, UnB
Antropologia Econômica	Trabalho	Unicamp
Antropologia Política [Antropologia da Política]	Antropologia do Estado; Cultura e nação; Eleições e representação; Hierarquias; Política e ritual	UFF, UFRJ, UnB, Unicamp
Antropologia Visual e da Imagem	Imagem; Representações visuais	UFF, UFRGS, UFSC, USP
Campesinato	Antropologia rural; Cultura, trabalho e ecologia; Família e parentesco	UFF, UFRJ, UnB, Unicamp, USP
Etnicidade [Identidade, Território e Relações Interétnicas]	Antropologia das populações afro-brasileiras e africanas; Identidade; Relações interétnicas; Relações raciais	UFF, UFPE, UFPR, UFRJ, UFRGS, UFSC, UnB, Unicamp, USP
Etnologia Indígena	Etnologia; Cosmologia; Contato; Etnodesenvolvimento; Etno-história; Línguas; Parentesco	UFF, UFPE, UFPR, UFRJ, UFRGS, UFSC, UnB, Unicamp, USP
Etnomusicologia (*)	Produção, transmissão e recepção	UFRGS, UFSC
Teoria Antropológica	História do pensamento antropológico; História e antropologia; Itinerários intelectuais e linhas de pensamento	UFF, UFPR, UFRGS, UFRJ, UnB, Unicamp, USP

(*) Rótulos de linha que não aparecem da listagem atual.

Fonte: Montero (2004:135-142)

Notamos, em primeiro lugar, que doze das grandes áreas temáticas arroladas por Montero permanecem na nossa listagem atual, a saber: Antropologia da Política (em Montero, “Antropologia Política”); Antropologia da Religião; Antropologia da Saúde; Antropologia do Direito; Antropologia Econômica; Antropologia Urbana (em Montero, “Antropologia das Formas Urbanas”); Antropologia Visual e da Imagem; Campesinato; Estudos de Gênero (em Montero, “Antropologia da Família e Relações de Gênero”); Etnologia Indígena; Identidade, Território e Relações Interétnicas (em Montero, “Etnicidade”, mas também “Contato”, como subtema de Etnologia Indígena); e Teoria Antropológica.

Para tentar compreender melhor essas ordenações, vou considerar as informações disponíveis sobre quantidade, distribuição institucional, distribuição regional e tempo de criação das linhas de pesquisa. Com isso, tentarei chegar a um quadro que nos permita visualizar o peso e a posição relativa das categorizações temáticas de linhas de pesquisa em termos de sua quantidade, distribuição institucional e regional e tempo de criação. A tabela a seguir combina dados levantados pela coordenação desta pesquisa e informações supridas por Montero (2004) para oferecer a visualização das linhas mais antigas e mais novas, segundo os rótulos da presente classificação.

Tabela 3 Linhas de pesquisa conforme período de criação.

Décadas de 1970 e 1980	De 1991 a 2004	De 2005 a 2012
Antropologia da Política	Antropologia Visual e Imagem	África e Ásia
Antropologia da Religião	Comunicação, Arte e Cultura	Antropologia da Ciência e da Técnica
Antropologia da Saúde	Estudos de Gênero	Arqueologia
Antropologia do Desenvolvimento	Linguística	Marcadores Sociais da Diferença
Antropologia do Direito		
Antropologia Econômica		
Antropologia Urbana		
Campesinato		
Etnologia Indígena		
História		
Identidade, Território e Relações Interétnicas		
Meio Ambiente		
Patrimônio		
Ritual e Simbolismo		
Teoria Antropológica		

Considerando os dados sobre ano de criação das linhas de pesquisa, verifica-se que dez temáticas arroladas por Montero – Antropologia da Política; Antropologia da Religião; Antropologia do Direito; Antropologia da Saúde; Antropologia Econômica; Antropologia Urbana; Campesinato; Etnologia Indígena; Identidade, Território e Relações Interétnicas; Teoria Antropológica – estão entre as categorizações mais antigas de linhas de programas, que datam das décadas de 1970 e 1980. Outras temáticas criadas nos anos 1970 e 1980 foram: História (em Montero, subtema de Teoria Antropológica); Ritual e Simbolismo (em Montero, subtema de Antropologia da Religião); Patrimônio; Meio Ambiente; e Antropologia do Desenvolvimento (em Montero, estas três aparecem como subtemas de “Antropologia das Formas Urbanas”). Essas quinze linhas mais antigas tiveram percursos diferentes, como comentarei adiante. Cabe observar desde já que História provavelmente refletia a relevância conferida a estudos e pesquisas de história da antropologia e história das ciências sociais, nos anos 1980 e 1990; atualmente, parece refluir como designação temática, sem registro de criação de novas linhas de pesquisa, no período recente.

Quatro rótulos de pesquisa usados na presente listagem emergiram a partir dos anos 1990: Antropologia Visual e da Imagem; Comunicação, Arte e Cultura (em Montero, subtema de “Antropologia das Formas Urbanas”); Estudos de Gênero (em Montero, “Antropologia da Família e das Relações de Gênero”); e Linguística (em Montero, “Línguas”, como subtema de Etnologia Indígena), cujas linhas aparecem concentradas no Museu Nacional/UFRJ.

Algumas denominações usadas por Montero não voltaram a ser explicitadas na listagem atual. De modo geral, as indicações são de que tais temáticas tiveram seu alcance redefinido e foram incorporadas a outras categorizações. Duas delas, para Montero, designavam áreas temáticas: “Antropologia da Empresa” e “Etnomusicologia”. A primeira só permanece como problemática de linha na Unicamp, incorporada à categorização de Antropologia Econômica, enquanto a segunda parece ter sido absorvida pelas diferentes denominações reunidas no rótulo Comunicação, Arte e Cultura. Outras – como “Antropologia da Violência”, “Antropologia do Consumo”, “Antropologia do Esporte” e “Desigualdade Social” – apareciam como subtemas da grande área de Antropologia Urbana. Buscas nas descrições fornecidas pelos programas sobre as principais problemáticas exploradas em suas linhas indicam que esses quatro assuntos continuam presentes em linhas de Antropologia Urbana. Esporte aparece, às vezes, incorporado a Antropologia da Saúde, e Consumo a Antropologia Econômica. Já Desigualdade e Violência constituem questões que atravessam fortemente rótulos temáticos como Antropologia da Política, Antropologia do Direito, Estudos de Gênero/Marcadores Sociais da Diferença e Identidade, Território e Relações Interétnicas.

Por fim, quatro rótulos da presente listagem não foram mencionados por Montero nem como temas, subtemas ou linhas de programa. São eles: África e Ásia; Antropologia da Ciência e da Técnica; Arqueologia; e Marcadores Sociais da Diferença. Esses quatro rótulos parecem representar as principais novidades temáticas advindas no período recente. Já comentei sobre a presença recente de Arqueologia, e voltarei a esse ponto adiante para tratar das outras três.

DINÂMICA E TENDÊNCIAS: ALGUNS COMENTÁRIOS

A seguir, teço algumas considerações sobre os itinerários percorridos por algumas temáticas no campo. Embora mantendo como referência os dados sobre criação, distribuição e evolução das linhas de pesquisa, aduzirei comentários com base em outras reflexões e apoiado em minha própria compreensão e experiência.

Começo com dois temas tradicionais, de diferentes histórias de sucesso: Etnologia Indígena e Identidade, Território e Relações Interétnicas. O primeiro remete a uma das grandes “tradições” – a outra seria “Antropologia da Sociedade Nacional” – que, conforme o ensaio clássico de Roberto Cardoso de Oliveira (1988), teriam organizado o campo acadêmico da antropologia brasileira desde os seus primórdios. Na leitura de Cardoso de Oliveira, Identidade, Território e Relações Interétnicas designava uma tendência ou linha de pesquisa no interior da grande “tradição” da Etnologia Indígena voltada para o estudo do contato interétnico, da etnicidade e do indigenismo. Logo, as duas denominações passaram a representar “duas perspectivas” (RAMOS, 1990) – complementares, distintas, quando não opo- nentes – no estudo das populações indígenas: uma voltada para estudos de organização social e política, religião, arte e cosmologia; outra voltada para estudos sobre as relações sociais e políticas das populações indígenas com a sociedade nacional.

As atuais linhas de pesquisa categorizadas como Etnologia Indígena e Identidade, Território e Relações Interétnicas refletem, em parte, essa dualidade ou cisão. Etnologia Indígena só voltou a crescer em número de linhas de pesquisa no período da recente expansão, de 2004 a 2012. Está bem estabelecida no Sudeste, presente em todos os programas da região, e, agora, também no Norte. A colaboração entre pesquisadores de diferentes instituições tem resultado em enfoques que têm ampliado e renovado as preocupações da etnologia para temas de meio ambiente, paisagem, gênero, sexualidade, educação, saúde, experiência urbana, entre outros¹¹. A temática tem se enriquecido recentemente também pelas contribuições de antro-

11 Veja, por exemplo, Amoroso e Santos (2013) e Beltrão e Lacerda (2017).

pólogos indígenas¹², bem como por diferentes produtos que resultam de frutífera colaboração entre indígenas e antropólogos¹³.

Os dados disponíveis indicam que Etnologia Indígena está ausente como linha de pesquisa nos programas do Nordeste. Isso não quer dizer que a temática não seja tratada na região, mas que provavelmente esteja englobada na temática de Identidade, Território e Relações Interétnicas. Aqui, provavelmente, incidem as tensões e oposições entre, de um lado, as perspectivas dos estudos ameríndios, com foco na sociocosmologia indígena (VIVEIROS DE CASTRO, 1999), que tendem a prevalecer em várias linhas de pesquisa de Etnologia nos programas do Sudeste e no Sul e, de outro, as abordagens que privilegiam questões de etnicidade e o contexto multiétnico mais amplo, que tendem a predominar no Nordeste (OLIVEIRA FILHO, 2004).

Identidade, Território e Relações Interétnicas é, conforme os dados levantados, a temática mais abordada da disciplina. Está presente em todas as regiões, em todos os programas antigos e em quase todos os programas novos. É também, como já mencionado, a temática que mais cresceu em número de linhas de pesquisa no período de 2004 a 2012, tendo ampliado seu alcance para questões de territorialização e ambiente que afetam não apenas populações indígenas, mas também camponesas, quilombolas e “tradicionais”, de modo geral. Nesse sentido, sua expansão parece ter englobado boa parte das questões afeitas a temáticas igualmente antigas, como Campesinato, Antropologia do Desenvolvimento e Meio Ambiente¹⁴, conforme atesta a articulação de pesquisadores em torno do comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, junto à Associação Brasileira de Antropologia.

Consideremos agora outras duas histórias de sucesso: Antropologia da Religião – que considerei em conexão com Ritual e Simbolismo – e Patrimônio. São temáticas tradicionais que mantiveram sua centralidade no campo, com significativa expansão no período recente. A Antropologia da Religião abarca grande diversidade de assuntos e abordagens, que incluem desde estudos renovados sobre conversão religiosa, construção ritual da pessoa, transe, êxtase e possessão até pesquisas com ênfase nas relações entre religião, sociabilidade, política e esfera pública¹⁵. Patrimônio é uma área estratégica de interface entre pesquisa e intervenção pública, que remete

12 Veja, por exemplo, Baniwa (2016) e Benites (2016).

13 Veja, por exemplo, Kopenawa e Albert (2015).

14 Veja, por exemplo, Zhouri (2012) e Oliveira (2016). Embora os dados apontem um número reduzido de criação de linhas rotuladas como Campesinato, Desenvolvimento ou Meio Ambiente nos anos recentes (Tabela 1), é patente o tratamento dessas temáticas nas linhas rotuladas como Identidade, Território e Relações Interétnicas.

15 Para uma visão do campo da antropologia da religião, veja Almeida (2010). Para réplica, Campos e Reesink (2011).

a processos e políticas de fabricação de memória coletiva e identidade nacional. Ganhou importante impulso, nos anos 2000, a partir das iniciativas de fomento ao patrimônio intangível e o relevo conferido a questões relacionadas à patrimonialização de conhecimentos tradicionais, abrindo também importantes controvérsias teóricas e políticas¹⁶.

Saúde e Direito também constituem áreas estratégicas de interface com políticas públicas, além de disciplinas centrais para a ampliação do diálogo acadêmico da antropologia. São ainda temáticas transversais que incidem em estudos de etnologia, territorialização, patrimônio, religião, família, gênero, sexualidade, entre outros. Embora só tendam a constituir denominações formais de linhas de pesquisa nos anos 2000, são preocupações relevantes de investigação antropológica no Brasil desde pelo menos a década de 1980, como atestam grupos de pesquisa ativos nesse período (MONTERO, 2004:138-139), voltados para estudos de representações de saúde e doença, curas e práticas terapêuticas, instituições manicomiais, assim como de representações jurídicas, conflitos sociais, administração da justiça, segurança pública e relações entre direito e mudança social, entre outros. A Antropologia conquistou um lugar privilegiado no âmbito da interlocução entre as ciências sociais e a vigorosa área de Saúde Coletiva no Brasil, assim como tem se empenhado em fortalecer o diálogo e a colaboração com o Direito, como atesta a produção de uma alentada coletânea de temas antropológicos para estudos jurídicos (SOUZA LIMA, 2012), reunindo colaboradores de diferentes instituições do país. Saúde e direito seguem como temas relevantes para as perspectivas de crescimento da disciplina, em vista da centralidade dessas questões para a formulação e implementação de políticas sociais, bem como para a conformação de novos sujeitos de direitos.

Comunicação, Arte e Cultura é temática em expansão desde os anos 1990 e que recebe também considerável impulso no período recente. Abrange um leque amplo de subtemas, desde estudos mais tradicionais no campo, como antropologia da arte e da cultura material até interesses mais recentes em formas expressivas e performance. Parte significativa de seu crescimento deve-se também à importância das mídias na vida contemporânea, em suas diferentes formas e expressões, com destaque recente para o impacto da tecnologia informacional, da comunicação mediada por computador, das redes sociais e da chamada cibercultura¹⁷, assim como a um interesse renovado em iconografias, fotografias, filmes e vídeos, como tema, fonte documental, instrumento produto de pesquisa, veículo de difusão de

16 Para uma visão do campo da antropologia do patrimônio, veja Lima Filho, Eckert e Beltrão (2007). Para um ponto de vista sobre controvérsias teóricas e políticas envolvendo conhecimentos tradicionais, veja Carneiro da Cunha (2009).

17 Para uma visão do campo da cibercultura, veja Segata e Rifiotis (2016).

conhecimento e de intervenção pública. A emergência de linhas de pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem responde de forma variada a este último conjunto de preocupações. Tanto nos estudos de mídia e cibercultura quanto nos de imagem, nelas se encontra a produtiva ambivalência entre as diversas ênfases na imagética e na visualidade, como fonte de pesquisa, técnica de registro ou produto. Os grupos de pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem têm tido atuação intensa e articulada no campo da disciplina, sobretudo no esforço de definir critérios para que produtos audiovisuais passem a contar como produção qualificada equiparável a textos escritos nas avaliações de pesquisadores e programas. Aqui se manifestam também tensões entre a preocupação com a definição acadêmica de tais critérios e as perspectivas que dão mais ênfase à utilização crítica da linguagem visual como veículo de intervenção política e cultural¹⁸.

Antropologia Urbana tem a particularidade de se apresentar como campo muito vasto e de contornos imprecisos. Já significou tudo aquilo que não era estudo de populações indígenas, nem afro-brasileiras, nem campesinato, e ainda é sob sua rubrica que é classificada uma enorme diversidade de pesquisas e pesquisadores nas agências de fomento. O rótulo envolveu também concepções distintas e eventualmente concorrentes que costumavam ser formuladas na oposição “antropologia *na* cidade” versus “antropologia *da* cidade” – a primeira certamente de escopo muito mais amplo, em que, em princípio, cabe qualquer tema ou problema de sociabilidade ou prática cultural que aconteça no meio urbano; a segunda, procurando circunscrever seu objeto como sendo o fenômeno urbano, em sua peculiaridade, ou a cidade, como contexto totalizante. Na classificação de Montero, Antropologia Urbana abrangia o maior número de subtemas. Embora as linhas de pesquisa especificamente nomeadas como Antropologia Urbana continuem vigorosas e produtivas em alguns programas mais antigos, a tendência atual parece ser a de que os vários subtemas nelas abarcados se convertam em temáticas e denominações de linhas de pesquisa. Com efeito, entre os programas novos, só o da UFSCar adotou Antropologia Urbana como título de linha de pesquisa, o que explicita o vínculo de formação de alguns de seus docentes com o programa da USP, onde a temática está firmemente estabelecida e abrange dois distintos núcleos de pesquisa.

Antropologia da Política é a expressão que deriva de uma articulação de pesquisadores de diferentes instituições, em meados dos anos 1990, num programa de estudos e pesquisas que de certa forma radicalizaria o enfoque da política como categoria etnográfica, discernindo-a em uma variedade de eventos, situações

18 Para um ponto de vista sobre estas controvérsias, veja Gallois (1998).

e relações sociais¹⁹. Nesse sentido, é menos uma área temática do que um modo de pesquisa e análise que atravessa diferentes temas, como família, parentesco, religião, território, justiça, burocracia, entre outros, questionando a divisão de domínios estanques como produto da ideologia moderna e propondo articulá-las na perspectiva de fatos sociais totais (PEIRANO, 1997). “Antropologia *da* política” se oporia, assim à “antropologia política”, acusando esta formulação de reificar a política como objeto – acusação que, de resto, poderia ser dirigida formalmente à “antropologia jurídica” (que se tornou “antropologia *do* direito”), à “antropologia econômica” (que, no entanto, parece não ter se tornado “antropologia *da* economia”) e talvez a qualquer outra especialidade. Trata-se, a meu ver, de um debate em torno de como tornar mais precisas e específicas as contribuições que a antropologia pode fazer a temas que são também objeto de ciências sociais afins – e que, pelo menos no que se refere aos praticantes da antropologia, parece ter perdido o ímpeto no período atual. A terminologia “*da* política” se impôs, até porque talvez nem tivesse adversários realmente significativos no campo: afinal, a ideia de desconstrução etnográfica e teórica de “objetos” definidos, *a priori*, em favor da compreensão situada de relações sociais e processos histórico-culturais não parece tão estranha ou polêmica para praticantes da antropologia hoje em dia, independentemente dos recortes temáticos a que se dedicam ou dos distintos referenciais teóricos que mobilizam.

No caso de Estudos de Gênero, verifica-se algo parecido, uma espécie de desconstrução categorial produtiva. Gênero, mesmo não explicitamente nomeado como categoria, já aparecia como inspiração central para um punhado de pesquisas pioneiras produzidas nas décadas de 1970 e 1980 que renovaram estudos sobre família e sexualidade. Quando as pesquisas sobre gênero se expandem e se consolidam, na antropologia e em disciplinas afins, nos anos 1990 – com a multiplicação de grupos de pesquisa, de revistas acadêmicas e a abertura de editais específicos de apoio à temática –, aumenta também o debate em torno dos limites do conceito como categoria analítica e como categoria de identidade.

A noção de Marcadores Sociais da Diferença expressa esses deslocamentos, com ênfase nas intersecções ou articulações de gênero com outras dimensões da experiência social – especialmente sexualidade, mas também raça, classe e idade/geração. A linha de pesquisa Marcadores Sociais da Diferença traduz parte significativa da incorporação da abordagem interseccional derivada dos estudos de gênero nos programas de Antropologia, de corte interdisciplinar. Ao mesmo tempo, muito do que se faz sob a rubrica de Estudos de Gênero na Antropologia brasileira contemporânea compartilha referências que remetem à problemática da interseccionalidade (MACHADO, 2014; FRANÇA; FACCHINI, 2017; SORJ, 2017), consti-

19 Trata-se do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), formado em 1997, reunindo principalmente pesquisadores do MN/UFRJ, UnB e UFC. O site do Núcleo permite o acesso a várias publicações <<http://nuap.etc.br/publicacoes/colecao-nuap/>>.

tuindo ambas, na prática, a meu ver, uma única grande área temática que poderia ser alternativamente designada como “gênero e interseccionalidades”. Marcadores Sociais da Diferença emergiu inicialmente em programas do Sudeste (USP e Unicamp, em particular) e se disseminou com sucesso em vários programas novos, no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste, como resultado de programas de colaboração interinstitucionais e da crescente circulação inter-regional de pesquisadores e estudantes, muitos destes com envolvimento na temática desde o início de sua formação em pesquisa²⁰. Assim, a articulação Estudos de Gênero/Marcadores Sociais da Diferença figura como a segunda temática de maior expansão no campo entre 2004 e 2012 em número de linhas de pesquisa, cuja produção apresenta interfaces importantes com as temáticas de política, saúde, moralidades e violência²¹.

O levantamento de linhas de pesquisa usado como referência mostra que Antropologia da Ciência e da Técnica é temática de linhas de pesquisa em programas de antropologia desde os anos 1990. Em boa parte, remetiam a pesquisas sobre história da medicina e do enfrentamento de epidemias e a influência das concepções médicas sobre corpo e gênero, em interface com a temática da Saúde, assim como o papel da medicina legal nos primórdios da formação da antropologia no Brasil. Uma nova agenda se desenhou na temática nos anos 2000 a partir de uma crescente interlocução com o campo interdisciplinar dos estudos sociais de ciência e tecnologia e uma revisão crítica na abordagem da ciência e da técnica como construções sociais. Ganham fôlego as preocupações com os efeitos de produção de conhecimentos, intervenções e gerenciamentos tecnológicos, dentro de uma perspectiva geral de privilegiar relações entre ciência, tecnologia, políticas públicas e os contextos mais amplos nos quais conhecimentos são desenvolvidos e postos em operação²². Dessa perspectiva, a Antropologia da Ciência e da Técnica emerge como uma das novidades do período recente.

“África e Ásia” indicam caminhos seguidos pela crescente tendência de antropólogos brasileiros realizarem pesquisas no exterior, com destaque para o aumento de investigações com foco em países africanos e asiáticos falantes de português, tal como preconizava Peter Fry em sua análise sobre a internacionalização da disciplina no início dos anos 2000 (FRY, 2004). Os dados de que dispomos indicam a concentração dessas iniciativas na UnB, com colaborações de outras instituições, sinalizando particularmente um esforço voltado a formar, no Brasil, especialistas

20 Veja, por exemplo, Cancela, Moutinho e Simões (2015).

21 Veja, por exemplo, Corrêa e Souza (2006), Grossi (2010) e Vianna (2013).

22 Veja, por exemplo, Fonseca et al. (2016). Cabe ressaltar também as realizações periódicas de Reuniões de Antropologia da Ciência e da Técnica (REACT), que ganharam fôlego sobretudo nesta década de 2010.

em África e Ásia²³. Estudos antropológicos realizados nesses continentes – e também na Europa e em outras partes da América – estão presentes em outros programas, inseridos em outros rótulos de linhas temáticas – como na USP, em sua linha de Antropologia das Populações Africanas, que passa por processo de renovação e revitalização; na Unicamp, através das linhas de pesquisa em Cultura e Poder, e em Diferenças e Identidades; e na UFBA, através da linha de pesquisa em Estudos Étnicos e Africanos. No bojo dos esforços de internacionalização da pesquisa, destaca-se ainda uma temática incipiente, mas promissora, nos estudos de cooperação internacional²⁴, que promovem uma revisão da temática de Antropologia do Desenvolvimento, bem como contribuem para o aprofundamento da crítica dos conceitos frequentemente utilizados na análise das formas de relacionamento e sobreposição entre lugares, agências e atores sociais (RIBEIRO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro de temas e tendências que procurei compor e analisar reitera que a antropologia no Brasil é área consolidada e dinâmica. Temas antropológicos se multiplicaram em boa parte por conta das relações próprias à disciplina para com demandas sociais e políticas, que obviamente vão além do atendimento às exigências do mercado. Se o caráter específico da antropologia, como forma de conhecimento, reside na ênfase da diferença e no modo particular de apreendê-la, por meio da pesquisa intensiva e localizada, é isso também que lhe confere a notável capacidade de se reinventar e se renovar, bem como de multiplicar seus horizontes de pesquisa (COMAROFF, 2010).

Apresentou-se aqui um retrato de como a disciplina se configura atualmente no país, em termos de seus interesses e investimentos de pesquisa e teoria. Talvez seja proveitoso, para concluir, apontar o jogo de continuidades e mudanças que este desenho permite vislumbrar.

Vimos que a expansão de programas a partir de meados dos anos 2000 teve impacto dramático na criação de linhas de pesquisa, expresso em nossa listagem de referência. A comparação entre a evolução das linhas de pesquisa entre programas e entre regiões indicou que, mesmo considerando perfis e particularidades institucionais e regionais, há um conjunto de temáticas no campo – várias tradicionais, porém remodeladas, ao lado de algumas emergentes – que tem presença dissemi-

23 Veja, por exemplo, Silva e Simião (2007), Trajano Filho (2010), Sansone (2012), Braz Dias e Lobo (2012) e Motta, Lobo e Trajano Filho (2014).

24 Veja, por exemplo, Silva e Simião (2007), Barroso Hoffman (2009), Rickli (2012) e Morawska Vianna (2014).

nada na pós-graduação em antropologia no país. Conservam-se hierarquias entre instituições, de modo que programas mais antigos, com doutorado consolidado, mantêm a predominância no que diz respeito à irradiação das temáticas que sustentam ou adquirem relevância no campo da disciplina. Em contrapartida, a disciplina parece ter respondido de forma positiva aos incentivos à colaboração acadêmica, por meio de crescente circulação e intercâmbio de pesquisadores e estudantes, resultando também em maior difusão da produção realizada no âmbito dos programas mais novos.

Ressalta ainda, na consideração das temáticas de maior relevância no campo, a ampliação do diálogo interdisciplinar da antropologia. Ao lado da interlocução persistente e tradicional com a sociologia, a ciência política e a história, encontra-se um elenco de importantes interlocuções com direito, saúde, educação, biologia, ecologia, linguística, arte, literatura. Apesar das linhas de pesquisa que explicitam estas interlocuções manterem a formulação com a preposição “de”, como quem transforma os demais campos disciplinares em objeto – compreensível do ponto de vista de quem, afinal, ainda ocupa posição subordinada nas tramas da política científica –, a relação tem crescentemente se deslocado para um patamar mais produtivo de diálogo e troca, que seria mais adequadamente expresso pela conjunção “e”. Isso é especialmente válido quando estão em jogo parcerias de pesquisa e reflexão voltadas à intervenção pública e ao enfrentamento das demandas políticas e judiciais associadas à defesa e promoção de direitos.

Acredito que o quadro apresentado é também suficientemente complexo e intrincado, de modo a realçar e desafiar os limites de certas formulações consagradas na avaliação da dinâmica da antropologia no Brasil. A clivagem entre “etnologia indígena” e “antropologia da sociedade nacional”, em que pese ainda ecoar em algumas tensões e querelas intradisciplinares, não faz jus às transformações pelas quais passaram essas grandes áreas. A visão da antropologia brasileira como campo fragmentado em múltiplas temáticas, que não conversariam entre si, é uma verdade parcial que pode ser matizada pelo reconhecimento da fluidez e dos trânsitos possibilitados pela sociabilidade profissional e pela consideração da prática de pesquisa e reflexão desenvolvida em temáticas que, de uma maneira ou de outra, impõem interfaces com outras. Do mesmo modo, à visão de que a antropologia brasileira seria exclusivamente voltada para temas nacionais contrapõem-se – ainda que de forma incipiente e com ambivalências – os efeitos de seu processo de internacionalização.

Dinâmica é, obviamente, temporal: o que passa por tradicional pode deixar de ser consagrado, enquanto o que parece emergente pode não frutificar. Mais do que enfatizar a persistência de certos temas legitimados e o acréscimo de assuntos novos, cabe realçar a contribuição mais valiosa que a antropologia pode oferecer:

sua peculiar perspectiva sobre a natureza do conhecimento, fundada na pesquisa situada e intensiva, bem como sua distintiva sensibilidade à interlocução com outras formas de conhecimento e imaginação social, que lhe propiciam suas marcas de intensa reflexibilidade e reinvenção de si própria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo. Religião em transição. In: MARTINS, C.; DUARTE, L. F. D. (Ed.). *Horizontes das ciências sociais: antropologia*. São Paulo: Anpocs; Editora Bazar, 2010.

AMOROSO, Marta R.; SANTOS, Gilton M. (Org.). *Paisagens ameríndias: lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

BANIWA, Gersem. Indígenas antropólogos: entre a ciência e as cosmopolíticas ameríndias. In: RIAL, C.; SCHWADE, E. (Org.). *Diálogos antropológicos contemporâneos*. Rio de Janeiro: ABA, 2016.

BARROSO HOFFMAN, Maria M. *Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BELTRÃO, Jane; LACERDA, Paula (Org.). *Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades*. Rio de Janeiro: Mórula; ABA, 2017.

BENITES, Tonico. Trajetória e atuação de um antropólogo indígena. In: RIAL, C.; SCHWADE, E. (Org.). *Diálogos antropológicos contemporâneos*. Rio de Janeiro: ABA, 2016.

BRAZ DIAS, Juliana; LOBO, Andrea (Org.). *África em movimento*. Brasília: ABA, 2012.

CAMPOS, Roberta B. C.; REESINK, Mísia L. Mudando de eixo e invertendo o mapa: para uma antropologia da religião plural. *Religião e Sociedade*, v. 31, n. 1, 2011.

CANCELA, Cristina D.; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlio A. (Org.). *Raça, etnicidade, sexualidade e gênero em perspectiva comparada*. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O que é isso que chamamos de antropologia brasileira? In: _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988. p. 109-128.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: _____. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 311-373.

COMAROFF, John. The end of anthropology again: on the future of an (in)discipline. In focus: (not) the end of anthropology, again? Some thoughts on disciplinary future. *American Anthropologist*, v. 112, n. 4, p. 524-538, 2010.

CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica R. (Org.). *Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”*. Campinas: Pagu/Unicamp, 2006.

- DEBERT, Guita G. Formação e ensino. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 143-161.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Entre a ciência e a política: desafios atuais da antropologia brasileira. In: _____ (Org.). *Desafios da Antropologia*. Brasília: ABA, 2013. p. 19-46.
- FONSECA, Claudia; RHODEN, Fabíola; MACHADO, Paula S.; PAIM, Heloisa S. (Org.). *Antropologia da ciência e tecnologia: dobras reflexivas*. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- FRANÇA, Isadora; FACCHINI, Regina. Estudos de gênero no Brasil: 20 anos depois. In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (Org.). *Sociologia brasileira hoje*. Cotia: Ateliê Editorial, 2017. p. 283-357.
- FRY, Peter. Internacionalização da disciplina. In: TRAJANO, F. W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 227-248.
- GALLOIS, Dominique. Antropólogos na mídia: comentários acerca de algumas experiências de comunicação intercultural. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Mirian L. M. (Org.). *Desafios da imagem*. Campinas: Papius, 1998.
- GROSSI, Miriam. Gênero, sexualidade e reprodução. In: MARTINS, C.; DUARTE, L. F. D. (Ed.). *Horizontes das ciências sociais: antropologia*. São Paulo: Anpocs; Editora Bacarolla, 2010.
- HICKS, Don. Four-field anthropology: charter myth and time warps from St. Louis to Oxford. *Current Anthropology*, v. 56, n. 6, p. 753-763, 2013.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda para o céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LIMA FILHO, Manuel F.; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- MACHADO, Lia Zanotta. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 13-46, 2014.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MONTERO, Paula. Antropologia no Brasil: tendências e debates. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 117-142.
- MORAWSKA VIANNA, Catarina. *Os enleios da tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- MOTTA, Antonio; LOBO, Andrea; TRAJANO FILHO, Wilson (Org.). *África fora de casa: imagens fora de lugar*. Recife: Editora da UFPE, 2014.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2004.

OLIVEIRA, Osvaldo M. (Org.). *Direitos quilombolas e dever do Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: ABA, 2016.

PEIRANO, Mariza. Antropologia política, ciência política e antropologia da política. In: _____. *Três ensaios breves. Trabalhos em Ciências Sociais: Série Antropologia*, Brasília: UnB, n. 231, 1997.

RAMOS, Alcida. *Ethnology Brazilian style. Trabalhos em Ciências Sociais: Série Antropologia*, Brasília: UnB, n. 89, 1990.

RIBEIRO, Gustavo L. *Outras globalizações: cosmopolíticas pós-imperialistas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

RICKLI, João F. Encounter and engagement: negotiating otherness in the Dutch Protestant development cooperation network in Brazil. *Vibrant*, Florianópolis, v. 9, p. 599-621, 2012.

SANSONE, Lívio (Org.). *Memória da África: patrimônio, museus e política das identidades*. Salvador: EDUFBA, 2012.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, T. (Org.). *Políticas etnográficas no campo da cibercultura*. Brasília: ABA; Joinville: Editora Letradágua, 2016.

SEYFERT, Giralda. O papel do financiamento e da avaliação na constituição do campo disciplinar. In: TRAJANO, F., W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 93-116.

SILVA, Kely C.; SIMIÃO, Daniel S. (Org.). *Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e dialética de construção do Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil: 20 anos depois. Comentários. In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (Org.). *Sociologia brasileira hoje*. Cotia: Ateliê Editorial, 2017. p. 359-368.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (Coord.). *Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro; Brasília: Contra Capa/LACED/ABA, 2012.

TRAJANO FILHO, Wilson (Org.). *Lugares, pessoas, e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: ABA, 2010.

TRAJANO FILHO, Wilson; MARTINS, Carlos B. Introdução. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 13-38.

VIANNA, Adriana (Org.). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*: v. 1, antropologia. São Paulo: Sumaré, Anpocs; Brasília: Capes, 1999.

ZHOURI, Andréa (Org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012.

3

A DINÂMICA DO CAMPO

REDES DE PESQUISA E COLABORAÇÃO

Patrice Schuch

As redes de pesquisa e colaboração científica em antropologia no Brasil não são novas. Peter Fry (2004), em artigo sobre a internacionalização da disciplina no país, já destacou a influência das redes de influências internacionais para a formação de nosso campo e de formas de compreensão sobre o Brasil, num momento em que o sistema de pós-graduação ainda estava para se constituir. Para abordar somente algumas destas redes trazidas por Fry (2004), são inegáveis as contribuições de Franz Boas na constituição da linhagem intelectual de Gilberto Freyre, bem como as inspirações trazidas por Lévi-Strauss, Roger Bastide e Emílio Willems nas ideias de profissionais ligados à USP da época de sua fundação. Em uma época caracterizada pelo autodidatismo da formação antropológica abrigada em museus e, fundamentalmente, realizada através da pesquisa de campo (CORRÊA, 1995; DEBERT, 2004; OLIVEN, 2004), as redes de pesquisa e colaboração internacionais e informais e/ou pessoais constituíram as bases fundacionais da antropologia no Brasil.

Com a constituição do sistema de pós-graduação brasileiro, realizada a partir do Sudeste ao final da década de 1960, e sua progressiva expansão e descentralização para outras regiões do país ao longo da década de 1980, houve um esforço institucional de promoção de redes de pesquisa e colaboração no âmbito das políticas de pós-graduação brasileiras. À consolidação de programas de pós-graduação correspondeu uma política de promoção de redes nacionais e internacionais de colaboração e pesquisa, num esforço de formação de recursos humanos realizado também a partir da implantação de programas de pós-graduação em regiões consideradas carentes, e de internacionalizar a ciência feita no Brasil, com o objetivo de torná-la globalmente competitiva (FELDMAN-BIANCO, 2013). As maneiras de implementação destas ações, entretanto, não podem ser desconsideradas e constituem aspectos fundamentais das dinâmicas do campo científico brasileiro e da conformação das redes de pesquisa e colaboração em antropologia e sua incidência. Neste sentido,

parece-me fundamental levar em conta dois aspectos inter-relacionados que acompanharam a constituição, expansão e descentralização de um sistema de pós-graduação no Brasil e que, argumento, contribuem para a compreensão de suas presentes configurações: de um lado, as maneiras de financiamento da pós-graduação que trabalham fundamentalmente através de incentivos públicos e por “contrato” (DEBERT, 2004), no qual o interesse é o fortalecimento de certas áreas e cuja lógica específica é estimular a competitividade e assimetrias entre as instituições e pesquisadores, visando melhoria do seu desempenho; de outro lado, a implantação de um rigoroso sistema centralizado de avaliação de desempenho cujo resultado e finalidade principal é a própria hierarquização dos programas avaliados, em cada área.

É a associação entre esses dois processos concomitantes de *expansão e dispersão regional* e de *hierarquização de programas e de pesquisadores* que configura o cenário privilegiado para compreensão das dinâmicas das redes de pesquisa e colaboração em antropologia, que é o objetivo deste texto. De forma geral, a adoção de critérios bibliométricos de coautoria e/ou de número de autores por artigo tem balizado o estudo das redes de relações em pesquisa de outras áreas científicas, como, por exemplo, as de engenharia elétrica, processamento de dados, bioquímica (NEWMAN, 2001; YOSHIKANE; KAGEURA, 2004) e ciências da computação (SILVA, 2007). Entretanto, além de ser uma forma de avaliação baseada em produtos e não em processos, não consegue dimensionar as especificidades das áreas de ciências humanas, em que, comparativamente com as demais áreas científicas, publicam-se bem mais artigos de autoria solitária (LEITE et al., 2014). Também na área de antropologia, a publicação em livros e capítulos de livros constitui-se uma ferramenta ativa de divulgação de pesquisas (SEYFERTH, 2004). Essa característica implicou a implementação do Qualis Livro, a partir do biênio 2005-2007, pela Capes – instância governamental avaliadora da pós-graduação no país –, processo que foi marcado por negociações realizadas por representantes da área para equivalência de valores associados à publicação de livros e capítulos de livros com os valores de artigos científicos (FELDMAN BIANCO, 2013).

Em acordo com as especificidades da produção acadêmica em antropologia, mas também ressaltando a escassez de dados sistematizados sobre o assunto em nossa área, meu objetivo neste texto será tentar circunscrever a temática a partir de uma análise dos diálogos preferenciais estabelecidos em nosso campo disciplinar para produção e circulação das pesquisas. Trabalharei com materiais quantitativos disponíveis, provenientes do projeto Formação, Pesquisa e Inserção Profissional no Campo da Antropologia, coordenado por Bela Feldman-Bianco e Daniel Simião, que buscou mapear o campo da antropologia no Brasil entre 2004 e 2012. O estudo procura atualizar o debate provocado por pesquisa anterior, realizada em 2002, que deu origem ao livro *O campo da antropologia no Brasil*, organizado por

Gustavo Lins Ribeiro e Wilson Trajano Filho (2004). O material presente nesse livro é uma fonte importante de dados e reflexões, na comparação com as dinâmicas mais recentes que considerarei, a partir de dois conjuntos de dados: de um lado, informações quantitativas referentes às redes de formação profissional e de divulgação científica, fornecidas pelos coordenadores dos programas de pós-graduação em antropologia do país, enviadas aos coordenadores da pesquisa; de outro lado, um relatório de análise de rede sociais realizado a partir de dados sobre participação de docentes em bancas de defesa de dissertações e teses do período de 2005 até 2012, referentes a dezoito programas de pós-graduação, cujos dados foram informados por esses programas no âmbito da presente pesquisa (HIGGINS; CREPALDE, 2017). O conjunto desses materiais possibilita trabalhar com a temática das redes de pesquisa e de colaboração a partir de três dimensões inter-relacionadas: 1. Redes de Formação Profissional; 2. Redes de Divulgação Científica; e 3. Redes de Participação em Bancas de Mestrado e de Doutorado. Embora as duas primeiras dimensões já tenham sido objeto de detalhada análise neste livro, a partir dos textos de Gustavo Lins Ribeiro e de Wilson Trajano Filho, sobre internacionalização da disciplina e ensino e formação de docentes (respectivamente), serão trazidas aqui para adensar a análise das redes de pesquisa e colaboração e iluminar as duas tendências inter-relacionadas que assinalarei como constitutivas da configuração da pós-graduação no Brasil: *expansão e descentralização da pós-graduação* com concomitante *hierarquização de programas e pesquisadores*. Vejamos os dados.

REDES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Como já foi apontado por diversos comentaristas, a pesquisa antropológica precedeu a conformação da pós-graduação na área de antropologia no país (CORRÊA, 1995; DEBERT, 2004; FRY, 2004; OLIVEN, 2004), num período inicial da constituição disciplinar no Brasil, em que os profissionais da área já foram chamados por Corrêa (1995) de “livres atiradores”. O termo visava denominar a autonomia institucional que os pesquisadores em antropologia tinham em relação ao Serviço de Proteção ao Índio, ao Museu do Índio, ao Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Nacional, por onde circulavam (DEBERT, 2004; OLIVEN, 2004).

Foi somente a partir dos anos 1970 que foram criados os primeiros programas de pós-graduação em antropologia no Brasil, o que poderia ser considerado como o segundo período da constituição disciplinar no Brasil, caracterizado pela criação dos programas de pós-graduação. Como Feldman-Bianco analisa em seu texto presente neste livro, os primeiros programas foram marcadamente concentrados na região Sudeste, na USP, na Unicamp e no Museu Nacional da UFRJ, mas logo

implantados na região Centro-Oeste, na UnB, e Nordeste, na UFPE. O desenvolvimento desta política de investimentos levou à consolidação de programas de pós-graduação também no Sul do Brasil, com a criação dos programas da UFRGS e da UFSC, no final da década de 1970 e início dos anos 1980.

À exceção dos programas da UFF e da UFPR, criados na década de 1990, os demais programas atualmente existentes foram criados a partir de 2005, o que poderia ser caracterizado como o terceiro período de constituição disciplinar, que abrigou a significativa expansão e descentralização dos programas de pós-graduação em antropologia. Houve a criação de mais doze programas de pós-graduação, a maior parte (sete) localizada nas regiões Norte e Nordeste, dois no Centro-Oeste, dois no Sudeste e um no Sul.

Estas informações apontam a expressiva constituição, expansão e descentralização de programas de pós-graduação na área, os quais passam a ser centros formadores de profissionais. Essa é uma característica importante na consideração das redes de pesquisa e de colaboração, uma vez que o investimento na infraestrutura da pós-graduação no Brasil criou as condições de formação interna de profissionais, contrastando com outros países, como a Argentina, que privilegiou cursos profissionalizantes, ou o México, que investiu na concessão de bolsas no exterior (DEBERT, 2004).

As informações disponíveis sobre a proporção de docentes com doutorados realizados no país ou no exterior mostram que à expansão dos programas de pós-graduação correspondeu um acréscimo da proporção de docentes com doutorado no país. Em artigo sobre o tema, que considerou os dados de docentes em instituições brasileiras em 2001, Fry (2004) mostrou que 62,4% haviam se doutorado no Brasil, enquanto 37,6% dos profissionais tinham realizado o doutoramento no exterior. Considerando dados mais recentes dessa proporção (triênio 2010-2012), vemos que uma década depois o percentual de docentes com doutorado no país subiu para 74,1%, tendo o percentual de 25,9% realizado o doutorado no exterior. O gráfico a seguir especifica os dados.

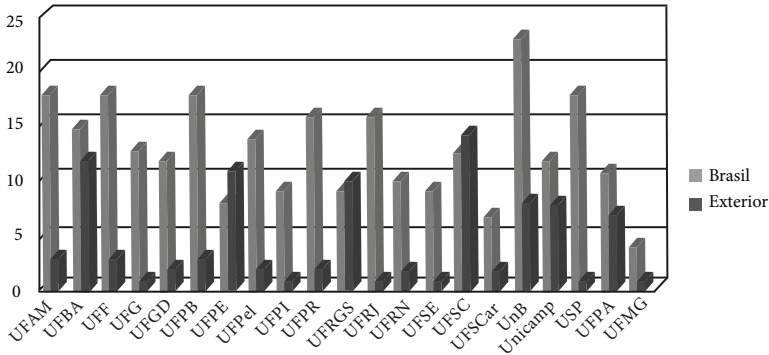


Gráfico 1 Proporção de docentes por local de formação (Brasil x exterior) entre 2010 e 2012.

Conforme o gráfico anterior, os programas com maior presença de redes de formação profissional no exterior são da UFPE, UFRGS e UFSC, nos quais o número de profissionais doutorados no exterior é maior do que aqueles com formação profissional no Brasil. Presença significativa de profissionais formados no exterior também aparece na UFBA e na UFPA, sugerindo a possibilidade de que a formação de profissionais nestes centros mais tradicionais do Sul, Nordeste e Norte tenha sido realizada a partir de significativas redes de formação externas ao Brasil e com menor peso na região Sudeste, a qual possui cursos de doutorado mais antigos na área. Embora não tenhamos dados sobre as datas de doutoramento dos docentes disponíveis para o período de 2010 a 2012, e, por isso, só nos resta especular, importa destacar a dinâmica observada por Fry (2004) em torno das informações recolhidas referentes ao ano de 2001, de que boa parte dos docentes doutorados no exterior (61,1%) havia se titulado entre 1981 e 1985, época em que havia cursos de doutorado em antropologia somente na USP, no Museu Nacional da UFRJ e na UnB.

De toda forma, também é perceptível no gráfico anterior que a maior parte dos docentes dessas instituições fundadoras dos doutorados em antropologia no país (USP, Museu Nacional da UFRJ e UnB) privilegiou sua formação profissional dentro do Brasil, o que também aparece como significativo para os profissionais vinculados aos programas criados a partir do período de expansão e descentralização da pós-graduação no País. Quando a essas informações se acrescenta a análise dos dados referentes ao doutoramento de docentes na mesma instituição de vinculação profissional no triênio 2010-2012, nota-se que a maior parte dos docentes de programas mais consolidados de doutorado não apenas realizou doutorado no país, mas também o fez em seus futuros programas de vinculação profissional. Ruben Oliven já denominou tal característica de “endogenia”, em texto sobre o assunto, considerando os dados sobre o campo da antropologia brasileira da década de

1990 (OLIVEN, 2004). Esta característica se mantém nos dados mais recentes e é notável nos profissionais da região Sudeste, sendo inexistente nos cursos da região Norte pelo motivo do tempo de criação dos cursos, como também analisa Trajano Filho em texto deste livro. Vejamos a especificação dos dados no gráfico a seguir.

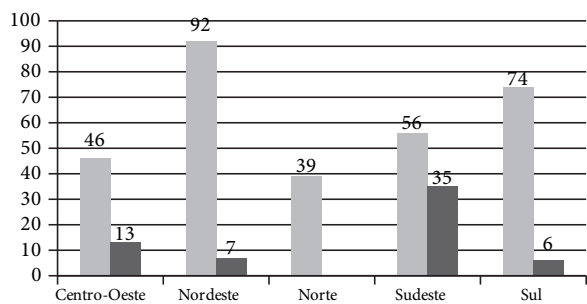


Gráfico 2 Doutoramento de docentes na mesma instituição de vinculação profissional, por região (2010-2012).

Avaliando a configuração dos cursos de pós-graduação contemporaneamente, vê-se que, entre os 21 programas existentes ao final do período pesquisado (2012), cerca de 50% já possuem o mestrado e doutorado, mas permanece a concentração dos cursos de doutorado no Sudeste, os quais possuem programas mais antigos neste nível de formação. Condizente com esses dados está o que já foi chamado por Oliven (2004) de “endogenia” das redes formativas dos profissionais destes centros; todavia, uma análise mais cuidadosa da relação entre os locais de vinculação profissional por região e das regiões de doutoramento dos profissionais mostra dinâmicas mais amplas desse processo e seu impacto nas redes de formação de profissionais em antropologia, que mantém o Sudeste como a região preferencial de doutoramentos dos docentes no país.

Tabela 1 Região do programa de vinculação docente x região do doutorado do docente (triênio 2010-2012).

Região	Região de doutorado					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Exterior	
Centro-Oeste	20	0	23	5	11	59
Nordeste	3	12	43	11	30	99
Norte	1	0	23	5	10	39
Sudeste	1	0	74	0	16	91
Sul	4	0	30	18	28	80
Total	29	12	193	39	95	368

A conjugação dos dados apresentados permite ensejar a existência das seguintes dinâmicas de redes de formação profissional e sua incidência nas vinculações institucionais de docentes por região no Brasil:

- a) Na região Sudeste atuam redes de formação profissional intrarregional e intrainstitucionais;
- b) Na região Centro-Oeste há concomitância de redes de formação profissional intrarregional e inter-regionais na direção Sudeste-Centro-Oeste;
- c) Na região Norte atuam redes de relações inter-regionais na direção Sudeste-Norte, com presença de redes internacionais na direção Doutorado no Exterior-Norte e menor presença de relações inter-regionais na direção Sul-Norte;
- d) Na região Nordeste há redes de relações inter-regionais na direção Sudeste-Nordeste, com presença de relações internacionais na direção Doutorado no Exterior-Nordeste e menor presença de relações inter-regionais Sul-Nordeste;
- e) Na região Sul existe concomitância de relações inter-regionais na direção Sudeste-Sul com relações internacionais na direção Doutorado no Exterior-Sul e menor presença de relações intrarregional e inter-regionais na direção Centro-Oeste-Sul.

REDES DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Publicações e diálogos preferenciais

No que se refere à mensuração dos resultados de pesquisa em um país, tradicionalmente utilizam-se duas maneiras: a) número de artigos publicados em revistas nacionais e internacionais; b) seu impacto, determinado por meio da contagem das citações de que foi objeto (FIORÍN, 2007). Os dados que possuímos não contemplam a avaliação da contagem das citações; portanto, trabalharei apenas os indicadores referentes ao número de artigos, livros e capítulos de livros publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, uma vez que a publicação de livros e capítulos de livros é constitutiva da conformação disciplinar da antropologia.

No que se refere às publicações, temos um correspondente acréscimo de publicações de artigos, livros e capítulos de livros que acompanha a expansão dos programas de pós-graduação. Há relevante crescimento das publicações em meios nacionais e internacionais de divulgação científica, o que demonstra a vitalidade das redes nacionais e internacionais de publicação. Em pesquisa anterior acerca

do campo da antropologia no Brasil, Fry (2004) destaca que no período de 1996 a 2001 houve a publicação de 203 artigos, 169 capítulos de livro e 25 livros no exterior, num total de 397 publicações no exterior, o que representava cerca de 20% dos trabalhos do período. Os dados de que disponho sobre os três triênios considerados (2004 até 2012) não distinguem especialmente a publicação de artigos no exterior, mas evidenciam que, apenas considerando o total de livros e capítulos de livros publicados pelos docentes da área de antropologia no período – 596 –, já é possível perceber um significativo aumento de publicações no exterior. Na comparação com o total de publicações nacionais, esse número representa 15,1%, percentual representado pela publicação de livros e capítulos de livros no exterior.

Considerando tais informações segundo a região de vinculação do programa de pós-graduação do docente, percebe-se que a maior participação das publicações de livros e capítulos de livros no exterior provém da região Sudeste, seguida da Sul e Nordeste (ver gráficos 3 e 4 abaixo). No entanto, a proporção entre as publicações nacionais e no exterior não muda significativamente entre as regiões, conforme explícito no Gráfico 3, o que levanta a hipótese de que o local de doutoramento dos docentes (exterior ou em instituições nacionais) não seja fator relevante na conformação de redes de publicação no exterior, uma vez que há significativas diferenças entre o local de doutoramento de docentes por região, conforme já analisado, com preponderância de doutoramentos no exterior na UFPE, UFRGS e UFSC. Vejamos os gráficos a seguir.

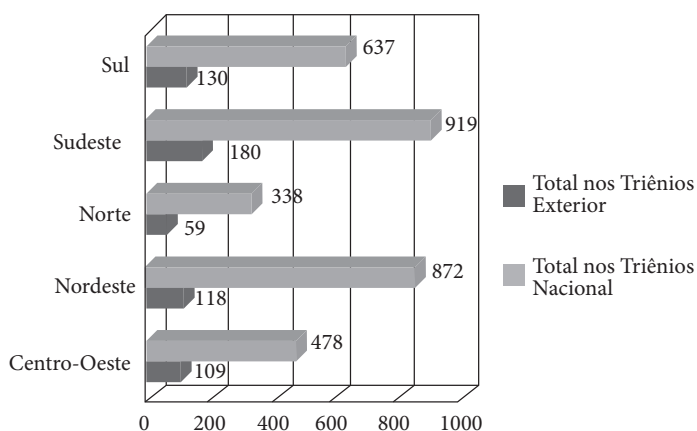


Gráfico 3 Distribuição dos totais de publicação de livros e capítulos de livros nos triênios considerados (2004 a 2012), por região e local de publicação (nacional ou no exterior).

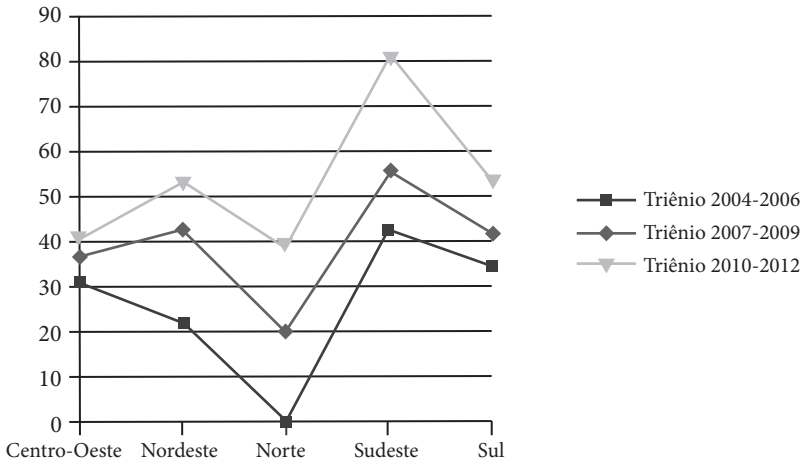


Gráfico 4 Publicação total de livros e capítulos de livros no exterior nos triênios considerados (2004 a 2012), por região.

Outra dimensão analítica importante a ser considerada é que os dados acerca da publicação de livros e capítulos de livros no exterior tiveram tendência de crescimento entre os triênios considerados, inclusive nos novos programas criados a partir de 2005, o que manifesta sua inserção em redes de publicação internacional, embora em menor proporção do que os programas mais antigos.

Com relação aos diálogos preferenciais, vê-se o crescimento das publicações nos Estados Unidos, especialmente em relação à Europa. No primeiro triênio analisado, quase 40% das publicações se davam na Europa, seguido da América Latina (32%). No último triênio, os Estados Unidos assumem a posição de local em que mais publicamos (40%). A soma do total de publicações por triênio, por outro lado, aponta a preponderância da Europa no que se refere às publicações no exterior, dados trabalhados no capítulo de Gustavo Lins Ribeiro, neste livro. Ao longo dos triênios considerados, ainda é possível verificar o crescimento da participação de docentes vinculados às instituições brasileiras em eventos no exterior, principalmente os realizados na Europa e América do Norte. Comparativamente com o período de 1996-2001, analisado por Fry (2004), entretanto, temos um decréscimo significativo da participação em eventos no exterior, que passa de 689 no período de seis anos considerado por Fry (2004) para apenas 475 entre os nove anos dos três triênios considerados na pesquisa atual (2004-2012). Estes dados apontam que, embora com menores oportunidades de participação em eventos no exterior, mantiveram-se as redes de publicação internacional, que aumentaram no período considerado em relação à pesquisa anterior (TRAJANO FILHO; LINS RIBEIRO, 2004). Pode-se indicar, apenas a título de sugestão, uma vez que mais densos estudos fazem-se necessários, que

o aumento das publicações no exterior tenha maior relação, então, com as políticas de avaliação científica da área, que não apenas valorizam, mas exigem a publicação internacional (SEYFERTH, 2004).

Ainda sobre a pesquisa realizada na década anterior, Fry (2004) aponta para uma concentração de apresentação de trabalhos em um número pequeno de docentes (aproximadamente um quinto dos docentes seria responsável por grande parte das publicações no exterior). Esta seria uma hipótese importante de trabalho para refinarmos a análise, considerando, inclusive, o sistema hierarquizado de promoção de bolsas de pesquisa para pesquisadores com alta produtividade e as formas de financiamento por “contrato” (DEBERT, 2004) que tendem a avaliar a produtividade para financiar projetos de pesquisa e as próprias viagens internacionais; como não temos tais dados, resta apenas concluir a importância e preferência das trocas acadêmicas de pesquisadores de instituições brasileiras na Europa e América do Norte – antropologias chamadas “centrais” por Cardoso de Oliveira (1998) – e indicar que, provavelmente, dadas as condições de acesso ao financiamento às viagens internacionais e no cenário de diminuição das próprias viagens para apresentação de trabalhos, se mantenham as dinâmicas de sua concentração em instituições e pesquisadores dos centros consolidados da área (UFRJ, UnB e UFRGS), como apontado por Fry (2004).

Quando adensamos a informação com relação ao país de apresentação de trabalhos no exterior, é possível destacar que as maiores redes de diálogos para comunicações científicas no exterior nos triênios considerados (2004 a 2012) concentraram-se na Argentina, seguida por proporções equitativas de apresentações de pesquisadores realizadas em Portugal, nos Estados Unidos, no México e na França. Analisando tais relações, percebe-se a importância de dois eixos significativos na constituição dessas redes: de um lado, as dimensões associadas à proximidade geográfica e linguística, que podem facilitar as trocas científicas no âmbito de reuniões e seminários, já destacadas por Gustavo Lins Ribeiro em capítulo deste livro; de outro lado, as dimensões associadas ao privilégio dos centros clássicos e consolidados de difusão disciplinar, chamados por Fry de *establishment* (2004).

Já no que se refere às publicações em veículos de divulgação científica nacionais, há um acréscimo que é perceptível em todas as regiões, embora seja menos acentuado nas regiões Sul e Sudeste, as quais contam com programas mais antigos de pós-graduação. A correlação entre o crescimento bibliográfico na área e o movimento de expansão de programas de pós-graduação se evidencia na comparação entre o total de produções bibliográficas distinguidas pelo período de expansão dos doze novos programas – a partir de 2005. Comparando as tendências de crescimento, vê-se que os novos programas tiveram aumento maior na publicação de livros e capítulos de livros do que em periódicos. Considerando ainda este conjunto

de dados, é possível destacar que as dinâmicas regionais de vinculação institucional dos docentes atuam na configuração do meio de divulgação científica das publicações – livros e capítulos de livros ou periódicos. Vê-se que há preponderância do Sudeste, seguido pelo Nordeste e Sul, no que se refere aos livros e capítulos de livros (Gráfico 5), e mantida a preponderância do Sudeste, seguido pelo Sul e Nordeste, no que se refere aos artigos em periódicos científicos (Gráfico 6).

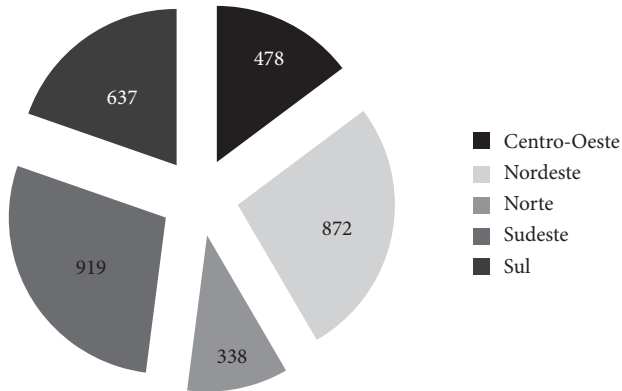


Gráfico 5 Total de publicações em livros e capítulos de livros nos triênios considerados, por região.

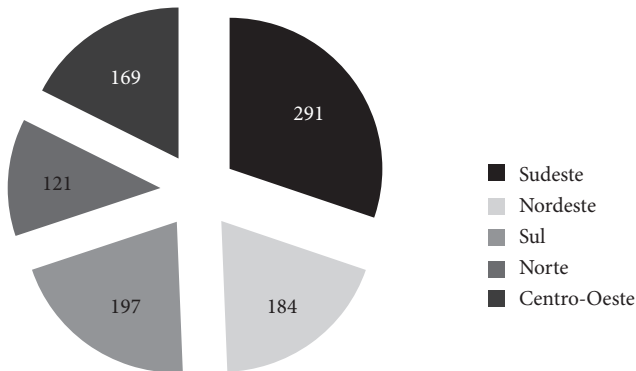


Gráfico 6 Total de publicações de artigos em periódicos nos triênios considerados, por região.

Diálogos na prática: as pesquisas de campo

Outra maneira de constituir redes de relações é através da prática do trabalho de campo. As informações disponíveis sobre sua realização mostram que três quartos (74,5%) das pesquisas feitas nos triênios considerados (2004-2012) tinham o Brasil como área de estudo. O quarto restante distribui-se por mais de 40 países ou regiões, mostrando uma dispersão significativa dos locais de pesquisa de campo que, não obstante, revela a preferência das regiões da América Latina e da África. Agrupando-se os dez principais locais de realização da pesquisa de campo fora do Brasil, pode-se notar a seguinte distribuição.

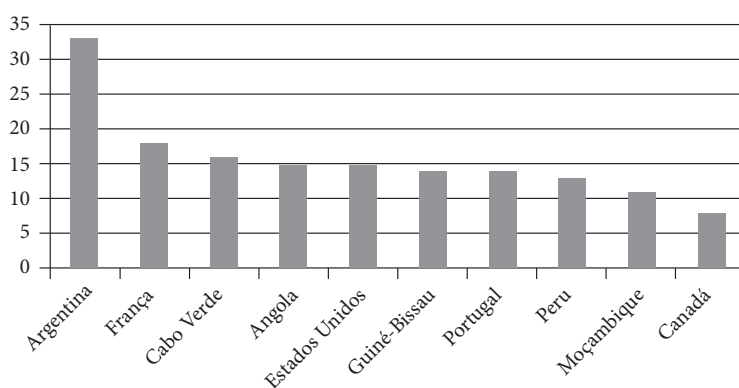


Gráfico 7 Dez principais locais de pesquisa de campo fora do Brasil nos triênios considerados (2004-2012).

Percebe-se a importância da pesquisa de campo na Argentina, na França, nos Estados Unidos e em Portugal, países que também se destacaram como locais de apresentação de trabalhos no exterior para pesquisadores vinculados às instituições brasileiras. Entretanto, aparece como local significativo para pesquisa de campo fora do Brasil também a África, que apresenta níveis crescentes de interesse para trabalho de campo de pesquisadores vinculados às instituições brasileiras. Note-se que os países africanos não se constituíram como focos significativos de apresentação de trabalhos no exterior nos triênios considerados, parecendo privilegiar-se neste quesito os centros mais consolidados da tradição antropológica, associados àqueles com maior proximidade geográfica e linguística. Faz-se perceber, especialmente com relação aos países africanos, uma distinção entre as redes de colaboração científica para apresentação de trabalhos e as redes de colaboração científica para realização de trabalho de campo.

REDES DE PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE MESTRADO E DE DOUTORADO

Além das redes de formação acadêmica e das redes de divulgação científica, outro conjunto de dados acerca das redes de relações em pesquisa e colaboração acadêmica são as trocas de *expertises* e avaliação dos trabalhos por pares, realizadas através das bancas de dissertações e teses em antropologia. É possível analisar tais relações a partir do relatório sobre o sistema de trocas acadêmicas das bancas de mestrado e de doutorado no período de 2005 a 2012 (HIGGINS; CREPALDE, 2017), que trabalhou a partir de técnicas sociométricas de segunda geração, conhecidas como análise de redes sociais. O relatório considerou dezoito programas de pós-graduação em antropologia no Brasil: USP; UFPE; Museu Nacional da UFRJ; UFRGS; UFAM; UFPR; UFS; UFSC; UFSCar; Unicamp; UFMG; UnB; UFRN; UFBA; UFPI; UFG; UFPA; e UFF. Com relação aos vinte e um programas da área considerados até então neste capítulo, não foram consideradas as seguintes instituições, que iniciaram suas atividades posteriormente ao ano de 2010: UFGD (2010); UFPel (2012); e UFPB (2011).

A análise trabalhou a partir dos relatórios de bancas de dissertações e teses enviados pelos coordenadores dos programas de pós-graduação, que consistiram em tabelas de Excel¹. Para proceder com análises de estruturas de trocas ou interações, estas informações foram transformadas em dois tipos de matrizes sociométricas. A primeira apresentava a teia de vínculos entre o evento, a banca identificada pelo aluno que defende e os convidados para a defesa. A segunda incluía só as relações de convite para bancas entre os professores. Posteriormente, foram gerados para cada programa de pós-graduação, para as bancas de mestrado e de doutorado, quatro dígrafos das bancas de todo o período considerado: 1. Um dígrafo geral das bancas de defesa com seus participantes; 2. Um dígrafo das relações entre convidantes-convidados, discriminado pelos convidados mais importantes; 3. Um dígrafo das relações entre convidantes-convidados, discriminado pelos convidantes mais importantes; 4. Um dígrafo reduzido a partir da ligação institucional dos participantes nas bancas. Além disso, os dados foram modelados mediante duas estratégias: análise de blocos e modelo exponencial randômico, ou *Exponential Random Graph Model* (ERGM). Segundo o relatório, a análise de blocos é um tipo de análise de clusterização que permite captar semelhanças no padrão relacional dos agentes. Neste caso, foi empregado o critério de equivalência estrutural como fator

1 Segundo o relatório: "Foram fornecidas tabelas de formato Excel (xls) que foram transformadas em objetos de cálculo em linguagem R. Estes posteriormente foram submetidos à modelagem e representação gráfica mediante os pacotes *igraph*" (HIGGINS; CREPALDE, 2015:15).

de determinação, o que, segundo o relatório, implica a realização de uma análise mais aprofundada do conteúdo das bancas e dos seus participantes para discernir se os blocos correspondem a um campo especializado, ou não, ou se há algum fator transversal entre diferentes campos temáticos. Segundo os dados do relatório, a probabilidade de docentes construírem convites ao interior de seu cluster respectivo é 42,8%.

O material é extenso e presta-se, sobretudo, à análise das redes peculiares a cada programa e a cada docente; entretanto, esta análise particular de cada programa extrapolaria os objetivos deste capítulo. Com relação à análise dos blocos, em que pese o destaque para análises mais densas sobre o tipo de vínculo estrutural de reunião dos agentes, tanto os dados quanto a metodologia de análise que não especifica os membros externos nas bancas tendem a indicar que o fator transversal de vinculação dos agentes seja mesmo o programa de sua vinculação. Tornam-se, nesse sentido, muito úteis para a compreensão das redes internas aos programas de pós-graduação, o que extrapola o interesse deste capítulo. No conjunto dos dados do relatório da análise das redes de bancas de dissertações e teses, privilegiarei, então, as dinâmicas de configuração das redes de relações das bancas de mestrado e de doutorado por programas e entre regiões, seguindo a hipótese mais geral ora apresentada de que as configurações das redes de pesquisa e colaboração podem ser compreendidas a partir das dinâmicas correlatas de *expansão e descentralização da pós-graduação e hierarquização de programas e pesquisadores*.

A participação de docentes em bancas de mestrado e doutorado: redes de estruturas hierárquicas

Os dados da análise das redes sociais de bancas de mestrado e de doutorado apontam na direção das dinâmicas apontadas, na medida em que uma das principais conclusões é que, no que se refere ao grau nodal de centralidade tanto dos docentes convidantes quanto de docentes convidados para as bancas de mestrado e de doutorado, poucos docentes centralizam muitas relações e muitos docentes concentram poucos relacionamentos. Segundo o relatório, é possível afirmar com 75,8% de probabilidade que as relações de convite buscam poucos agentes, sendo que 60% dos professores receberam apenas um chamado para banca no período e pouco mais de 20% fizeram até cinco convites:

A concentração de convites em poucos professores é expressivamente muito maior que a iniciativa concentrada dos convites em poucos professores. Visto de forma invertida, quase 60% dos professores rece-

beu um único chamado para banca, enquanto que pouco mais de 20% dos professores fizeram até cinco convites (HIGGINS; CREPALDE, 2017:18).

Esta estrutura indica que a rede é bastante hierarquizada, tanto no que se refere à iniciativa de composição de bancas – que tem relação direta com o número de estudantes orientados – quanto no que diz respeito aos docentes preferencialmente convidados para participação em bancas. A análise do relatório apresentado permite inferir que a composição de critérios de status de prestígio do pesquisador e também do programa importam, mas somente se considerada a partir de sua correlação com disposições próprias do número de estudantes ingressantes nos cursos de mestrado e de doutorado, uma vez que os dados não discriminam os participantes externos nas bancas de mestrado e doutorado. Os programas de pós-graduação com maior número de defesas de mestrado e de doutorado tendem a aparecer de forma mais significativa nos dados gerais. Vejamos o gráfico a seguir:

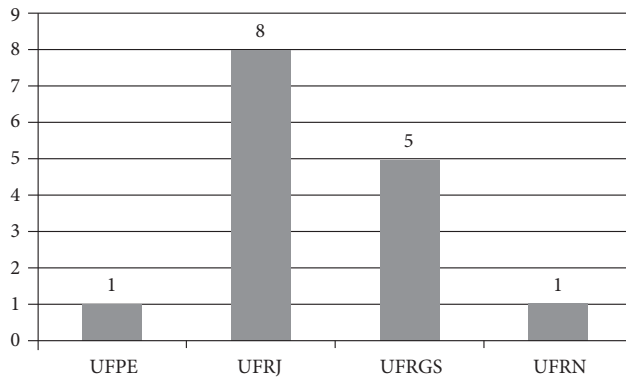


Gráfico 8 Programas de pós-graduação dos 15 docentes mais convidados para bancas de mestrado e doutorado – 2005-2012.

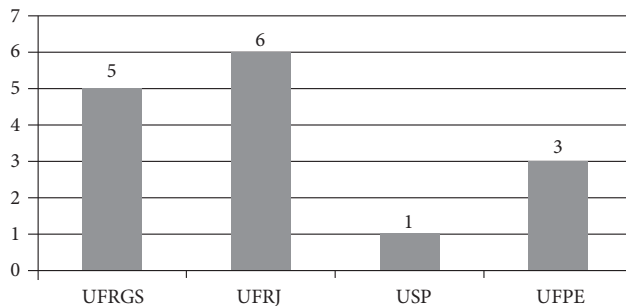


Gráfico 9 Programas de pós-graduação dos 15 docentes mais convidantes para bancas de mestrado e doutorado – 2005-2012.

As dinâmicas regionais

É fascinante a representação gráfica das redes presentes no relatório de análise das redes sociais de bancas de mestrado e de doutorado na área de antropologia. Entretanto, para realizar uma análise mais geral das redes de troca entre os programas, preferi realizar, a partir do relatório, uma distinção em termos de suas regiões de localização, o que pode contribuir para perceber certas dinâmicas de interação de pesquisadores nas bancas de dissertação e tese. Posteriormente a esta distinção, realizei uma classificação das três principais redes de relações interinstitucionais de cada programa nas bancas em nível de mestrado e de doutorado. Apresento a seguir estes dados.

Sudeste

A análise das relações interinstitucionais das redes de relações das bancas de mestrado e de doutorado nesta região aponta para uma significativa endogenia regional e a concentração de convidados no eixo RJ-SP. Há raras exceções, aparecendo neste sentido as redes entre Unicamp e UFSC, USP e UFSC, UFF-UFAM/UBA, UFRJ e UFRGS e UFMG-UFBA, as quais possivelmente têm a ver com eixos temáticos mais específicos de colaboração entre docentes convidados e convidados.

Tabela 2 Redes preferenciais de bancas de mestrado e doutorado na região Sudeste².

Programa	Nível	Redes preferenciais		
Museu Nacional da UFRJ	Mestrado	UFF	UniRio	UERJ
	Doutorado	UFF	PUC-RJ	UFRGS/UFSC
Unicamp	Mestrado	USP	UFSCar	UFRJ2
	Doutorado	USP	UFRJ	UFSC
USP	Mestrado	Unicamp	UFSCar	UFRJ/UFSC
	Doutorado	Unicamp	UFRJ	UFSC

2 O relatório de análise de redes trabalhou a partir das informações brutas provenientes dos programas de pós-graduação, que muitas vezes não especificavam se a referência à UFRJ implicava o Museu Nacional ou o IFCS/UFRJ. Consciente desta dificuldade classificatória, deixei apenas a referência à UFRJ, mais frequentemente utilizada no relatório. Para a análise das dinâmicas regionais implicadas na formação de bancas, acredito que seja viável ainda permanecer validando essa informação. O relatório também conjugou a análise das bancas de mestrado e de doutorado da UFSCar, por conta de ter sido informada a realização de apenas duas teses de doutorado no período. Nos dados dos professores convidados inclui-se o(a) professor(a) convidante. Lembro também que as informações do relatório de análise de redes são provenientes dos dados repassados pelos coordenadores dos programas de pós-graduação, o que pode acarretar diferenças com relação a outras fontes de informação, como aquelas presentes no sistema de avaliação da Capes.

Tabela 2 *Continuação...*

Programa	Nível	Redes preferenciais		
UFF	Mestrado	UFRJ	UFRRJ	UERJ
	Doutorado	UFRJ	UFRRJ	UFAM/UBA
UFSCar	Mestrado e doutorado (assim apresentado no relatório)	Unicamp	USP	Unifesp
UFMG	Mestrado	UFRJ	Unicamp	UFBA

Centro-Oeste

Com relação às redes de bancas de mestrado e de doutorado dos programas dessa região, percebem-se os convites para bancas na direção UFG-UnB, assim como significativa importância de programas do Sudeste e relativas trocas com os programas do Sul do país.

Tabela 3 Redes preferenciais de bancas de mestrado e doutorado na região Centro-Oeste.

Programa	Nível	Redes preferenciais		
UnB	Mestrado	UFF	Unicamp	UFRJ
	Doutorado	UFRJ	UFF	UFSC/UFRRGS
UFG	Mestrado	UnB	Unicamp	USP/UFSC/UFJF

Sul

A análise das redes de relações das bancas de mestrado e de doutorado da região Sul aponta para a importância das redes regionais (principalmente no nível de mestrado), associada à significância dos convidados provenientes de programas de pós-graduação da região Sudeste.

Tabela 4 Redes preferenciais de bancas de mestrado e doutorado na região Sul.

Programa	Nível	Redes preferenciais		
UFRRGS	Mestrado	PUC-RS	UFSC	UFPEL
	Doutorado	UFSC	UnB	UFRJ/Unisinos
UFSC	Mestrado	UFRJ	UFPR	USP
	Doutorado	UFRRGS	UFRJ	USP
UFPR	Mestrado	UFSC	USP	UFRJ

Nordeste

A análise das redes de relações das bancas de mestrado e de doutorado dos programas da região Nordeste indica que há valorização das redes regionais, associada à importância das redes com os programas da região Sudeste, em especial os localizados no Rio de Janeiro, e com a UnB.

Tabela 5 Redes preferenciais de bancas de mestrado e doutorado na região Nordeste.

Programa	Nível	Redes de relações		
UFPE	Mestrado	UFRN	UFMA	UnB
	Doutorado	UFRJ	UFRN	UFPB
UFRN	Mestrado	UFPE	UFRJ	UFPB
UFBA	Mestrado	UFPB	UFRN	UESB
UFPI	Mestrado	UERJ/UFMA	UFRN/PUC-Rio	UESPI
UFS	Mestrado	UFRN	UFBA	UFF

Norte

Os dois programas de pós-graduação da região Norte considerados apresentaram menor significância em relação ao critério regional e há uma preponderância das redes do Sudeste e Centro-Oeste.

Tabela 6 Redes preferenciais de bancas de mestrado e doutorado na região Norte.

Programa	Nível	Redes de relações		
UFAM	Mestrado	UFRJ	UFF	UnB
UFPA	Mestrado	USP	UFBA	UFG

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há muito a estudar e compreender acerca da constituição e dinâmica das redes de pesquisa e colaboração em antropologia. As redes constitutivas de nosso campo disciplinar vêm sofrendo processos de transformação promovidos, entre outros aspectos, pela institucionalização e expansão dos programas de pós-graduação no Brasil, pelas formas públicas e por contrato de financiamento de pesquisas e por um rigoroso sistema de avaliação científica que hierarquiza programas e pesquisadores. A conjugação desses aspectos produz processos concomitantes de incentivo

à expansão de programas e promoção de redes e grupos de pesquisa e intercâmbio, e de hierarquização de programas e pesquisadores em rankings de excelência. Considerei fundamental considerar essa dupla dinâmica de *expansão da pós-graduação e hierarquização de programas e pesquisadores* para melhor compreender as configurações das redes de pesquisa e colaboração nos três âmbitos analisados da formação profissional, divulgação científica e participação em bancas de mestrado e de doutorado.

Como elementos importantes dessa análise, temos que, no que se refere à formação de profissionais, o Sudeste aparece como uma região fundamental para formação de pesquisadores, assim como a formação no exterior parece ser mais significativa nas regiões Sul e Nordeste, quando comparadas com as demais. É possível salientar que os programas do Sudeste privilegiam as suas próprias redes internas na estruturação de seus domínios formativos, numa dinâmica que se repete na análise da participação de docentes em bancas de mestrado e de doutorado. No que se refere às redes de divulgação científica, chama a atenção a participação positiva das publicações de profissionais provenientes dos programas criados a partir de 2005, bem como o incremento do total de publicações na área. Quanto às redes de publicação internacional e participação em eventos, evidencia-se o privilégio daquelas associadas à proximidade geográfica e linguística, bem como os centros mais clássicos de tradição antropológica. Por fim, a análise das bancas ressaltou elementos diversificados da estruturação das redes por região, apontando para a importância das proximidades regionais e do Sudeste como região importante de articulação de convidados externos aos programas. Também, mostrou-se a estruturação hierárquica das redes, com poucos docentes com muitas participações em bancas e 60% dos docentes com uma única participação em bancas de mestrado e de doutorado.

Esses dados podem ser mais bem desenvolvidos à luz de outros indicadores relacionados à biografia de docentes e perfis temáticos das redes de colaboração, o que não foi possível de ser realizado em função da ausência de dados para tanto. Outro tema que poderia ser mais bem explorado em oportunidades futuras são os cenários dinâmicos de renovação de quadros de docentes de programas mais consolidados e a vitalidade da configuração de novos quadros funcionais em programas constituídos mais recentemente. A dinâmica geracional e seu impacto nas redes de pesquisa e de colaboração foi um dos aspectos não abordados neste capítulo por ausência de dados, e que certamente mereceria uma reflexão mais densa. Assim também acredito que poderia receber mais atenção o tema das formas de divulgação científica e o possível incremento das publicações em coautoria, muito mais frequentes em outras áreas científicas mas que, sob o impacto de um sistema avaliador com tendências universalistas (SEYFERTH, 2004), pode transformar as

dinâmicas de nossa área, tal como parece acontecer com o acréscimo das publicações internacionais. As redes temáticas, bem como o funcionamento efetivo dos grupos de pesquisa, também ensejam olhares mais atentos na relação com os eixos da formação de profissionais e com as formas de divulgação científica. Enfim, a análise das redes de pesquisa e de colaboração é um tema instigante e bastante dinâmico, convidando à continuidade da reflexão.

REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Antropologias periféricas versus antropologias centrais. In: _____. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 107-134.

CORRÊA, Mariza. A antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, Sergio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré/FAPESP/IDESP, 1995. v. 2.

DEBERT, Guita. Formação e ensino. In: TRAJANO FILHO, Wilson; LINS RIBEIRO, Gustavo (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 143-162.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Entre a ciência e a política: desafios atuais da antropologia. In: _____. *Desafios da Antropologia Brasileira*. Brasília: ABA Publicações, 2013. p. 19-46.

FIORÍN, José Luiz. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de ciências humanas e sociais em periódicos internacionais. *R B P G*, Brasília, v. 4, n. 8, p. 263-281, dez. 2007.

FRY, Peter. Internacionalização da disciplina. In: TRAJANO FILHO, Wilson; LINS RIBEIRO, Gustavo (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 227-266.

HIGGINS, Silvio; CREPALDE, Neylson. *Sistema de status e trocas acadêmicas: análise a partir de bancas de defesa no nível de pós-graduação*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Antropologia, 2017. (relatório de pesquisa).

LEITE, Denise et al. Avaliação de redes de pesquisa e colaboração. *Avaliação* (Campinas), Sorocaba, v. 19, n. 1, p. 291-312, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2017.

NEWMAN, M. E. J. From the cover: the structure of scientific collaboration networks. *Proceedings of the National Academy of Sciences* (PNAS), Stanford, v. 98, n. 2, p. 404-409, jan. 2001. Disponível em: <<http://www.pnas.org/cgi/reprint/98/2/404>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

OLIVEN, Ruben George. A reprodução da antropologia no Brasil. In: TRAJANO FILHO, Wilson; LINS RIBEIRO, Gustavo (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 213-226.

SEYFERTH, Giralda. O papel do financiamento e da avaliação na constituição do campo disciplinar. In: TRAJANO FILHO, Wilson; LINS RIBEIRO, Gustavo (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 93-116.

SILVA, Antonio Braz de Oliveira et al. Estudo da rede de coautoria e da interdisciplinaridade na produção científica com base nos métodos de análise de redes sociais: avaliação do caso do programa de pós-graduação em ciência da informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, p. 179-194, dez. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v-11nesp1p179>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

TRAJANO FILHO, Wilson; LINS RIBEIRO, Gustavo (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

YOSHIKANE, Fuyuki; KAGEURA, Kyo. Comparative analysis of coauthorship networks of different domains: the growth and change of networks. *Scientometrics*, Madri, v. 60, n. 3, p. 435-446, jan. 2004.

4

QUE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA QUEREMOS?

Gustavo Lins Ribeiro

INTRODUÇÃO

A internacionalização da ciência é um mote do regime global acadêmico que acompanha a difusão de modelos produtivistas mundo afora. Todas as disciplinas e universidades devem se internacionalizar, ainda que não se saiba muito bem o porquê. O certo é que a própria expansão internacional do modelo ocidental de ensino superior nos últimos 50-60 anos é a base sobre a qual se assenta a globalização científica e acadêmica, criando uma hegemonia cognitiva e epistemológica ocidental, e das suas formas e protocolos de produção de conhecimento associadas, que acaba se refletindo nos rankings de “melhores universidades do mundo”.

A antropologia, claro, não poderia ficar imune a estes movimentos, mesmo porque sempre esteve marcada por seu caráter cosmopolita e pelo intercâmbio internacional (RIBEIRO, 2014c). Entretanto, disciplinas como a nossa são dependentes dos e perpassadas pelos entornos simbólicos e políticos em que são praticadas. Também são sensíveis às ramificações de práticas e desígnios de poderes estatais nacionais e imperiais. Assim, todo e qualquer direcionamento que à antropologia se desejar aplicar necessita vir acompanhado das perguntas: como; para que; para quem? A internacionalização não escapa destes parâmetros. De fato, se não levantarmos estas questões e procurarmos estabelecer algum rumo, estaremos apenas nos dispondo a ser levados pelo que Benoît de L’Estoile (2008) chamou de “peso gravitacional da internacionalização hegemônica”, isto é, a praticar o que Virginia García Acosta (2009:18) ironicamente designou de “torcicolo acadêmico”, a incansável e permanente mirada ao Norte como modelo a ser acriticamente imitado.

A análise dos dados fornecidos pela pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Antropologia, que em boa hora dá continuidade a um esforço anterior (TRAJANO FILHO; RIBEIRO, 2004), mostra que, no quesito internacionalização da prática acadêmica antropológica, estamos ao sabor dos ventos, uma vez que

muitas tendências têm se estabelecido mais em função das forças geopolíticas relativas às dinâmicas históricas da economia política brasileira e do “sistema mundial de produção antropológica” (KUWAYAMA, 2004, s/p) do que em função de algum projeto político debatido e representativo de algum consenso interno à comunidade antropológica¹. Posso, então, fazer as mesmas perguntas que fiz (RIBEIRO, 2016) ao comentar um artigo sobre a internacionalização da antropologia chinesa: Que tipo de internacionalização se quer? Como a comunidade antropológica brasileira quer participar dos diferentes diálogos políticos e epistemológicos globais?

Há várias respostas possíveis. A primeira, mais fortemente apoiada por agências de fomento, implica render-se aos modelos hegemônicos, como se nosso destino, sendo bons e persistentes imitadores, fosse transformar-nos em Nova York, Chicago, Berkeley, Londres ou Paris. É de se lamentar que nos centros decisórios das políticas de ciência, tecnologia e inovação, a questão das ciências sociais e humanas seja tratada de forma secundária e sem se preocupar com os significados de sua localização em um país como o nosso. Mas há também ressonâncias internas e próprias à dinâmica da história e da prática antropológicas no Brasil. Na primeira avaliação do campo da antropologia brasileira como um todo, mencionada acima, em um texto seminal sobre a internacionalização da disciplina, Peter Fry (2004:242-243) reconhece uma “concatenação de vozes” própria à antropologia brasileira. Afirma que “localizamos nossos heróis fundadores” no “centro”, “como se” legitimássemos “a antropologia do *establishment* tão duramente criticada em outros lugares periféricos”, mantendo uma relação de aliança “com as antropologias americana, inglesa e francesa” e referendando “a adequação aos paradigmas da ‘antropologia central’ fora do lugar de sua produção original”. Ou seja, a antropologia brasileira resultaria de uma internacionalização hegemônica, mas também teria o seu estilo.

Outra resposta programática possível às perguntas que levantei é a da *Epistemologias do Sul* (SOUSA SANTOS; MENESES, 2009), que hipostasia a devida empatia e identificação com o destino dos subalternos como imperativo ético e epistemológico. De forma diametralmente oposta à primeira, esta opção corre o risco de resultar em um tipo de fechamento autárquico em que a viagem e a mistura parecem não fazer parte da natureza do pensamento teórico. Mas esta perspectiva tem uma grande vantagem: sua alta sensibilidade à relação entre poder e conhecimento. Para mim, as respostas corretas necessitam partir desta compreensão, ao mesmo tempo em que se busca mudar as “condições de conversabilidade” no panorama global, como proposto pela crítica ao sistema mundial de produção antropológica conhecida como “antropologias mundiais” (ver RIBEIRO; ESCOBAR, 2006; RIBEIRO, 2006, 2014a).

1 Os dados que aqui analisarei recobrem universos mais restritos e menos detalhados do que os da pesquisa publicada em 2004.

Mudar as condições de conversabilidade significa apostar seriamente no diálogo pluriversal e heteroglóssico, com a inclusão de todos aqueles que admitam a horizontalidade das trocas e que se disponham a lutar por outras políticas de visibilidade, reputação e poder internamente ao sistema acadêmico mundial em que prevaleça uma dialogia recíproca e equânime. Significa estar aberto às contribuições provenientes de Déli, Buenos Aires, Cidade do México, Cidade do Cabo, Osaka, Quito e de tantos outros centros invisibilizados pela força do circuito acadêmico hegemônico. Significa descolonizarmos para reconhecer que, hoje, graças ao “cosmopolitismo provinciano”, existe mais imaginação antropológica fora do centro enclausurado em seu “provincianismo metropolitano” (RIBEIRO, 2014a). E aqui a comunidade antropológica brasileira tem muito a dizer, tanto pelo seu tamanho quanto por sua qualidade e por sua atuação política no plano global. Chamarei a atenção, no final deste texto, para a política internacional como cenário no qual se encontra uma contribuição clara e influente, o que, óbvio, não anula outras.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

Peter Fry (2004), em diálogo com Wilson Trajano Filho, que, à época, coordenou a já referida pesquisa da ABA do começo dos anos 2000, chama a atenção para diferentes processos relativos à internacionalização da disciplina. Trajano Filho toma a década de 1980 como o início da internacionalização da pesquisa quando “aproximadamente quarenta antropólogos brasileiros fizeram ou estiveram fazendo pesquisa fora do Brasil” e, ao mesmo tempo, começa outro movimento, aquele do número crescente de estudantes estrangeiros nas pós-graduações brasileiras (FRY, 2004:227).

É certo que os anos 1980 foram cruciais porque neles se inicia um processo de internacionalização com mais capacidade de agência por parte dos antropólogos brasileiros. Mas podemos dizer que a antropologia brasileira, como todas as outras, sempre foi internacional pois é parte dos movimentos de expansão da disciplina originários na Europa e nos EUA. Desde as primeiras décadas do século XX, os brasileiros se inseriram em redes internacionais por meio de seus muitos contatos e experiências com professores e colegas estrangeiros, alguns célebres na história da disciplina. Refiro-me não apenas à conhecida relação de Gilberto Freyre com Franz Boas, mas, especialmente, ao relacionamento com figuras do calibre de Alfred Radcliffe-Brown, Curt Nimuendajú, Roger Bastide, Herbert Baldus, Donald Pierson, Alfred Métraux, Emilio Willems, Claude Lévi-Strauss, Charles Wagley, Marvin Harris e David Maybury-Lewis. Como afirmei anteriormente (RIBEIRO, 2014b:165-166),

a internacionalização da disciplina no Brasil, como em outros lugares, resulta de longos e múltiplos processos sociais envolvendo centenas de colegas de diferentes partes do Brasil e de muitos outros países. No seu começo, a maioria era de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém, assim como da Alemanha, Estados Unidos, França e Reino Unido. (...) tais redes [mais tarde incluiriam] colegas de outros centros urbanos onde a antropologia é ensinada em programas de pós-graduação (como Aracaju, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Dourados, Florianópolis, Goiânia, Manaus, Natal, Niterói, Porto Alegre, São Carlos, Teresina). Outras conexões se tornaram importantes com a crescente presença de latino-americanos (especialmente argentinos e mexicanos) e colegas de outros países europeus como Portugal.

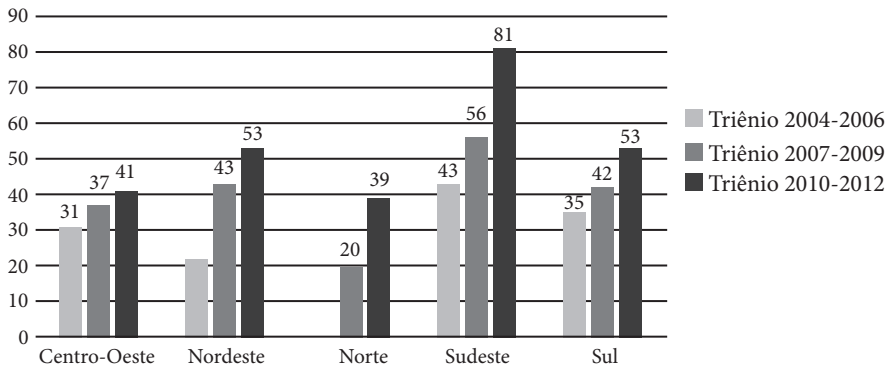
É preciso igualmente mencionar a participação, ao longo do tempo, de colegas estrangeiros como professores permanentes em departamentos de antropologia no Brasil. Já que não conto com um levantamento completo dos nomes e dos seus lugares de origem, não me atrevo a fazer uma lista, pois seria seguramente precária, e quero evitar incorrer no risco de cometer injustiças, esquecendo pessoas que também contribuíram para a internacionalização da antropologia brasileira. Em suma, em consequência do estabelecimento de múltiplas redes, os antropólogos brasileiros têm mantido laços importantes com a Europa, em especial com a França e o Reino Unido, os Estados Unidos e a América Latina, sobretudo com a Argentina. Vejamos como estes e outros laços se expressam concretamente.

PUBLICAÇÕES E DIÁLOGOS PREFERENCIAIS

A pesquisa sobre o período 2004-2012 mostra um crescimento significativo da publicação de livros e capítulos no exterior, já que a produção no período mais que dobrou: começa com 131 publicações no primeiro triênio e termina com 267 (Tabela 1 e Gráfico 1). Esse aumento tem se mantido consistentemente nas últimas duas décadas. O total de capítulos e livros publicados de 2004 a 2012 foi de 596, representando cerca de 66 itens por ano, mais do que o dobro dos cerca de 32 capítulos de livros e livros publicados no exterior, por ano, entre 1996 e 2001 (FRY, 2004:236).

Tabela 1 Produção bibliográfica no exterior (livros e capítulos de livros)².

Região	Triênio 2004-2006	Triênio 2007-2009	Triênio 2010-2012
Centro-Oeste	31	37	41
Nordeste	22	43	53
Norte	0	20	39
Sudeste	43	56	81
Sul	35	42	53
Total geral	131	198	267

**Gráfico 1** Produção bibliográfica no exterior (livros e capítulos de livros).

Este crescimento de publicações de capítulos e livros é compatível com o aumento geral da produção bibliográfica da área de antropologia no país e também com o impacto da produção dos programas de pós-graduação criados a partir de 2005. Para entender o aumento geral das publicações fora do Brasil, haveria que acrescentar a consciência cada vez mais presente da importância de se publicar no exterior, consciência esta vinculada em alguma medida às “políticas de internacionalização” dos órgãos de fomento e ao aprofundamento das relações entre a comunidade antropológica brasileira e outras mundo afora. A produção cresce em todas as regiões, mas há que destacar o desempenho do Nordeste, Norte e Sudeste e o fato de os programas novos terem dado um salto espetacular, de 3 publicações de livros e capítulos a 89 (Tabela 2).

2 Todas as comparações por regiões devem levar em consideração o fato de os números de departamentos e programas de pós-graduação variarem de uma região para outra.

Tabela 2 Produção bibliográfica no exterior (livros e capítulos de livros).

Programas criados	Triênio 2004-2006	Triênio 2007-2009	Triênio 2010-2012
Até 2004	128	135	178
A partir de 2005	3	63	89
Total geral	131	198	267

As tabelas com que Peter Fry trabalhou permitiram a conclusão de que “um número relativamente pequeno de docentes é responsável por cerca de metade das publicações no exterior”, apenas um quinto dos docentes à época (FRY, 2004: 236, 238). Na pesquisa que nos preocupa, os resultados apontam para que 21% dos docentes publicaram capítulos e livros em língua estrangeira no primeiro triênio (2004-2006), resultado semelhante ao encontrado por Fry. No entanto, no terceiro triênio (2010-2012), ocorreu um crescimento expressivo, alcançando-se a proporção de 30% dos docentes que publicaram capítulos e livros em outras línguas, mas a proporção dos que publicam livros continua significativamente baixa: 7% nos dois triênios mencionados. A Tabela 3 apresenta a proporção, por região e no terceiro triênio, de docentes que publicam no exterior, discrimina a porcentagem dos livros e capítulos, assim como dá outras informações pertinentes.

Tabela 3 Terceiro triênio – proporção de docentes por região que publica em:

Região	Língua estrangeira	Livros no exterior	Capítulos no exterior	Publicações na Ásia/Oceania	Publicações na Grã-Bretanha	Publicações nos Estados Unidos	Publicações em outros países latino-americanos	Publicações em outras localidades
Centro-Oeste	34%	6%	31%	6%	19%	21%	23%	13%
Nordeste	21%	7%	22%	3%	35%	11%	8%	21%
Norte	54%	13%	41%	0%	54%	21%	5%	5%
Sudeste	29%	7%	34%	1%	27%	13%	11%	26%
Sul	30%	3%	30%	0%	6%	18%	16%	27%
Brasil	30%	7%	30%	2%	26%	15%	13%	21%

Na verdade, as publicações no exterior acabam concentrando-se, primeiramente, em capítulos e, secundamente, em artigos de periódicos. A presença de autores brasileiros com livros em outras línguas continua sendo fortemente minoritária (veja tabelas 4 e 5). Esta hierarquia nos diz que, no tocante a publicações, em que pesem os avanços reconhecidos, a internacionalização se dá pela via mais fácil. Publicar em coletâneas no exterior – ser convidado por algum colega estrangeiro – é relativamente mais fácil do que publicar um artigo em periódico (especialmente

se for de alto impacto), enquanto a edição de um livro supõe um laborioso processo de aprovação do manuscrito e posterior edição (especialmente se for um volume de autoria única, e não coletânea). Contudo, há que se acrescentar o fato de o autor estar escrevendo em línguas estrangeiras ou ter que providenciar traduções dos seus trabalhos, algo que significa maior trabalho e dificuldade para publicar seus textos. O autor brasileiro, como muitos outros, tem de lidar com empecilhos adicionais se comparado com colegas trabalhando na periferia do sistema mundial de produção antropológica em lugares onde o inglês é a língua do país ou das universidades, como é o caso, por exemplo, da África do Sul, Austrália e Índia. Na academia globalizada não se pode subestimar o peso da língua na construção de hierarquias e índices supostamente universais.

Tabela 4 Primeiro triênio – porcentagem de livros, capítulos e artigos das publicações no exterior.

Região	Livros no exterior	Capítulos no exterior	Artigos no exterior
Centro-Oeste	17%	50%	33%
Nordeste	11%	70%	19%
Norte			
Sudeste	6%	59%	35%
Sul	6%	46%	49%
Brasil	9%	55%	34%

Tabela 5 Terceiro triênio – porcentagem de livros, capítulos e artigos das publicações no exterior.

Região	Livros no exterior	Capítulos no exterior	Artigos no exterior
Centro-Oeste	7%	54%	39%
Nordeste	9%	44%	46%
Norte	11%	37%	52%
Sudeste	8%	74%	18%
Sul	2%	52%	46%
Brasil	8%	52%	46%

Na Tabela 6, além de capítulos e livros, acrescentam-se 368 artigos publicados em periódicos, perfazendo um total geral de 964 publicações. Nota-se o aumento na publicação em periódicos comparando-se com o período de 1996-2001, no qual houve quase 34 publicações ao ano (um total de 230 – veja FRY, 2004:237), enquanto no período ora sob escrutínio foram 41. Na Tabela 6, também chama a atenção o aumento das publicações de professores e pesquisadores nos Estados Unidos, que já era o principal país onde se publicavam livros, capítulos e artigos

de periódicos, de acordo com a pesquisa do período de 1996-2001. Comparando o primeiro triênio com o último, o número de publicações nos Estados Unidos cresce de 35 para 178, um pouco mais de cinco vezes, confirmando, de forma ampliada, sua posição de primeiro lugar de publicações no exterior, com 40% do total. É possível pensar que a produção está tendendo a ajustar-se à hegemonia global estadunidense, em particular, e à anglo-saxã, em geral, afirmação que seria reforçada se adicionássemos o que foi publicado na Grã-Bretanha durante o último triênio, o que elevaria a produção publicada nesses dois países a 47,6%, ou seja, quase a metade do total.

Tabela 6 Publicação de professores e pesquisadores brasileiros no exterior: livros, capítulos e artigos em periódicos.

Local de publicação	2004-2006		2007-2009		2010-2012	
Estados Unidos	35	16,9%	73	23,4%	178	40,0%
Europa e outras localidades	77	37,2%	106	34,0%	140	31,5%
América Latina (exceto Brasil)	67	32,4%	102	32,7%	77	17,3%
Grã-Bretanha	26	12,6%	26	8,3%	34	7,6%
Ásia/Oceania	2	1,0%	5	1,6%	16	3,6%
Total geral	207	100,0%	312	100,0%	445	100,0%

Três resultados, porém, nos levam a ser mais prudentes. O primeiro é que, no **total** dos três triênios, as publicações na Europa continuam sendo altamente relevantes. Do total de 323 no período, podemos pensar que a maioria foi feita na Europa e não em “outras localidades”, categoria que infelizmente foi aqui agrupada. A importância da Europa aumentaria ainda mais se agregássemos os números (86) relativos à Grã-Bretanha. O segundo é que, em que pese uma grande diminuição relativa das publicações na América Latina – de 32,4% do total do primeiro triênio, passam a ser 17,3%, no último triênio –, nosso continente continua com 246 publicações, que representam 25% do total. Por último, o maior crescimento foi o de publicações na Ásia/Oceania, que pulam de 2, no primeiro triênio, a 16, no último, crescimento de 8 vezes. Decerto, estamos falando de quantidades pequenas (2,4% do total geral), mas de um crescimento relevante que pode estar expressando uma maior diversificação dos lugares de publicação, resultado da interlocução de antropólogos brasileiros com chineses, japoneses e australianos, por exemplo. Há pesquisas consolidadas no Timor-Leste, outras na Índia e na China que aumentam o fluxo de jovens pesquisadores para aquelas regiões do mundo.

Como se vê na Tabela 7, o inglês praticamente se impôs como língua de comunicação externa por meio de publicações. Cresceu consistentemente, passando de 87 para 284 publicações no último trimestre, enquanto a participação relativa do

espanhol e de “outros idiomas” decresceu. Em todo o período pesquisado, foram publicados 516 textos em inglês, representando mais de 57% do total das 897 publicações em línguas estrangeiras por antropólogos dos programas de pós-graduação. A discrepância entre o número total de publicações no estrangeiro (964, conforme Tabela 6) e o total de itens publicados em idiomas estrangeiros (897) se deve à existência de publicações na língua portuguesa em Portugal e em outros países que aceitam o português como idioma de publicação. Na Tabela 7, os números relativos ao português incluem as publicações feitas no Brasil, o que impede discriminar o que foi publicado em Portugal ou em outros países com este idioma.

Tabela 7 Idioma de publicação.

Idioma de publicação	2004-2006		2007-2009		2010-2012	
Português	748	78,6%	988	78,7%	1326	75,7%
Inglês	87	9,1%	145	11,6%	284	16,2%
Espanhol	78	8,2%	80	6,4%	91	5,2%
Outros idiomas	39	4,1%	42	3,3%	51	2,9%
Total geral	952	100,0%	1255	100,0%	1752	100,0%

Ao mesmo tempo, as publicações dos discentes, no exterior, no período 2004-2012, aparecem de maneira expressiva, ainda que representem bastante menos do que os textos publicados no Brasil (Tabela 8). Os artigos em língua estrangeira chegaram a um total de 128, os capítulos a 88, enquanto 26 livros foram publicados fora do Brasil. Foram também publicados 592 textos em anais internacionais.

Tabela 8 Publicações de discentes no período.

Valores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Artigos em extrato superior	28	24	26	32	44	40	34	52	48	328
Artigos em língua estrangeira	7	11	10	7	17	13	21	25	17	128
Capítulos de livros – Brasil	21	36	62	68	86	122	147	144	173	859
Capítulos de livros – exterior	5	5	4	8	5	18	14	16	13	88
Demais artigos em periódicos	26	41	37	55	96	94	184	155	174	862
Livros publicados – Brasil	15	23	25	24	30	34	40	40	59	290
Livros publicados – exterior	7	2	6	0	1	2	3	1	4	26
Total geral	109	142	170	194	279	323	443	433	488	2581

Passemos às **apresentações de trabalhos no exterior**. Em comparação com a pesquisa anterior realizada pela ABA para o período 1996-2001, os números diminuíram de um total de 689 para 475. Cabe avisar que esta redução pode se dever à dificuldade de coleta de alguns dados informados pelos programas para a atual

pesquisa, fazendo com que estas atividades possam estar sub-representadas. Entretanto, se esse número for verdadeiro, e face ao aumento do número de programas e, em consequência, de professores, ele significa uma forte redução das visitas ao exterior – as informações sobre apresentação de trabalhos entre 1996-2001 são provenientes de Fry (2004:233). Os ciclos dos grandes congressos internacionais na América Latina e no mundo certamente impactam o número de apresentações em eventos. A presença do Uruguai, na Tabela 9, com 14 apresentações de trabalho no triênio 2004-2006, deve estar associada à realização da VI Reunião de Antropologia do Mercosul, em Montevidéu, em 2005.

Tabela 9 Série dos dez países mais referidos para apresentação de trabalhos.

País	2004-2006	2007-2009	2010-2012	Total
Argentina	22	45	24	91
Portugal	5	24	13	42
Estados Unidos	9	16	18	43
França	9	13	17	39
Canadá	2	14	10	26
México	4	10	25	39
Uruguai	14	0	2	16
Espanha	3	5	10	18
Inglaterra	5	5	6	16
Alemanha	7	2	4	13

Não por acaso, Portugal, com 42 ocorrências, se apresenta como o terceiro país mais frequentado por brasileiros que participam de eventos, mantendo sua colocação relativamente à pesquisa anterior e praticamente empatado com os EUA (43) no segundo lugar. Portugal representa 23% do total de eventos na Europa (183). Já a França, que no período 1996-2001 detinha o primeiro lugar, com 21,2% das ocorrências, caiu para o quarto lugar, com 39 participações e 8,2% do total.

Vale a pena se deter no caso do México, onde a proximidade não representa um fator. Esse país empata, com 39 ocorrências, com a França, no quarto lugar, passando de 4 apresentações no primeiro triênio para 24, no último, e de apenas 3,6% do total no cômputo geral em 1996-2001 para a cifra de 8,2%, mais do que o dobro no período 2004-2012. Esse aumento certamente se deve ao entendimento político da necessidade de aproximação entre as comunidades antropológicas dos dois países. Aqui tem um papel importante a criação dos Encontros Mexicanos e Brasileiros de Antropologia (Embra) em 2011, por iniciativa, então, do Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (Ciesas) e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, graças à atuação dos seus então

respectivos diretores, Virginia Garcia Acosta e Gustavo Lins Ribeiro. Em 2017, ocorreu o 4º EMBRA, na Universidade Estadual de Campinas.

Se as publicações na América Latina experimentaram uma diminuição relativa, conforme se indica na Tabela 6, quando se trata de participação em reuniões internacionais, a proximidade geográfica e linguística parece recobrar um papel importante no período pesquisado (Tabela 10 e Gráfico 2). A Argentina é de longe o país a que mais se comparece, com 91 apresentações, e a nossa região é a primeira neste quesito (194 participações), apesar de se notar um declínio em sua participação percentual nos triênios. Porém, a participação da América Latina no cômputo geral de apresentação de trabalhos no exterior aumentou substancialmente nas últimas duas décadas. No período 1996-2001 foi de pouco mais de 24%, enquanto no período que analisamos foi de quase 41%.

Tabela 10 Apresentação de trabalhos no exterior.

Região	2004-2006		2007-2009		2010-2012	
Europa	38	35,85%	63	33,87%	82	44,81%
América Latina	50	47,17%	81	43,55%	63	34,43%
EUA e Canadá	11	10,38%	30	16,13%	28	15,30%
África	4	3,77%	6	3,23%	6	3,28%
Ásia e Oceania	3	2,83%	6	3,23%	4	2,19%
Total geral	106	100,00%	186	100,00%	183	100,00%

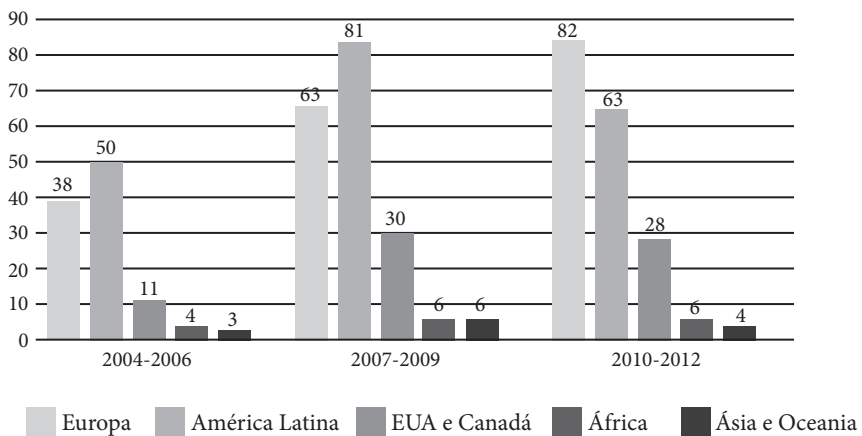


Gráfico 2 Apresentação de trabalhos no exterior.

A força de atração da antropologia estadunidense se reflete no fato de os EUA serem o segundo país a que mais compareceram antropólogos brasileiros (43) para

apresentar seus trabalhos (Tabela 9), posição que ocupava igualmente no período 1996-2001, com 16,2% do total. Se voltarmos a pensar em termos continentais, a Europa ocupa o segundo lugar no período, com 183 participações, a grande maioria (128) concentrada em cinco países (Portugal, 42; França, 39; Espanha, 18; Inglaterra, 16; Alemanha, 13). A França, país tradicionalmente influente na antropologia brasileira, com um total de 39 visitas, continua mostrando sua capacidade de atração, apesar da notável redução, como mencionado anteriormente, com relação aos dados do período 1996-2001. Tal influência, contudo, não se refletiu no número de publicações na língua francesa, que nem sequer foi suficiente para merecer destaque na Tabela 7. Isto chama mais ainda a atenção ao considerar-se que na pesquisa anterior de 1992-2001, o francês figurava como a segunda língua estrangeira em que mais se publicava. Na Tabela 7, é possível presumir que o francês foi subsumido sob a categoria de “outros idiomas”, ao que tudo indica espelhando a relativa e preocupante diminuição de importância desta língua e da antropologia francesa como um todo face à quase totalizante hegemonia anglo-saxã no panorama acadêmico global.

A participação de discentes dos programas de pós-graduação em eventos internacionais foi bastante expressiva, com um total de 633, conforme se vê na Tabela 11 e no Gráfico 3, sobre a produção internacional discente. Apesar de não se saber os países onde se localizavam os eventos, pode-se supor que o crescimento observado nos anos ímpares se deve à realização das reuniões de antropologia do Mercosul (RAM) em países vizinhos e no sul do Brasil (2005, Montevidéu; 2007, Porto Alegre; 2009, Buenos Aires; 2011, Curitiba).

Tabela 11 Produção internacional discente.

Valores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total geral
Artigos publicados em língua estrangeira	7	11	10	7	17	13	21	25	17	128
Livros publicados no exterior	7	2	6	0	1	2	3	1	4	26
Capítulos de livros no exterior	5	5	4	8	5	18	14	16	13	88
Artigos completos em anais internacionais	8	56	21	98	55	103	39	124	88	592
Apresentações de trabalho em evento internacional	12	72	21	76	50	135	55	117	95	633

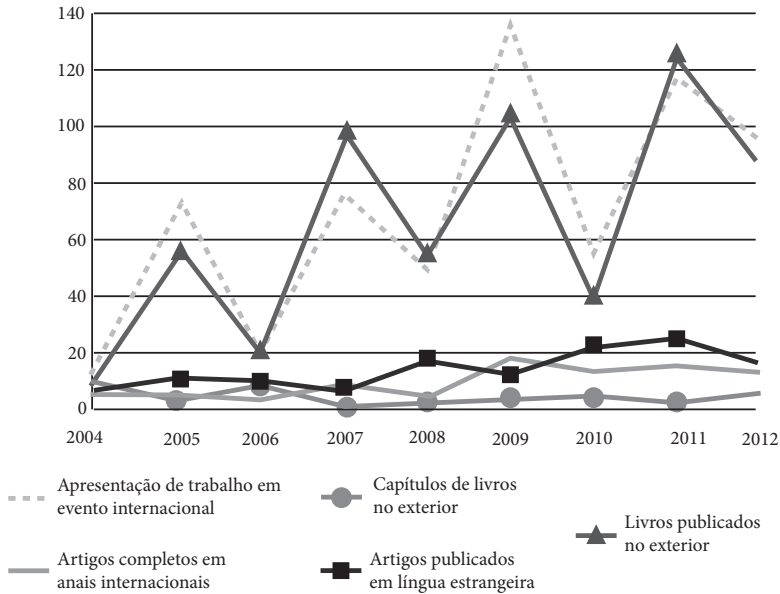


Gráfico 3 Produção internacional discente.

A pesquisa forneceu dados sobre a produção internacional discente de acordo com as diferentes regiões do país (Tabela 12 e Gráfico 4). Percebe-se que o Sudeste e o Sul lideram, com vantagem, os números. Entretanto, se for certo que as grandes frequências observadas nos anos ímpares se devem às RAMs organizadas no sul do Brasil e em países limítrofes (2005, Montevideu; 2007, Porto Alegre; 2009, Buenos Aires; 2011, Curitiba), pode-se supor que a proximidade geográfica impactou positivamente tais resultados, especialmente tendo em vista que a apresentação de trabalhos em eventos internacionais e a publicação em anais destes eventos representam 83,5% do total da produção internacional discente.

Tabela 12 Produção internacional discente por região.

Rótulos de linha	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total geral
Centro-Oeste	2	4	6	33	15	18	21	37	17	153
Nordeste	3	4	6	5	11	21	21	47	33	151
Norte	0	0	0	0	0	0	2	7	10	19
Sudeste	11	94	28	79	46	120	57	102	86	623
Sul	23	44	22	72	56	112	31	90	71	521
Total	39	146	62	189	128	271	132	283	217	1.467

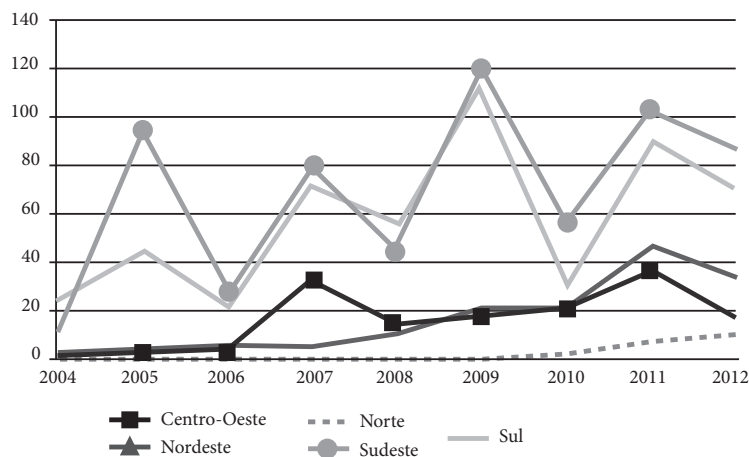


Gráfico 4 Produção internacional discente por região.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Já se passaram mais de 60 anos desde que Rui Coelho, provavelmente um dos primeiros brasileiros a fazer pesquisa de doutorado no exterior, defendeu sua tese em 1955, intitulada “The black Carib of Honduras: a study in acculturation”, orientada por Melville Herskovits, na Northwestern University. Escrevi anteriormente (RIBEIRO, 2014b:166) que

Coelho certamente foi uma exceção (PONTES, 2000), visto que àque-la época, e mesmo no presente, a comunidade brasileira de ciências sociais via como sua missão primordial estudar questões brasileiras e, desta forma, contribuir para processos de construção da nação. Mas nas décadas de 1980 e 1990, alguns dentre nós, para obter nossos doutorados, também fizemos pesquisa fora do Brasil e depois nos tornamos professores em alguns dos principais programas brasileiros de pós-graduação (veja, por exemplo, CARDOSO DE OLIVEIRA, 1989; ECKERT, 1991; RIAL, 1992; RIBEIRO, 1988; TRAJANO FILHO, 1998; VÍCTORA, 1997)³.

Entretanto, não há dúvida que os pesquisadores vinculados a instituições brasileiras⁴ continuam dedicando a maior parte da sua energia à pesquisa no país,

3 Antes da década de 1980, George Zarur (1975) escreveu sua tese sobre pescadores americanos, para a Universidade da Flórida, orientado por Charles Wagley.

4 Prefiro a expressão “pesquisadores vinculados a instituições brasileiras” porque os dados não permitem determinar quantas pesquisas no exterior foram realizadas por estudantes estrangeiros fazendo pós-graduação no Brasil. Nesta seção, o termo “pesquisadores” significará “pesquisadores vinculados a instituições brasileiras”.

com três quartos das pesquisas (771) feitas, entre 2004 e 2012, no Brasil e o quarto restante (264) distribuído, desigualmente, por todos os continentes (Tabela 13), em mais de 40 países. Esta proporção diminui ainda mais se considerarmos apenas onde foram realizadas as pesquisas de dissertações e teses no período de 2004 a 2012. A Tabela 14 mostra que cerca de 13% delas, 171 de 1.328, foram feitas no exterior.

Tabela 13 Pesquisas em outros países afora o Brasil.

Região estudada	2004 a 2012	
Outros países da América Latina	92	35%
África	74	28%
Europa	47	18%
América do Norte	30	11%
Ásia e Oceania	12	5%
Oriente Médio	9	3%
Total geral	264	100%

Tabela 14 Pesquisas de discentes no Brasil e no exterior.

Dissertações e teses	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Pesquisa no exterior	14	9	10	8	14	20	33	26	37	171
Pesquisa no Brasil	116	136	172	162	164	171	212	200	269	1157
Total	130	145	182	170	178	191	245	226	306	1.328

Com 63% das pesquisas (Tabela 13) realizadas nestes continentes, nota-se uma clara predominância da África (28%) e da América Latina (35%), o que confirma a tendência dos pesquisadores a se interessarem por lugares relacionados a uma geopolítica pós-colonial herdada pelo Brasil e à nossa inserção regional. De toda forma, é de salientar a consolidação de grupos de pesquisa antropológica sobre a África, uma tendência que já aparecia no horizonte com a publicação cada vez mais frequente de livros no Brasil, e a elaboração de trabalhos de pós-graduação envolvendo pesquisas naquele continente. Cabe também notar a criação de uma linha de pesquisa denominada “Integração e Conflito nas Sociedades Africanas e do Sudeste da Ásia”, na Universidade de Brasília, no triênio 2009-2012, assim como a existência da linha “Antropologia das Populações Afro-brasileiras e Africanas”, na Universidade de São Paulo. Outros programas de pós-graduação também desenvolvem pesquisas na África, como os programas localizados na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade Federal Fluminense (Oriente Médio).

A proeminência da América Latina ressurge quando se consideram apenas as pesquisas realizadas por discentes (Tabela 15). Aqui, a nossa região corresponde a

mais de 52% das pesquisas (90 de 171), enquanto o continente africano aparece em segundo lugar, com mais de 16%.

Tabela 15 Região pesquisada em dissertações e teses defendidas no período.

Região de pesquisa	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
América Latina (exceto Brasil)	11	8	8	3	6	6	20	12	16	90
Estados Unidos e Canadá	0	0	1	2	3	2	2	3	3	16
Europa	0	0	0	1	2	6	4	3	5	21
África	2	0	1	2	3	3	4	4	9	28
Ásia	1	1	0	0	0	2	3	4	4	15
Oceania	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Total	14	9	10	8	14	20	33	26	37	171

Entre os dez países mais citados nos quais os pesquisadores (docentes e discentes) trabalharam (Tabela 16), o primeiro é a Argentina, com 33 ocorrências, o que pode estar relacionado com o número de estudantes argentinos que fazem pós-graduação no Brasil. Ainda nesse conjunto, 88 dessas pesquisas, um terço do total, são feitas em países de língua portuguesa, com Portugal (23) liderando, seguido de países africanos, Guiné-Bissau (21), Angola (17), Cabo Verde (16) e Moçambique (11), confirmando certa tendência de seguir a língua portuguesa⁵.

Tabela 16 País estudado.

País estudado	2004-2006		2007-2009		2010-2012	
Brasil	189	78%	254	70%	328	76%
Guiné-Bissau	1	0%	6	2%	14	3%
Portugal	2	1%	7	2%	14	3%
Argentina	10	4%	11	3%	12	3%
Cabo Verde	1	0%	8	2%	7	2%
Angola	3	1%	7	2%	7	2%
França	6	2%	6	2%	6	1%
Estados Unidos	4	2%	7	2%	5	1%
Peru	3	1%	6	2%	4	1%
Moçambique	3	1%	5	1%	3	1%
Outros	19	8%	45	12%	33	8%
Total	241	100%	362	100%	433	100%

5 Essa tendência foi percebida por Peter Fry (2004). Aqui cabe também mencionar o Projeto Saudade, realizado por Bela Feldman-Bianco em New Bedford, EUA, iniciado no final da década de 1980, sobre migrantes portugueses naquela cidade americana. Na sequência, esta pesquisadora abriria outra frente de pesquisa, desta vez em Portugal. Dentre os trabalhos que publicou nessa linha se encontram, mais recentemente, Feldman-Bianco (2010, 2011, 2012).

De toda forma, no conjunto dos dados mais além das tabelas aqui apresentadas, é notável a diversidade de pesquisas que inclui trabalhos feitos em países europeus como a França (18), Espanha (4), Holanda (4) e Alemanha (2), e nos Estados Unidos (16) e no Canadá (8). Este movimento, mais do que relacionado à nossa herança pós-colonial, parece responder a uma perspectiva pós-imperial (RIBEIRO, 2003, 2014c), isto é, a busca de um patamar interpretativo brasileiro em um/sobre o mundo globalizado. É também interessante o movimento em direção a outras áreas do mundo, onde se destacam as pesquisas no Timor-Leste (6), na Índia (3), e nove no Oriente Médio (Líbano, 3; Síria, 3; Irã, 1; Iraque, 1; Israel, 1). A via da internacionalização da pesquisa é uma das principais para uma internacionalização com autonomia interpretativa e para uma contribuição original da antropologia brasileira sobre o mundo contemporâneo.

PRESENÇA POLÍTICA INTERNACIONAL

No período da pesquisa, 2004-2012, cerca de 300 professores atuaram como docentes permanentes nos programas de pós-graduação e 85 como colaboradores. Entretanto, apenas 50 eram filiados a associações internacionais, como mostra a Tabela 17, sendo as mais comuns delas as seguintes: American Anthropological Association, Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul, Associação Latino-Americana de Antropologia, International Union of Anthropological and Ethnological Sciences, Latin American Studies Association, International Society for the Sociology of Religion, Society for the Anthropology of Lowland South America, Société des Americanistes.

Tabela 17 Número de docentes filiados a associações internacionais.

PPG	Número de docentes
UFBA	1
UFF	1
UFG	1
UFPA	2
UFPB	1
UFPE	13
UFPR	2
UFRGS	6
UFRJ	7
UFSC	3
UFSCar	1

Tabela 17 *Continuação...*

PPG	Número de docentes
UnB	6
Unicamp	3
USP	3
Total	50

Esta baixa participação não significa, contudo, pouco interesse na política internacional da disciplina, uma vez que 14 docentes fizeram parte da gestão de associações internacionais, com destaque para a Universidade Federal de Pernambuco (4), Universidade de Brasília (3) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (3). De fato, desde 1990, ao menos, com a fundação da Associação Latino-Americana de Antropologia (ALA), na XVII Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), em Florianópolis, ao término da gestão de Antônio Augusto Arantes, a ABA tem dado uma contribuição importante à organização política e acadêmica dos antropólogos no nosso continente, algo que se confirma com a criação da Reunião de Antropologia do Mercosul, em 1995, no Rio Grande do Sul. Por outro lado, durante a gestão de João Pacheco de Oliveira (1994-1996), houve uma grande aproximação com a antropologia portuguesa.

Já em 2004, ao final da gestão de Gustavo Lins Ribeiro (2002-2004) à frente da ABA, sob o impacto do debate conhecido como “antropologias mundiais”, do qual Ribeiro foi um dos líderes, realiza-se, com financiamento exclusivo da Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research (Nova York), um evento, antes da XXIV RBA, em Recife, para o qual foram convidados 14 presidentes de algumas das mais importantes associações nacionais e internacionais de antropologia. Como resultado, fundou-se, em uma sessão da RBA de 2004, o World Council of Anthropological Associations (Conselho Mundial de Associações Antropológicas), uma rede destinada a promover a cooperação horizontal entre as antropologias do mundo. Tive a honra de ter sido seu primeiro presidente. O Conselho Mundial cresceu consistentemente, tornando-se uma entidade fundamental na política antropológica global. Em 2017, era formado por mais de 50 associações. A partir de 2018, é dirigido por Carmen Rial, ex-presidente da ABA.

Em 2004, ainda na gestão de Ribeiro, surge outra iniciativa importante, a revista *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, revista *online* da Associação Brasileira de Antropologia que teve como primeiro editor Omar Ribeiro Thomaz, da Universidade Estadual de Campinas. Com sua política de publicar artigos apenas em línguas estrangeiras, trata-se da janela da antropologia brasileira para o mundo. Há tempos é classificada com a maior avaliação do sistema Qualis graças à liderança de muitos anos do seu editor, Peter Fry (Universidade Federal do Rio de Janeiro),

e da sua coeditora, Carmen Rial (Universidade Federal de Santa Catarina). Atualmente, Antonio Carlos de Souza Lima (UFRJ) é o editor da revista e Andrea Lobo, sua coeditora. Ao longo de mais de uma década, a *Vibrant* se estabeleceu como periódico internacionalmente reconhecido, merecendo elogios por sua qualidade no *American Anthropologist*. Janet Chernela escreveu que *Vibrant* era um nome apropriado para uma revista que apresenta “uma das produções acadêmicas mais dinâmicas na disciplina” (CHERNELA, 2010:461). Para ela,

os antropólogos brasileiros têm sido atores importantes nas conversações acadêmicas, fazendo contribuições significantes para a produção de teoria e fomentando o intercâmbio mundial por meio da expansão de redes de participação. A *Vibrant* impulsiona este projeto mais um passo adiante (CHERNELA, 2010:460).

A liderança brasileira foi fundamental não apenas na fundação do WCAA, mas também em outros momentos cujos impactos se espalharam para além do próprio Conselho Mundial. Assim, em 2009, vários líderes do WCAA (Gustavo Lins Ribeiro, John Gledhill, Junji Koizumi, Thomas Reuter) passaram a fazer parte da diretoria executiva da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES – União Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas), realizando grandes mudanças na política desta instituição, tornando-a, por exemplo, mais inclusiva e democrática. Em 2013, durante o 17º Congresso Mundial de Antropologia, em Manchester, Reino Unido, o Brasil foi eleito para sediar, em 2018, em Florianópolis, o 18º Congresso Mundial de Antropologia. Em consequência, Miriam Grossi (UFSC), a organizadora do congresso mundial no Brasil, somou-se à Diretoria Executiva da IUAES, perfazendo, com Gustavo Lins Ribeiro, dois ex-presidentes da ABA na condição de vice-presidentes da União Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas durante o período de 2013 a 2018.

A Associação Americana de Antropologia, que havia participado da fundação do WCAA e na qual havia ressoado a discussão sobre “antropologias mundiais”, em sintonia com esse movimento por um outro tipo de internacionalização da antropologia, resolveu criar, na gestão de Setha Low (2007-2009), uma Comissão de Antropologias Mundiais que logo foi transformada, na gestão de Virginia Dominguez (2009-2011), em um Comitê de Antropologias Mundiais, um órgão mais permanente na estrutura da associação, com o mandato de fomentar uma maior pluralização da visão antropológica prevalecente nos Estados Unidos. Gustavo Lins Ribeiro e Setha Low foram os primeiros copresidentes deste Comitê, que promoveu, entre outras iniciativas, vários debates durante os congressos da Associação Americana, com dezenas de editores dos maiores periódicos antropológicos de diversos países. Ponto principal da agenda: como transformar as políticas

editoriais em políticas mais amigáveis às diversidades epistemológicas e de estilo das antropologias mundiais. Um resultado importante destes debates foi a criação pelo Conselho Mundial de Associações Antropológicas da revista *Déjà lu*. Tendo à frente Gordon Mathews e Gustavo Lins Ribeiro como seus primeiros editores, *Déjà lu* tem por objetivo pluralizar a disseminação global de conhecimento antropológico, (re)publicando artigos, em qualquer língua, que saíram no ano anterior em revistas de antropologia mundo afora. Em seu número de 2017, constam 41 artigos de todos os continentes, aos quais se pode ter acesso gratuitamente.

Bela Feldman-Bianco sucedeu a Gustavo Lins Ribeiro como copresidente do CWA (Committee of World Anthropologies, da AAA) e liderou uma importante iniciativa. Durante seu mandato, o *American Anthropologist*, principal periódico da Associação Americana, criou a seção “World anthropologies”, destinada a difundir o trabalho de antropólogos de fora dos Estados Unidos. Nesta seção é frequente a contribuição brasileira, como ocorreu, no número 119, com a publicação de trabalhos de Letícia Cesarino (2017), Ruben George Oliven (2017) e Vinicius Kauê Ferreira (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se pensarmos no desafio proposto por Wilson Trajano Filho (FRY, 2004:229), segundo o qual internacionalização, mais do que nada, deveria remeter à capacidade da antropologia brasileira de ser ouvida “fora da comunidade nacional de antropólogos”, podemos concluir que, no âmbito da política acadêmica global, a antropologia brasileira tem sido ouvida com sucesso. A contribuição dos antropólogos brasileiros a uma globalização diferenciada da disciplina deve ser entendida em função do tamanho, da qualidade e da reputação da comunidade antropológica brasileira, das suas múltiplas inserções internacionais e da força e prestígio nacionais e internacionais da ABA. Trata-se da prática de um cosmopolitismo que tem aberto possibilidades para diálogos mais heterodoxos e para fertilizações cruzadas, que potencialmente beneficiam a toda comunidade antropológica global, aumentando não apenas a consciência da sua própria diversidade, mas também a possibilidade dela se beneficiar.

Entretanto, de maneira aparentemente contraditória, no Brasil ainda há muito por fazer para internalizar de forma mais profunda a necessidade de conhecer e utilizar outras antropologias além das hegemônicas no cotidiano acadêmico (nos cursos de graduação e pós, por exemplo, assim como nas bibliografias comumente utilizadas). Este passo, central no projeto das “antropologias mundiais”, é dos mais urgentes, se descolonizar o pensamento antropológico for realmente um objetivo

prioritário. O levantamento feito pela pesquisa sobre os autores mais utilizados (com frequência igual ou maior a 3) em 1.799 referências em programas de disciplinas obrigatórias de cursos de pós-graduação revelou, tanto no mestrado quanto no doutorado, a ausência de autores estrangeiros trabalhando fora de centros acadêmicos hegemônicos (tabelas 18 e 19). Além disso, entre os autores da lista dos 55 referidos nos cursos de mestrado, apenas 7 são brasileiros, e no doutorado, apenas 8 em um total de 41.

Tabela 18 Cinquenta e cinco autores utilizados três ou mais vezes em um total de 1.218 referências nos programas de cursos de mestrado.

Autor	Frequência
Lévi-Strauss, Claude	57
Geertz, Clifford	40
Sahlins, Marshal	28
Evans-Pritchard	27
Malinowsky, Bronislaw	25
Boas, Franz	23
Clifford, James	23
Mauss, Marcel	21
Radcliffe-Brown, Alfred	20
Strathern, Marilyn	17
Cardoso de Oliveira, Roberto	16
Durkheim, Émile	16
Stocking Jr., George	16
Turner, Victor	15
Dumont, Louis	14
Leach, Edmund	14
Morgan, Lewis	12
Viveiros de Castro, Eduardo	12
Mead, Margaret	11
Latour, Bruno	10
Wagner, Roy	10
Bateson, Gregory	9
Benedict, Ruth	9
Bourdieu, Pierre	9
Frazer, James	9
Kuper, Adam	8
Descola, Philippe	7
Gluckman, Max	7

Tabela 18 *Continuação...*

Autor	Frequência
Marcus, George	7
Balandier, Georges	6
Fortes, Meyer	6
Ingold, Tim	6
Tylor, Edmund	6
Ortner, Sherry	5
Peirano, Marisa	5
Castro, Celso	4
Clastres, Pierre	4
Crapanzano, Vincent	4
Douglas, Mary	4
Kroeber, Alfred	4
Rabinow, Paul	4
Van Gennep, Arnold	4
Abu-Lughod, Lila	3
Asad, Talal	3
Augé, Marc	3
Bhabha, Homi	3
Binford, Lewis	3
Caldeira, Teresa	3
Comaroff, J.	3
Durham, Eunice	3
Firth, Raymond	3
Goldman, Marcio	3
Gosden, Chris	3
Needham, Rodney	3
Rivers	3
Total	593

Tabela 19 Quarenta e um autores utilizados três ou mais vezes em um total de 581 referências nos programas de cursos de doutorado.

Autor	Frequência
Malinowsky, Bronislaw	15
Cardoso de Oliveira, Roberto	14
Clifford, James	12
Lévi-Strauss, Claude	10
Geertz, Clifford	10
Evans-Pritchard	9
Bourdieu, Pierre	8
Sahlins, Marshal	8
Stocking, George	7
Dumont, Louis	6
Crapanzano, Vincent	6
Benedict, Ruth	6
Peirano, Marisa	5
Bateson, Gregory	5
Kuper, Adam	5
Radcliffe-Brown, Alfred	5
Morgan, Lewis	5
Pinheiro Machado, Rosana	5
Debert, Guita	5
Castro, Celso	4
Turner, Victor	4
Descola, Philippe	4
Fabian, Johannes	4
Durkheim, Émile	4
Rabinow, Paul	3
Mauss, Marcel	3
Madrigal, Le Barbuji	3
Douglas, Mary	3
Strathern, Marilyn	3
Frazer, James	3
Abu-Lughod, Lila	3
Marcus, James	3
Ingold, Tim	3
Boas, Franz	3
Fortes, Meyer	3
Leach, Edmund	3

Tabela 19 *Continuação...*

Autor	Frequência
Brum, Ceres	3
Lévi-Strauss, Claude	3
Tadvald, Marcelo	3
Bastide, Roger	3
Velho, Gilberto	3
Total	217

De forma otimista, tenho razões para crer que se adensarmos nossas próprias dinâmicas e seguirmos na prática do nosso “cosmopolitismo provinciano”, que ultrapassa em muito o “provincianismo metropolitano” (RIBEIRO, 2014c), poderemos de fato contribuir para consolidar uma “quinta tradição” – depois da alemã, americana, francesa e inglesa. Espero que esta assim chamada quinta tradição possa ser verdadeiramente pós-imperialista (RIBEIRO, 2014c), aberta às muitas outras cosmopolíticas antropológicas do mundo, sem “dar muita atenção à sua origem”, como quer o antropólogo português João de Pina Cabral, que cunhou o termo “quinta tradição”. Já dizia Pina Cabral que

a antropologia brasileira de nossos dias, pela qualidade da obra empírica acumulada, pela alta qualificação do seu pessoal científico, pela consolidação de suas instituições associativas e de docência, está em condições únicas para intervir ativamente no sentido de contribuir para essa tal quinta tradição, a qual reivindicando-se dos frutos da modernidade científica não se sente identificada com qualquer dos projetos imperiais que, historicamente, moveram o desenvolvimento científico (PINA CABRAL, 2004:263).

Meu otimismo também se ampara em outras opiniões, como a de Janet Chernela, Alejandro Grimson e Pablo Semán. Chernela (2010:460) vê a antropologia brasileira como “uma tradição rica em *insights* teóricos, éticos e políticos” oferecendo “uma nova síntese” em comparação às escolas francesa, britânica e estadunidense. Já na introdução de uma coletânea sobre a antropologia brasileira em espanhol, há 15 anos, Grimson e Semán (2004:15), além de afirmarem a crescente importância da antropologia brasileira em redes transnacionais da disciplina, argumentaram que “a antropologia brasileira oferece análises e atitudes teóricas que constituem uma interpelação potente e inspiradora para os praticantes da antropologia social”.

A julgar pela avaliação desses colegas da América Latina, Europa e dos Estados Unidos, é razoável supor que há um reconhecimento internacional da influência da antropologia brasileira no plano global. Os antropólogos brasileiros são percebidos como membros de uma grande comunidade, consolidada, criativa e organi-

zada. É possível concluir dizendo que, cada vez mais, os antropólogos brasileiros são, de várias maneiras, considerados atores influentes internacionalmente. Entretanto, continua pendente a resposta, que só pode ser construída coletivamente, sobre que tipo de internacionalização queremos.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. *Fairness and communication in small claim courts*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Harvard University, Cambridge, 1989.
- CESARINO, Letícia. Anthropology and the south-south encounter: on “culture” in Brazil-Africa relations. *American Anthropologist*, v. 119, p. 333-341, 2007.
- CHERNELA, Janet. Vibrant: a review. *American Anthropologist*, v. 112, n. 3, p. 460-462, 2010.
- DE L'ESTOILE, Benoit. Hegemonic gravity and pluralistic utopia: a comparative approach to internationalization in anthropology. *Journal of the World Anthropologies Network*, v. 3, p. 111-129, 2008.
- ECKERT, Cornelia. *Une ville autrefois minière: la grand-combe: étude d'anthropologie sociale*. Tese (Doutorado em Antropologia) Université René Descartes, Sorbonne, Paris, 1991.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. *Nações e diásporas: estudos comparativos entre Brasil e Portugal*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
- _____. Remaking locality: uneven globalization and unequal incorporation of transmigrants. In: GLICK-SCHILLER, Nina; ÇAGLAR, Ayse (Org.). *Locating migration: migrants and cities*. Ithaca: Cornell University Press, 2011.
- _____. The aftermath of a rape case: the politics of migrants' unequal incorporation in neo-liberal times. In: BARBER, Pauline Gardiner; LEM, Winnie (Ed.). *Migration in the 21st century: political economy and ethnography*. Nova York: Routledge, 2012.
- FERREIRA, Vinicius Kauê. Two interviews: Chandana Mathur (National University of Ireland – Maynooth) and Soumendra Patnaik (University of Delhi). *American Anthropologist*, v. 119, p. 349-358, 2017.
- FRY, Peter. Internacionalização da disciplina. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 227-248.
- GARCÍA ACOSTA, Virginia. Presentación. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo (Org.). *Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder*. Cidade do México/Nova York/Bogotá: CIESAS/UAM/UIA/Wenner-Gren Foundation/enVión, 2009. p. 17-21.
- GRIMSON, Alejandro; SEMÁN, Pablo. Introducción. In: GRIMSON, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins; SEMÁN, Pablo (Org.). *La antropología brasileña contemporánea: contribuciones para un diálogo latinoamericano*. Buenos Aires: Prometeo, 2004. p. 15-34.

KUWAYAMA, Takami. *Native anthropology*. Melbourne: Transpacific Press, 2004.

OLIVEN, Ruben George. How close is Brazil to Africa? *American Anthropologist*, v. 119, p. 345-346, 2017.

PINA CABRAL, João de. Uma história de sucesso: a antropologia brasileira vista de longe. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 249-265.

PONTES, Heloísa. Tão longe, tão perto. *Folha de S. Paulo*, 02 jul. 2000.

RIAL, Carmen. *Ça se passe comme ça chez les fast-foods: étude anthropologique de la restauration rapide*. Tese (Doutorado em Antropologia), Université Paris Descartes, Paris, 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Developing the moonland: the Yacyretá hydroelectric dam*. Tese (Doutorado em Antropologia), City University of New York, Nova York, 1988.

_____. *Postimperialismo: cultura y política en el mundo contemporáneo*. Barcelona/Buenos Aires: Gedisa Editorial, 2003.

_____. World anthropologies: cosmopolitics for a new global scenario in anthropology. *Critique of Anthropology*, v. 26, n. 4, p. 363-386, 2006.

_____. *Outras globalizações: cosmopolíticas pós-imperialistas*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014a.

_____. Brazilian anthropology away from home. *American Anthropologist*, v. 116, n. 1, p. 165-169, 2014b.

_____. World anthropologies: anthropological cosmopolitanism and cosmopolitics. *Annual Review of Anthropology*, v. 43, p. 483-498, 2014c.

_____. What kind of internationalization? A postimperialist perspective. *Social Anthropology*, v. 24, n. 4, p. 476-477, 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, A. *World anthropologies: disciplinary transformations within systems of power*. Londres/Nova York: Berg Publishers, 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

TRAJANO FILHO, Wilson. *Polymorphic creoledom: the "creole" society of Guinea-Bissau*. Tese (Doutorado em Antropologia), University of Pennsylvania, Filadélfia, 1998.

TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

VÍCTORA, Ceres Gomes. *Images of the body: lay and biomedical views of the reproductive system in Britain and Brazil*. Tese (Doutorado em Antropologia), Brunel University, Londres, 1997.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Seafood gatherers in Mullet Springs: economic rationality and the social system*. Tese (Doutorado em Antropologia), University of Florida, Gainesville, 1975.

5

POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO E DE AVALIAÇÃO DAS PÓS-GRADUAÇÕES EM ANTROPOLOGIA

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Ana Paula Mendes de Miranda

INTRODUÇÃO

A história do financiamento¹ público de pesquisas no Brasil tem sido marcada pela restrição de recursos, em especial no que se refere às Ciências Humanas e Sociais. O presente texto trata de um período de rara exceção, durante o qual houve um crescimento significativo de investimento em ciência e tecnologia, resultando em novos caminhos para o campo da Antropologia relacionado às condições de formação dos estudantes de pós-graduação e de graduação. Lamentavelmente não se trata de uma história com final feliz, mas sim de descontinuidade de políticas públicas. O impulso provocado por esse crescimento tornou-se um problema, já que os cortes de recursos, a partir de 2014², resultaram na derrocada dos objetivos antes mesmo que o plano de expansão fosse concluído. Esta situação causa certa perplexidade, já que os padrões de desempenho pautados na expansão da pós-graduação continuam vigentes sem que, no entanto, tenhamos qualquer garantia da existência de estruturas materiais e humanas para realizar essas metas.

O convite para redigir este capítulo trouxe como sugestão a análise do impacto do financiamento e da avaliação institucional, realizada periodicamente pela Capes

1 Entende-se financiamento como políticas públicas nas quais os recursos públicos são destinados a fundos, em função de uma legislação específica que delimita sua aplicação, de modo a retratar como o orçamento, que é uma promessa de despesa pública, se diferencia do que se chama de “financeiro”, isto é, os recursos públicos efetivamente gastos, visando à efetivação de direitos.

2 De acordo com declarações dadas à imprensa pela presidência da Academia Brasileira de Ciências, entre 2014 e 2015 (governo Dilma Rousseff) o orçamento destinado ao Ministério da Ciência e Tecnologia foi reduzido em 25%. Já durante o governo Michel Temer, com a junção do Ministério de Ciência e Tecnologia com o Ministério de Comunicações, o corte chegou a 44% em 2017.

(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)³, sobre os cursos de pós-graduação de Antropologia no Brasil, tomando por referência os dados produzidos durante a “Pesquisa com Egressos dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia do Brasil”, coordenada por Bela Feldman-Bianco e Daniel Simião, referentes ao período de 2004-2012.

Em uma pesquisa anterior, coordenada por Gustavo Ribeiro e Wilson Trajano Filho, este tema foi analisado por Giralda Seyferth, que propôs uma postura crítica em relação aos critérios universalistas utilizados pelas agências em comparação com outras áreas do conhecimento. Seu principal argumento era que deveriam ser observadas as peculiaridades do campo da Antropologia no Brasil⁴. No livro publicado em 2004, Wilson Trajano Filho e Carlos Benedito Martins identificaram na “Introdução” um problema que foi novamente constatado na pesquisa atual: dificuldades na produção de dados referentes a fomentos aos programas e aos pesquisadores na área de Antropologia. Tal dificuldade afeta fortemente uma das intenções deste capítulo, já que impede de compreender os investimentos feitos na área, impossibilitando a realização de análises sobre o financiamento de pesquisas.

Há que se destacar aqui que, embora exista uma política de transparência de dados, instituída pela lei de acesso à informação (Lei 12.527/2011) e pelo decreto que trata dos dados abertos (Decreto 8.777/2016), o que está disponível nas agências de fomento nacionais (Capes e CNPq) não possibilita a construção de análises adequadas ao escopo dessa pesquisa. A Capes disponibiliza apenas algumas planilhas em Excel com dados previamente selecionados pela instituição⁵. Já o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tem duas formas de lidar com suas informações: através de um sistema e-SIC⁶, que recebe pedidos

3 A Capes foi criada em 1951 como “Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”, subordinada ao Ministério da Educação e da Cultura (MEC), e trinta anos depois passou a ser o órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em 1981. Em 2007 foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei 11.502, homologada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criando a Nova Capes, que, além de coordenar o Sistema Nacional de Pós-Graduação, passou a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

4 Ela destaca o “tempo médio de titulação” (TMT) como um dos exemplos mais problemáticos, já que teria repercussão direta na distribuição de bolsas. No processo de avaliação realizado em 2017, houve mudança no documento de área de Antropologia, passando a ser aceito o tempo de 30 meses para o mestrado e 60 meses para o doutorado. Vale ressaltar que essa métrica costumava ser questionada pela Biologia, que em seu documento atual informa que o tempo médio será avaliado sem, no entanto, determinar os prazos, sendo sugerido que deve se considerar a performance dos estudantes bolsistas em comparação com os não bolsistas. O documento da área de Sociologia também não apresenta o tempo de duração dos trabalhos e indica que a avaliação se dará pela mediana do tempo de titulação.

5 A consulta pode ser feita na página <capes.gov.br/acessoainformacao/dados-abertos>, acesso em: 21 ago. 2017.

6 A consulta pode ser feita na página <cnpq.br/web/guest/servico-de-informacao-ao-cidadao/#void>, acesso em: 21 ago. 2017.

de informação, e a Plataforma Aquarius⁷, que possui um sistema de buscas temático. Os diferentes formatos evidenciam a ausência de um diálogo entre as agências na apresentação de seus dados, o que obstaculiza ainda mais a construção de abordagens comparativas.

Salienta-se que o período abrangido pela pesquisa está relacionado à vigência de dois Planos Nacionais de Pós-Graduação⁸: o V PNPG abrangeu o período de 2005 a 2010 e tinha como metas o aprimoramento do processo de avaliação “qualitativa” da pós-graduação, a valorização da cooperação entre os cursos e o seu impacto social, a expansão da cooperação internacional, e a criação de uma nova modalidade de curso – o mestrado profissional. O que se entendia por avaliação qualitativa não é exatamente aquilo que os antropólogos entendem quando se utilizam deste termo. No documento, a avaliação qualitativa está associada à mensuração de resultados:

A qualidade da pós-graduação deverá ser aferida pela qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa que a compõem; também será valorizado o número de doutores titulados que saíram da Iniciação Científica diretamente para o Doutorado, além da interação da pós-graduação com o setor empresarial, indicativo de uma maior inserção do Programa na sociedade (BRASIL, 2005).

A qualidade na educação tem sido foco de inúmeras discussões, principalmente em relação ao próprio termo, já que “qualidade” é uma expressão polissêmica que revela distintos juízos de valor. No caso da pós-graduação, não se trata apenas de analisar a habilidade de produção do conhecimento, mas também uma dimensão política, no que diz respeito à competência de se superarem os padrões estabelecidos pelo próprio campo acadêmico. Daí a relevância de se compreenderem os paradigmas que orientam as práticas organizacionais e administrativas em face das demandas apresentadas pelos diferentes grupos em disputa nesse campo⁹.

Neste sentido, o plano vigente (VI PNPG – 2011-2020)¹⁰ tem como objetivo a integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade,

7 A consulta pode ser feita na página <<http://aquarius.mcti.gov.br/app/>>, acesso em: 21 ago. 2017.

8 Sobre os outros planos nacionais de pós-graduação, ver Aguilar (2006) e Hostins (2006).

9 Para Scremin e Aimi (2008) a qualidade em educação no Brasil tem sido diretamente relacionada com a qualidade da gestão educacional, já que se prioriza mensurar a eficiência, com destaque para a produtividade; a eficácia, no que tange à capacidade administrativa para alcançar as metas estabelecidas; a efetividade para medir a capacidade de produzir as soluções para os problemas relacionados ao desenvolvimento econômico-social; e a relevância, voltada à promoção da qualidade de vida na educação.

10 De acordo com Barreto e Domingues (2012), a agenda da pesquisa expressa no VI PNPG teve como modelo a experiência da Austrália, conhecido como “tríplice hélice”, que deveria envolver ações e parcerias entre órgãos públicos e privados nos setores de meio ambiente, agroindústria e tecnologia de informação e comunicação.

a organização de uma agenda nacional de pesquisa em torno de temas considerados prioritários (“os desafios brasileiros”)¹¹, com destaque para uma preocupação com a formação de professores para o ensino médio e básico. Ressalta-se que os dois últimos planos apontam a necessidade de se buscar o equilíbrio no desenvolvimento acadêmico em todas as regiões do país por meio de um projeto de expansão que favoreça a qualidade, a estabilidade e a pertinência, com destaque a estímulo de realização do Programa Novas Fronteiras (Minter e Dinter). Porém, no VI PNPG o crescimento do sistema não deve ser linear para todas as áreas, afinal é preciso escolher como se poderá:

crescer com qualidade, combater as assimetrias e as distorções, e vencer o conservadorismo do sistema. O lema é: ousar mais, experimentar o novo, atentar aos desafios e enfrentar as urgências (BARRETO; DOMINGUES, 2012:46).

A pergunta que fica é como corrigir as assimetrias se a política de financiamento segue aprofundando-as em termos de áreas de conhecimento e regiões geográficas? Como construir um novo sistema, tal como sugerido pelos autores acima citados, se alguns princípios e práticas excludentes seguem constituindo a política? Os dados aqui apresentados foram compilados junto aos programas de pós-graduação enquanto ainda eram produzidos com periodicidade trienal¹², tendo como referência os seguintes critérios aplicados a todas as áreas de conhecimento:

1. Proposta do Programa;
2. Corpo docente;
3. Corpo discente, teses e dissertações;
4. Produção intelectual;
5. Inserção social;
6. Internacionalização.

11 Os temas apontados como prioritários são: Água; Energia; Transporte; Controle de fronteiras; Agronegócio; Amazônia; Mar (Amazônia Azul); Saúde; Defesa; Justiça, Segurança Pública e Criminologia; Programa Espacial; Desequilíbrio Regional.

12 Até 1976 as avaliações eram realizadas anualmente, entre 1984 e 1998 eram bienais, de 1998 a 2013 foram trienais. A partir de 2014 a avaliação dos programas de pós-graduação pela Capes passou a ser quadrienal. A mudança não afetou a análise dos dados, já que o período levantado pela pesquisa compreende os anos de 2004 a 2012.

Apesar de os critérios serem claramente detalhados nos documentos das áreas é comum observar algumas controvérsias referentes aos processos de avaliação, que, geralmente, estão associadas ao tema da “Produção intelectual”. Questiona-se como o “produtivismo”¹³ estaria afetando a qualidade do trabalho, como o ambiente acadêmico se tornou marcado pela constante competição, como o impacto de políticas “neoliberais” sobre a produção do conhecimento tem resultado no esgotamento de pesquisadores e, conseqüentemente, na queda de sua capacidade criativa.

Focada na discussão sobre a produção, são raras as análises sobre o funcionamento do sistema de avaliação adotado pela Capes. Assim, as críticas costumam se dirigir aos critérios vigentes, mas não ao sistema em si, baseado na avaliação por pares, que segue sendo uma instância que produz “selos de qualidade” aos cursos.

Menos comum também têm sido os debates sobre o financiamento dos cursos. Apenas em 2016, quando houve um grande corte de recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP)/Programa de Excelência Acadêmica (PROEX)¹⁴ é que o tema passou a ter maior destaque nos fóruns acadêmicos, mas segue sem uma discussão sobre o modelo de financiamento. Por essa razão, julgo necessário apresentar como se dá essa estrutura.

A atual política de pós-graduação, por meio da avaliação da Capes, estabelece uma série de parâmetros para que os programas persigam determinados patamares de produtividade científica docente e discente, assim como o cumprimento de prazos em relação ao fluxo dos alunos nos cursos e nos documentos de área. Já a política de financiamento se divide em duas, uma direcionada à maior parte dos cursos e outra direcionada ao grupo dos Programas de Excelência, que devem ser submetidos a critérios ainda mais rigorosos, o que permite dizer que esses programas estão expostos a uma incorporação do modelo avaliativo vigente.

13 Strathern (1997) chama atenção ao fato de que na era da informação e da tecnologia constituiu-se uma mentalidade “produtivista”, o que corresponde à impossibilidade de ocorrer nas atividades de pesquisa os “períodos vazios”, ou seja, voltados apenas à reflexão. Torna-se necessário assegurar uma melhor performance, que deve produzir resultados imediatos e regulares.

14 O Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) tem o objetivo de financiar as atividades dos cursos de pós-graduação com notas 3, 4 e 5 por meio do gerenciamento de Pró-Reitorias das universidades. Os valores para o repasse de recursos financeiros relativos aos PPG são fixados anualmente em função da disponibilidade orçamentária da Capes e de alguns critérios, em especial, a área do conhecimento; o nível de formação (mestrado ou doutorado); a nota dos cursos; a utilização das cotas de bolsas concedidas do Programa de Demanda Social (DS); a utilização das cotas de bolsas concedidas do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/Capes); e a utilização dos recursos do PROAP em exercícios anteriores. O Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) é voltado aos PPG com nota 6 ou 7. A dotação orçamentária pode ser utilizada de acordo com prioridades estabelecidas pelos próprios programas, que podem ser a concessão de bolsas de estudo, recursos de custeio, investimento em laboratórios, publicações etc. As bolsas de estudo concedidas no âmbito do Proex são gerenciadas pelas coordenações dos cursos de pós-graduação.

O Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) foi criado pela Portaria nº 10, de 27 de março de 2002, com o objetivo de proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* ministrados pelas Instituições de Ensino Superior Públicas (IES). Suas regras de cálculo de valores e de regulamentação do que pode ou não ser financiado têm mudado desde então, mas o que nos interessa ressaltar aqui é que o PROAP fornece geralmente o único apoio financeiro às atividades dos programas de pós-graduação e que seu gerenciamento é feito por “co-gestão” com as instituições participantes, por meio das Pró-Reitorias, que devem efetuar planos colaborativos com os cursos de pós-graduação beneficiados. Assim, a Capes efetua o repasse do orçamento do PROAP e define os valores de referência que cada programa receberá, assim como o percentual a que a Pró-Reitoria recebe. A partir disso, a Pró-Reitoria deverá executar as despesas. O valor que cabe a cada programa e à Pró-Reitoria é estabelecido em função de cálculos referentes às bolsas Capes vigentes. A Unidade Gestora deverá encaminhar à Capes o Termo de Cooperação, que será firmado entre a Capes e a universidade, a fim de que a descentralização do recurso PROAP seja efetivada.

Poucos e raros são os estudos sobre o gerenciamento desses recursos, mas o trabalho de Levi Freitas (2016), sobre os cursos de Química e Física, evidencia que os recursos não são suficientes para alguns programas, já que as universidades se utilizam de outros recursos para atender suas demandas. Porém, há casos de programas que recebem valores altos, mas deixam de utilizá-los, com consequentes perdas para os programas de Pós-Graduação.

Já o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) foi criado, em 2006, pela Portaria nº 34, de 30 de maio, com o objetivo de manter “o padrão de qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, avaliado(s) pela Capes com nota 6 e 7, buscando atender mais adequadamente as suas necessidades e especificidades”. Ele era obtido pelos programas de pós-graduação que fossem avaliados com notas 6 ou 7 em duas avaliações trienais consecutivas da Capes e introduziu um novo modelo de gestão que admitiu maior flexibilidade e autonomia na aplicação dos recursos concedidos dentro das modalidades de apoio previstas, além de valores maiores que os destinados pelo PROAP.

As verbas PROAP/PROEX apresentam valores bastante diferenciados em razão da estrutura organizacional e do conceito que a própria Capes afere. Até 2016 as Pró-Reitorias só tinham informações referentes ao PROAP, os valores recebidos pelos programas abrangidos pelo PROEX nem eram informados às universidades.

Um dos efeitos desse modelo de avaliação é que a caracterização da relação entre “excelência” e “gestão” se dá a partir da concentração de recursos, materiais e simbólicos, já que o PROEX foi concebido para um grupo exclusivo de programas

que, conforme Indira Alves França (2014), não poderia contemplar um número maior do que 7% (sete por cento)¹⁵ do total de programas reconhecidos pela Capes, o que na época correspondia a 15% (quinze por cento) do orçamento da Capes.

Esse modelo de financiamento é considerado o responsável pela introdução de uma importante mudança na política de financiamento da pós-graduação, que retirou a centralidade da docência do ensino superior para tomar como foco a pesquisa e a produção científica. Outro efeito foi que o seleto grupo dos programas de excelência estimulava a criação de critérios de avaliação que “apertam” as áreas de conhecimento, visando assegurar que os cursos se mantenham num determinado nível de produtividade, o que impede, por sua vez, que os outros cursos alcancem o grupo de excelência.

Trata-se, então, de reconhecer que a associação entre gestão e excelência é orientada pelo chamado “efeito Mateus”¹⁶, ou seja, a existência de distinções iniciais pode resultar em incrementos insuperáveis, com o passar do tempo. Como afirma Adriana Silva Barbosa (2016), o efeito Mateus reforça uma estratificação na produção científica, o que tem implicações éticas resultando em reprodução de preconceitos e exclusões¹⁷, que podem influenciar negativamente no avanço no conhecimento científico.

Infelizmente não será possível analisar os dados referente às fontes de financiamento dos programas de Antropologia. Os dados informados pelos Programas de Pós-Graduação sob análise acerca de bolsas, fomento e captação de recursos apresentam inconsistências e não foram incluídos em tabulações construídas pelos coordenadores da pesquisa, o que impediu uma análise comparativa tal como será feita em relação aos demais dados. Nesse sentido, optou-se por analisar os poucos dados disponíveis e tecer algumas considerações sobre porque é tão difícil lidar com números, quando se tratam de fontes de financiamento.

15 Esse percentual foi estabelecido pela Portaria que instituiu o Programa. A Portaria Capes 227, de 2017, alterou a redação do § 3º, Art. 1º, retirando esse limite. Todavia, não há dados que permitam identificar qual o recurso gasto com os programas de excelência.

16 Enunciado por Robert K. Merton (1977), o efeito está associado à citação “A todo aquele que tem, será dado mais, e terá em abundância. Mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado” (Mateus, capítulo 25, versículos 28-29, do livro de São Mateus). No caso da ciência corresponde ao fato de que os pesquisadores mais ilustres tendem a conquistar mais reconhecimento e recursos financeiros, enquanto aqueles pouco conhecidos tendem a receber pouco ou nenhum reconhecimento por suas atividades.

17 Uma delas é o efeito Matilda, que corresponde às discriminações de gênero a que estão submetidas as pesquisadoras, cujo trabalho é menos reconhecido (publicado, premiado, referenciado) que o dos homens porque sua contribuição foi desconsiderada ou omitida.

EFEITOS E DESDOBRAMENTOS NO CAMPO DA ANTROPOLOGIA DURANTE UMA DÉCADA DE EXPANSÃO: MUDAR PARA FICAR IGUAL?

A expansão do sistema nacional de pós-graduação evoluiu em uma curva ascendente do número de cursos recomendados pela Capes e habilitados ao funcionamento, tomando-se por base os dados publicados no Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 (volume 1). Em 2008, dos 800.318 titulados em graduação no Brasil, 66% eram das áreas de Educação, Humanidades e Artes e Ciências Sociais Aplicadas. Este dado tem impacto direto no crescimento de cursos de pós-graduação na grande área de conhecimento de Ciências Humanas. Em 2004 eram 272 cursos de mestrado acadêmico¹⁸ e 144 de doutorado, tendo passado, em 2009, para 382 cursos de mestrado acadêmico e 201 de doutorado, o que representou um crescimento de 40,4% e 39,6% respectivamente. Como veremos a expansão geral dos PPG no país se reflete na área de Antropologia.

Não é o escopo deste texto traçar a história dos programas de pós-graduação em Antropologia, mas para compreender o processo de expansão recente é preciso analisar a cronologia de criação dos mesmos (Tabela 1), o que nos permite destacar alguns períodos de expansão. Na primeira fase (1970-1979) nota-se a criação de 6 mestrados, seguida por apenas 1 curso na década de 1980 e dois na década de 1990. É nos anos 2000 e na década seguinte que se observa o crescimento dos cursos, com a criação de 12 mestrados. No que se refere ao doutorado, a década de 1970 teve 2 cursos, apenas 1 na década de 1980, seguido da criação de 2 na década de 1990. A expansão dos cursos de doutorado a partir dos anos 2000 foi menor que a do mestrado, mas também é significativa, já que se registrou a criação de 7 cursos¹⁹.

Vale também lembrar a mudança no sistema de avaliação da Capes, ocorrida em 1998, que, segundo Claudia Fonseca (2001), foi “radical”, já que se afastou de um modelo no qual cada comitê gozava de grande autonomia na formulação e aplicação de critérios de avaliação, mas que “não eram critérios necessariamente quantificáveis”. Tal modelo não produzia controvérsias,

pois, por um processo de decantação, a grande maioria dos programas subia progressivamente na escala até chegar ao conceito má-

18 O número de mestrados profissionais não se alterou na comparação entre 2004-2009, manteve-se em 5.

19 Em agosto de 2017, a Capes já contabiliza a existência de 27 programas de pós-graduação em Antropologia, que correspondem a 45 cursos de mestrado e doutorado. Não há registro de nenhum mestrado profissional na área, o único que estava associado à área (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural) deixou de existir no triênio 2007-2009.

ximo. Em 1996, cinco dos oito programas da área de Antropologia estavam em nível A. O maior suspense do processo era saber se e quando os outros programas iam subir de C para B, de B para A. O ranking confirmava “o que já era sabido” – os programas mais antigos e consagrados ficavam em cima na hierarquia, e os mais novos esperavam pacientemente sua vez para entrar na mesma categoria. Do nosso ponto de vista, isto é, das áreas disciplinares, o sistema funcionava muito bem, obrigado (FONSECA, 2001:264).

Consequentemente, a área da Antropologia por ser pequena e com cursos em maioria mais antigos possuía uma “média dos conceitos da área (...) acima da média geral – levando a Capes, num primeiro momento, a questionar o rigor de nosso trabalho” (FONSECA, 2001:263).

A virada para os anos 2000 consagrou, portanto, um outro paradigma de avaliação. Para Hostins (2006), a avaliação tornou-se mais competitiva entre os programas, a partir da construção de indicadores de excelência de qualidade, que constantemente poderiam ser movidos para cima, contrariando critérios consensualizados estabelecidos em processos anteriores e reproduzindo uma “performatividade” da forma como a avaliação tem sido pensada e materializada – “publique ou pereça” (MOREIRA, 2009) –, que resulta numa tecnologia de governo que atua por meio de controle, pressões e mudanças com foco no desempenho, como um processo constante de julgamento em torno do prestígio acadêmico e de recursos.

Tabela 1 Ano de criação dos PPG em Antropologia (mestrado e doutorado) e nota da avaliação (2012).

PPG	Ano da criação do mestrado	Ano da criação do doutorado	Nota da última avaliação (2012)
UFRJ	1968	1977	7
Unicamp	1971	2004	6
USP	1972	1972	6
UnB	1973	1981	7
UFPE	1977	2001	5
UFRGS	1979	1991	7
UFSC	1985	1999	5
UFPR	1991		4
UFF	1994	2002	5
UFRN	2005		4
UFMG	2006		4
UFAM	2007	2007	4
UFBA	2007	2007	4
UFSCar	2007	2009	5

Tabela 1 *Continuação...*

PPG	Ano da criação do mestrado	Ano da criação do doutorado	Nota da última avaliação (2012)
UFPI	2008		3
UFG	2009		4
UFSE	2009		3
UFGD	2010		3
UFPA	2010	2010	4
UFPB	2011		3
UFPeI	2012		3

A Tabela 1 apresenta os resultados da avaliação realizada no ano de 2012, último no modelo trienal, que continuou a aplicar o sistema de escala numérica para classificação dos PPG, de 1 a 7, que foi implantado a partir de 1997. Nesta escala, os programas propostos que recebem notas 1 e 2 não são autorizados a funcionar, os programas já implantados que recebam essas notas são descredenciados. A nota mínima para implantação e funcionamento de um programa é 3. A nota 5 é atribuída aos cursos de excelência, enquanto as notas 6 e 7 são atribuídas aos cursos consolidados que têm inserção internacional.

Este modelo substituiu o modelo de conceitos (A, B, C), que não agradava mais ao MEC – Capes, já que neste sistema muitos programas estavam com conceito A. O modelo passou a considerar que a distribuição ideal de conceitos deveria expressar uma maior diferenciação entre os programas. Fonseca ressalta que a mudança de modelo de avaliação

rompeu com quase vinte anos de tradição. O sistema anterior primava pelas relações cordiais; o princípio hierárquico regia um campo onde – mesmo se alguns (embaixo) resmungassem de vez em quando – havia uma solidariedade, uma identificação com o modelo. Era uma situação que, na opinião de algumas pessoas, levava à complacência e à acomodação; na opinião de outras, estimulava a excelência da pós-graduação num clima de relativa cooperação e respeito mútuo (FONSECA, 2001:264).

A mudança no processo de avaliação da Capes é, portanto, mais uma razão para estabelecermos como corte temporal os anos 2000 para definir um período de expansão, já que além da criação de 19 cursos (12 de mestrado/7 de doutorado, ver Tabela 1), no período, contra 17 cursos (9 de mestrado/8 de doutorado) das décadas anteriores. É relevante também que há uma mudança do perfil de criação

dos novos cursos pós-graduação²⁰ que é a vinculação à expansão do ensino de graduação em Ciências Sociais²¹ e em Antropologia²².

Uma melhor forma de comparar a distribuição regional pelas regiões do Brasil é através de uma análise entre os dados de 2004 e 2012²³. No Gráfico 1 pode-se verificar como o plano de expansão da pós-graduação impactou a região Nordeste, na qual foi criada a maior parte dos programas desde 2005, 6 (cinco mestrados e um doutorado) dos 12.

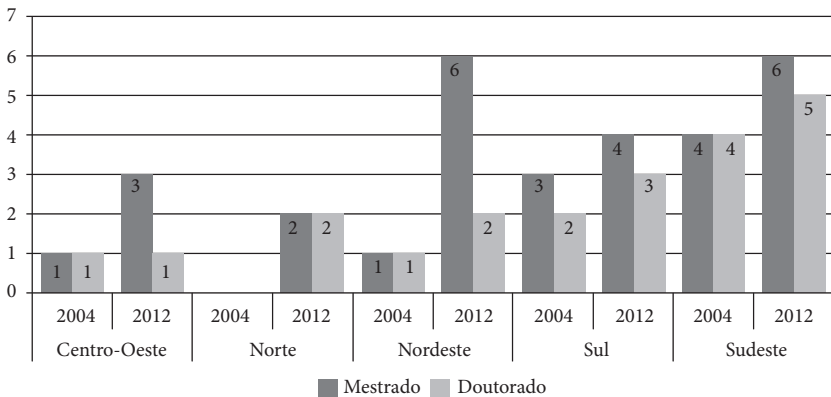


Gráfico 1 Amplitude do crescimento do número de PPG por região.

No ano de 2004, os 9 programas de pós-graduação em Antropologia totalizavam 553 estudantes matriculados. Em menos de dez anos saltamos para 21 programas, com 1.156 estudantes matriculados.

Buscando compreender as variáveis que afetaram o crescimento de estudantes matriculados, optou-se por fazer uma comparação entre os anos 2004-2007 e

20 Faz-se necessário registrar que, de acordo com a Portaria Capes 088/2004, os programas recomendados e habilitados possuem prazo de até um ano para entrar efetivamente em atividade.

21 No relatório da “Pesquisa com egressos dos programas de pós-graduação em Antropologia do Brasil”, o curso de Ciências Sociais aparece em primeiro lugar como graduação dos estudantes.

22 Atualmente há 11 instituições credenciadas pelo MEC para o ensino de graduação em Antropologia: uma universidade privada – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás) – e 10 universidades públicas – Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa); Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). O primeiro congresso de graduação em Antropologia foi realizado em outubro de 2017 no IFCS (UFRJ).

23 Entre os anos 2003 e 2006, chamados de pré-Reuni, vigorou o Programa Expandir, desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior, com foco para redução das desigualdades regionais.

2009-2012, deixando-se de lado o ano de 2008²⁴, que tem como marco a implantação do Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)²⁵.

O objetivo do Reuni era “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. Apesar do principal foco ser a expansão da graduação, o Reuni teve impacto direto na expansão da pós-graduação, a partir da instituição da Bolsa Reuni de Assistência ao Ensino, que previa a distribuição de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, como parte da política de reestruturação do ensino superior. A criação das bolsas Reuni para pós-graduação teve como objetivo proporcionar a assistência ao ensino de graduação através de programas de tutoria, sua vigência era submetida a regras distintas das regras das bolsas de Demanda Social (DS). A concessão das bolsas era feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a partir de recursos da Secretaria de Educação Superior (SESU) do MEC, como podemos ver na Tabela 2 e nos gráficos 2 e 3²⁶.

Tabela 2 Previsão de expansão de gastos com bolsas de pós-graduação (reais).

Ano	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado
2008	6.328.080,00	6.390.096,00	2.059.200,00
2009	16.525.200,00	15.272.664,00	5.108.400,00
2010	33.896.400,00	29.658.744,00	9.504.000,00
2011	44.984.640,00	46.102.368,00	13.780.800,00
2012	61.227.840,00	68.835.720,00	17.542.800,00

Fonte: Apresentação da Secretaria de Educação Superior – MEC durante o “Encontro técnico Articulação da Graduação com a Pós-Graduação”, realizado em Brasília, em 1º de abril de 2008²⁷.

24 O Reuni foi criado pelo Decreto 6.096/2007, mas como as universidades tiveram que apresentar os planos de expansão, 2008 acabou sendo o ano para implantação das propostas, criação de cursos e realização de concursos, e por este motivo os resultados podem ser percebidos e mensurados a partir de 2009. Dentre as metas do Reuni estavam a ampliação das vagas, a interiorização dos campi e a realização de concursos para docentes e técnicos administrativos, que demonstram a reestruturação da rede federal.

25 O Reuni foi encerrado em 2012 e sucedido pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

26 Durante o ano de 2008 foram concedidas 941 bolsas, sendo 645 de mestrado e 296 de doutorado. A concessão dessas bolsas num primeiro momento serviu para atender uma demanda reprimida nos cursos. É a partir de 2009 que se pode notar a ampliação de vagas nos editais já existentes. Dados disponíveis em: <reuni.mec.gov.br/noticias/36-outras-noticias/49-universidades-federais-criam-15-mil-novas-vagas-no-primeiro-ano-do-programa>. Acesso em: 13 ago. 2017.

27 Disponível em <slideplayer.com.br/slide/1399531/>, acesso em: 21 ago. 2017.

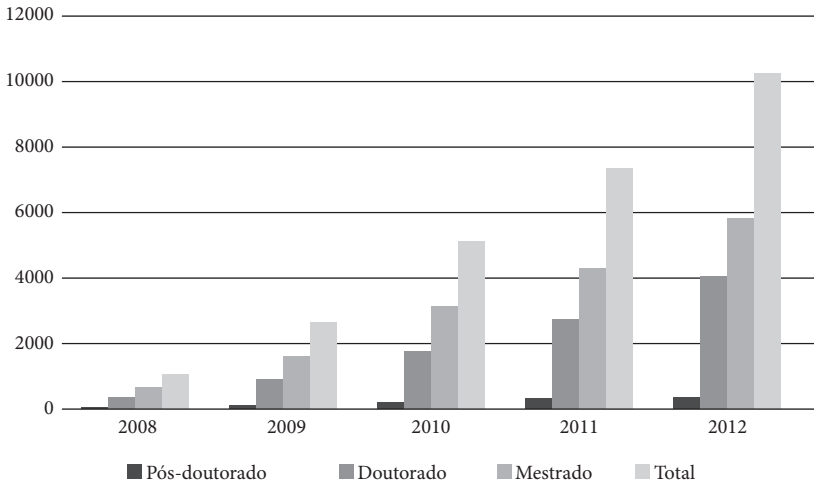


Gráfico 2 Evolução do número de bolsas Capes – Reuni (2008 a 2012).

Fonte: Relatório da Comissão Constituída pela Portaria 126/2012, sobre a análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.

Quando se compara o total de bolsas Reuni no período de 2008 a 2012 (Gráfico 2), verifica-se que o maior crescimento se deu nos anos de 2008 (150%) e 2009 (93%), tendo se mantido em torno de 40% nos anos seguintes. O crescimento do total de bolsas Capes Demanda Social (Gráfico 3) indica um crescimento menor, concentrado nos anos de 2009 (23%) e 2010 (24%).

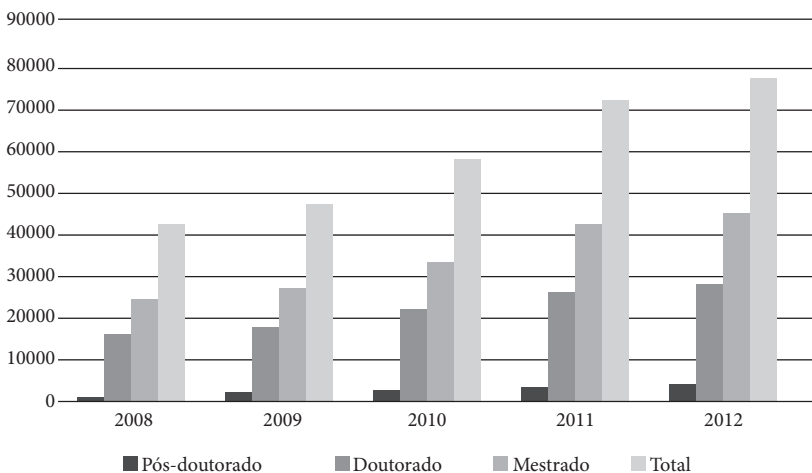


Gráfico 3 Evolução do número de bolsas Capes – DS (2008 a 2012).

Fonte: Relatório da Comissão Constituída pela Portaria 126/2012, sobre a análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.

Tal crescimento teve forte impacto no crescimento de vagas em todas as áreas, com foco na expansão, com impacto na democratização do acesso e permanência no ensino superior (graduação e pós), que deveria resultar numa reestruturação das universidades, como uma política indutora de inovações acadêmicas, o que não se verifica, segundo Aurélio Ferreira da Silva (2014), já que a qualidade continuou sendo medida da mesma forma – produção. Vejamos como isso afetou o campo da Antropologia no Brasil.

Se compararmos as médias de estudantes matriculados no período 2004-2007 com a média no período de implantação do Reuni, é possível notar que o crescimento percentual de mestrados foi de 61,12% e o de doutorado foi de 51,06% (Gráfico 4).

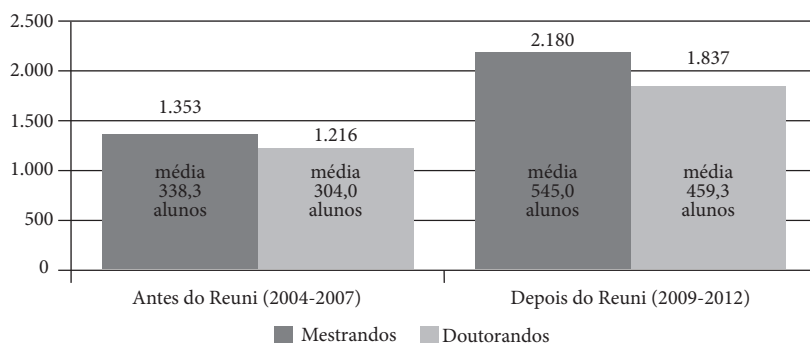


Gráfico 4 Comparação entre total de estudantes matriculados (2004-2007 x 2009-2012).

Como consequência, a abertura de novos cursos aumentou a participação relativa do Norte e Nordeste no número de matriculados em PPGA no Brasil. Em nível de mestrado foi mantida a forte predominância do Sudeste (cerca de 44% dos alunos), nota-se a redução da participação do Sul (de 28% para 20%) e do Centro-Oeste (13% para 10%), enquanto o Nordeste quase dobrou seu percentual (15% para 24%)²⁸.

Salienta-se que o crescimento de cursos fora do eixo Sudeste-Sul está associado à política prevista no V PNPG, que destacava a necessidade de redefinir os recursos e a organização orçamentária do modelo organizacional vigente para a pós-graduação até então, para passar a contemplar as demandas diferenciadas que emergem de cada região/estado. As reformas propostas pressupunham que a flexibilização do modelo de pós-graduação deveria permitir o crescimento do sistema

²⁸ Para compreender o detalhamento da regionalização recomenda-se a leitura do texto de Bela Feldman-Bianco nesta coletânea. Aqui o foco é destacar o impacto de políticas de bolsas advindas do programa Reuni como indutor desse crescimento regional.

para “diminuir os desequilíbrios regionais na oferta e desempenho da pós-graduação e atender às novas áreas de conhecimento” (BRASIL, 2005:44). Este foi o primeiro plano que tratou das assimetrias do sistema, com foco na concentração de cursos na região Sudeste, mas que, diferentemente dos planos anteriores, apresentou ações direcionadas para resolver o problema.

Porém, esse crescimento regional não resultou numa alteração do campo científico (BOURDIEU, 1983, 2004), já que as transformações desse campo se baseiam na estrutura de distribuição do capital científico, que se manifestam nas estratégias de conservação e subversão da estrutura que ele mesmo produz, como veremos nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3 Número de estudantes matriculados em mestrado (2004-2012).

Ano	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
2004	39	46	0	135	87	307
	13%	15%	0%	44%	28%	100%
2005	36	54	0	146	95	331
	11%	16%	0%	44%	29%	100%
2006	35	53	0	159	99	346
	10%	15%	0%	46%	29%	100%
2007	30	57	0	191	91	369
	8%	15%	0%	52%	25%	100%
2008	26	68	11	205	98	408
	6%	17%	3%	50%	24%	100%
2009	32	78	11	224	102	447
	7%	17%	2%	50%	23%	100%
2010	47	98	16	242	104	507
	9%	19%	3%	48%	21%	100%
2011	61	136	30	246	103	576
	11%	24%	5%	43%	18%	100%
2012	66	159	34	258	133	650
	10%	24%	5%	40%	20%	100%

A distribuição regional de estudantes matriculados é mais nuançada para o doutorado, que segue com as regiões Sudeste e Sul com as maiores concentrações de estudantes. As regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentam um perfil equivalente, sendo a novidade a participação da região norte na formação de doutores.

Tabela 4 Número de estudantes matriculados em doutorado (2004-2012).

Ano	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
2004	28	22	0	130	66	246
	11%	9%	0%	53%	27%	100%
2005	26	26	0	163	75	290
	9%	9%	0%	56%	26%	100%
2006	38	31	0	180	79	328
	12%	9%	0%	55%	24%	100%
2007	37	31	0	200	84	352
	11%	9%	0%	57%	24%	100%
2008	45	31	0	224	84	384
	12%	8%	0%	58%	22%	100%
2009	47	34	0	251	82	414
	11%	8%	0%	61%	20%	100%
2010	39	38	8	278	87	450
	9%	8%	2%	62%	19%	100%
2011	42	41	21	278	85	467
	9%	9%	4%	60%	18%	100%
2012	42	46	24	303	91	506
	8%	9%	5%	60%	18%	100%

Quando se analisa o total de estudantes matriculados no período de 2004 a 2012 é possível identificar que a região Sudeste segue sendo a principal na formação de doutores em Antropologia, seguida da região Sul. Com relação ao mestrado o dado mais relevante é que o Nordeste está com um percentual próximo ao da região Sul na formação dos estudantes. A região Norte é a que apresenta o menor percentual de formação de mestrands e doutorandos. Vale destacar ainda que o Sudeste é a única região na qual a formação de doutorandos é significativamente maior que a formação de mestrands, o que também foi observado na região Centro-Oeste. Nas demais predomina a formação de mestrands.

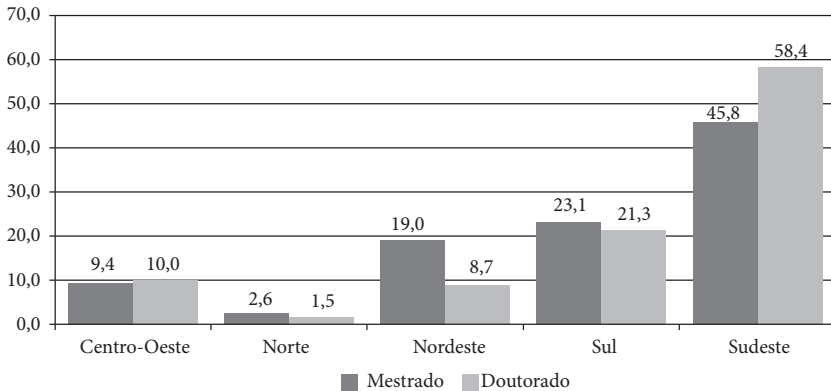


Gráfico 5 Percentual do total de matriculados no período de 2004 a 2012 (mestrado e doutorado).

Quando se analisa a amplitude do crescimento de estudantes matriculados, comparando-se o ano de 2004 com 2012, percebe-se que o crescimento de matrículas de mestrado no Nordeste é acima do padrão anterior (passou de 46 para 159), o que também ocorre em relação aos estudantes de doutorado no Sudeste (passou de 130 para 303).

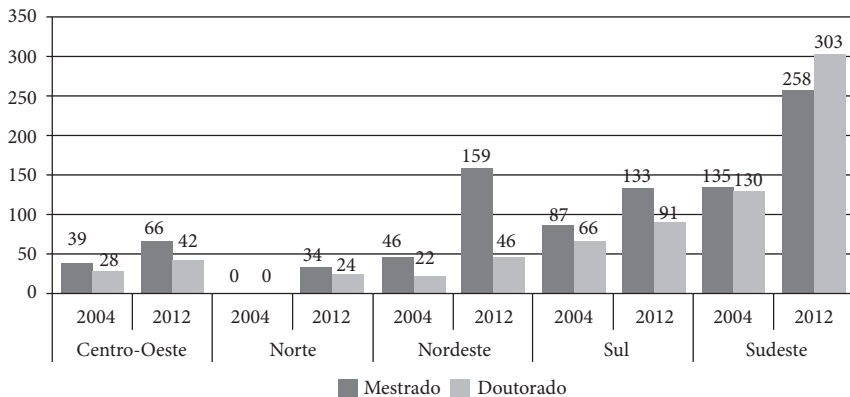


Gráfico 6 Amplitude do crescimento do número de estudantes matriculados por região (mestrado e doutorado).

Os investimentos propiciados pelo Reuni, apesar de sua importância e seu potencial de expansão, não produziram uma alteração de posições nos programas de pós-graduação em relação ao campo da Antropologia. Isso acontece porque o foco na expansão das vagas não correspondeu a uma efetiva geração de condições acadêmicas que assegurassem a permanência de discentes e docentes fora do eixo

Sul-Sudeste. Nesse sentido, as estratégias de manutenção da competição científica não foram atingidas. Não houve qualquer alteração da relação entre a graduação e a pós-graduação motivada pela expansão das vagas, e muito menos no que se refere à reestruturação dos cursos, mantendo-se, assim, o fosso entre a graduação e a pós-graduação, criado pela reforma universitária de 1968.

Apesar do crescimento de estudantes matriculados, é preciso observar que houve também um número significativo de estudantes que não conseguiram concluir seus trabalhos finais. Como veremos nos gráficos 7 e 8, a razão entre matriculados e egressos representa que há obstáculos que necessitam ser avaliados. Antes do Reuni, havia 3,1 matriculados no mestrado para cada egresso, já após, essa razão aumentou para 3,2 matriculados por egresso. Em relação ao doutorado, havia 6,5 matriculados para cada egresso, com o Reuni essa razão aumentou para 6,6 matriculados por egresso. Apenas no ano 2008 houve um crescimento excepcional na razão entre matriculados e egressos de doutorado.

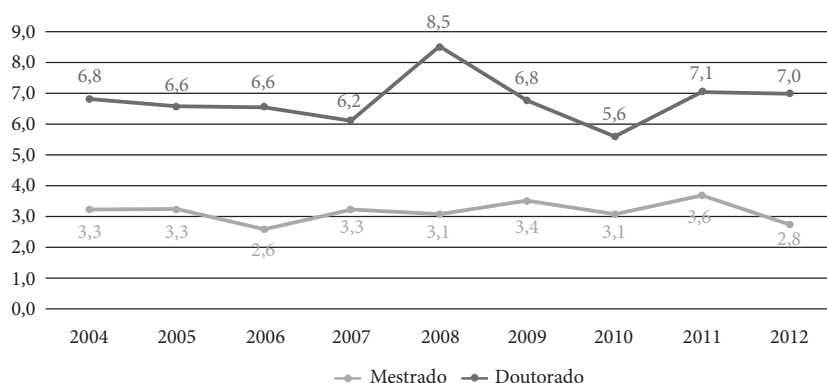


Gráfico 7 Razão de egressos e matriculados ao longo dos anos 2004 a 2012.

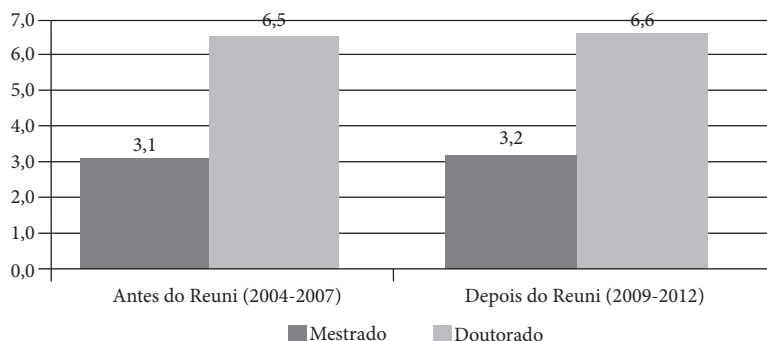


Gráfico 8 Razão entre egressos e matriculados antes e após o Reuni (2004-2007 e 2009-2012).

A expansão do número de estudantes fez-se acompanhar, consequentemente, de ampliação na produção de dissertações e teses, como explorado por Feldman-Bianco. Novamente aqui se vê a relação disso com o programa Reuni. Se compararmos as médias de dissertações defendidas no período 2004-2007 com a média no período de implantação do Reuni, é possível notar que o crescimento percentual de mestrados foi de 62,3%. Já a comparação para as teses defendidas no período de 2009-2012 em relação ao período anterior (2004-2007) indica que o crescimento foi de 23% (Gráfico 9).

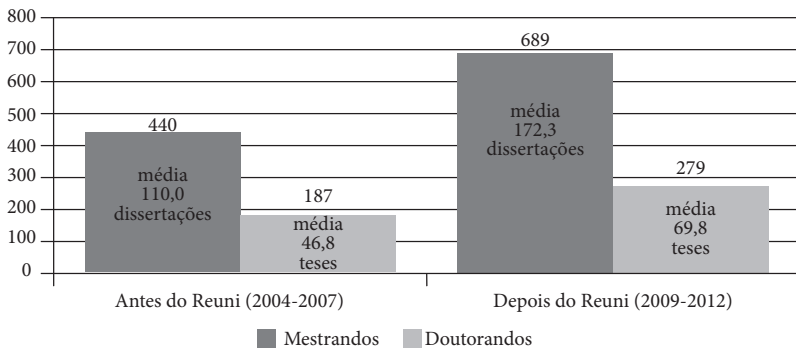


Gráfico 9 Comparação entre as médias de dissertações e teses defendidas (2004-2007 e 2009-2012).

O Gráfico 10 apresenta os reflexos positivos das políticas de expansão de bolsas na pós-graduação no período de 2004-2012, que passou de um patamar de cerca de 30% para em torno de 50% dos discentes matriculados no mestrado. No que tange às bolsas de doutorado, é possível notar um impacto menor, já que ficou em torno dos 40 a 50% de bolsistas dentre os matriculados. Esse resultado condensa um conjunto de ações do governo federal que envolveram o aumento do orçamento das agências no que tange também o fomento de novos programas e a ampliação de editais de projetos de pesquisa, bem como a contratação também de novos docentes.

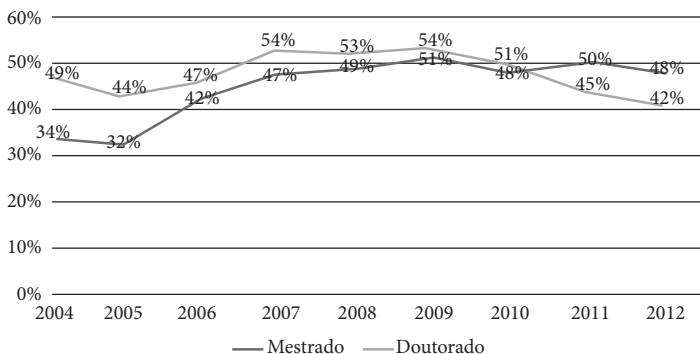


Gráfico 10 Percentual de bolsistas entre os estudantes matriculados (2004-2012).

Quando se analisa a distribuição regional das dissertações e teses defendidas no país, é possível observar que as regiões Sudeste e Sul seguem com a maior produção de doutores do país (Gráfico 11). O aumento da produção no Norte e Nordeste é visível no caso do mestrado, embora não tenha ainda produzido alterações significativas para o doutorado. A redução da participação relativa do Sul e Sudeste na produção de dissertações parece indicar que esses programas estão se concentrando no nível do doutorado, possivelmente recebendo egressos de novos programas, mais do que continuando a formação de seus mestres.

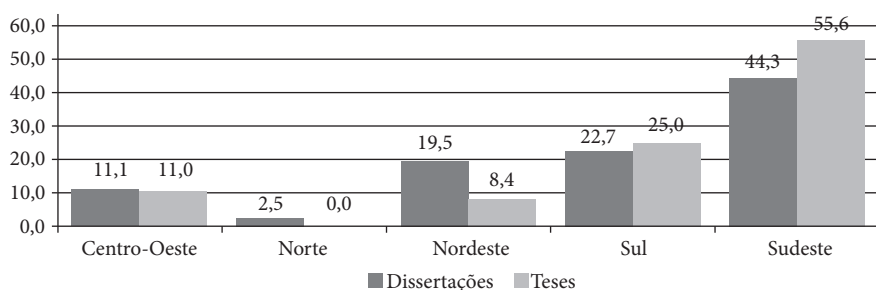


Gráfico 11 Distribuição regional do total de dissertações e teses defendidas (2004-2012) - %.

O Gráfico 12 apresenta um dado bastante significativo sobre a amplitude do crescimento de dissertações por região. O Nordeste revela um crescimento considerável de dissertações defendidas na comparação entre os dados de 2004 e 2012, aproximando-se da produção de dissertações do Sudeste.

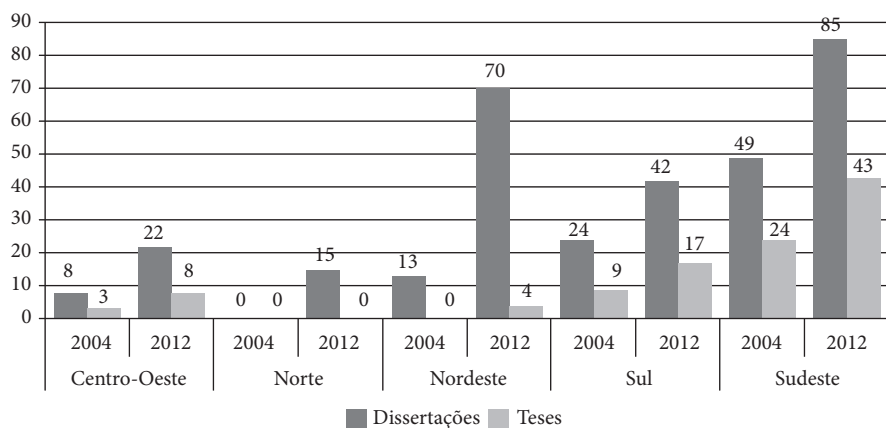


Gráfico 12 Amplitude do crescimento de dissertações e teses defendidas por região.

O Gráfico 13 apresenta uma comparação entre os programas mais antigos, criados antes de 2005, e os mais novos. Fica evidente que as assimetrias entre eles,

apesar do progressivo crescimento de trabalhos produzidos no Nordeste, indicam a necessidade de se promover incentivos para diminuir as disparidades regionais.

Esse aspecto é fundamental para se compreender que mesmo a pós-graduação não tendo sido consagrada uma das metas do Reuni, a expansão das vagas resultou em algumas mudanças. É preciso, porém, que no atual momento se analisem as singularidades, limites e potencialidades em cada uma das regiões brasileiras, de modo a buscar superar o efeito Mateus, de que falamos anteriormente, já que os programas mais antigos tendem a perpetuar uma disparidade de produção, como podemos ver nos gráficos 14 e 15.

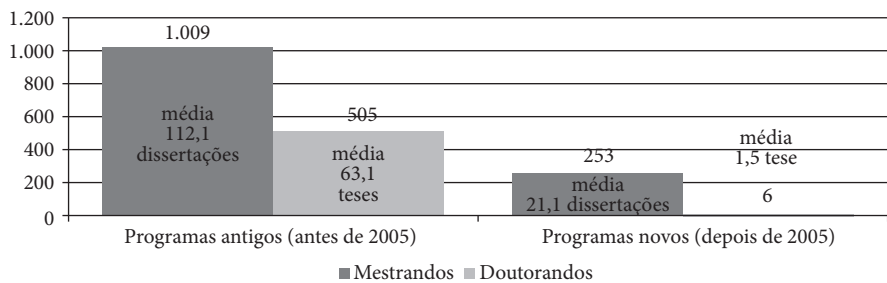


Gráfico 13 Comparação entre as médias de dissertações e teses defendidas (antes e depois de 2005).

Analisando-se conjuntamente os gráficos 14 e 15 fica evidente que a região Sudeste tem um desempenho diferenciado de produção de dissertações e teses quando comparada com as demais macrorregiões (Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte).

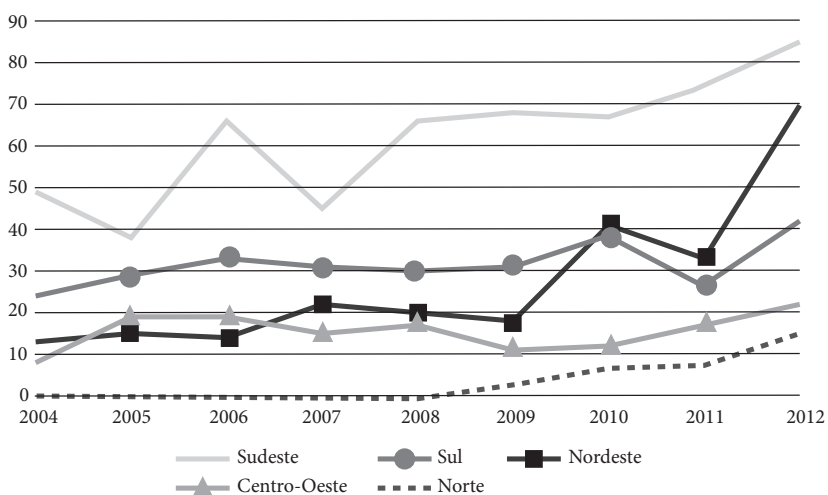


Gráfico 14 Evolução de dissertações defendidas por região (2004-2012).

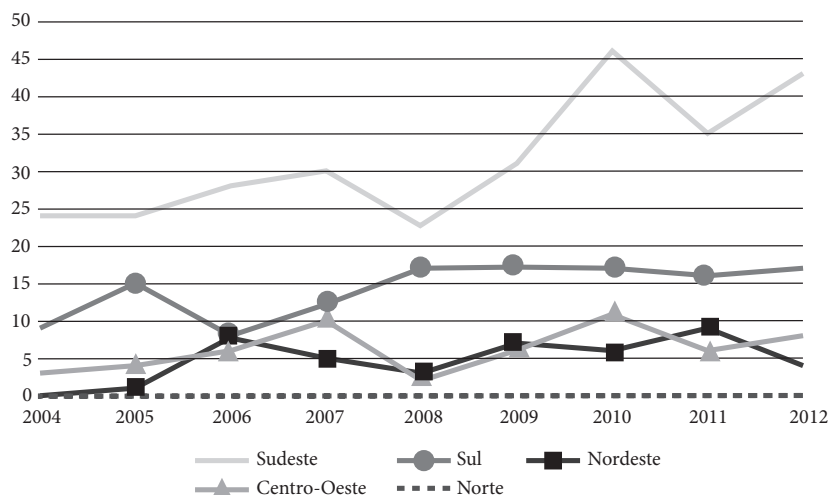


Gráfico 15 Evolução de teses defendidas por região (2004-2012).

O VI PNPG indica que o enfrentamento às assimetrias exige uma ação sinérgica de vários órgãos de governo, com o foco nas mesorregiões como uma ferramenta mais precisa de gestão que as macrorregiões, tal como é hoje. Nesse sentido, as políticas públicas de combate às assimetrias deverão contar com a colaboração ativa das Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais – FAP, em razão de suas características regionais.

Porém, há que se ressaltar que as assimetrias regionais não são apenas resultado de uma “falta” de planejamento no que tange ao crescimento do sistema de pós-graduação, já que desde o primeiro plano o problema é identificado e têm sido propostas diretrizes apontando sua superação. Um dos obstáculos está na dificuldade de efetivar ações concretas; por exemplo, os estudantes formados nas regiões sul-sudeste têm pouco interesse em se deslocar para outras regiões, já que não há grandes incentivos financeiros para os profissionais se interiorizarem, do mesmo modo que ficar afastado dos centros de excelência pode representar uma estagnação nas carreiras universitárias para aqueles que dispõem a enfrentar o desafio da interiorização. Assim, o problema das assimetrias não pode ser resumido apenas às limitações orçamentário-financeiras.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA: O CRESCIMENTO E SUAS MÉTRICAS

Giralda Seyferth (2004) propôs uma discussão sobre os critérios para distinguir a produção intelectual. Questionou a valorização da circulação e divulgação dos trabalhos publicados exclusivamente em periódicos mensurados pelo Qualis, tal como ocorre nas chamadas áreas “duras”, em detrimento dos livros e capítulos, geralmente não submetidos à avaliação dos pares, que é relevante na Antropologia por conta dos trabalhos monográficos. Para ela, essa oposição tende a privilegiar a produção das ciências “duras”. A Capes tem priorizado a valorização dos artigos enquanto a área de Antropologia segue destacando a importância da produção de livros. Tal perspectiva se insere num contexto que considera que a produção científica se constitui numa relação de produtor-consumidor, expressa numa relação entre os docentes e estudantes, tomando-os como consumidores e possíveis produtores de pesquisa.

Marilyn Strathern (1997) discute a proliferação dos procedimentos de avaliação nas universidades britânicas que ela designa de “audit explosion”²⁹. Analisando o sistema britânico, ela aponta algumas críticas às políticas que se iniciaram nos anos 1980, sob influência de Margaret Thatcher:

- A vinculação do financiamento ao aumento de estudantes nos cursos;
- A incorporação da avaliação por pares a uma lógica liberal, que prioriza quem for capaz de demonstrar que mais trabalha;
- O conceito de responsabilidade evoca a questão de “boas práticas” na condução de assuntos acadêmicos. Porém, tudo isso significa novos procedimentos de gestão e metas financeiras, saídos do mundo empresarial, mas preocupados com a forma do que com o efetivo desempenho das instituições.

A competitividade foi incorporada como um paradigma no ambiente acadêmico sem que se problematize a relação entre os recursos existentes e aqueles necessários para atender as necessidades de uma pós-graduação num cenário de assimetrias.

O período analisado apresenta um crescimento contínuo da produção de artigos em periódicos e de livros³⁰ que integram o item de avaliação “Produção intelectual”,

29 Sobre isso, veja o texto de Shore e Wright (1999).

30 A partir do documento de área de 2013, passou-se a contabilizar também a produção audiovisual, que até então não possuía um formulário próprio de avaliação.

que é um dos itens de maior valor na composição da nota dos PPG. Infelizmente, os dados levantados pela pesquisa não permitem analisar a contribuição de docentes e discentes separadamente. A produção bibliográfica é fortemente marcada por uma produção acadêmica voltada para a diversidade cultural interna brasileira e para temáticas sociais e políticas públicas.

Há que se lembrar que a produção é avaliada qualitativamente pela Capes e estratificada segundo critérios distintos, conforme o produto. Assim, os periódicos são avaliados no Qualis Periódicos segundo parâmetros de mérito estabelecidos pelas áreas de conhecimento, divididos em A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo que este último não recebe pontuação³¹. São as áreas de avaliação que classificam os periódicos, anualmente. No entanto, um mesmo periódico pode figurar em estratos diferentes, dependendo da área de conhecimento. Tal fato acaba por resultar num obstáculo às abordagens interdisciplinares, já que o pesquisador que opte por publicar seu texto visando ampliar seus interlocutores pode ser prejudicado na análise de sua produtividade individual.

Os livros passaram a ser analisados e qualificados por uma comissão, a partir de agosto de 2009, quando a Comissão Técnica e Científica (CTC) da Capes aprovou o Roteiro de Classificação de Livros em L4, L3, L2, L1 e NC – que também não pontua. A classificação passou a ser utilizada apenas na avaliação do triênio 2007-2009.

A década pesquisada registrou um aumento constante na produção bibliográfica dos professores vinculados aos PPGA (permanentes e colaboradores), equivalente ao crescimento no número dos programas. Considerando que o capítulo de Bela Feldman-Bianco constante desta coletânea analisou os quantitativos de livros e capítulos de livros publicados, no país e no exterior, optou-se por priorizar a análise dos eventos, cujo crescimento está diretamente vinculado ao período de expansão de recursos disponíveis para a pós-graduação.

Tabela 5 Total de apresentação de trabalhos em eventos (nacionais e internacionais) por triênios.

Apresentação em eventos	2004-2006		2007-2009		2010-2012	
Nacional	975	72,6%	1.489	67,3%	1.647	69,4%
Internacional	258	19,2%	459	20,8%	475	20,0%
Local	110	8,2%	264	11,9%	252	10,6%
Total geral	1.343	100,0%	2.212	100,0%	2.374	100,0%

31 É comum que as áreas utilizem também outros indicadores, tais como o fator de impacto e os índices de citação (Web of Science (WoS), Scopus, SciELO, Google Acadêmico, Journal of Citation Reports (JCR) e SCImago Journal & Country Rank (SJCR)).

Salienta-se que a maior participação em eventos pode estar associada ao crescimento dos valores atribuídos aos programas pela Capes (PROAP ou PROEX), já que esses valores estavam associados a um percentual do total de bolsas de cada PPG. O incremento de bolsas a partir do Reuni teve impacto direto nesses valores. Outro fato a ser ressaltado, mesmo sem termos acesso aos dados, foi que durante este período as agências mantiveram regularmente programas de financiamento para participação em eventos no país e no exterior, o que foi muito impactado com as restrições de recursos que se seguiram ao Reuni, que se tornou ainda mais restrito com a Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos públicos em áreas sociais por vinte anos, a partir de dezembro de 2016.

O destaque à análise da produção de artigos, que tem sido cada vez mais valorizada como espaço de divulgação do conhecimento produzido, é um item analisado aqui em função do impacto que este tipo de produção tem na avaliação dos programas. Vale ressaltar que, apesar do livro seguir sendo a forma privilegiada de publicação nas Ciências Sociais, é preciso registrar que as mudanças na forma de avaliação dos periódicos da área de Humanidades estão diretamente relacionadas à indução das agências de fomento, o que, por sua vez, resultou numa profissionalização cada vez maior das publicações, na incorporação de publicações em outras línguas nos periódicos e na adoção do formato eletrônico pela maioria dos periódicos, em substituição à publicação impressa.

No caso da área de Antropologia, a classificação em estratos superiores (Estratos A1, A2 e B1³²) tem como critérios principais o percentual de autores que estejam vinculados a, pelo menos, cinco instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume (entre 75 e 60% de artigos); possuir conselho editorial com representação nacional e internacional; publicar pelo menos um artigo, por volume, com autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras; estar disponível em indexadores ou bases de dados. A incorporação desses critérios como exemplares da excelência dos periódicos expressa a valorização de dois aspectos vinculados às políticas de financiamento, que são a internacionalização e a existência de redes.

Neste sentido, apontamos aqui os dados referentes aos dois últimos triênios de avaliação dos artigos publicados em extratos superiores (Gráfico 16). Nota-se que a região Norte foi a que apresentou o maior crescimento entre os dois triênios.

32 Esta classificação foi adotada pela Capes em 2008, sendo composta de oito estratos, que substituiu a classificação anterior, centrada no âmbito de circulação (local, nacional e internacional) e composta apenas de 3 níveis (A, B e C).

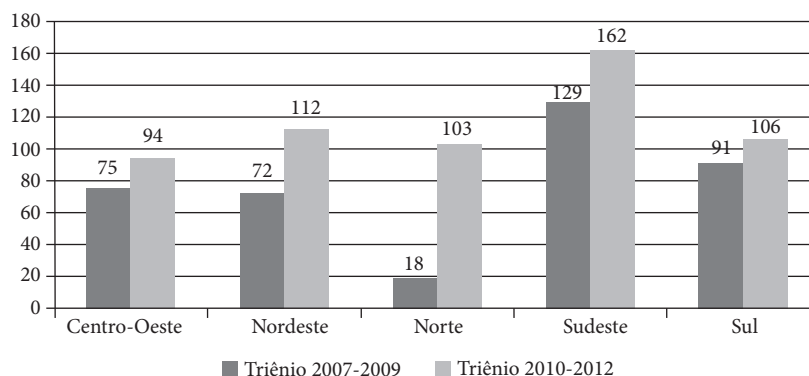


Gráfico 16 Comparação do total de produção de artigos (A1, A2, B1) por triênios (2007-2009 e 2010-2012).

Quando se analisa a produção de artigos publicados em extratos superiores (A1, A2 e B1), nos dois últimos triênios, levando-se em conta o ano de criação dos PPG, é possível perceber que os programas novos tiveram um crescimento significativo no último triênio analisado.

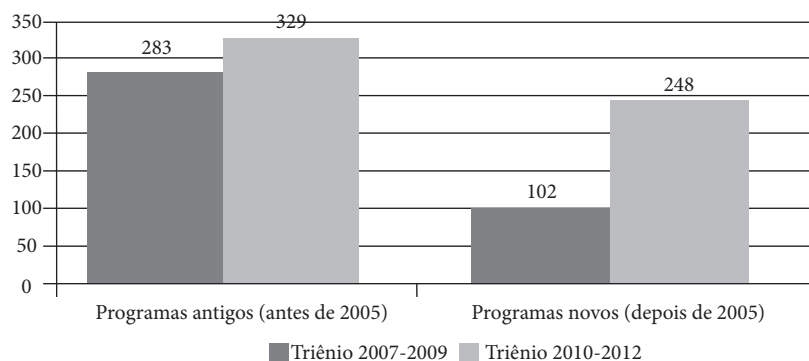


Gráfico 17 Produção de artigos (A1, B1, B2) – comparação com programas antigos e novos, por triênios (2007-2009 e 2010-2012).

O Gráfico 18 também ressalta o crescimento da região Norte na produção de artigos no último triênio analisado; as outras regiões que apresentaram uma tendência de crescimento foram o Sudeste e o Nordeste.

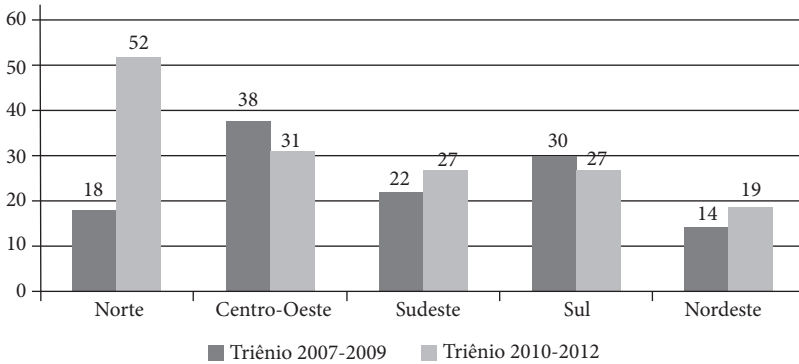


Gráfico 18 Comparação da média de artigos por região, por triênios (2007-2009 e 2010-2012).

Quando analisamos os dados referentes aos artigos A1, B1 e B2 por PPGA, considerando os dois últimos triênios, é possível notar que a tendência geral dos programas é de crescimento, com exceção da UFSC e da UFF. Ressalta-se também que a produção da USP se destaca positivamente em relação aos demais programas.

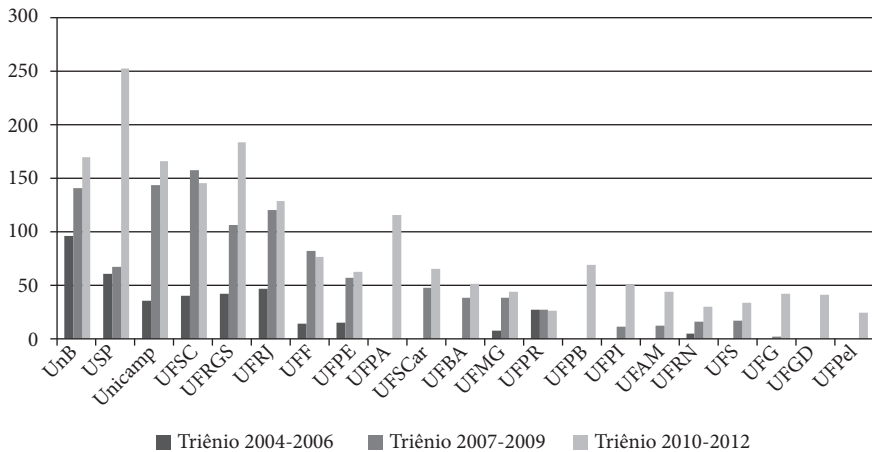


Gráfico 19 Produção do total de artigos segundo PPGA e triênios (2004-2006, 2007-2009 e 2010-2012).

Quando analisamos a produção de artigos A1 e A2 (Gráfico 20), os destaques positivos são os programas da UnB e USP, que são bem superiores aos demais PPGA. Os programas que reduziram a produção no último triênio foram da UFRJ e da UFSC.

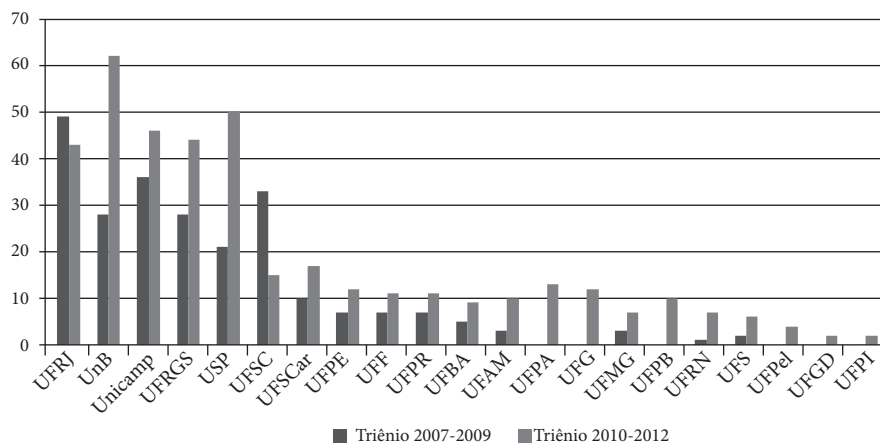


Gráfico 20 Produção de artigos A1 e A2, segundo PPGA e triênios (2007-2009 e 2010-2012).

Quando analisamos a produção de artigos B1 e B2 (Gráfico 21), os destaques positivos são os programas da UFRGS e UFSC, que são bem superiores aos demais PPGA. Os programas que reduziram a produção no último triênio foram da UnB e da UFF.

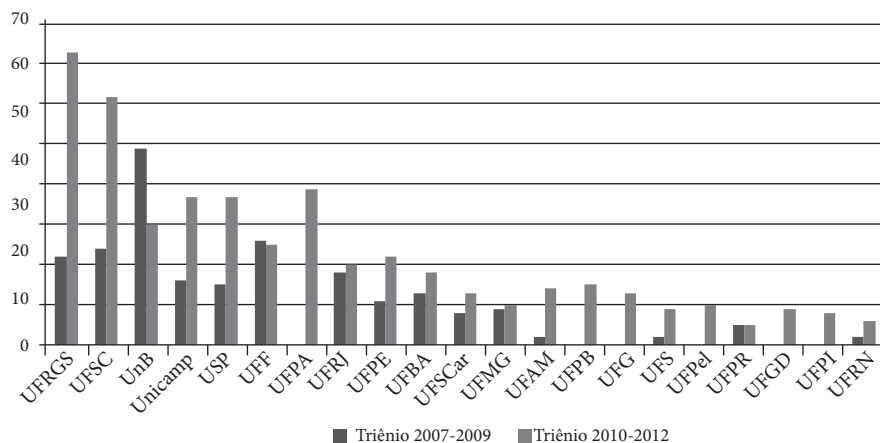


Gráfico 21 Produção de artigos B1 e B2, segundo PPGA e triênios (2007-2009 e 2010-2012).

Quando analisamos a produção de artigos B3, B4 e B5 (Gráfico 22), o programa da USP apresenta um crescimento significativo de publicações neste estrato nos triênios analisados.

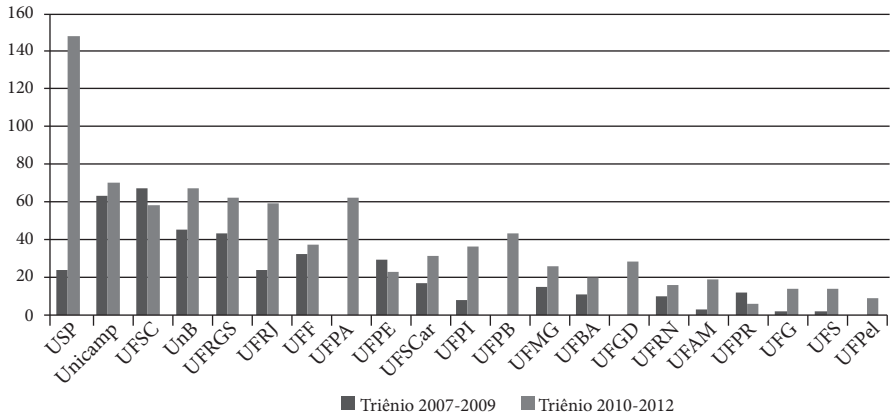


Gráfico 22 Produção de artigos B3, B4 e B5, segundo PPGA e triênios (2007-2009 e 2010-2012).

Os gráficos 23 e 24 apresentam uma comparação entre a produção de artigos e os PPGA quanto à nota de avaliação. Quando se analisa o total de artigos, como era de se esperar, os programas com nota 7 contabilizaram a maior quantidade, em especial, em relação aos artigos A1 e A2. Porém, quando analisamos a média de publicações, os programas com nota 6 apresentam um resultado superior. Salienta-se também que a média dos programas nota 4 é pouco superior à dos programas nota 3.

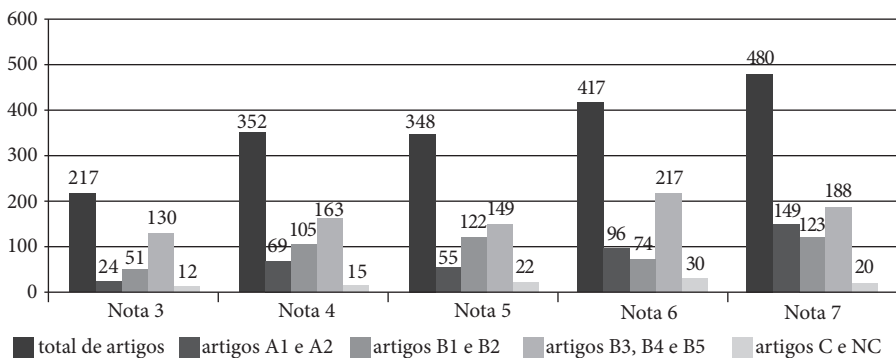


Gráfico 23 Comparação do total de artigos publicados, no triênio de 2010-2012, segundo classificação Qualis e nota dos PPGA.

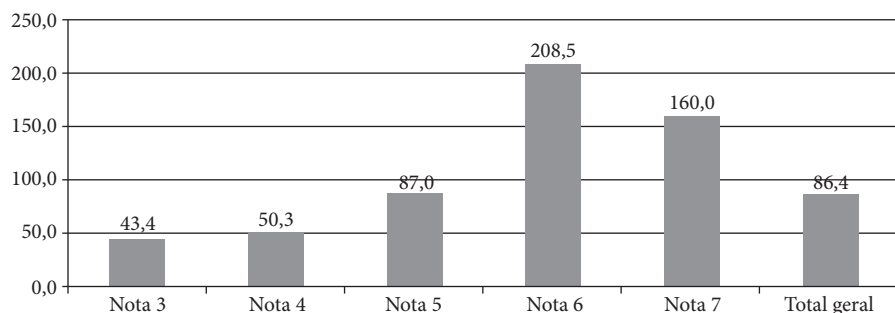


Gráfico 24 Média do total de artigos em relação aos PPGA, conforme as notas de avaliação, no triênio de 2010-2012.

A distribuição da média total de artigos (Gráfico 24) entre os programas indica que os programas nota 6 apresentam um resultado mais destacado, sendo superior inclusive aos programas nota 7. Os programas nota 5 apresentaram uma média que corresponde à metade dos programas nota 7. Os programas nota 3 e 4 apresentaram um resultado inferior à média geral.

A publicação de artigos em periódicos de estrato superior revela o esforço dos programas de assegurar a qualidade da produção acadêmica no crescimento da área.

FINANCIAMENTOS: FOMENTOS E BOLSAS – ALGUNS DADOS

As principais agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação do país são a Capes e o CNPq, que há décadas atuam na implantação, consolidação e expansão da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, em especial no que se refere ao planejamento e à implantação de novos programas, à concessão de auxílios para realização de atividades e projetos, à disponibilização de bolsas de estudo aos discentes e docentes e também através da elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação. Há que se destacar também o papel das FAP estaduais e da Finep, que muito tem colaborado nesse processo de expansão.

No entanto, é preciso destacar que o país tem apresentado uma descontinuidade desses investimentos, o que compromete a sua eficácia, já que se trata de investimentos de longo prazo. A constante mudança das normas de financiamento faz com que o sistema não atinja os objetivos. Outro problema grave é a falta de transparência dos recursos e critérios utilizados na sua distribuição.

Salienta-se que a análise dos valores de fomento distribuídos aos programas foi seriamente prejudicada pela falta de informação, já que os próprios PPGA não

forneceram os dados sobre os recursos disponíveis. Consequentemente não foi possível aprofundar as análises, impedindo qualquer tipo de comparação entre os dados. Porém, considerando que o princípio da transparência acerca de verbas públicas deve prevalecer, optou-se por descrever, sucintamente, os valores que foram informados.

Embora a forma descentralizada de repasse de recursos diretamente aos docentes pelas agências seja um elemento positivo, é sabido que resulta negativamente na ausência de informações para as coordenações de programas, que raramente têm total conhecimento acerca dos valores recebidos pela instituição. Aliás, vale registrar que nem mesmo as Pró-Reitorias tinham conhecimento pleno dos valores repassados pela Capes, no caso dos programas notas 6 e 7, o que somente passou a ocorrer em 2017.

Há várias hipóteses possíveis para essa opacidade, que fogem ao escopo desta discussão. Interessa-nos principalmente registrar que as consequências desse processo impedem qualquer discussão mais substantiva acerca do planejamento de investimento em ciência e tecnologia, já que se fala muito na ausência de recursos, quando pouco se sabe sobre os recursos disponíveis e seus critérios de distribuição.

Em relação aos dados disponíveis na pesquisa, destaca-se que a UnB e a USP foram as duas únicas instituições que forneceram informações da Capes para todos os anos, de 2004 a 2012, e a UFAM desde 2008, ano seguinte à sua criação. A UFRJ apresentou os maiores valores de fomento, pois informou os valores recebidos por todas as agências e não só aqueles recebidos pela Capes. Os outros programas que também informaram valores de outras agências foram UFAM, UFPR e UnB. Somente a UFAM descreveu valores de fomentos advindos do CNPq.

Já os programas que não forneceram informações sobre fomento foram UFBA, UFG, UFGD, UFPA, UFPE, UFPel, UFPI, UFRGS, UFRN, UFS, UFSCar e Unicamp.

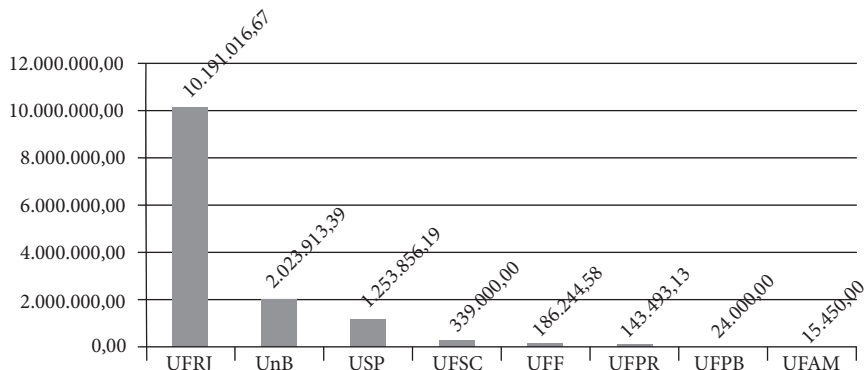


Gráfico 25 Valores totais de fomento segundo PPGA – em reais – (Capes, CNPq e outras agências) – 2004 a 2012.

A forma de apresentação de dados sobre gastos públicos no Portal da Transparência, gerido pelo governo federal, infelizmente não possibilita uma análise mais detalhada. O MCTI desenvolveu a Plataforma Aquarius, com o objetivo de dar mais acessibilidade aos dados públicos do CNPq, mas infelizmente também há limitações no sistema de consultas, fato que não possibilita muitos filtros de dados.

Tabela 6 Valores pagos por área do conhecimento (Ciências Humanas) – as dez áreas do conhecimento com maiores dispêndios com bolsas – 2004 a 2012.

Área do conhecimento	Valor total pago (em milhões de R\$)
Educação	282,37
Psicologia	213,67
História	174,62
Sociologia	157,20
Antropologia	96,60
Filosofia	79,91
Geografia	71,05
Ciência Política	64,14
Arqueologia	23,03
Teologia	19,58

Fonte: Plataforma Aquarius, acesso em 22 ago. 2017.

A Tabela 6 apresenta o resultado dos valores pagos, em milhões de reais, contabilizando todos os tipos de bolsas do CNPq, já que o sistema não permite diferenciar bolsas de pós-graduação das demais. De todo modo, é relevante saber que a área de Antropologia foi a quinta na grande área de Ciências Humanas, no período de 2004 a 2012.

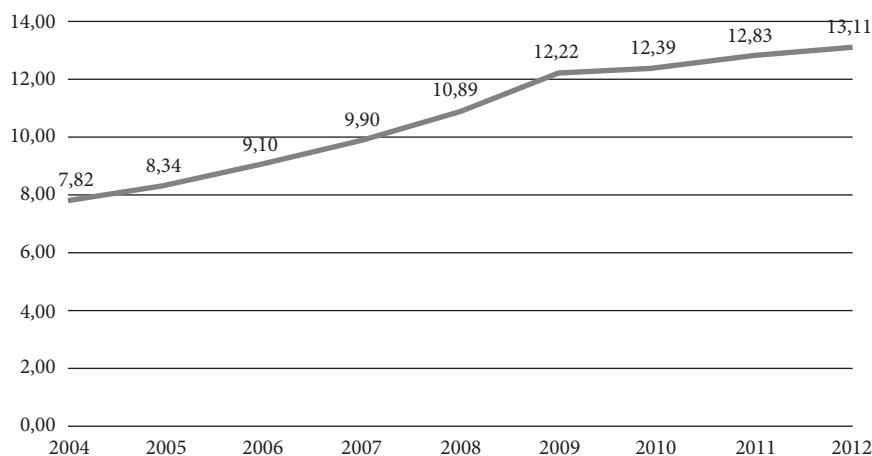


Gráfico 26 Valor total de bolsas CNPq (em milhões) – Antropologia (Ciências Humanas) – 2004-2012.

Fonte: Plataforma Aquarius, acesso em: 22 ago. 2017 – dados trabalhados pela autora.

Mesmo sem poder diferenciar as bolsas de pós-graduação, o Gráfico 26 apresenta um dado relevante para a identificação do cenário de expansão de investimentos ao longo do período de 2004 a 2012. Tal como analisado anteriormente, é possível identificar que a tendência de crescimento de valores gastos em bolsas na área de Antropologia apresenta um incremento significativo a partir de 2008, quando foi criado o Reuni, ratificando a ideia de que o período foi de expansão para os PPGA.

É preciso lembrar que essa tendência foi totalmente alterada a partir de 2014, quando o orçamento empenhado do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) foi de R\$ 7,3 bilhões, e no ano passado, 2017, o orçamento de custeio e investimento do MCTIC, foi de R\$ 3,2 bilhões³³. Esse corte já é efeito da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os gastos públicos em vinte anos, com impacto direto na educação, ciência e tecnologia.

O impacto dos cortes vem sendo denunciado pelas entidades científicas e pelas representações discentes e docentes como um risco não apenas à continuidade das pesquisas ou à redução de estudantes pós-graduados formados, mas principalmente como um risco ao funcionamento das instituições, por falta de condições mínimas de trabalho ou manutenção de equipamentos. Infelizmente essa política de cortes atingiu de maneira brutal o Museu Nacional, incendiado em 2 de setembro de 2018, afetando brutalmente um dos primeiros centros de produção de pesquisas da Antropologia, cujas consequências ainda não podem ser estimadas.

33 Veja <<http://revistaspesquisa.fapesp.br/2017/06/19/financiamento-em-crise/>>, acesso em: 01 out. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A limitação dos dados disponíveis a respeito dos investimentos financeiros em políticas públicas voltadas para a pós-graduação impossibilita que se analise com profundidade o impacto que os planos vigentes no período tiveram na redução das diferenças regionais. Todavia é possível considerar que os dados apontam um crescimento do número de docentes e discentes na pós-graduação e no valor nos investimentos efetuados em bolsas pelas agências de fomento em todo país. Tal crescimento não alterou o cenário de uma maior concentração de investimentos públicos onde já existia uma consolidada concentração de recursos humanos qualificados e de infraestrutura, que é a região Sudeste, caracterizado por uma “tendência de políticas públicas de canalizar parte significativa dos investimentos nos grupos mais consolidados” (BRASIL, 2005:47).

A expansão dos PPGA no período de 2004 a 2012 possibilitou o crescimento de grupos emergentes, o que representou uma diminuição do *gap* de cursos fora do eixo Sudeste-Sul, o que certamente contribuiu para transformar o campo de pesquisa e formação de recursos humanos na área. Todavia, a descontinuidade das políticas públicas de educação, ciência e tecnologia não permite imaginar que o cenário dos próximos anos siga sendo de expansão. Mesmo sem analisar os dados após 2012, os cortes nos orçamentos das agências de fomento nos anos de 2016 e 2017 indicam que a queda de investimento pode acirrar as assimetrias e inviabilizar o funcionamento dos cursos em áreas que não são consideradas estratégicas.

O efeito Mateus, de que falamos anteriormente, também afeta a distribuição de verbas entre os campos de conhecimento. Assim, a queda nos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação, que sofreu um novo corte – desta vez, de 44% – em seu orçamento previsto para o ano de 2018, afeta de forma direta as Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (CHSSA), que mais sofrem por um desprestígio em relação aos demais campos das ciências³⁴.

Uma mudança na forma de divulgação de dados das agências de fomento, a partir da ampliação do acesso a novas tecnologias digitais, poderia contribuir para aprimorar a implementação de centros de pesquisa em todas as regiões do país, mesmo em tempos de crise político-econômica.

A opacidade atual impede o desenvolvimento de uma discussão mais universal sobre os critérios que deveriam embasar a construção de políticas institucionais de ciência e tecnologia, que ajude a superar a antiga oposição ciências duras *versus*

34 Em 2014, menos de 20% do investimento em bolsas de pós-graduação por parte do CNPq foi destinado às CHSSA. Veja <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ensino-de-ciencias-no-brasil-e-cortes-nas-humanidades-sao-discutidos-na-reuniao-da-sbpc>>, acesso em: 01 out. 2018.

humanidades, bem como complexificar o debate sobre os seus efeitos quanto ao desenvolvimento econômico e à inovação.

Os limites à construção de políticas públicas voltadas à ciência não estão apenas vinculados aos investimentos financeiros em pesquisadores e centros de pesquisa. Isso é fundamental, mas não é suficiente. É urgente que se discuta como as estruturas burocráticas acabam por travar qualquer estímulo à pesquisa no Brasil. A gestão dos projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional e de inovação demanda um tempo enorme da força de trabalho dos pesquisadores, que não possuem a devida capacitação, nem contam com uma infraestrutura e recursos humanos capacitados nas instituições. Além disso, os procedimentos de controle da gestão desses recursos não são transparentes, resultando em ações inquisitoriais e punitivas altamente prejudiciais à boa gestão de projetos de pesquisa.

Em agosto de 2017 foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados, um projeto que altera leis relacionadas à área de Ciência, Tecnologia e Inovação com o objetivo de diminuir a burocracia e simplificar as relações entre instituições de ensino superior e fundações de apoio à pesquisa. O debate foi motivado pela necessidade de acelerar a inovação tecnológica e a criação de empresas no país. O projeto é de autoria do deputado Celso Pansera (PMDB/RJ), que o apresenta como resultado de uma demanda das fundações que apoiam as universidades, com foco na criação de um regime jurídico diferenciado, já que a atividade de pesquisa e inovação não poderia ser tratada da mesma forma que se trata a prestação de contas de recursos destinados à gestão de outros serviços públicos.

Embora não tenha resultado ainda em mudanças na prática, o reconhecimento de que a lógica da burocracia exercida pelos órgãos de controle revela como as práticas vigentes são incompatíveis com as tentativas de fazer com que o país efetivamente participe da comunidade científica e se integre aos padrões internacionais de produção do conhecimento.

A existência de regras genéricas, desenvolvidas como um mecanismo de proteção contra o favoritismo, resulta na inadequação da diversidade de instituições e situações de pesquisa, em conformidade com os contextos locais. Consequentemente, é comum que sejam acionados “jeitinhos” para se ajustar as prestações de contas ao modelo do “one-fits-all” (um tamanho veste todos), tão característico da burocracia brasileira.

A centralização das decisões dos tecnocratas é outro problema que revela, muitas vezes, o desconhecimento dos distintos modos de fazer pesquisa na prática. Para corrigir esses “erros” é comum que se criem novas regras, sem abandonar as anteriores, ampliando-se mais ainda as dificuldades de uso dos recursos e prestação

de contas³⁵. Não é difícil encontrar um pesquisador que já não tenha passado por uma situação “complexa” na gestão de projetos de pesquisa...

Para controlar essas não conformidades, tratadas todas como “casos de corrupção”, são reforçadas as políticas de controle, num círculo vicioso que não questiona se essas políticas podem resultar em alguma eficiência de gestão. Ao contrário, ao focarem a atenção dos servidores para o cumprimento de um excessivo número de normas burocráticas, e não para os resultados, perde-se em eficiência. Esse círculo vicioso ignora que os projetos de pesquisa requerem flexibilidades que são incompatíveis com a visão burocrática.

A produção do conhecimento se construiu miticamente como uma atividade livre de regras, tal qual a produção artística, sem preocupação com a sua aplicabilidade. Esse espírito está bem longe da prática de financiamento de ciência e tecnologia no país, cuja valorização excessiva das regras e procedimentos administrativos faz com que a padronização seja a prioridade em detrimento da criatividade.

É preciso enfrentar esse modo de gestão de projetos de pesquisa no Brasil a fim de se transformar a relação com os órgãos responsáveis pelo financiamento da pós-graduação e pelo controle da gestão pública. Sem isso de nada adiantará se falar em aplicação de recursos, porque a situação de concentração não será alterada. Ainda há muito a ser feito para que o modelo vigente se aprimore e se torne mais democrático.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, L. H. A pós-graduação em educação no Brasil e o Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG – 2005-2010: leituras sobre o modelo de desenvolvimento, avaliação, sustentabilidade e impacto local. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 1, n. 2, p. 1-8, 2006.

BARBOSA, A. S. Implicações éticas do efeito Mateus na ciência. *Mediações*, Londrina, v. 21, n. 1, p. 286-316, jul./dez. 2016.

35 Como ilustração do apego ao formalismo, relato um caso de prestação de contas de uma viagem internacional, a convite de um órgão público argentino, em contraste com o modo brasileiro de prestar contas. Ao chegar à instituição, entreguei o comprovante de bilhete de vinda e imediatamente perguntei para qual e-mail deveria enviar o comprovante do bilhete quando voltasse ao Brasil. A funcionária me olha espantada e diz não entender a pergunta. Imaginando que o problema pudesse ser a língua, tento me explicar novamente, ao que ela responde que não havia nenhuma necessidade de comprovante de volta, já que se eu estava lá era “óbvio” que eu iria voltar. Importava comprovar que a viagem tinha acontecido. Se eu voltasse a pé para o Rio seria problema meu... A obviedade em contraste com a naturalização da suspeição, nesse caso, é reveladora dos distintos modos de se pensar os usos dos recursos públicos por aqui. Quem já ficou preso no SCDP sabe muito bem do que estou falando...

BARRETO, F. C. S.; DOMINGUES, I. O PNPG 2011-2020: os desafios do país e o sistema nacional de pós-graduação. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 17-53, 2012.

BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010*. Brasília: Capes, 2005.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020*. Brasília: Capes, 2010.

FONSECA, C. Avaliação dos Programas de Pós-Graduação: do ponto de vista de um nativo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 261-275, dez. 2001.

FRANÇA, I. A. Avaliação da Capes e gestão de programa de excelência na área de educação. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FREITAS, L. A. N. *Análise do uso do recurso PROAP/Capes nos Programas de Pós-Graduação em Química e Física da UFES no período de 2010 a 2012*. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

HOSTINS, R. C. L. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan./jun. 2006.

MERTON, R. K. El efecto Mateo en la ciencia. In: _____. *La Sociologia de la Ciencia 2*. Madri: Alianza Editorial SA, 1977.

MOREIRA, A. F. A cultura da performatividade e a avaliação da pós-graduação em educação no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 23-42, dez. 2009.

SCREMIN, G.; AIMI, D. S. Qualidade na Educação Superior: Conceitos e Visões. *Políticas Educativas*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 91-103, dez. 2008.

SEYFERTH, G. O papel do financiamento e da avaliação na constituição do campo disciplinar. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 93-116.

SHORE, C.; WRIGHT, S. Audit culture and anthropology: neo-liberalism in British higher education. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 5, p. 557-575, 1999.

SILVA, A. F. *O REUNI entre a expansão e a reestruturação: uma abordagem da dimensão acadêmico-curricular*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

STRATHERN, M. Improving ratings: audit in the British University system. *European Review*, v. 5, n. 3, p. 305-321, 1997.

6

FORMAÇÃO, ENSINO E REPRODUÇÃO NOS PROGRAMAS DE ANTROPOLOGIA

Wilson Trajano Filho

A dinâmica de reprodução do campo antropológico no Brasil é o tema deste texto. Vou tratá-lo examinando os dados referentes à composição do corpo docente e sua produção intelectual, à dinâmica da formação dos estudantes, às instâncias conferidoras de prestígio e ao desenvolvimento e consolidação das linhas de pesquisa nos 21 programas de pós-graduação em antropologia existentes no país no período da pesquisa (2004 a 2012). De partida noto que a dinâmica do campo é ela mesma o maior obstáculo para a análise. O número de instituições voltadas para a formação pós-graduada em antropologia e a composição de cada uma delas mudaram substancialmente desde 2012. Isto faz com que haja uma ligeira defasagem entre os dados coletados pela coordenação do projeto e o quadro atual de muitos programas, que perderam ou ganharam pesquisadores desde 2012, iniciaram ou encerraram linhas de pesquisa, mudaram os seus regimentos no que se refere ao regime didático e criaram doutorados onde só existiam mestrados. Uma imprecisão na definição das regras de funcionamento dos programas (número de disciplinas obrigatórias e eletivas, créditos relativos a tais disciplinas, definição das chamadas atividades extracurriculares) e uma relativa falta de padronização entre os seus regimentos (por exemplo, relação entre crédito e hora-aula) forneceram dificuldades adicionais. A própria dimensão dos números tratados, que é grande o bastante para tornar impossível uma análise puramente qualitativa e pequena demais para a aplicação generalizada do método estatístico, também mereceu o cuidado do analista. Por fim, deixo sem exame o provável impacto que a crise política dos quatro últimos anos teve sobre o funcionamento da pós-graduação, especialmente no que respeita ao encolhimento acentuado dos recursos para o financiamento à pesquisa oriundos das agências governamentais.

Quero com esta análise da dinâmica do campo disciplinar esboçar algumas respostas ou sugerir direções a serem seguidas para uma série de indagações. Em que medida os vários programas têm uma cara própria, uma autoimagem que os

diferencia dos outros e é por eles diferenciada? Quais seriam os elementos que contribuiriam para a construção dessas identidades? Qual a importância das instituições de legitimação (por exemplo, os prêmios e honrarias acadêmicas, as avaliações quadrienais, as estatísticas de citações e fatores de impacto e a participação nos principais encontros promovidos por instituições disciplinares) na constituição da dinâmica disciplinar, na elaboração de estratégias de reprodução dos programas e na dominância de certas tradições antropológicas *vis-à-vis* outras? Em que medida caminhos não normativos, não previstos institucionalmente, como atitudes iconoclastas e/ou radicais, uma postura crítica permanente e uma perspectiva de resistência, têm tido êxito nos processos de reprodução dos grupos que compõem o campo disciplinar, revelando-se, por vezes, conservadores no jogo de criação, consolidação e manutenção das desigualdades ou diferenças? O que se pesquisa hoje na antropologia brasileira e como o leque das temáticas pesquisadas tem variado ao longo do tempo¹?

Apresento a seguir os contornos gerais do campo e explico algumas imprecisões nos números. A coordenação do projeto coletou dados junto aos programas referentes ao período de 2004 a 2012. Ao término desse período, havia 21 mestrados e 12 doutorados em antropologia no Brasil. Em 2004, início do período coberto pela pesquisa, o quadro era bastante diferente. Havia apenas 11 programas, sendo que um (o mestrado profissional da Universidade Católica de Goiás) encerrou definitivamente as suas atividades e outro (o da UFPA) fez uma pausa temporária, para reabrir, muito transformado, em 2010. O quadro atual é ligeiramente diferente do de 2012, devendo ser agregados os cursos de mestrado da UFMT, UFMS, UFAL, UFC/Unilab e UFRR e os de doutorado da UFRN, UFMG e UFPe².

Nota-se, a partir desses dados, que a área passou por mudanças substanciais, mais do que duplicando o número de programas. Isto teve como consequência óbvia o aumento dos egressos mestres e doutores e de docentes-pesquisadores (permanentes, colaboradores, visitantes, bolsistas pós-doutorais). Segundo a primeira pesquisa realizada sobre o campo da antropologia (TRAJANO FILHO; RIBEIRO, 2004), entre 1992 e 2001 saíram 688 mestres e 199 doutores dos programas de antropologia brasileiros. Entre 2004 e 2012, o número de egressos foi de 1.262 mestres e 511 doutores. Houve, portanto, uma ampliação notável na formação de antropólogos: de 83% entre os mestres e de 156% entre os doutores. O número de profes-

1 Essas indagações não são novas. Elas já foram anteriormente levantadas por esse mesmo autor em outra ocasião (TRAJANO FILHO; MARTINS, 2004) e por outros colegas (MONTERO, 2004; DEBERT, 2004; OLIVEN, 2004).

2 Assim como aconteceu com a pesquisa original sobre o campo da antropologia no período 1992-2001, esta também não cobre os programas mistos em que atuam antropólogos, como é o caso, entre tantos, dos programas do IFCS/UFRRJ, da UERJ, e da UFMA.

sores-pesquisadores cresceu num ritmo ainda mais intenso. Em 2001, havia 125 docentes permanentes nos programas (FRY, 2004:231). Isto mudou substancialmente, apesar da imprecisão dos números, consequência da intensa dinâmica experimentada pela área. Segundo os dados fornecidos pela coordenação do projeto, no primeiro triênio da pesquisa (2004-2006), havia 246 professores (crescimento de 96,8%) em 15 programas. No último triênio (2010-2012), o número subiu para 368 docentes em 21 instituições (194,4% a mais do que em 2001)³. Por causa da dinâmica intensa que pode gerar interpretações confusas, busquei junto aos 26 programas existentes no final de 2017 informações sobre os seus professores-pesquisadores, e o número encontrado, referindo exclusivamente aos docentes permanentes, foi de 392, o que significa um crescimento de 213,6% relativo a 2001.

QUANTOS E QUEM SOMOS

Comparando os dados da pesquisa anterior com a de agora, observam-se mudanças no perfil dos docentes. Dos 125 professores que atuavam na pós-graduação em 2001, 47 obtiveram doutorado no exterior. Predominava, então, a formação nos Estados Unidos, de onde saíram 19 doutores, seguidos pela França, com 14 professores, e a Inglaterra, com 10. Aparentemente, esse quadro se modificou bastante. A pesquisa atual revela que no triênio 2004-2006 eram 64 os docentes formados fora do Brasil, passando para 95 no período 2010-2012. Os dados por mim coligidos, referentes ao momento presente, mostram que no final de 2017 havia 91 professores com doutorados obtidos no exterior.

O crescimento da formação doutoral fora do país merece um dedo de pensamento. Primeiramente, porque os números absolutos escondem uma tendência cristalina. Segundo, porque as origens predominantes da formação no estrangeiro mudaram ligeiramente e numa direção curiosa, creio eu. Terceiro, porque entraram em cena outras estratégias de formação e de diálogo com o exterior. Os gráficos 1 e 2 ilustram de maneira sucinta os argumentos que se seguem. Por trás do aumento do número de docentes formados fora do Brasil, há, na realidade, uma tendência declinante, pois tal crescimento é menor do que o do número total de professores. Se em 2001 os 47 professores com doutorados fora do país representavam 40,4%

3 Esses números são bastante imprecisos. Minha intuição sugere que eles incorporam todos os docentes dos programas (permanentes, colaboradores, aposentados, visitantes...). Só isto explica os 30 docentes elencados no PPGAS/UnB no período 2004-2006. Apesar da imprecisão, chamo a atenção para o fato de que 368 professores formarem 511 doutores em nove anos é algo que demanda uma reflexão crítica urgente. Se achamos que isto está bem, é sinal de que nossa régua está muito baixa, conclusão que será repetida com respeito a outros tópicos.

do quadro docente, em 2006 os doutoramentos no exterior representavam 26%. Em 2012 houve uma ligeira redução desse percentual, que passou a ser de 25,8%. No final de 2017 a tendência ao encolhimento se confirma com uma nova redução. Dos 392 professores abrigados nos 26 programas de pós-graduação, somente 23,2% tinham seus doutorados fora do Brasil.

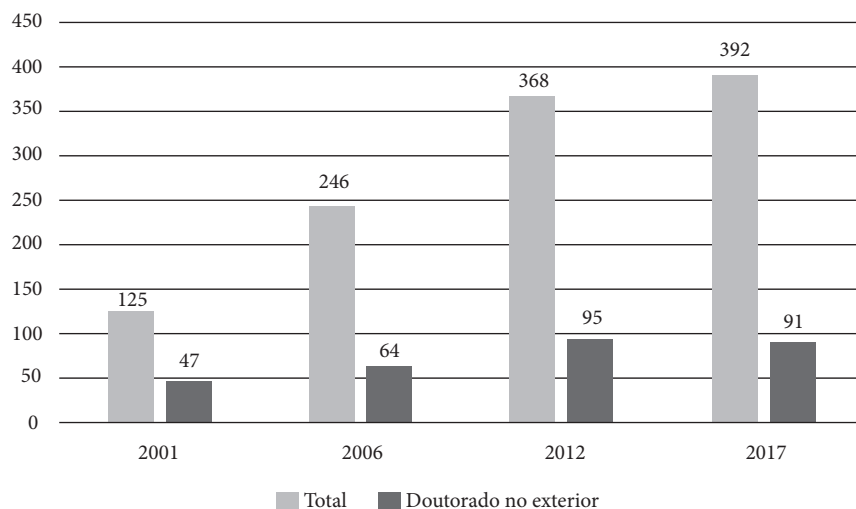


Gráfico 1 Evolução do corpo docente.

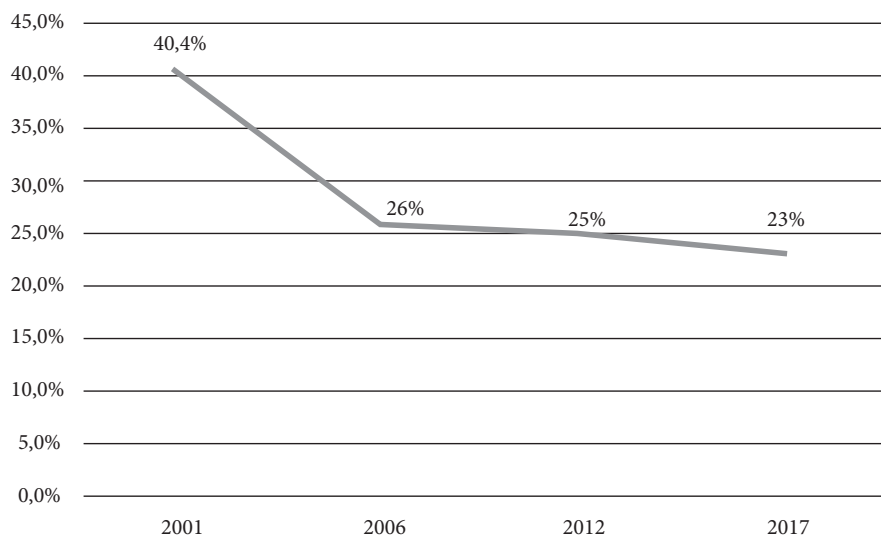


Gráfico 2 Evolução da formação no exterior (%).

Os principais países de formação continuam os mesmos, mas houve uma ligeira e curiosa alteração neste quadro. Atualmente, a principal origem dos doutoramentos no exterior é a França, com 31 docentes (34,1%), que ultrapassou os Estados Unidos, de onde atualmente vêm 29 docentes (31,8%), contra os 40,4% de 2001. Comparando com os dados de 2001, nota-se uma diminuição da hegemonia norte-americana, uma diversificação das fontes de formação no exterior e um ligeiro predomínio da formação na França num momento em que o prestígio global da antropologia francesa já não é o mesmo de décadas atrás. Não especularei sobre as possíveis razões dessas alterações, mas ficam elas anotadas aqui, caso alguém queira examinar isto no futuro⁴. Vale notar ainda que cresceu vigorosamente o número de “bolsas sanduíches” e de estágios pós-doutorais no exterior nos últimos 20 anos. Estas são formas de complementação da formação e de intensificação do diálogo com pesquisadores estrangeiros que substituíram parcialmente os caros e longos doutoramentos fora do país, especialmente os feitos nas universidades de elite dos Estados Unidos, cujas taxas e mensalidades podem ir além dos 55 mil dólares anuais.

Houve também uma ligeira mudança nos programas que lideram a formação no exterior. Os que mais abrigavam docentes com doutorados no exterior em 2001 eram os da UFPE, UFRGS e UnB. Os dois primeiros continuavam a liderar a formação no estrangeiro em 2012, a UFPE com 57,8% do corpo docente e UFRGS com 52,6%. A UnB sai de cena neste quesito e entram os programas da UFSC e da UFBA, com 51,8% e 44,4%, respectivamente.

O polo oposto a essa exogenia extrema é o da endogenia. Essa já era uma característica do campo disciplinar, apontada por Oliven (2004:217-218). Em 2001, quase 85% dos docentes da USP tinham se doutorado nela mesma. Mais de 60% dos professores da UFRJ/MN ali obtiveram seus diplomas. Além disto, havia também uma endogenia secundária pela qual os docentes de um programa vinham de universidades do mesmo estado ou região. Tais eram os casos da UFF, em que mais da metade (54,5%) de seus professores se doutoraram na UFRJ, e da Unicamp, com 57% do seu corpo docente titulado pela USP. Atualmente, essa característica se acentuou, concomitantemente com a diminuição da exogenia extremada. No final de 2017, momento em que o texto é escrito, 81% dos professores da UFRJ/MN eram titulados pela mesma instituição. O mesmo se aplica a 62% dos docentes da USP e a 53% dos da UnB, que deixou de ser caracterizada pela exogenia e se alinha à tendência geral do campo. E como casos de endogenia secundária, temos a UFSCar, com 69% dos professores saídos da USP e Unicamp, a UFF, com 62%

4 Uma nota de cautela se faz necessária. A distribuição dos lugares da formação doutoral no exterior não deve ser superestimada. Estamos aqui lidando com pequenos números, cuja flutuação, por menor que seja, pode ter grande impacto em termos percentuais.

de seu corpo docente titulado pela própria UFF e pela UFRJ, a Unicamp, com 59% oriundos de Campinas e São Paulo, e a UFPel, em que 33% dos pesquisadores são titulados pela UFRGS. Um pouco mais distante, mas seguindo a mesma lógica, a UFG tem 75% do seu quadro permanente vindo da USP e UnB, e a UFPR, 57% dos doutorados provenientes de Brasília e São Paulo.

Não são imediatamente transparentes as razões dessa crescente e duradoura tendência à endogenia. Entre as causas possíveis, elenco a antiguidade dos programas da USP, UFRJ, UnB e, em menor grau, Unicamp. Estes são os programas que formam a maioria dos docentes que atuam na pós-graduação em antropologia por também serem os mais antigos. Juntamente com a antiguidade, uma outra causa possível e complementar pode ter a ver com prestígio e legitimidade. Estes quatro programas estavam, no período da pesquisa, no topo do sistema de avaliação. Milita contra esse argumento a ausência da UFRGS na lista, já que ela era, à época da pesquisa, detentora da segunda nota mais alta da Capes. Vale notar, contudo, que os doutores formados pela UFRGS estão gradualmente ocupando posições nas outras instituições. Além da UFPel, eles também estão presentes na UFPB, UFSE, UFSC, UFAL e UnB, entre outros. É de se esperar que cresça nos próximos anos a participação de egressos da UFRGS em outros centros de pós-graduação. Interessante será averiguar se a endogenia, hoje baixa nesse programa, se manterá nos mesmos níveis atuais ou se ali também prevalecerá a tendência geral que caracteriza o campo.

O indício a sugerir que a antiguidade não é a única causa da endogenia vem da análise dos dados referentes à circulação regional, isto é, a relação entre a região da instituição em que o docente atua e a região em que obteve o seu doutorado. É interessante notar que os egressos dos programas do Sudeste, onde estão os cursos mais antigos, atuavam em 2006 em todo o país, o mesmo não se aplicando aos docentes com doutoramentos em outras regiões. O quadro se modificou ligeiramente no período 2010-2012, com doutores formados no Centro-Oeste lecionando em todas as regiões do Brasil, incluindo o Sudeste (ver Tabela 3). Creio que juntamente com a antiguidade, as instâncias de avaliação e o prestígio que delas resultam devem entrar em cena para dar inteligibilidade à dinâmica de circulação docente. Não é só à região (aqui equivalente à antiguidade) que devemos nos ater, mas também à avaliação e ao prestígio dos programas. Não é o Centro-Oeste que produz doutores que irão lecionar em todas as regiões do país e nem todos os programas do Sudeste formam pesquisadores que irão circular por todo o Brasil. É o programa da UnB, no topo das avaliações da Capes, baseado no Centro-Oeste, que forma doutores que atuam em todas as regiões. Os egressos dos programas do Sudeste que são um pouco mais novos e que não estão no topo das avaliações têm uma circulação de menor âmbito.

Tabela 1 Região do programa versus região do doutorado (2010-2012).

Região	Região de doutorado					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Exterior	
Centro-Oeste	20	0	23	5	11	59
Nordeste	3	12	43	11	30	99
Norte	1	0	23	5	10	39
Sudeste	1	0	74	0	16	91
Sul	4	0	30	18	28	80
Total	29	12	193	39	95	368

Como já foi apontado, a diminuição da frequência relativa de formação no exterior se explica em parte pelo crescimento da oferta de doutores formados no Brasil, pela diminuição das bolsas de doutorado no estrangeiro desde os anos 1980 e pela implementação das chamadas “bolsas sanduíches”. A crise econômica dos anos 1980 e 1990, associada ao sucesso da pós-graduação no país, produziu uma política de substituição das importações no plano acadêmico. Interessante é perguntar pela correlação entre a tendência declinante da formação no exterior e a crescente internacionalização da antropologia brasileira, pois essa relação inversamente proporcional não é compreensível imediatamente. Na realidade, ela nos faz questionar a produtividade das categorias com as quais pensamos a internacionalização, de modo a não tratá-las todas como se tivessem o mesmo peso. Comumente abordamos a internacionalização a partir de critérios como a formação fora do país, publicação de livros e artigos no exterior, participação em congressos e encontros científicos internacionais, presença de professores visitantes estrangeiros em nossos programas, participação de antropólogos baseados no Brasil como professores visitantes em instituições do exterior e formação de mestres e doutores estrangeiros no Brasil⁵. Refletindo sobre os dados fornecidos pela coordenação do projeto, percebemos que tais critérios têm pesos diferentes ou se devem a dinâmicas que operam em ritmos diferentes⁶.

A REPRODUÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Os antropólogos baseados em instituições de ensino e pesquisa no Brasil publicaram 194 livros e capítulos de livro e 203 artigos no exterior entre 1996 e 2001. No período coberto pela pesquisa de agora, foram publicados 596 peças do primeiro

5 Essas foram as principais categorias usadas por Fry (2004) para refletir sobre a internacionalização da antropologia brasileira.

6 Ver o texto de Gustavo L. Ribeiro nesta coletânea, que aborda com riqueza de detalhes o tema da internacionalização.

tipo e 368 artigos fora do Brasil (ver Tabela 2)⁷. Ressalte-se que esse crescimento da produção de livros e capítulos de livro no exterior (207%) é ligeiramente maior do que o crescimento do corpo docente (194%) no mesmo período. Também vale ressaltar que a publicação de livros e capítulos no exterior representou 15,5% da produção total desse tipo de produto, sendo que os programas mais antigos foram os responsáveis por 74% da produção no exterior. Somados livros, capítulos e artigos publicados no exterior, a produção tem a seguinte distribuição no que toca aos locais de publicação: 33,5% na Europa continental, 29,6% nos Estados Unidos, 25,5% na América Latina, 8,9% na Inglaterra e 2,5% na Ásia e Oceania⁸.

Tabela 2 Publicação no exterior: artigos, livros e capítulos de livros.

Local de publicação	2004-2006		2007-2009		2010-2012	
Estados Unidos	35	16,9%	73	23,4%	178	40,0%
Europa e outras localidades	77	37,2%	106	34,0%	140	31,5%
América Latina (exceto Brasil)	67	32,4%	102	32,7%	77	17,3%
Grã-Bretanha	26	12,6%	26	8,3%	34	7,6%
Ásia/Oceania	2	1,0%	5	1,6%	16	3,6%
Total geral	207	100,0%	312	100,0%	445	100,0%

Os docentes dos programas brasileiros apresentaram 475 trabalhos no exterior entre 2004 e 2012, assim distribuídos geograficamente: 38,5% na Europa, 40,8% na América Latina, 14,5% nos Estados Unidos e Canadá, 3,4% na África e 2,7% na Ásia e Oceania (ver Tabela 5 e o texto de Patrice Schuch neste volume). Este número apresenta um desafio para a análise. Referindo-se a um período de nove anos, o total de trabalhos apresentados no exterior é menor do que os 689 trabalhos apontados por Fry (2004:238) para o período 1996-2002. Isto me parece mais problemático ainda porque entre 2001 e 2012 o número de programas praticamente dobrou e o de docentes cresceu 194,4%. Além disto, os anos do governo Lula foram o tempo de ouro, em que o financiamento federal à educação e à pós-graduação aumentou substancialmente. Desconfiando então dos dados trazidos pela coorde-

7 O número de artigos é uma extrapolação feita a partir da Tabela 2. A comparação da produção total no exterior entre os períodos cobertos pelas duas pesquisas não pode ir além dessa extrapolação devido à inexistência de dados sobre a publicação de artigos em revistas estrangeiras no período 2004-2012. Fry (2004: 236) calculava que a produção no exterior de livros, capítulos e artigos representava 20% da produção total. Se essa extrapolação se confirma, a produção total no exterior representa agora 18% da produção no país.

8 Os dados da pesquisa atual sobre internacionalização foram desagregados de maneira diferente dos da pesquisa anterior, de modo que nem sempre é possível fazer as devidas comparações. Não me foi possível analisar a evolução da produção no exterior segundo os locais de publicação. Além disto, é provável que tenha havido problemas nas informações que os programas enviaram para a coordenação do projeto, pois a publicação em países africanos não aparece. Eu mesmo publiquei no período um capítulo de livro no Senegal (TRAJANO FILHO, 2005) e conheço cerca de uma dezena de trabalhos de outros colegas publicados em países africanos.

nação, fiz um breve exame nos currículos de meus colegas de programa e verifiquei que docentes de um único programa apresentaram quase 300 trabalhos no exterior durante os nove anos cobertos pela pesquisa⁹.

Em outras palavras, penso que devemos tratar com reserva esta informação, também porque o seu esquadramento pode nos dar uma pista enganosa, que frequentemente acompanha os pequenos números¹⁰. Os detalhes não revelados pela Tabela 3 mostram que dos 196 trabalhos apresentados em países da América Latina, 92 foram na Argentina (mais do que os 69 trabalhos apresentados nos Estados Unidos e no Canadá) e 38, no México. Dos 183 trabalhos apresentados na Europa, 42 foram em Portugal, cuja comunidade antropológica é muito pequena (apesar de ter notável qualificação). É tentador concluir que neste período estaria acontecendo uma inflexão em nossas redes de diálogo internacional, que aos poucos deixa de se voltar exclusivamente para o *establishment* antropológico e passa a ter um formato descentrado, enfatizando as trocas inusitadas, fora do “circuito Elizabeth Arden”¹¹. Aqui provavelmente entram em cena as ilusões provocadas pelos pequenos números. Os 42 trabalhos apresentados em Portugal muito provavelmente não se devem a um aumento (que é verdadeiro) de nosso intercâmbio acadêmico com os colegas lusitanos, mas simplesmente a dois Congressos da Associação Portuguesa de Antropologia, muito populares entre nós. Estou certo de que a maioria, se não a totalidade, dos 38 trabalhos apresentados no México se deveu ao primeiro Encontro de Antropólogos Brasileiros e Mexicanos (Embra) ocorrido em 2012. Muitos dos 92 trabalhos apresentados na Argentina também se devem a um único evento regular, as Reuniões de Antropologia do Mercosul (RAM), que também muito atraem os nossos colegas.

9 Isto também é observado na contribuição de Gustavo L. Ribeiro. Ver a Introdução deste livro, na qual se explicam as prováveis causas da sub-representação da apresentação de trabalhos no exterior.

10 Uma das tabelas fornecidas pela coordenação da pesquisa indica que entre 2004 e 2012 foram apresentados 1.192 trabalhos em eventos internacionais. Este número parece ser mais razoável do que os 475. O problema é que a categoria “eventos internacionais” muitas vezes engloba eventos que ocorrem no território nacional, mas com a presença de pesquisadores estrangeiros.

11 *Establishment* é o termo usado por Peter Fry (2004) para se referir ao seletivo grupo de países que são chamados diversamente de centrais, metropolitanos ou hegemônicos, em oposição às periferias, aos centros não hegemônicos, satélites, do “sul global” etc. No contexto de uma antropologia mundial, cada vez mais globalizada (ESCOBAR; RIBEIRO, 2006), essas oposições binárias parecem-me esconder mais do que esclarecer, daí a razão de acompanhar Peter Fry no uso do termo *establishment*, que, por ser vago, libera o pensamento das amarras do binarismo empobrecedor. Já que estou me referindo à produção e às trocas com o exterior, soou-me apropriado usar o calão do pessoal das relações exteriores, que chama de “circuito Elizabeth Arden” as embaixadas nos países hegemônicos, como as de Londres, Paris, Washington, Roma, Berlim e Buenos Aires.

Tabela 3 Apresentação de trabalhos no exterior.

Região	2004-2006		2007-2009		2010-2012	
Europa	38	35,85%	63	33,87%	82	44,81%
América Latina	50	47,17%	81	43,55%	63	34,43%
EUA e Canadá	11	10,38%	30	16,13%	28	15,30%
África	4	3,77%	6	3,23%	6	3,28%
Ásia e Oceania	3	2,83%	6	3,23%	4	2,19%
Total geral	106	100,00%	186	100,00%	183	100,00%

Se algo mudou desde 2001, isto tem a ver com a multiplicação dos docentes que publicam no exterior. Ao contrário do quadro descrito por Fry (2004:238), em que 24 antropólogos eram responsáveis por metade do conjunto das publicações no estrangeiro, meu conhecimento do campo sugere uma relativa deselitização da produção fora do país. Na falta de dados sistemáticos sobre isto, ressalto que somente em meu programa 11 docentes têm publicado com alguma regularidade fora do país, incluindo os colegas mais novos, com doutorados mais recentes. Conforme aumenta o número de pesquisas realizadas fora do Brasil, crescerão também as publicações no exterior, o que já não é mais uma prerrogativa exclusiva de uma casta de escolhidos.

Quando os dados das publicações são agregados aos das apresentações de trabalhos fora do país e se faz uma comparação com a formação no exterior dos docentes, observa-se uma incongruência muito significativa. Enquanto uma parte substantiva da formação doutoral no exterior (84,6%) é feita em três países (França, Estados Unidos e Inglaterra), a distribuição da publicação e da apresentação de eventos tem outros contornos. No tocante à publicação, a participação desses três países cai para menos de 70%. No que respeita à apresentação de trabalhos, a participação deles é ainda menor, representando menos de 53%. A América Latina passa a ter uma centralidade inusitada e assiste-se até mesmo a entrada da África e Ásia como lugares de publicação e apresentação de trabalhos.

O que isto pode significar em termos de internacionalização? Creio que temos material para muito pensar, mas estou convicto de uma coisa: as redes criadas durante a formação doutoral não são fortes o bastante para se manterem tão centrais com o passar do tempo. Conforme os anos passam, os docentes que se doutoraram no exterior criam novas redes em outros lugares, o que se deduz do aumento das publicações e apresentações de trabalhos em regiões que não pertencem ao *establishment* antropológico, como os países africanos e asiáticos, os países da Península Ibérica e da América Latina. Também é importante ressaltar que as “bolsas sanduíches” (muitas vezes realizadas em instituições dos locais onde a pesquisa doutoral é feita) e os estágios pós-doutorais feitos no exterior operam no sentido

de criar múltiplas ancoragens para os diálogos intelectuais, para tornar a internacionalização mais difusa e fazer com que os antropólogos brasileiros estejam envolvidos em redes internacionais mais amplas do que o tradicional tripé francês, americano e inglês. Isto dá um caráter mais complexo às nossas trocas intelectuais, produzindo uma fertilização cruzada no campo com a entrada em cena dos chamados “diálogos sul-sul” e descentrando potencialmente (*pace* STOCKING, 1982) a produção teórica em nossa disciplina.

O quão regular e produtiva são as nossas novas redes com a América Latina, África, Ásia e a “periferia antropológica europeia” e qual a possível produtividade de tais redes no futuro próximo? A vivência que tenho no campo disciplinar me leva a sugerir uma crescente, regularidade na operação de tais redes graças ao ainda pequeno, mas crescente número de eventos nos quais os seus membros interagem. Elas têm ficado maiores, mas não necessariamente mais densas, de modo a gerar um senso de grupo. No que respeita à sua produtividade, só me sinto à vontade para falar das redes com a África e com parte da periferia antropológica europeia (especialmente com Portugal e com a Alemanha). Projetos comuns envolvendo investigadores de várias nacionalidades e, às vezes, com mais de uma base institucional têm elevado, ainda que timidamente, o número de publicações conjuntas. É certo que estamos cada vez mais fazendo pesquisas nestes países, atuando como professores visitantes em suas instituições, apresentando trabalhos em eventos que nelas acontecem e publicando em seus veículos de produção antropológica. Em alguns casos, estamos também recebendo estudantes dessas regiões em nossos mestrados e doutorados. Conheço casos de gente fazendo isto na África (sobretudo Cabo Verde, Moçambique e África do Sul), Ásia (majoritariamente em Timor-Leste, China, Síria e Índia), em Portugal e Espanha e em vários países latino-americanos. Mas qual a centralidade disto em relação às nossas trocas com os países do *establishment*? Que tipo de repercussão esses novos diálogos terão na reprodução de nosso campo disciplinar, na renovação da teoria, das estratégias de pesquisa e numa eventual mudança nas temáticas de pesquisa mais populares? Por fim, que impacto isto terá na distribuição das honrarias e do prestígio entre os programas e seus docentes?

É óbvio que não tenho respostas acabadas para essas indagações. Eu mesmo tenho trabalhado para incrementar a internacionalização de nossas publicações, mas uma rápida olhada no *Qualis* da área sugere que as tendências conservadoras e que a inércia própria dos sistemas intelectuais militam contra uma dinâmica mais acelerada de mudança no campo (mais adiante retornarei a este tema). Na realidade, tenho de conceder que é muito difícil alcançar um consenso sobre o que seriam forças conservadoras e forças progressistas, pois a dinâmica propriamente intelectual (se é que tal coisa existe) se mistura com os embates ideológicos, que dão

as cores, os cheiros e os sabores ao nosso fazer, e com as disputas institucionais associadas, por exemplo, à obtenção ou manutenção de recursos para este ou aquele grupo, para esta ou aquela linha de pesquisa, para a instituição X ou Y. Reconhecendo que meu pensamento está longe de ser majoritário, penso que não é raro que ações e escolhas muito populares entre docentes e discentes (que nem sempre são comuns), de aparência antielitista e com um jeitão ideologicamente progressista, têm frequentemente produzido desdobramentos conservadores que reproduzem uma certa vitimização muito adequada para a manutenção (justificação) do *status quo* e de parte da elite acadêmica¹².

Um dos critérios de maior peso na internacionalização da antropologia brasileira tem a ver com as áreas em que a pesquisa é feita, independentemente do local de formação do pesquisador. A este respeito, vale insistir que o Brasil continua a ser a obsessão da antropologia brasileira, mas o quadro está mudando com alguma nitidez. Entre 2004 e 2012, os programas reportam que 771 pesquisas tinham o Brasil como foco. Nesse mesmo período, 99 foram as pesquisas feitas em países da América Latina, 74 no continente africano, 47 em países europeus e 17 na Ásia e Oceania, uma perspectiva muito diferente da do período 1996-2001, quando apenas 0,8% dos trabalhos publicados no exterior tinha, por exemplo, a África como tema (FRY, 2004:240).

Em outras palavras, há uma relação de mão dupla entre a realização de pesquisa fora do país e as publicações no exterior. Cito alguns exemplos que me são familiares, lembrando que o leque é muito maior do que os casos aqui reportados. Dentre os docentes com interesse de pesquisa fora do Brasil e publicações no exterior, posso correlacionar as pesquisas e publicações de Borges (2014) na África do Sul, Dias (2012, 2014) em Cabo Verde e na África do Sul, Lobo (2008, 2014) em Cabo Verde, Sansone (2010) no Caribe, Reinhardt (2014) sobre religiões pentecostais em Gana, Moutinho et al. (2010) sobre sexualidade na África do Sul, Silva (2010) e Simião (2006, 2008) sobre Timor-Leste, Neiburg (2014, 2016) sobre o Haiti, Cunha (2014) sobre haitianos em Cuba, Macagno (2006, 2012) e Thomaz (2009) sobre temas moçambicanos, Cayón (2012, 2013) sobre indígenas na Colômbia, Pinto (2007, 2017) sobre comunidades sufi na Síria, Frúgoli (2014) sobre festas populares em Lisboa e meus trabalhos sobre Guiné-Bissau, Cabo Verde e a Costa da Guiné (TRAJANO FILHO, 2002, 2005, 2008, 2009, 2010a, 2011, 2016a). Além destes, menciono ainda o diálogo de Cardoso de Oliveira (2011, 2013) com pesquisadores europeus sobre a psicanálise e sua abordagem comparativa da cidadania no Brasil, os trabalhos de

12 Noto, apesar de reconhecer a natureza polêmica da observação, que a relativa popularidade das chamadas “epistemologias do sul” exemplifica meu argumento. Conforme bem aponta Gustavo L. Ribeiro em sua contribuição a este livro, apesar de ser muito sensível às complexas relações entre poder e conhecimento, os seus adeptos vivem uma espécie de “fechamento autárquico” que os põe de costas para os centros hegemônicos.

Ribeiro (2011, 2014) sobre antropologia e globalização e de Cesarino (2012, 2017) sobre cooperação e diálogo sul-sul¹³.

OS OUTROS DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

Tomada globalmente, a nossa prática gira em torno do dilema de lidar simultaneamente com a diferença e a identidade de tal modo que a antropologia se identifica e é identificada como a disciplina da alteridade. Apesar disto, não me parece ser uma questão pacífica saber quem são os outros da antropologia brasileira. Uma pequena parte de nós pensa que os nossos outros são os índios, camponeses, pobres, pretos, migrantes e minorias de toda ordem que habitam nossas matas, roças e cidades, aceitando em decorrência disto a sugestão de que a disciplina se define por seu objeto empírico de estudo¹⁴. Suspeito, no entanto, que a maioria de meus colegas não gosta dessa resposta por achá-la pouco sofisticada, fora de moda, mais associada às descrições naturalistas de outros modos de vida do que à elaboração de um pensamento teórico sobre o mundo. Esses colegas gostam de invocar luminas como Evans-Pritchard (1962) e Geertz (1973), que diziam que a antropologia não estuda povos, nem aldeias; nós, segundo a conveniente fórmula deles, estudamos problemas nas aldeias. Estou propenso a crer que, de modo geral, os antropólogos do Brasil ficam mais satisfeitos com esse tipo de resposta do que colegas de outros lugares¹⁵. Os dados elencados pela coordenação dessa pesquisa apontam nessa direção, sugerindo que o nosso fazer lida mais com problemas do que com outros substantivos (grupos, etnias, povos), apesar da tensão entre objetos reais (povos e grupos) e objetos construídos (problemas) não estar plenamente resolvida, como veremos.

A coordenação do projeto criou 24 categorias guarda-chuva para abrigar as linhas de pesquisa existentes em cada programa (ver o texto de Júlio Simões neste volume). Comparadas com as classificações feitas anteriormente, é digno de nota o surgimento da categoria Arqueologia, que aparece em cinco programas (UFPA,

13 Uma palavrinha sobre esta ordem. Sem demérito para os últimos, insisto que numa ciência empírica, notadamente etnográfica, os primeiros devem ser os primeiros.

14 Um dos nossos mais cultuados ancestrais apontava nesta direção ao afirmar que a antropologia brasileira se definia por seus objetos de estudo, índios ou brancos, tomados como grupos étnicos minoritários da sociedade nacional (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1985:111).

15 Uma provável exceção seria o grupo envolvido com a etnologia indígena, que ainda socorre-se dos povos e das aldeias para reivindicar distinção. Mas, mesmo entre eles, essa não me parece uma posição claramente dominante.

UFPI, UFMG, UFGD e UFPel), todos eles surgidos depois de 2005¹⁶. Também vale menção a ausência de uma das áreas mais “populares” da disciplina em nosso país, a etnologia indígena, em todos os programas do Nordeste. Apesar de sua ausência nessa região, que em 2012 tinha cinco programas de antropologia, ela aparece em sete programas criados antes de 2005 e em três posteriores a 2005. É comum que se explique essa ausência no Nordeste por uma outra ausência: a de grupos indígenas prístinos, cuja vida social se desdobra em larga medida sem contato intenso e regular com a sociedade nacional. No Nordeste, prosseguiria o argumento, os indígenas, em estreita interação com o mundo não indígena, seriam enquadrados pela via da “identidade, território e relações interétnicas”. Tal argumento seria bom se não fosse, também, a ausência dessa linha de pesquisa na UFPA e UFG. Está aí um tema para reflexão mais cuidadosa e mais sociológica (disputas, poder, distinção acadêmica etc.). Sugiro que se traga para o quadro explicativo a polarização em escala nacional entre os investigadores que tratam da questão indígena, cujo principal efeito é a generalização de um tensionamento originado no interior de um programa aos demais. Por fim, também merecendo destaque, temos o surgimento – a mim muito caro – de um outro objeto real de pesquisa (referindo-se a povos e territórios), em contraste com os objetos temáticos, sob o rótulo de África e Ásia.

Os nomes utilizados para se referir às temáticas estudadas nos 21 programas são uma forte indicação de que enfatizamos mais os problemas do que os outros substantivos. Das 24 categorias elencadas pela coordenação do projeto para representar as linhas de pesquisa, 22 dizem respeito a objetos construídos (problemas, temáticas) e, conforme já mencionei, somente África e Ásia (conjugadas num só rótulo) e etnologia indígena se referem a objetos substantivos (povos, grupos, territórios)¹⁷.

Isto era ainda mais radical na pesquisa anterior, quando Paula Montero (2004) analisou tendências da antropologia no Brasil. Como boa antropóloga, ela levou a sério o discurso dos nativos (no caso, os antropólogos brasileiros e suas instituições) sobre o que eles fazem. Assim, ela listou as 92 linhas de pesquisa elencadas pelos programas de pós-graduação nos seus relatórios anuais para a Capes e os 121 grupos de pesquisa cadastrados pelo CNPq. Em seguida, agrupou essa diversidade de tópicos de estudo em 14 grandes áreas temáticas: etnologia indígena; antro-

16 Na realidade, em quatro deles a Arqueologia é uma área de concentração. Somente na UFGD ela aparece como linha de pesquisa.

17 Mais uma vez neste texto devo apontar para os potenciais equívocos que acompanham as estatísticas dos pequenos números. No caso em questão, a linha de pesquisa África e Ásia só existe no PPGAS da UnB, o que não quer dizer que não haja um crescente e expressivo número de pesquisadores interessados nestas duas grandes porções do planeta. Restringindo-me ao corpo docente dos programas, também posso identificar gente fazendo pesquisa sobre coisas africanas nos programas da UFRGS, UFSC, UFPR, USP, Unicamp, UFBA, UFPE e UFMG. Em relação à Ásia, além da UnB, destacam-se também docentes da UFF.

pologia das formas urbanas; antropologia política; antropologia do direito; antropologia econômica; antropologia da empresa; campesinato; etnomusicologia; antropologia visual e imagem; antropologia da saúde; antropologia da religião; etnicidade; antropologia da família e relações de gênero e teoria antropológica. Neste caso, apenas a etnologia indígena se refere a um conjunto específico de povos vivendo num território.

O problema de fundo da classificação de Montero e suas 14 áreas temáticas e das 24 categorias elaboradas pela coordenação da presente pesquisa tem a ver com algo bem conhecido dos cientistas sociais: a ilusão da transparência do social. Não basta ouvir o que os atores (e instituições) dizem que fazem para entender as suas ações. Se isto fosse suficiente, a antropologia pouco mais seria do que uma curiosa e exótica versão do bom jornalismo (em si, uma ave em extinção). Em todo discurso nativo reflexivo (e as tais linhas e os grupos de pesquisa são exemplos de declarações reflexivas) há destaques e atenuações, mas há também zonas vazias de proferimentos, áreas de sombra e de esquecimento a esconder e abafar o que não condiz plenamente com o que é dito. O que as 14 áreas temáticas (e as 24 categorias de agora) de Montero (2004:118) escondem ou atenuam, como ela mesma reconhecia, são os mecanismos de distinção que outorgam prestígio, visibilidade e importância a alguns temas em detrimento de outros. Tais áreas temáticas e categorias são uma listagem que homogeneiza os seus elementos constituintes (as duas centenas de linhas e grupos de pesquisa) e encobre diferenças de densidade, qualidade, volume e prestígio. Elas são muito diferenciadas em termos dos projetos concretos que as compõem. Algumas são guarda-chuvas monstruosamente grandes e complexos (“identidade, território e relações interétnicas”, “marcadores sociais da diferença”, “antropologia das formas urbanas”). Outras parecem estar na classe do “eu sozinho” (“antropologia econômica”, “linguística”). Algumas “bombam”, outras estão “fora de moda” ou “em queda livre” (SCHWARCZ, 2006:243). A única diferenciação possível é dada pela “popularidade”, isto é, pela frequência com que as categorias aparecem.

A fim de mostrar as diferenças de prestígio e importância entre as 14 ou 24 “linhas de pesquisa”, vou buscar num outro conjunto de dados uma forma de lançar luz sobre esse problema, outorgando distinção ao que os antropólogos pesquisam, sem levar em conta apenas a sua maior ou menor frequência nos programas. Primeiramente, passo em revista a publicação patrocinada pela Anpocs do volume referente à antropologia da série *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, organizada por Miceli (1999). Nela são examinadas a produção intelectual, as agendas e os desafios confrontados por cinco áreas temáticas consideradas como representativas da antropologia que então se fazia no Brasil: violência e criminalidade (ZALUAR, 1999), etnologia indígena (VIVEIROS DE CASTRO, 1999), teoria

antropológica (PEIRANO, 1999), raça e etnicidade (SCHWARCZ, 1999) e religião (MONTERO, 1999). Diferentemente da listagem de Montero (2004) e das 24 categorias analisadas por Júlio Simões neste livro, as cinco áreas tratadas em Miceli (1999) são, de partida, marcadas por prestígio, distinção e legitimidade conferidos pela Anpocs e pelos autores que o organizador convidou para compor o volume. Nota-se uma grande convergência quando se comparam as temáticas elencadas em Miceli (1999) e Montero (2004). Excetuando-se a violência e criminalidade, todos os temas abordados no primeiro, como representativos da antropologia brasileira, também estão presentes na listagem da última¹⁸.

Onze anos depois da publicação de Miceli, a Anpocs patrocinou uma segunda reflexão sobre o fazer disciplinar, que resultou no volume coordenado por Duarte (2010). Como Miceli em 1999, Duarte selecionou um conjunto de temas (desta vez 14) que considera representativos da antropologia brasileira e convidou 16 antropólogos para passá-los em revista. Como no livro anterior, os temas selecionados por Duarte não são uma mera listagem, mas, antes, uma série marcada por prestígio, distinção e legitimidade que vem com o selo da Anpocs, dos autores e programas aos quais estão vinculados¹⁹. Eis a lista dos temas selecionados por Duarte, e dos autores convidados para revisá-los: etnologia brasileira (RAMOS, 2010), antropologia da administração e da governança (TEIXEIRA; SOUZA LIMA, 2010), ciência e técnica (SAUTCHUK, 2010), família e parentesco (FONSECA, 2010), cidade e política (ECKERT, 2010), saúde e sofrimento (SARTI, 2010), economia (NEIBURG, 2010), festas e patrimônio (CAVALCANTI; GONÇALVES, 2010), gênero, sexualidade e reprodução (GROSSI, 2010), ecologia política (LITTLE, 2010), religião (ALMEIDA, 2010), cultura e identidade nacional e regional (OLIVEN, 2010), esporte, lazer e sociabilidade (GUEDES, 2010) e antropologia visual (NOVAES, 2010).

A comparação dos dois volumes patrocinados pela Anpocs num intervalo de 11 anos aponta para uma diversificação do campo disciplinar, visível na expansão das temáticas tratadas, que parece ser correlata ao aumento do número de programas de pós-graduação e de antropólogos deles egressos²⁰. Por outro lado,

18 Ressalto, no entanto, que a temática da violência e criminalidade encontra-se referenciada em Montero como uma das subáreas que compõem a antropologia das formas urbanas; porém, apenas um dos pesquisadores envolvidos nessa subárea era mencionado na revisão deste campo feita por Zaluar (1999).

19 É difícil, embaraçoso e polêmico dispor colegas numa escala de prestígio. O mesmo, porém, é menos problemático quando se refere a instituições. Analisando as filiações institucionais dos autores convidados, descobre-se que elas são congruentes com o ranqueamento obtido com a avaliação da antropologia pela Capes. Dos 15 capítulos da coletânea de Duarte (incluindo a sua introdução), 11 são escritos por antropólogos pertencentes aos quatro programas de pós-graduação com as melhores avaliações: Museu Nacional/UFRJ, UnB, UFRGS e USP.

20 Ao maior número de temáticas tratadas agregue-se o fato de a maioria delas ter uma natureza compósita.

o quadro esboçado em Duarte (2010) mantém algumas continuidades com as tendências detectadas por Montero. Há mais continuidade entre as áreas identificadas por esta e os temas selecionados por este do que os diferentes nomes sugerem. Por exemplo, a antropologia da administração e governança cobre parte substancial do que Montero designava antropologia política e antropologia do direito. Os temas que em 2010 foram identificados como “família e parentesco” e “gênero, sexualidade e reprodução” estavam referenciados por Montero na rubrica “antropologia da família e relações de gênero”. As temáticas “cidade e política”, “esporte, lazer e sociabilidade” e “festas e patrimônio” estavam subsumidas na grande área “antropologia das formas urbanas”, que Montero entendia como o guarda-chuva que abrigava o interesse encompassador da antropologia brasileira com o Brasil. As descontinuidades mais salientes são a saída de cena dos temas “campesinato”, “raça e etnicidade” e “teoria antropológica” e o surgimento de temas como “ecologia política”, “identidade nacional e regional”, bem como “ciência e técnica”, os dois primeiros assuntos consolidados na antropologia mundial.

A Tabela 4, abaixo, resume as principais temáticas tratadas pela antropologia brasileira segundo as três fontes utilizadas.

Tabela 4 Áreas temáticas da antropologia brasileira.

	Fontes usadas		
	Miceli (1999)	Montero (2004)	Duarte (2010)
Temas	Etnologia Brasileira	Etnologia Indígena	Etnologia Indígena Brasileira
			Cidade e política
	Violência e Crime	Ant. das formas urbanas	Esporte e Lazer
			Festas e Patrimônios
		Ant. Política	Ant. da Governança e Administração
		Ant. do Direito	
		Ant. Econômica	Economia
		Ant. da Saúde	Saúde e Sofrimento
	Religiões e dilemas da sociedade brasileira	Ant. da Religião	Religião em Transição
		Ant. da Família e Rel. de Gênero	Família e Parentesco
		Ant. Visual e da Imagem	Gênero, Sexualidade e Reprodução
			Ant. Visual
	Raça e etnicidade	Etnicidade	
	Antropologia no Brasil	Teoria Antropológica	
		Ant. da Empresa	
		Etnomusicologia	
		Campesinato	
			Ciência e Técnica
			Ecologia política
			Identidade Nacional e Regional

Examinando os dados da tabela, é possível descortinar duas tendências gerais. A primeira é a permanência da tensão entre objetos reais (povos e grupos) e objetos construídos (problemas) a definir a prática antropológica no Brasil. Ela se revela na continuidade e centralidade do objeto substantivo “etnologia indígena”, com sua referência explícita aos índios brasileiros e aos territórios por eles ocupados, contrastando com as temáticas que aludem a problemas e não a povos específicos. O aumento, desde 1999, do número de temas nos esforços de caracterização da antropologia brasileira poderia levar o observador afoito a concluir que essa tensão estaria se dissolvendo em favor dos objetos construídos. No entanto, a visibilidade e legitimidade do tema etnologia indígena, especialmente por ter sua importância chancelada no estrangeiro, e a aparição de um outro objeto substantivo de pesquisa no projeto atual – África e Ásia – sugerem que a tensão entre áreas e problemas ainda é constitutiva de nosso fazer.

Ressalto que a importância da etnologia indígena na antropologia brasileira não se deve em nada a essa tensão entre objetos reais e objetos construídos, mas antes à história dessa área de pesquisa em nosso campo disciplinar e ao próprio lugar do mundo indígena no imaginário nacional e nas instituições do Estado. Mas lembro que o mundo ou as coisas africanas também têm uma centralidade em nosso imaginário e que uma África aclimatada aqui foi muito estudada por nossos ancestrais, antes da consolidação do campo disciplinar nas instituições universitárias. De todo modo, ao sugerir essa tensão, eu não estou comparando, como pareceu entender um leitor desse trabalho, a etnologia indígena com os chamados *area studies*. Para começar, estes redundam na colaboração interdisciplinar focada na pesquisa em uma porção do planeta (África, América Latina, Sudeste da Ásia, Oriente Médio, Europa, Eurásia etc.). Feita geralmente em instituições como Centros de Estudos Africanos, Centro de Estudos Latino-Americanos, que existem lado a lado aos departamentos associados às disciplinas nas universidades, os chamados *area studies* muitas vezes competem com as pesquisas feitas no interior dos campos disciplinares, e estas tanto podem ter como foco objetos construídos quanto objetos substantivos²¹.

A segunda tendência é a continuidade da preocupação com o Brasil, que já aponte em outra ocasião (TRAJANO FILHO; MARTINS, 2004:22). Ela é difusa e se mostra de várias maneiras. Primeiramente, nosso localismo se revela nos próprios títulos dos capítulos que constituem as coletâneas de Miceli (1999) e de Duarte (2010). Na primeira, três dos cinco capítulos têm “Brasil” ou “brasileiro” no título. Nos 14 capítulos da segunda, seis têm esses termos em seus títulos e um – cultura e identidade nacional e regional – faz uma referência implícita ao país.

21 À guisa de ilustração, remeto o leitor aos dois volumes editados por Zeleza (2006, 2007) sobre os estudos africanos.

Em segundo lugar, muitas das nossas pesquisas feitas no estrangeiro focalizam grupos de brasileiros ou expressões da cultura brasileira no exterior. A obsessão com o país mesmo quando se faz pesquisa fora dele já havia sido notada por Fry (2004:236), mas ilustro com uma série de outros casos. Início com a menção a um conjunto de estudos etnográficos sobre brasileiros e coisas brasileiras fora de casa, como a capoeira na França (VASSALO, 2007; GRAVINA, 2009), samba brasileiro em Chicago (BESERRA, 2001), em Portugal (BARRETO, 2011; MACHADO, 2004) e na França (BRUM, 2009), grupos profissionais como dançarinas brasileiras em Nova York (MAIA, 2009), travestis brasileiras na Espanha (PELÚCIO, 2009), músicos brasileiros em Paris (CHAMONE, 2011). A seguir vêm os estudos comparados que têm o Brasil como um dos polos da comparação. O mais conhecido talvez seja o célebre trabalho de Nogueira (1954) sobre preconceito racial no Brasil e nos Estados Unidos. Completam essa série os trabalhos sobre a migração transnacional comparada no Brasil e em Portugal (FELDMAN-BIANCO, 2001), as conexões musicais entre Cabo Verde e Brasil (DIAS, 2011), as políticas afirmativas no Brasil e nos Estados Unidos (OLIVEN, 2008), os esportes equestres no Rio de Janeiro e em Montevideu (ROJO, 2009), as relações entre religião e estado no Brasil e na Índia (GIUMBELLI, 2008), o indigenismo no Brasil, na Austrália e no Canadá (BAINES, 2012), as festas religiosas na França e no Brasil (ECKERT, 1992), os sistemas jurídicos nos Estados Unidos e no Brasil (LIMA, 1991), a vivência em pequenas cidades no Brasil e nos Estados Unidos (PRADO, 1995), os grupos de idosos no Brasil e na França (PEIXOTO, 1995, 2000), as noções comparadas de cidadania no Brasil, na França e no Canadá (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005) e o recente estudo sobre pirataria no Brasil e na China (MACHADO, 2017).

A centralidade do Brasil se mostra até mesmo nas práticas de citação – uma importante instância de legitimação e de prestígio no mundo acadêmico. Encontram-se 942 referências bibliográficas nos cinco capítulos de Miceli (1999), das quais 778 (82,5%) são escritas por autores brasileiros ou filiados a instituições brasileiras. Quando se olha para as temáticas tratadas, nota-se que 704 das referências escritas por esse grupo (74,7%) foram publicadas no Brasil, sobre temas brasileiros. Pouca coisa mudou passados 11 anos. Os 14 capítulos da coletânea de Duarte (2010) fazem referência a 2.196 itens bibliográficos, sendo que 1.798 (81,9%) foram escritas pelo mesmo tipo de autores e 1.673 títulos (78,7%) foram publicados no Brasil sobre temáticas brasileiras. A única mudança digna de nota é contraintuitiva e se refere a um ligeiro incremento (de quatro pontos percentuais) do nosso localismo em 2010. Esta é, porém, uma flutuação muito pequena, provavelmente devida à baixa magnitude dos números tratados e ao grande incremento de referências de uma coletânea para outra.

Tabela 5 Quadro geral das referências bibliográficas.

Filiação dos autores/lugar de publicação/ Temática das referências			Miceli		Duarte	
			N	%	N	%
Estrangeiro	Exterior	Exterior	110	11,7	253	11,5
Estrangeiro	Exterior	Brasil	35	3,7	26	1,2
Estrangeiro	Brasil	Exterior	12	1,3	102	4,6
Estrangeiro	Brasil	Brasil	7	0,7	17	0,8
Brasileiro	Exterior	Exterior	9	0,9	20	0,9
Brasileiro	Exterior	Brasil	50	5,3	56	2,5
Brasileiro	Brasil	Exterior	15	1,6	49	2,2
Brasileiro	Brasil	Brasil	704	74,7	1.673	78,7
Total			942	100	2.196	100

Os números da Tabela 5 apontam indubitavelmente para a primazia do diálogo interno. Eles, porém, mascaram disparidades internas entre os capítulos das duas coletâneas. A predominância do diálogo entre autores brasileiros tende a ser maior nos capítulos sobre “violência e criminalidade” (99,5%), “religião” (96,7%) e “raça e etnicidade” (87,9%) na coletânea de Miceli e “cidade e política” (94,9%), “saúde e sofrimento” (89,2%) e “gênero e sexualidade” (87,7%) no volume organizado por Duarte. Por outro lado, os capítulos de etnologia indígena nas duas obras e os de ecologia política e economia em Duarte destacam-se por uma menor predominância de referências a autores e temáticas nacionais. A Tabela 6, abaixo, sumariza essas informações.

Tabela 6 Referências bibliográficas destoantes.

Capítulos	Filiação dos autores/ Temática das referências		Miceli		Duarte	
			N	%	N	%
Etnologia indígena	Brasileiros	Brasil	98	51,8	98	77,5
	Estrangeiros	Exterior	67	35,4	24	20,5
Violência e criminalidade	Brasileiros	Brasil	222	99,5		
	Estrangeiros	Exterior	0	0		
Religião	Brasileiros	Brasil	89	96,7		
	Estrangeiros	Exterior	1	1,1		
Raça e etnicidade	Brasileiros	Brasil	160	87,9		
	Estrangeiros	Exterior	7	3,8		

Tabela 6 *Continuação...*

Capítulos	Filiação dos autores/ Temática das referências		Miceli		Duarte	
			N	%	N	%
Ecologia política	Brasileiros	Brasil			46	46
	Estrangeiros	Exterior			32	32
Economia	Brasileiros	Brasil			110	51,6
	Estrangeiros	Exterior			80	37,5
Cidade e política	Brasileiros	Brasil			260	94,9
	Estrangeiros	Exterior			9	3,3
Saúde e sofrimento	Brasileiros	Brasil			83	89,2
	Estrangeiros	Exterior			7	7,5
Gênero e sexualidade	Brasileiros	Brasil			250	87,7
	Estrangeiros	Exterior			12	4,2

O exame dessa disparidade expõe um aparente paradoxo. Uma das áreas em que a presença de autores brasileiros a tratar de temas brasileiros é menor e o diálogo com autores estrangeiros pesquisando fora do Brasil é mais intenso é exatamente a que se define como um objeto real (os povos indígenas brasileiros). Acredito que algo semelhante se passaria com os trabalhos que a coordenação da pesquisa poderia colocar na rubrica África e Ásia, sem ter dados quantitativos para apoiar minha intuição. Contrariamente, áreas de estudo assumindo a forma de objetos ideais (problemas) como “violência e criminalidade”, “religião”, “cidade e política” e “raça e etnicidade”, e que, portanto, poderiam ser tratadas em qualquer lugar e/ou tempo, são as que revelam o nosso localismo com maior intensidade.

Entre 2004 e 2012, os docentes e doutorandos baseados nos programas de pós-graduação estavam envolvidos com investigações em todos os continentes do planeta, em contextos nacionais tão diferentes como México, Estados Unidos, Canadá, Cuba, Haiti, Colômbia, Suriname, Guiana, Argentina, Equador, Paraguai, Bolívia, Peru, Uruguai, Venezuela, França, Alemanha, Portugal, Espanha, Itália, Inglaterra, Holanda, Croácia, Cabo Verde, Senegal, Guiné-Bissau, Mali, Gana, Benin, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Angola, Namíbia, África do Sul, Moçambique, Uganda, Israel, Síria, Líbano, Irã, Iraque, Índia, China, Japão, Tailândia, Timor-Leste e Austrália. Além desses lugares, identifiquei pesquisas de escopo regional como o Mercosul e a Alta Costa da Guiné, bem como sobre processos globalmente situados. Não caberia aqui listar os problemas investigados, mas as informações reunidas apontam que a gama de assuntos é extremamente variada.

Esse amplo leque de locais estrangeiros onde se faz pesquisa pode significar um incremento na internacionalização da antropologia brasileira? Aparentemente sim, mas com várias ressalvas. Esse leque, que hoje representa 25,6% da pesquisa realizada entre nós, é certamente mais largo do que o existente entre 1992 e 2001, época

da primeira pesquisa sobre o nosso campo disciplinar²². Porém, conforme apontei anteriormente, o mero deslocamento rumo ao além-mar não significa internacionalização, pois não quer dizer necessariamente que nossa voz tem sido mais ouvida no estrangeiro (TRAJANO FILHO *apud* FRY, 2004:227). Associado a isto está o fato de que muitas dessas pesquisas geram, quando muito, um diálogo de surdos ou uma espécie de solilóquio. Do lado positivo, noto que nossa presença em instituições dos países onde realizamos pesquisa e de países onde há uma antropologia consolidada (via publicações, atuação como professores visitantes etc.), apesar de não ser considerado parte do *establishment*, tem alargado o alcance de nossa voz. Nossos diálogos com os antropólogos desses locais estão, paulatinamente, se tornando mais efetivos, o que tem aplacado a crença ainda muito generalizada sobre uma possível assimetria na divisão internacional do trabalho intelectual que nos subordinaria ao papel de produtores de dados (TRAJANO FILHO *apud* FRY, 2004:243). Atualmente, vejo isto como uma vitimização que frequentemente nos impede de voar mais alto e, pior, nos torna pesquisadores de campo indigentes, obcecados com a produção de uma tal de teoria que ninguém sabe bem o que é (ver acima acerca da vitimização associada às chamadas “epistemologias do sul”), às vezes, deixando de lado a preocupação com o detalhe chão.

De certo modo, a América Latina tem sido o cenário privilegiado da pesquisa antropológica que fazemos no exterior. Creio que isto se deve parcialmente a certos diálogos fundadores, como o estabelecido entre Roberto Cardoso de Oliveira e Guillermo Bonfil Batalla na década de 1960, e também graças ao recebimento regular de pesquisadores (mestrands e doutorandos) dos países vizinhos em nossos programas de pós-graduação. É entre os parceiros latino-americanos que a produção brasileira, feita dentro e fora de casa, tem sido mais ouvida e que o diálogo tem sido mais verdadeiro, pois os investigadores que compõem essa rede se engajam com a mente aberta para ser tocada pelo pensamento do outro. Com a crescente presença da África e da Ásia no nosso horizonte de pesquisa, as trocas com os pesquisadores dessas regiões e, de modo geral, com investigadores da periferia antropológica europeia que ali também fazem pesquisa também têm sido intensificadas. Esses diálogos relativamente simétricos não são tão comuns com os que acontecem com o mundo anglo-saxão. Paira nas Ciências Sociais brasileiras, como um todo, um difuso sentimento crítico aos brasilianistas. Recentemente, Cardoso de Oliveira (2009) elaborou uma crítica abrangente a esses estudiosos de um objeto real (o Brasil como um povo vivendo num território), argumentando que as conversas que queremos ter quando saímos do conforto da antropologia em casa não podem ser

22 Devo enfatizar que esta é uma afirmação baseada no meu conhecimento do campo como um nativo e não numa comparação sistemática dos números.

marcadas pela assimetria que tem caracterizado as trocas dos “brasilianistas” do mundo anglo-saxão com os cientistas sociais brasileiros.

Apesar dos diálogos e da circulação mais intensas com o mundo acadêmico latino-americano, e mais recentemente com o africano e asiático, não é possível dizer que essas partes do mundo se apresentam aos antropólogos brasileiros que nelas pesquisam como áreas de estudo com especificidades próprias, oferecendo a eles, em razão disto, uma agenda de pesquisa compartilhada com investigadores de outras partes do mundo que também se dedicam ao estudo da mesma região. Na realidade, um traço distintivo da antropologia brasileira fora de casa é a sua não propensão a se desenvolver como um conjunto de estudos regionais, mantendo a ênfase no que chamei de objetos ideais de estudo (problemas e temáticas que são transversais às regiões e aos territórios). Nisto, muitas vezes, valorizar problemas e menosprezar os lugares pode atenuar, pela escamoteação, um complexo de inferioridade que, segundo muitos, nos coloca em posição subordinada, numa pretensa divisão internacional do trabalho intelectual: a enganosa hierarquia entre fornecimento de dados e formulação de teorias. Eu vejo isto como um problema, e dos grandes. A formulação teórica de densidade em antropologia sempre dependeu da pesquisa de campo original. Sem a última, a primeira é quimera. Portanto, meter o pé na jaca e mergulhar nas agruras do campo, enfrentando as precariedades materiais e existenciais do mundo, vasto mundo, é imprescindível. Pena que, por aqui, os que passam um ano ou mais em campo e aprendem as línguas locais ainda não formam uma maioria consistente²³.

FORMAÇÃO

Os 21 programas de pós-graduação elencados na pesquisa diferenciam-se muito pouco no que se refere à formação de seus pós-graduandos. A grade curricular é muito assemelhada em termos do número de cursos e dos conteúdos tratados. Grande parte dos programas estabelece que a formação em nível de mestrado é feita com seis disciplinas, sendo três delas de caráter obrigatório, duas de natureza histórica ou teórica e uma de cunho metodológico. Exceções são, por um lado, os programas da UFRJ, UnB, UFRGS e UFPA, que demandam oito disciplinas para o mestrado, e, por outro, a USP, Unicamp, UFRN, UFSE e UFG, que requerem somente cinco disciplinas na grade curricular do curso. O quadro é um pouco

23 Não precisei de informações levantadas pela coordenação do projeto para fazer essa afirmação. Creio que minhas experiências no campo, especialmente como membro de bancas de tese e dissertações, assim como meu histórico como orientador, fundamentam essa generalização.

diferente no doutorado. A UFRJ determina que os alunos do doutorado cursem 16 disciplinas. A seguir, a UFRGS, UFSCar e UnB exigem que os doutorandos façam 11 cadeiras²⁴. Os números relativos às matérias necessárias para a conclusão do mestrado e do doutorado são bastante confusos, pois estão aí incluídas as várias disciplinas de estágio docente, uma série de atividades extracurriculares que contam créditos, bem como disciplinas tutoriais, cursos de leitura e seminários de pesquisa. É bastante difícil saber ao certo quantas são, de fato, as disciplinas formativas além das obrigatórias mencionadas.

De modo geral, observo que há uma tendência, desde a implantação dos programas de pós-graduação no final dos anos 1960, em reduzir o número de disciplinas a serem cursadas. Com base em minha experiência como aluno de um desses programas, noto que no início dos anos 1980 a grade curricular do mestrado da UnB demandava a realização de nove disciplinas, ressaltando que todas elas eram formativas, feitas em sala de aula, e que não havia nenhuma atividade do tipo estágio docente nem cursos de leitura de natureza tutorial. Desde então, o número de cadeiras a serem cursadas efetivamente foi reduzido nesse programa²⁵. Interessante seria averiguar se tal redução também ocorreu nos outros programas mais antigos. Também vale a pena indagar a consequência eventual que essa redução teria na qualidade da formação.

Parece-me que no Brasil vivemos uma indefinição com relação ao desenho da formação dos antropólogos, estando a maioria dos nossos programas a meio caminho entre a formação dada nos países europeus e a dos Estados Unidos. Podemos estar com o melhor de cada um desses tipos, mas também com o que há de pior. Vejamos isto com mais vagar.

Nas melhores universidades norte-americanas, a conclusão de um doutorado implica um período formativo de cerca de três anos, nos quais o doutorando cursa entre 16 e 20 disciplinas, além de passar pelos exames de qualificação e defesa de projeto. Depois disto, uma pesquisa de campo que raramente tem a duração menor do que 12 meses e a redação da tese. Em média, os estudantes tomam de sete a oito anos para concluir o doutorado²⁶.

Na Europa, após o acordo de Bolonha, as coisas se passam de maneira diferente. O doutoramento está planejado para durar quatro anos, como entre nós,

24 Os números relativos às disciplinas necessárias para a conclusão do doutorado incluem as disciplinas que foram cursadas no mestrado.

25 Estou me referindo às disciplinas formativas efetivamente cursadas, sem incluir nesse cálculo o estágio docente, os créditos obtidos como atividades extracurriculares, as disciplinas voltadas para a escrita da dissertação, entre outras.

26 Estou desconsiderando o mestrado, que muitas vezes pode ser uma fase da formação doutoral. Inúmeros estudantes entram diretamente para o doutorado e não buscam o título de mestre.

apesar de em alguns casos os estudantes terem apenas três anos de bolsa. Os mestrados são pensados para complementar a formação geral ocorrida na graduação, e muitos deles são mestrados temáticos, voltados para um problema específico, com um tempo de funcionamento determinado. Algumas vezes há duas ou três turmas para um mestrado particular e depois disto se propõe uma outra temática, com um novo currículo, mantendo do antigo apenas uma ou duas disciplinas de formação geral. Nesses casos, quando se chega ao doutorado, o estudante já está focado no seu tema de pesquisa e tudo o que fará a seguir em termos de formação será se concentrar na literatura que representa o estado da arte de sua área de pesquisa. Em geral, os doutorandos trabalham em estreito contato com seu orientador, num sistema que muitas vezes assume claramente a feição de um curso tutorial.

As coisas se passam entre nós como se estivessem a meio caminho entre esses dois extremos. Excetuando-se os poucos programas, a maioria deles pertencentes ao que poderíamos chamar da elite da pós-graduação, em que se cursa um leque maior de disciplinas voltadas para a formação geral, esta praticamente se encerra no mestrado, sendo as cadeiras do doutorado basicamente voltadas para a elaboração do projeto de tese. Como em muitos mestrados, a formação vai muito pouco além de alguns poucos cursos de história ou teoria básica da disciplina²⁷, complementada aqui ou ali com um seminário de método, um curso de leitura com o orientador e um estágio docente ou algumas atividades extracurriculares, como a participação em eventos da área, a formação doutoral é muitas vezes limitada ao tema específico da tese.

Apesar de haver um grande esforço para traduzir os principais autores clássicos e os contemporâneos estrangeiros mais renomados, a literatura antropológica em português é ainda bastante limitada. Por causa disto, os primeiros programas, desde sua criação nos anos 1970, introduziram uma prova de proficiência em língua estrangeira nos seus processos de seleção. No passado, o ingresso no mestrado exigia um grau elevado de capacidade de leitura em inglês, acrescida do francês no doutorado. Atualmente a situação está bastante modificada. Examinando os editais de seleção dos programas, noto que a UFAM e a UFPL nada dizem sobre a proficiência em língua estrangeira. A UFRGS demanda que a proficiência em inglês seja mencionada pelo candidato ao mestrado no memorial descritivo apresentado durante o processo de seleção. Os programas da UFSC, UFSCar, USP, UFMG, UFRN e UFGD requerem que os candidatos ao mestrado demonstrem proficiência em inglês ou francês, ou inglês ou espanhol, mas caso eles não o façam antes do início do curso, podem fazê-lo, em alguns casos, até o momento do exame de qualificação e, em outros casos, até o fim do primeiro semestre (UFRN) ou do

27 História e teoria são frequentemente confundidas nesses cursos, que muitas vezes não conseguem ser nem uma coisa nem outra.

primeiro ano (UFMG). Além disto, a UFBA demanda proficiência de uma língua estrangeira no mestrado, preferencialmente o inglês, e uma segunda no doutorado (preferencialmente o francês). Não é incomum que os candidatos indígenas sejam dispensados parcial ou totalmente de comprovar sua proficiência em uma (segunda) língua estrangeira, já que deles já seria exigida a proficiência em língua portuguesa.

Os programas mais antigos mudaram nos últimos anos as regras relativas à proficiência em língua estrangeira. Creio firmemente que, de modo geral, quando comparadas ao que prevalecia 20 anos atrás, essas mudanças apontam para um rebaixamento da régua padrão. Será que é possível dar uma formação plena em antropologia, equivalente à dada nos bons programas de outros países, somente com a literatura existente em português? Acho pouco provável, apesar de reconhecer que o crescente número de textos traduzidos contribui neste sentido.

É interessante indagar as razões que levaram os colegas a propor que a proficiência possa ser demonstrada às vésperas da qualificação ou ao fim do primeiro ano, quando os estudantes já deveriam ter terminado de cursar as disciplinas obrigatórias de teoria (ou história) e de método. Como docente num programa de pós-graduação há 27 anos, recordo-me que, antes das mudanças nas regras dos editais de seleção no tocante à proficiência em língua estrangeira, volta e meia havia algum debate sobre o tema. Frequentemente era questionada a necessidade de demonstração de proficiência de leitura em francês para os candidatos do doutorado, com o argumento da perda de prestígio acadêmico deste idioma e disto representar um elitismo passadista. Em seu lugar, propunha-se que se fizesse um exame de proficiência em espanhol. Mais raramente, alguns colegas se insurgiam contra a obrigatoriedade da proficiência em inglês, argumentando que isto era uma consequência perversa de nossa subordinação ao norte, o que contribuía para a reprodução das desigualdades sociais nos processos seletivos. Em meu programa, esse debate, que era eventual e pouco acalorado, começou a ganhar mais regularidade e calor a partir de 2006, época em que teve início a ampliação do corpo docente. Uma nova geração veio com novas ideias sobre o assunto. Seria interessante saber se o mesmo ocorreu nos outros programas mais antigos, que, em graus diferenciados, também passaram por uma renovação do mesmo tipo. Com isto, poderíamos averiguar se, de fato, se trata de uma mudança de natureza geracional.

Conforme apontei acima, não é incomum que haja uma regra diferente para os candidatos indígenas, com entrada através de um sistema especial de cotas, separado, conforme o programa, das cotas para afrodescendentes. O programa da UnB, em que leciono, mudou as regras relativas à proficiência em língua estrangeira para todos os candidatos, criando a possibilidade de se refazer o exame de línguas às vésperas do início do primeiro semestre. Para os candidatos indígenas,

o exame de proficiência deixou de ter caráter eliminatório, passando a ser classificatório. Certamente a implantação de um sistema de cotas por si só não causou uma mudança no processo de seleção no que se refere à proficiência de leitura em língua estrangeira, mas os dados sugerem que, juntamente com a renovação dos programas ocorrida a partir do início do governo Lula, com um sentimento crítico de uma suposta hegemonia anglo-saxã e com o aumento das traduções dos textos estrangeiros, podemos encontrar em tudo isto uma relação difusa de causalidade. Noto que todos esses processos ocorreram mais ou menos ao mesmo tempo.

Se olharmos para a lista das disciplinas obrigatórias, que é absolutamente semelhante, e mesmo para o leque dos cursos efetivamente oferecidos, nota-se que há muito pouca diversidade na oferta e, por consequência, na formação. Se dependesse somente desse critério, os programas dificilmente teriam uma cara própria, diferente umas das outras. Como é possível desenhar as linhas gerais da história de nossa pós-graduação a partir de umas poucas genealogias, sendo os programas relacionados uns aos outros por consanguinidade social ou por afinidade, e como a criação física, biológica, social e institucional tem na imitação um de seus principais mecanismos, não creio estar cometendo um descabimento ao pensar que as semelhanças nos currículos e nos conteúdos das disciplinas resultam da lei universal da imitação, da cópia que está na raiz de toda reprodução.

A coordenação da pesquisa me forneceu uma enorme lista com o nome dos autores usados nas disciplinas obrigatórias de todos os programas. Trata-se de um material imenso, interessante, mas de tratamento muito complexo para ser desenvolvido aqui. Vale a pena, no entanto, comentar brevemente os autores mais citados nas várias disciplinas do mestrado. Em primeiro lugar, noto que na “lista dos 10 mais” só há um brasileiro – Roberto Cardoso de Oliveira²⁸. Ela é composta de seis clássicos, autores já reconhecidos nos anos 1950, e três contemporâneos²⁹. Entre os primeiros estão, por ordem, Lévi-Strauss, Evans-Pritchard, Malinowski, Boas, Radcliffe-Brown e Durkheim. Entre os contemporâneos, destacam-se Geertz, Clifford, Sahlin e Stocking. Nota-se que, no que se refere aos contemporâneos, há uma claríssima hegemonia norte-americana. É na lista dos 30 mais votados que surgiram outros brasileiros – Viveiros de Castro e Peirano. Eis os 20 nomes seguintes, pela ordem: Mauss, Strathern, Turner, Stocking, Dumont, Mead, Bourdieu, Bateson, Kuper, Latour, Benedict, Leach, Frazer, Morgan, Viveiros de Castro, Roy Wagner, Gluckman, Fortes, Peirano e George Marcus. São 11 autores clássicos,

28 Como se trata de um autor com uma longa e multifacetada contribuição, fico interessado em saber qual Cardoso de Oliveira é o mais lido, se o antropólogo da fricção interétnica ou o dublê de filósofo e antropólogo nos seus textos metateóricos. Eis um bom tópico para os nossos historiadores da antropologia brasileira.

29 Não gostaria de provocar disputas com essa minha classificação de clássicos, brasileiros e contemporâneos. Concorro, de partida, que o termo clássico é pesado demais, que os brasileiros são contemporâneos...

sete contemporâneos, além dos dois brasileiros. Como qualquer classificação, esta também pode ser debatida, mas ela tem aqui o efeito de apontar para duas coisas cristalinas: os brasileiros não são muito populares nos cursos formativos e lemos demais os autores clássicos, gente cuja contribuição original basicamente ocorreu até a década de 1960 (17 autores).

Retomando a comparação com a formação europeia e norte-americana, entendendo que a feita no Brasil é, de algum modo, destoante com relação às pesquisas empíricas efetivamente feitas (comparando-se com as linhas de pesquisa mais populares). O que têm os nossos 30 campeões a ver diretamente com pesquisas sobre patrimônio, comunicação, arte e cultura, saúde, gênero, cidades, ritual e simbolismo, advertindo que muita coisa já foi feita depois de Turner e Geertz sobre ritual e simbolismo e que os estudos sobre gênero vão muito além de *O gênero da dádiva* (STRATHERN, 2006)? A literatura que representa o estado da arte dos diversos temas estudados por nossos mestrandos e doutorandos está muito pouco presente nas disciplinas de formação (especialmente as obrigatórias), apesar de nosso modelo curricular se aproximar mais da formação europeia, com poucos cursos e uma crescente relação de natureza tutorial entre professores e alunos (vide o crescente número de cursos de leitura). Mas diferentemente dos estudantes europeus, que mergulham profundamente no que está sendo produzido atualmente em suas áreas de pesquisa, nossos pós-graduandos muitas vezes sofrem a síndrome dos intelectuais do interior, marcados que estão pela primazia da busca do sentido perdido em *gauches* como Mauss e Bateson³⁰. Não sei quantas vezes em meus seminários de pós-graduação ouvi com educação e tédio longos traços biográficos de autores mortos, retirados da *Wikipedia* e similares, em vez de análises que examinam a produtividade dos textos lidos para as pesquisas do presente, Que não seja mal compreendido: os “clássicos” são importantes, mas realmente não bastam.

Estando a meio caminho entre a formação tutorial, voltada para a pesquisa substantiva (europeia), e a formação extensiva, que não esquece o estado da arte (norte-americana), corremos o sério risco de não sermos competitivos no mercado internacional. Perguntei a mim mesmo quais antropólogos brasileiros, formados no Brasil, obtiveram posições permanentes nos mercados acadêmicos mais competitivos e que não são estudiosos do Brasil, o que é uma forma muito generalizada no mundo acadêmico anglo-saxão de se ter um nativo residente. Foram pouquíssimos os nomes que me vieram à cabeça, infelizmente.

Tenho ouvido uma justificativa recorrente para explicar esse estado de coisas – aquela que aponta para um vilão responsável por todos os males. O pequeno número de disciplinas cursadas por nossos pós-graduandos (comparativamente

30 Drummond, e não Dumont, é a fonte de inspiração dessa qualificação galicista.

aos alunos das universidades norte-americanas) deve-se à pressão de uma única agência financiadora, a Capes. Isto me parece inaceitável. Somando o tempo do mestrado e doutorado proposto pela Capes, temos um total de seis anos. Porém, sabemos todos que essa agência governamental não coloca obstáculos maiores para que a formação completa exceda este prazo em 12 meses (três meses para o mestrado e nove meses para o doutorado) ou até mesmo um pouco mais. Teríamos então uma formação pós-graduada completada em sete anos, tempo muito próximo ao do estudante norte-americano, que chega a fazer até 20 disciplinas durante seu doutoramento.

INSTÂNCIAS DE LEGITIMAÇÃO E PRESTÍGIO

A Anpocs instituiu em 1999 um concurso para premiar os trabalhos científicos, atribuindo prêmios para as melhores teses de doutorado, dissertações de mestrado e obras científicas, além de menções honrosas em cada uma dessas categorias. Na mesma linha de procurar premiar e estabelecer critérios de excelência, a Capes instituiu em 2004 um prêmio para a melhor tese de doutorado para cada área do conhecimento, também com menções honrosas, conforme mostra a Tabela 7. Os resultados nestes nove anos de premiações nos levam a algumas conclusões triviais. Aparentemente, podemos descartar a região em que se encontra a instituição como um critério relevante a explicar a sua distribuição. Programas do Centro-Oeste, Sudeste e Sul foram recipientes dessas premiações. Devemos, portanto, buscar outros critérios para dar inteligibilidade a essa distribuição. Antiguidade e posição no sistema de avaliação da Capes parecem-me ser os critérios que, conjugados, melhor explicam tais distinções. Todas as instituições cujos pesquisadores receberam prêmios são anteriores a 1995, e 23 dos 31 prêmios (incluindo as menções honrosas) conferidos no período da pesquisa foram dados a pesquisadores oriundos dos cinco programas que até 2017 eram considerados de excelência.

Tabela 7 Premiações segundo os programas.

Programas	UnB	Unicamp	UFRGS	UFSC	UFRJ/MN	UFF	USP
Capes	3	1	2	3	2	1	1
Anpocs	3	5	2	1	2	3	2
Total	6	6	4	4	4	4	3

Uma outra forma de perceber as diferenças de prestígio entre os programas e de desvelar os mecanismos de sua reprodução é observar a inserção de seus egressos nas instituições de ensino voltadas à pós-graduação. Conforme os dados

apresentados na seção 1 deste texto, podemos concluir que os programas de excelência (que geralmente se confundem com os mais antigos) tendem a dispersar seus egressos por todas as regiões do país, enquanto os egressos dos mais novos e menos bem avaliados têm menos chances de se incorporarem aos centros mais consolidados. Esta é uma tautologia muito conhecida na academia, já nomeada por Geertz (1983:158-159) como *downwardly mobility*, que faz com que “eu queira ser você amanhã”. Egressos dos programas de excelência vão lecionar em instituições menores e frequentemente o fazem com a perspectiva de transformá-las em clones de seus centros de origem. Isto se observa, conforme já havia suspeitado, na organização curricular, nas ementas e nos nomes das disciplinas e nas políticas de citação (que eu deixo sem exame aqui). Outros destinos dos egressos também contribuem para conformar o perfil de cada um dos programas. Há alguns que se distinguem por enviar gente para as ONGs mais reconhecidas, outros para órgãos governamentais ou instituições do estado específicas de modo que, uma vez mencionada a instituição de trabalho, já temos um vislumbre da origem do antropólogo. Não tenho elementos para tratar desse mecanismo de reprodução, mas os textos nesse volume sobre os egressos da pós-graduação certamente nos trazem algumas pistas nesse sentido.

Deixo sem exame outras instâncias de atribuição de honra e prestígio que têm um papel de relevo na reprodução do nosso campo disciplinar. Entre outras, menciono a problemática distribuição das bolsas PQ e o próprio fato de que isto se tornou um atributo institucionalizado de avaliação, bem como as redes de circulação para participação em bancas de mestrado e doutorado, tema tratado com sofisticação por Patrice Schuch neste volume. Também deixo de lado, reconhecendo, porém, que tem um peso importante na reprodução da antropologia brasileira, uma série de programas institucionais patrocinados pela Capes e CNPq, como os PROCADs, Dinters e Minters.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. Religião em transição. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*: antropologia. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.
- BAINES, S. Social anthropology with indigenous peoples: Brazil, Canada and Australia: a comparative approach. *Vibrant*, v. 9, p. 209-238, 2012.
- BARRETO, A. L. Brazilians in Lisbon: immigrant association and the meaning of urban spaces. *Vibrant*, v. 8, p. 480-501, 2011.
- BESERRA, B. The reinvention of Brazil and other metamorphoses in the world of Chicago samba. *Vibrant*, v. 8, n. 1, p. 115-145, 2001.

- BORGES, A. Political economic changes and the production of new categories of understanding in the BRICS. In: RIBEIRO, G.; DWYER, T.; BORGES, A.; VIOLA, E. (Ed.). *Social, political and cultural challenges of the BRICS*. Manenda: Langaa, 2014.
- BRUM, C. K. Maison du Brésil: a Brazilian territory in Paris. *Vibrant*, v. 6, p. 91-122, 2009.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. *Droit legal et insulte morale: dilemmes de la citoyenneté au Brésil, au Québec et aux États-Unis*. Quebec: Les Presses Universitaires Laval, 2005.
- _____. Dialogical and power differences in world anthropologies. *Vibrant*, v. 5, p. 73-81, 2009.
- _____. L'anthropologie et la psychanalyse en perspective. *Revue du MAUSS*, v. 37, p. 297-301, 2011.
- _____. Equality, dignity and fairness: Brazilian citizenship in comparative perspective. *Critique of Anthropology*, v. 33, n. 2, p. 131-145, 2013.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Tempo e tradição: interpretando a antropologia. *Anuário Antropológico*, v. 84, p. 191-203, 1985.
- CAVALCANTI, M. L. C. C.; GONÇALVES, J. R. Cultura, festas e patrimônios. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.
- CAYÓN, L. Plan de vie et gestion du monde: Cosmopolitique autochtone du développement en Amazonie colombienne. *Recherches Amérindiennes au Québec*, v. LXII, p. 63-77, 2012.
- _____. *Pienso, luego creo: la teoria Makuna del mundo*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropologia e História, 2013.
- CESARINO, L. Brazilian postcoloniality and south-south cooperation: a view from anthropology. *Portuguese Cultural Studies*, v. 4, p. 85-113, 2012.
- _____. Anthropology and the south-south encounter: on "culture" in Brazil-Africa relations. *American Anthropologist*, v. 119, p. 333-341, 2017.
- CHAMONE, E. La tradition conjugée au présent: une ethnographie du spectacle AfroBrésil. *Vibrant*, v. 8, n. 1, p. 146-169, 2011.
- CUNHA, O. M. G. Unmapping knowledge: connecting histories about Haitians in Cuba. *Social Anthropology*, v. 22, p. 67-80, 2014.
- DEBERT, G. G. Formação e ensino. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.
- DIAS, J. B. Cape Verde and Brazil: musical connections. *Vibrant*, v. 8, p. 95-116, 2011.
- _____. Popular music in Cape Verde: resistance or conciliation? In: FALOLA, T.; FLEMING, T. (Org.). *Music, performance and African identities*. Nova York: Routledge, 2012.
- _____. Live music in the age of digital reproduction: Cape Verde. In: HART, K.; SHARP, J. (Ed.). *People, money and power in economic crisis: perspectives from the Global South*. Nova York: Berghahn Books, 2014.

DIAS, J. B.; THOMAZ, O. R.; TRAJANO FILHO, W. Brazilian anthropologists in Africa: remarks on theory, politics and fieldwork overseas. *Vibrant*, v. 5, n. 2, p. 277-303, 2008.

DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.

ECKERT, C. Passado e presente de devoção na padroeira dos mineiros de carvão: estudos da festa de Santa Bárbara. In: ORO, A. P.; BERNAND, C. *Brasil e França: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

_____. Cidade e política: nas trilhas de uma antropologia *da e na cidade* no Brasil. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.

ESCOBAR, A.; RIBEIRO, G. L. *World anthropologies: disciplinary transformation within systems of power*. Oxford: Berg Publications, 2006.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Social anthropology and other essays*. Nova York: The Free Press, 1962.

FELDMAN-BIANCO, B. Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and differences. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v. 4, p. 607-650, 2001.

FONSECA, C. Família e parentesco na antropologia brasileira contemporânea. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.

FRÚGOLI JR., H. Festas populares em Lisboa: uma etnografia do Bairro Alto. *Etnográfica*, v. 18, p. 77-98, 2014.

FRY, P. Internacionalização da disciplina. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

GEERTZ, C. *The interpretation of cultures*. Nova York: Basic Books, 1973.

_____. *Local knowledge: further essays in interpretive anthropology*. Nova York: Basic Books, 1983.

GIUMBELLI, E. Brazil and India: attempts at comparison regarding the relations between the state, religion and society. *Vibrant*, v. 5, p. 179-203, 2008.

GRAVINA, H. Le monde de la Capoeira Angola vu de Marseille: corps, imaginaires et hierarchies en jeu. *Vibrant*, v. 6, p. 123-151, 2009.

GROSSI, M. P. Gênero, sexualidade e reprodução. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.

GUEDES, S. Esporte, lazer e sociabilidade. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.

LIMA, R. K. Ordem pública e pública desordem: modelos processuais de controle social em uma perspectiva comparada. *Anuário Antropológico*, v. 88, p. 21-44, 1991.

- LITTLE, P. E. A política brasileira da ecologia política: aportes da antropologia. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.
- LOBO, A. S. And when women leave? Female emigration from Boa Vista. In: CARLING, J.; BATALHA, L. (Ed.). *Transnational archipelago: perspectives of Cape Verdean migration and diaspora*. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2008.
- _____. "Just bring me a little letter": the flow of things in Cape Verde transnational family relations. *Etnográfica*, v. 18, p. 461-480, 2014.
- MACAGNO, L. *Outros muçulmanos: Islão e narrativas coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- _____. A domestic marxism? Samora Machel and the Creation of the people in Mozambique. *Global South*, v. 8, p. 20-29, 2012.
- MACHADO, I. J. R. Brazilian immigration and the reconstruction of racial hierarchies of the Portuguese Empire. *Vibrant*, v. 1, p. 1-21, 2004.
- MACHADO, R. P. *Counterfeit itineraries in the global south: the human costs of piracy in China and Brazil*. Londres: Routledge, 2017.
- MAIA, S. Intersections of the transnational: Brazilian dancers in New York City's gentlemen's bars. *Vibrant*, v. 6, p. 37-64, 2009.
- MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): antropologia*. São Paulo: Editora Sumaré/Anpocs, 1999.
- MONTERO, P. Religiões e dilemas da sociedade brasileira. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): antropologia*. São Paulo: Editora Sumaré/Anpocs, 1999.
- _____. Antropologia no Brasil: tendências e debates. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.
- MOUTINHO, L. B. et al. Transforming youth identities: interactions across races/colors/ethnicities, gender, class and sexualities in Johannesburg. *Sexuality Research and Social Policy*, v. 7, p. 283-297, 2010.
- NEIBURG, F. Os sentidos sociais da economia. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.
- _____. Foucault em chave etnográfica: o governo dos guêto de Porto Príncipe. *Análise Social*, v. 46, p. 740-755, 2014.
- _____. A true coin of their dreams: imaginary moneys. *Journal of Ethnographic Theory*, v. 6, p. 75-93, 2016.
- NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DOS AMERICANISTAS, 1., 1954, São Paulo. *Anais...* p. 409-434.

NOVAES, S. C. O Brasil em imagens: caminhos que antecedem e marcam a antropologia visual no Brasil. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.

OLIVEN, A. C. Universities and affirmative action: comparing Brazil and the United States. *Vibrant*, v. 5, n. 1, p. 141-161, 2008.

OLIVEN, R. A reprodução da antropologia no Brasil. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

_____. Cultura e identidade nacional e regional. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.

PEIRANO, M. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): antropologia*. São Paulo: Editora Sumaré/Anpocs, 1999.

PEIXOTO, C. E. Em busca do pequeno paraíso: envelhecimento e sociabilidade. In: VELHO, G. (Org.). *Quatro viagens: antropólogos brasileiros no exterior*. Rio de Janeiro: Comunicações do PPGAS/MN, 1995. (Comunicações do PPGAS, n. 6).

_____. *Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro*. São Paulo: Anablume, 2000.

PELÚCIO, L. "Sin papeles" pero con glamur: migración de travestis brasileñas en España. *Vibrant*, v. 6, p. 170-197, 2009.

PINTO, P. G. H. Sufisms and the political economy of morality in Syria. In: HECK, P. L. (Ed.). *Sufism and politics: the power of spirituality*. Princeton: Markus Wiener, 2007.

_____. The sectarianization of the Syrian conflict. In: HASHEMI, N.; POSTEL, D. (Ed.). *Sectarization: mapping the new politics of the Middle East*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

PRADO, R. M. Small town: mitologia e vivência. In: VELHO, G. (Org.). *Quatro viagens: antropólogos brasileiros no exterior*. Rio de Janeiro: Comunicações do PPGAS/MN, 1995. (Comunicações do PPGAS, n. 6).

RAMOS, A. Revisitando a etnologia brasileira. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.

REINHARDT, B. In tapes: the haptic voice of global pentecostal pedagogy in Ghana. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 20, p. 315-336, 2014.

RIBEIRO, G. L. Why (post)colonialismo and (de)coloniality are not enough: a post-imperialist perspective. *Postcolonial Studies*, v. 14, p. 285-297, 2011.

_____. Cosmopolitanism and cosmopolitics. *Annual Review of Anthropology*, v. 43, p. 483-498, 2014.

ROJO, L. F. Borrando los sexos, creando los géneros: construcción de identidades de género en los deportes equestres en Montevideo y Rio de Janeiro. *Vibrant*, v. 6, p. 50-71, 2009.

- SANSONE, L. The making of Suriland: the binational development of a black community between tropics and the North Sea. In: CERVANTES-RODRIGUEZ, M.; GOSFOGUEL, R.; MIELANDS, E. (Ed.). *Caribbean migration to Western Europe and the US: essays on incorporation, identity, and citizenship*. Filadélfia: Temple University Press, 2010.
- SARTI, C. A. Saúde e sofrimento. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.
- SAUTCHUK, C. Ciência e técnica. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.
- SCHWARCZ, L. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): antropologia*. São Paulo: Editora Sumaré/Anpocs, 1999.
- _____. Ensino de pós-graduação em antropologia: algumas primeiras notas comparativas. In: GROSSI, M. P.; TASSINARI, A.; RIAL, C. (Org.). *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Florianópolis: ABA/Nova Letra, 2006.
- SILVA, K. C. Social conflicts and the ethic of reciprocity in Timor-Leste. In: GRENFELL, D. et al. (Ed.). *Nation-building across the urban and rural Timor-Leste*. Melbourne: Globalism Research Center, 2010.
- SIMIÃO, D. S. Imagens da dor: sentidos de gênero e violência em negociação do espaço urbano em Dili, Timor-leste. In: SEIXAS, P.; ENGELEHOVEN, A. (Org.). *Diversidade cultural e construção do estado-nação em Timor-Leste*. Porto: Editora da Universidade Fernando Pessoa, 2006.
- _____. Equal before law, unequal in the community: education and social construction of female authority in East Timor. In: SARMENTO, C. (Ed.). *Women in the Portuguese colonial empire: the theatre of shadow*. New Castle: Cambridge Scholars Publishing, 2008.
- STOCKING, G. Afterword: a view from the center. *Ethnos*, v. 47, n. 1, p. 173-186, 1982.
- STRATHERN, M. *O gênero da dádiva*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- TEIXEIRA, C.; SOUZA LIMA, A. C. A Antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.
- THOMAZ, O. R. De l'océan Indique à l'Atlantique: la production de l'inegalité en portugais. In: AGUDLE, C. C.; BOIDIN, L. S. (Org.). *Autour de l' "Atlantique noir": une polyphonie de perspectives*. Paris: Éditions de l'HEAL, 2009.
- _____. Sentidos da internacionalização na antropologia brasileira. In: RIBEIRO, G. L.; FERNANDES, A. M.; MARTINS, C. B.; TRAJANO FILHO, W. (Org.). *As ciências sociais no mundo contemporâneo*. Brasília: Letras Livres/EdUNB, 2011.
- TRAJANO FILHO, W. Narratives of national identity in the web. *Etnográfica*, 6, p. 141-158, 2002.
- _____. A construção da nação e o fim dos projetos crioulos. In: CRUZ E SILVA, T.; ARAÚJO, M. G. M.; CARDOSO, C. (Org.). *Lusofonia em África: história, democracia e integração africana*. Dakar: CODESRIA, 2005.

_____. O trabalho da criouliização: as práticas de nomeação na Guiné colonial. *Etnográfica*, v. 12, p. 95-128, 2008.

_____. The conservative aspects of a centripetal diaspora: the case of the Cape Verdean tabancas. *Africa*, v. 79, p. 520-542, 2009.

_____. The Creole idea of nation and its predicaments: the case of Guinea-Bissau. In: KNÖRR, J.; TRAJANO FILHO, W. (Ed.). *The powerful presence of the past: integration and conflict along the Upper Guinea Coast*. Leiden: BRILL, 2010a.

_____. Introdução. In: TRAJANO FILHO, W. (Org.). *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: ABA/Athalaia, 2010b.

_____. Goffman en Afrique: les cortèges des *tabancas* et le cadres de l'expérience. *Cahiers d'Études Africaine*, v. 201, p. 193-236, 2011.

_____. A África e o movimento: reflexões sobre os usos e abusos dos fluxos. In: DIAS, J. B.; LOBO, A. S. (Org.). *África em movimento*. Brasília: ABA/Letras Livres, 2012a.

_____. Introdução: perspectivas comparativas nos estudos africanos. In: TRAJANO FILHO, W. (Org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, 2012b.

_____. Travelling terms: analysis of semantic fluctuations in the Atlantic World. In: KNÖRR, J.; KOHL, C. (Ed.). *The upper Guinea Coast in global perspective*. Nova York: Berghahn Books, 2016a.

_____. Da música à criouliização: uma estória de conversão. *Anuário Antropológico*, v. 41, n. 2, p. 205-263, 2016b.

TRAJANO FILHO, W.; MARTINS, C. B. Introdução. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

VASSALO, S. P. Une idée de liberté: representations de la personne, de la politique et du Brésil dans une école de capoeira parisienne. *Vibrant*, v. 4, p. 163-178, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Etnologia brasileira. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): antropologia*. São Paulo: Editora Sumaré/Anpocs, 1999.

ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): antropologia*. São Paulo: Editora Sumaré/Anpocs, 1999.

ZELEZA, P. T. *The study of Africa. Volume I: disciplinary and interdisciplinary encounters*. Dakar: Codesria, 2006.

_____. *The study of Africa. Volume II: global and transnational engagements*. Dakar: Codesria, 2007.

7

EGRESSOS DOS MESTRADOS EM ANTROPOLOGIA NO BRASIL (2004-2012)

Carla Costa Teixeira

A reflexão que me proponho aqui dialoga de perto com as realizadas por Grossi (2004) e Fonseca (2004), que participaram da publicação resultante da primeira pesquisa sobre o campo da antropologia no Brasil¹. Meu objetivo é, principalmente, atualizar comparativamente as interpretações e hipóteses construídas na primeira pesquisa, mas também propor novas questões.

Todas nós, e outros autores de modo transversal nas duas pesquisas, procuramos pensar sobre os destinos dos egressos da pós-graduação em antropologia no Brasil. Mas na primeira pesquisa não havia um capítulo específico sobre a trajetória dos egressos dos mestrados em antropologia. A validade em si desta proposta foi de antemão por mim problematizada em conjunto com os coordenadores da pesquisa: renderia tal empreendimento? Não seria suficiente o que havia sido analisado por Machado e Sprandel e Barretto Filho nesta coletânea, acerca da trajetória profissional de egressos? O escrutínio delicado dos dados que me foram entregues indicou-me dimensões ricas a serem exploradas. Daí ter aceitado este desafio.

Reorganizei em algumas indagações gerais as perguntas que compuseram o questionário a ser respondido pelos egressos: quem são (perfil social, inserção institucional); motivações para cursarem o mestrado; trajetória laboral (antes e depois do curso); e vínculos com eventos e associações acadêmicas. São estas as indagações que também orientarão este texto.

QUEM SÃO OS EGRESSOS DOS MESTRADOS?

“Por que falar em egressos e não em mestres?” é a primeira pergunta que um leitor desavisado pode se fazer. Afinal, quem termina o mestrado não é mestre?

¹ Sempre que necessário também farei referência aos textos de Sprandel e Barretto Filho e Machado nesta coletânea.

Longe de ser um preciosismo ou refinamento artificial, a denominação de egressos do mestrado e não de mestres pode ser compreendida pela centralidade da perspectiva temporal que marcou as duas pesquisas sobre o campo da antropologia no Brasil. A primeira referiu-se ao período entre 1992 e 2002 (11 anos) e a segunda ao período de 2004 a 2012 (9 anos), e, com tais recortes, buscou-se traçar os contornos do campo da antropologia brasileira assumindo de início o seu dinamismo e sua transformação permanente a ser investigada de tempos em tempos pela produção de “fotografias”, no caso, daqueles que saíram dos diferentes programas de pós-graduação em cada período. A metáfora do instantâneo visível através dos dados havia que ser ponderada pela perspectiva comparativa entre períodos, mas já de início também pela consideração dos dados quantitativos em relação aos registros de relatos das experiências vividas pelos egressos (FONSECA, 2004:85-89), com informações oriundas do CNPq e da Capes (TRAJANO FILHO; MARTINS, 2004; Feldman-Bianco nesta coletânea; entre outros em ambas coletâneas) e de outros levantamentos realizados pelos próprios autores (por exemplo, BELTRÃO, 2004; GROSSI, 2004; Machado e Sprandel e Barretto Filho nesta coletânea).

Como se pode verificar na Tabela 1, sem dúvida a expansão da pós-graduação foi de grande magnitude, com acréscimo de 47% no total de dissertações e teses defendidas em comparação à primeira pesquisa. Mais dissertações foram defendidas entre 2004 e 2012: um acréscimo de cerca de 300 dissertações, correspondendo a 31% de variação com relação ao período anterior. Se considerarmos a média anual de defesa de dissertações, no primeiro período (1992-2002) foi de 87 dissertações, passando para 140 dissertações por ano no período coberto pela atual pesquisa (2004-2012). Já no doutorado observamos que o acréscimo de teses defendidas entre os períodos foi maior, 48% (antes 244, agora 511), sendo que a média anual de 22 teses defendidas no primeiro período passou para 57 no segundo período. Olhando detalhadamente para os programas de pós-graduação (Tabela 2), verificamos que alguns têm formado mais mestres: UFPE, UFF, UnB, USP, UFRJ e UFRGS – dentre os quais há o predomínio, como era esperado, dos programas mais antigos. Acompanhando Machado, nesta coletânea, se considerarmos a média anual por programa, o crescimento maior também se dá no doutorado, enquanto no mestrado observa-se um pequeno decréscimo. Tal cenário de expansão deve ser compreendido no contexto de aumento de programas de pós-graduação em antropologia na última década, em especial de mestrados na região Nordeste.

Por fim, há que se ressaltar que os estudantes da pós-graduação estão concluindo o mestrado mais jovens: 29,7 anos em média entre 2004 e 2012 contra 33,7 anos entre 1992 e 2002, ou seja, 4 anos a menos. Já no doutorado tal redução etária foi de 5 anos: no último período foi de 35,9 anos em média e 40,9 anos em média no primeiro período. Ainda, segundo o questionário aplicado aos egressos do doutorado, há mais estudantes mudando de instituição na passagem da graduação para

o mestrado – 61% dos respondentes disseram ter feito a graduação em universidade diferente da do mestrado – do que na passagem do mestrado para o doutorado, quando apenas 25% responderam ter feito mestrado e doutorado em universidades distintas.

Tabela 1 Total de dissertações defendidas por período.

	1992-2002	2004 -2012
Mestrado	960	1262
Doutorado	244	511
Total	1.164	1.773
Anos	11	9
Média anual de defesas	105	197

Tabela 2 Total de egressos de mestrado por instituição e ano de titulação.

PPG	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
UFAM	0	0	0	0	0	2	6	8	9	25
UFBA							4	10	10	24
UFF	12	11	17	11	15	15	11	15	19	126
UFG	0	0	0	0	0	0	0	5	8	13
UFGD	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
UFMG	0	0	0	0	11	9	12	11	11	54
UFPA	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6
UFPB	Programa não existia	Programa não existia	Programa não existia	Programa não existia	Programa não existia	Programa não existia	Programa não existia	0	0	0
UFPE	13	15	14	15	16	11	22	10	21	137
UFPeI									0	0
UFPI	#	#	#	#	#	#	9	8	9	26
UFPR	4	4	7	7	4	7	15	8	13	69
UFRGS	10	14	17	10	14	14	14	9	11	113
UFRJ	12	11	17	14	12	16	14	10	7	113
UFRN	#	#	#	7	4	7	6	5	11	40
UFS	#	#	#	#	#	0	0	0	19	19
UFSC	10	11	9	14	12	10	10	10	18	104
UFSCar	0	0	0	0	3	5	10	18	9	45
UnB	8	19	19	15	17	11	12	12	13	126
Unicamp	18	8	12	10	17	11	8	6	13	103
USP	7	8	20	10	8	12	12	15	26	118
Total	94	101	132	113	133	130	165	160	234	1.262

A partir deste universo, os dados dos questionários respondidos pelos egressos dos mestrados possibilitaram melhor qualificar esses números.

FEMINIZAÇÃO DA DISCIPLINA?

Na pesquisa anterior, foi observada uma expressiva presença das mulheres entre os egressos, principalmente os oriundos do mestrado, mas também entre os que se doutoraram naquele período. Ponderações foram feitas sobre a relação entre tal presença numérica e a ocupação de posições de prestígio no campo disciplinar, com indicações de que tal relação não se verificaria e também da necessidade de aprofundar esta reflexão (GROSSI, 2004:44-45).

Na pesquisa atual, se considerarmos a declaração de pertença ao sexo feminino ou masculino, verificamos na Tabela 3 que a maioria dos egressos do mestrado permanece formada por mulheres, mas como se pode ver na tabela abaixo esta participação caiu significativamente de 72% para 58%: 16 pontos percentuais. Também entre os egressos do doutorado verificamos uma diminuição, mas aqui se trata de uma tendência bem discreta, cujo significado estatístico requer investigações futuras: passou de 59% (1992-2002) para 56% (2004-2012) no último período pesquisado. Assim, pode-se ver que mais homens ingressaram nos programas de pós-graduação em antropologia na última década, durante a qual as mulheres deixaram de representar mais de 2/3 dos egressos e passaram a ser pouco mais da metade.

Tabela 3 Egressos da pós-graduação: sexo².

Sexo	Egressos do mestrado		Egressos do doutorado	
	1992-2002	2004-2012	1992-2002	2004-2012
Feminino	72%	58%	59%	56%
Masculino	28%	42%	41%	44%
Total	100%	100%	100%	100%

Como essa mudança de composição se expressa ou não em posições estabelecidas no campo disciplinar? No que se refere ao perfil dos docentes credenciados na pós-graduação nos diferentes departamentos de antropologia entre 2004 e 2012, a distribuição por sexo de docentes (Tabela 4) indicou a manutenção de certo equilíbrio entre mulheres e homens assinalado na pesquisa anterior (GROSSI, 2002:45). Mas aqui também, como já observado por Machado (nesta coletânea), verifica-se um leve aumento da participação masculina na média geral dos docentes (50,4%). Isso se deve, como pode ser visto na Tabela 5, à maior presença de homens entre os docentes colaboradores (54,1%), já que entre os docentes permanentes as mu-

2 Sempre que as tabelas trouxerem comparação entre os períodos, serão apenas apresentados os dados percentuais. O mesmo padrão será utilizado para comparação entre dados relativos aos egressos de mestrado e doutorado, antes e depois da conclusão do curso.

lheres representam a maioria (50,5), embora não muito expressiva. Se olharmos para os programas discriminados por região, a maior presença de mulheres entre os docentes permanentes não se confirma apenas nas regiões Centro-Oeste (48,1%) e Sudeste (45,9%), mas a presença de homens entre os docentes colaboradores permanece maior em todas as regiões.

Tabela 4 Distribuição dos docentes por sexo (2004 -2012).

Média geral		
Docente	Total	%
Feminino	196	49,6%
Masculino	200	50,4%
Total geral	396	100,0%

Tabela 5 Distribuição dos docentes por sexo e tipo de vínculo (2004-2012).

Por tipo de vínculo		
Docente	Total	%
Colaborador	85	21,5%
Feminino	39	45,9%
Masculino	46	54,1%
Permanente	311	78,5%
Feminino	157	50,5%
Masculino	154	49,5%
Total geral	396	100,00%

É difícil interpretar esses números, mas num sobrevoo mais livre sobre os programas de pós-graduação podemos trabalhar com a hipótese de que o corpo de docentes colaboradores congrega dois perfis de professores: os recém-contratados e os aposentados que permanecem atuando no programa. Assim, se havia equilíbrio anteriormente e antecipando, por experiência própria no campo, que homens e mulheres tendem a se aposentar em nossos programas com idade similar, tal aumento dever-se-ia ao maior número de recém-contratações masculinas. Tal hipótese parece ser corroborada quando consideramos o ano de criação dos programas. Nos programas criados depois de 2005 (191 docentes) observa-se a maioria masculina tanto entre os docentes colaboradores quanto entre os permanentes, respectivamente 52,9% e 52,2%, enquanto nos programas mais antigos (205 docentes) a maioria feminina se mantém entre os docentes permanentes (53,2%), mas decresce entre os colaboradores (45,1%) – acompanhando a proporcionalidade geral observada no período.

Levando em conta esta tendência, podemos aventar que a feminização da profissão observada por Grossi (2004:44) na primeira pesquisa pode estar em processo de reversão, tanto no que se refere aos egressos dos mestrados e doutorados em

antropologia quanto na composição do corpo docente dos diferentes programas de pós-graduação em antropologia. Vale destacar que, além dos dados sugerirem que os programas mais novos estão contratando mais homens, a reversão de proporcionalidade no corpo docente permanente entre homens e mulheres parece se acentuar nas regiões onde se localiza o maior número de programas considerados de excelência na avaliação da Capes (Sudeste e Centro-Oeste). Assim, a diminuição quantitativa da presença de mulheres em nosso campo disciplinar parece estar sendo acompanhada também de uma perda relativa de posições nos programas mais prestigiosos. Será essa uma variação conjuntural ou uma mudança mais persistente em nosso campo disciplinar?

DEMOCRATIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO?

O perfil de escolaridade dos pais dos egressos da pós-graduação de antropologia também sofreu mudança no último período, segundo declaração dos entrevistados. Se antes chamava atenção o percentual significativo de egressos do mestrado que declararam que sua mãe e/ou seu pai possuíam apenas 1ª grau (36,9% em ambos), na pesquisa atual o que se destaca é o decréscimo desta parcela de escolaridade e o aumento significativo dos filhos de mães e pais com ensino superior e/ou pós-graduação (tabelas 6 e 7). Assim, vemos que 52,7% dos egressos do mestrado declararam que a mãe tinha nível superior completo (37,6%) e pós-graduação (15,1%); e com relação ao pai, o percentual é similar, totalizando 52,3%, distribuídos em 37,3% com nível superior e 15,0% com pós-graduação. Em ambos perfis de escolaridade de mães e pais dos egressos de mestrado há um deslocamento da ordem de 30% para a ordem de 50% na escolaridade mais alta. Contudo, tal elevação é maior em alguns programas nos quais o percentual de mães com ensino superior/pós-graduação passa da faixa dos 60% (USP, UFMG e UnB); e no caso dos pais, o percentual está acima de 70% na USP e UnB, enquanto em outros programas o percentual dos egressos que declararam mãe e/ou pai com alta escolaridade não chega a 30%, no caso, UFRN e UFF, para a escolaridade das mães, e UFRN, para a escolaridade dos pais. Assim, manteve-se a desigualdade em relação aos programas no que concerne à pertença a famílias em termos de nível educacional observada na pesquisa anterior³.

3 A pesquisa forneceu os dados da escolaridade de mãe e pai dos egressos de mestrado desagregados por programa, mas, com o receio de que a fragmentação dos dados em subgrupos numerosos como o dos egressos do mestrado (16 programas de pós-graduação em antropologia) poderia trazer distorções, alertou que “como nem todos responderam, utilizou-se um procedimento padrão de ponderação amostral. Isso nos permite fazer uma análise adequada do total da amostra, mas não de subgrupos. Assim, deve-se ter muito cuidado ao se analisar os dados dos programas” (NEVES, s/d). Daí optei por não apresentar uma tabela com tais dados, mas apenas apontar a maior variação entre os programas.

Com relação aos egressos de doutorado, por sua vez, como já observado por Machado (neste volume), o que gostaria de destacar é que também aqui há uma diminuição da parcela de egressos oriundos de famílias com mãe e/ou pai do nível mais baixo de escolaridade: mais expressiva com relação às mães (Tabela 6), que passou de 36,8% para 22,8%, do que com relação aos pais, de 29,3% para 24,0% (Tabela 7). Mas a variação de escolaridade na faixa mais alta é de difícil interpretação, pois há um aumento significativo da escolaridade das mães e uma pequena queda na escolaridade dos pais dos egressos do doutorado, se compararmos os dois períodos pesquisados.

Tabela 6 Nível de escolaridade da mãe do entrevistado (%)⁴.

	Egressos do mestrado		Egressos do doutorado	
Escolaridade da mãe ⁵	1992-2002	2004-2012	1992-2002	2004-2012
1º grau/nível fundamental	36,9%	14,5%	36,8%	22,8%
2º grau/nível médio	30,7%	25,1%	33,8%	26,5%
Superior/pós-graduação	32,4%	52,7%	29,3%	45,8%
Total	100,0%	92,3%	99,9%	95,1%

Tabela 7 Nível de escolaridade do pai do entrevistado (%).

	Egressos do mestrado		Egressos do doutorado	
Escolaridade do pai	1992-2002	2004-2012	1992-2002	2004-2012
1º grau/nível fundamental	36,9%	20,3%	29,3%	24,0%
2º grau/nível médio	24,4%	19,3%	19,5%	25,0%
Superior/pós-graduação	38,7%	52,3%	51,1%	44,3%
Total	100,0%	91,9%	99,9%	93,3%

Considerando tais dados, caberia indagar se a pós-graduação em antropologia, em especial o mestrado, permanece como um “espaço de democratização do ensino superior no Brasil” (GROSSI, 2004:51). É preciso cautela para responder tal questão. Uma primeira leitura sugere que não, visto que o gargalo de acesso para aqueles filhos de pai e/ou mãe de baixa escolaridade parece ter se estreitado justamente no mestrado, no qual observamos nas tabelas 6 e 7 tanto a acentuação da queda dos egressos que declararam ter mãe e/ou pai de mais baixa escolaridade quanto da elevação dos que declararam mãe e/ou pai de mais alta escolaridade. Não obstante, há que pensar melhor sobre o que tais percentuais indicam.

4 Dados fornecidos pela pesquisa da ABA no documento de Neves (2017). Os totais do período 2004-2012 não fecham em 100% devido à exclusão dos que não responderam e dos que responderam “sem instrução”. Tais exclusões foram feitas em prol da comparabilidade entre períodos, uma vez que as tabelas do período anterior não traziam estas respostas.

5 A categoria incluída após a barra foi utilizada na pesquisa atual e que avaliei ser equivalente à utilizada na pesquisa anterior para efeito de comparação – o mesmo critério foi utilizado na tabela de escolaridade do pai.

Gostaria de sugerir que a mudança de perfil de escolaridade de mãe e pai dos egressos da pós-graduação em antropologia deve ser considerada em relação ao incremento do nível de escolarização da população brasileira ao longo dos 20 anos cobertos pelas duas pesquisas. Em 2002, os jovens frequentando o ensino superior no Brasil representavam 29% dos estudantes entre 18 e 24 anos⁶; em 2012, este percentual subiu para 52%⁷. Tal incremento se fez sentir de forma mais acentuada justamente entre 2004 e 2013 (período da segunda pesquisa) e no ensino superior, quando a proporção de pessoas da faixa etária entre 25 e 34 anos com ensino superior praticamente dobrou, passando de 8,1% para 15,2%. Também a escolaridade média da população de 25 anos ou mais aumentou entre 2004 e 2013, passando de 6,4 para 7,7 anos de estudo⁸, o que, por sua vez, pode nos ajudar a compreender a diminuição de pais e/ou mães de baixa escolaridade entre os egressos do mestrado na segunda pesquisa.

Se somarmos a esse horizonte de aumento de escolarização o fato de que os egressos da pesquisa anterior remontam ao período de 1992 a 2001 e, portanto, a geração de parte desses pais e mães nasceu antes dos anos 1950, quando a graduação era incipiente no país, a interpretação mais adequada é que a aparente elitização da pós-graduação em antropologia foi, ao contrário, fruto da democratização do ensino superior nas últimas décadas. Outro elemento importante a ser observado em pesquisas futuras, seja por replicação deste mesmo formato de investigação, seja por aprofundamento em instituições específicas, é o impacto do sistema de cotas nas graduações e nas pós-graduações, bem como os efeitos dos cortes de recursos para as universidades públicas e para bolsas nas universidades e faculdades particulares por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004 – um tipo de financiamento estudantil governamental não reembolsável.

POR QUE FAZER O MESTRADO?

Na primeira pesquisa, Fonseca (2004:71) ressaltou o baixo destaque dado a “corrigir deficiências da graduação” entre as razões alegadas para ter cursado o mestrado. Essa tendência também é observada para os egressos de 2004 a 2012: apenas 19,5% alegaram ter essa razão pesado muito na decisão de cursar o mestrado e 22,6% disseram que pesou um pouco⁹.

6 Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?&t=downloads>. Acesso em: 16 jan. 2018.

7 IBGE (2013).

8 Id. (2014).

9 No caso do doutorado, o fator equivalente, ou seja, “corrigir deficiências do mestrado”, é ainda menos significativo na pesquisa atual: apenas 8% alegaram ter pesado muito e 25% ter pesado um pouco.

A permanência desta baixa percepção ao longo dos dois períodos pesquisados pode ter várias leituras. Uma delas é que a pergunta não é boa: quem gosta de declarar genericamente que tem deficiências na sua formação? Outra é que a formação na graduação é de fato considerada boa pela grande maioria dos egressos. Para aferir a validade de uma dessas interpretações, será importante em pesquisa futura indagar de forma semelhante ao que foi feito para compreender as razões pelas quais o mestrado não havia contribuído para a experiência de trabalho do egresso, em que se pedia que o entrevistado marcasse as deficiências na formação obtida no curso¹⁰. Desta forma, não só se permite ao entrevistado localizar pontualmente falhas na sua formação (em vez de desautorizar a formação como um todo), mas também se sugere ao egresso a possibilidade de correção institucional destes pontos nos cursos de mestrado ou, pelo menos, de sua reflexão por parte daqueles que atuam como docentes nos programas de pós-graduação e podem, portanto, reparar tais falhas.

Outra leitura ainda é que na hora de responder a esta pergunta os egressos dão prioridade aos projetos futuros, ou seja, aos motivos para que e não aos motivos por quê. Se, como bem destacou Schutz (1979), o presente é sempre orientado pelo passado e pelo futuro, no caso das motivações para a ação isso se expressa em ponderações que podem enfatizar algo ocorrido no tempo pretérito (razões pelas quais agi de tal forma ou tomei tal decisão) ou enfatizar algo almejado no tempo futuro (objetivos com vistas aos quais agi de uma forma ou de outra).

No caso em tela, tal orientação para o futuro, no período entre 1992-2002, se expressou principalmente em “aspirações acadêmicas” (pesquisa e carreira docente) como principal motivação para o ingresso no mestrado e mais ainda no doutorado (FONSECA, 2004:71). Tal ênfase também se mantém na pesquisa atual, mas algumas ponderações são necessárias. A opção “ampliar oportunidades profissionais” ganhou realce, tendo sido marcada por 70% dos respondentes; e, nesse caso, não há necessariamente vinculação com o mercado de trabalho formado por universidades e institutos de pesquisa. Na pesquisa anterior, Fonseca (2004:71) havia assinalado que “ampliar oportunidades de trabalho” recebeu destaque “moderado” – embora não explicita o percentual, dificilmente 70% seria considerado “destaque moderado”.

Não obstante a variação entre os períodos seja insignificante se somarmos os que declararam que as “aspirações acadêmicas” pesaram (muito ou pouco) na decisão de fazer o mestrado, ao considerarmos apenas os que disseram ter pesado muito, a queda foi em torno de aproximadamente 16 pontos percentuais na opção “carreira de pesquisador” e 18% na “carreira docente” – como se pode conferir na

10 Refiro-me às alternativas a serem marcadas no caso da pergunta relativa ao mercado de trabalho, no caso: 1. Faltou melhor formação para lidar com políticas públicas; 2. Faltou melhor formação para lidar com programas sociais; 3. Faltou melhor formação para lidar com as comunidades atendidas; 4. Outras deficiências; quais?

Tabela 8 abaixo, o maior decréscimo foi com relação à carreira docente. Isso é compreensível, considerando que o doutorado¹¹ tornou-se progressivamente mais decisivo para o ingresso na carreira docente de nível superior e, nas universidades públicas, condição necessária – em que pesem algumas variações regionais em que concursos foram feitos para mestres em função da baixa oferta de candidatos doutores. O mestrado continua sendo importante no Brasil, principalmente se considerarmos outros contextos nacionais como o ambiente acadêmico estadunidense, onde o mestrado já é parte do doutorado e não mais se exige dissertação. Contudo, para a carreira docente de nível superior, não é mais suficiente.

Em verdade, o que chama a atenção, como se pode observar na Tabela 8, é que ainda hoje mais da metade dos egressos de mestrado tenha alegado seguir/aprimorar carreira docente como motivação para cursar o mestrado. Ainda mais se considerarmos que apenas 78 entrevistados declararam trabalhar como docente no ensino superior quando se inscreveram para o mestrado. Tal percepção reforça a hipótese de que haveria uma projeção de mais longo prazo na relação entre o curso de mestrado e a trajetória pretendida, incluindo o curso de doutorado ou outro tipo de pós-graduação neste horizonte. Assim, verificamos que mais da metade dos egressos do mestrado se engajou na continuação de seus estudos na pós-graduação: 17% concluíram o doutorado, 35% estavam fazendo o doutorado e 5% realizaram algum curso *lato sensu*.

Tabela 8 Principais razões declaradas pelos egressos do mestrado para ingressar no mestrado por período.

Razões declaradas	1992-2002	2004-2012		
		“pesou muito”	“pesou um pouco”	Total
Seguir carreira de pesquisador	85,7%	70,4%	11,3%	81,7%
Obter melhor trabalho em termos acadêmicos e/ou profissionais	82,6%	68,7%	11,6%	80,3%
Seguir/aprimorar carreira docente	75,4%	57,2%	16,7%	73,9%

Gostaria, por fim, de assinalar que menos da metade dos egressos (45%) declarou “obter melhor nível de renda” como motivação importante para o mestrado, o que confirma a pouca ênfase já verificada na pesquisa anterior. Seja por uma certa percepção de si como portador de perfil vocacionado por parte dos egressos do mestrado – um valor orientador do próprio campo disciplinar; seja pelo fato de a escolha do curso de ciências sociais e/ou antropologia na graduação (64% dos egressos) já ter feito um recorte daqueles estudantes que não têm na busca

11 Entre 2004 e 2012, 76,4% dos egressos do doutorado declararam a docência como motivação principal (“pesou muito”) e 12,6% afirmaram ter pesado um pouco na sua decisão.

por compensação financeira a razão central da escolha da profissão a seguir. Tais interpretações também parecem boas para pensar o baixo percentual que afirmou como motivação aproveitar o incentivo das bolsas de estudo: pesou muito, 26%; pesou um pouco, 31%; não pesou, 25%.

Contudo, a importância da bolsa de estudos na trajetória dos egressos do mestrado requer reflexões num horizonte mais amplo que inclua as condições de ampliação e reprodução institucional da própria pós-graduação no Brasil – e não apenas as percepções motivacionais dos egressos. Tal ponderação é feita no capítulo de Ana Paula Miranda, nessa coletânea, mas, como pode ser visto na Tabela 9 abaixo, gostaria de assinalar que 80% dos egressos de mestrado declararam ter recebido bolsa e, se considerarmos apenas o universo dos que receberam bolsa (862 egressos), observamos que mais da metade foram bolsas Capes (54%) e cerca de um terço bolsas CNPq (33%). Tal predomínio de bolsas Capes em relação às bolsas CNPq já fora observado na pesquisa anterior, contudo, se antes o diagnóstico era de um “discreto aumento” (SEYFERTH, 2004:104), agora a cota de bolsas Capes soma o dobro das bolsas CNPq.

Não obstante se tenha alterado a matriz de bolsas, continua inquestionável a relevância das agências de fomento federais (87% das bolsas) para a dedicação exclusiva dos pós-graduandos à sua formação acadêmica, nesta fase tão central que é o mestrado: momento em que são socializados na teoria e na metodologia antropológica a fim de posteriormente, no doutorado, galgarem a condição de pesquisadores autônomos. A perda de recursos para educação e ciência e tecnologia que se constata hoje, e que é prevista para os próximos anos¹², deverá ter um impacto estrondoso neste quadro de financiamento dos estudantes de pós-graduação e na própria dinâmica do campo da antropologia como um todo.

Tabela 9 Declaração de recebimento de bolsas durante o mestrado 2004-2012.

Resposta	Frequência	%
Não tive bolsa	157	14,58
Sim, tive bolsa de assistente/auxiliar em projeto de pesquisa	10	0,93
Sim, tive bolsa de mestrado da Capes	467	43,36
Sim, tive bolsa de mestrado do CNPq	288	26,74
Sim, tive bolsa de mestrado da Fapesp	41	3,81
Sim, tive bolsa de mestrado de outra agência ou fonte	56	5,20
Não respondeu	58	5,39
Total	1.077	100,00

12 Refiro-me especialmente à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241 na Câmara; PEC 55 no Senado) que foi aprovada em 2016 e que limita os gastos públicos ao gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação por um período de 20 anos – podendo este limite ser revisto após 10 anos.

RELAÇÃO ENTRE MESTRADO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Agora que já delineamos o perfil social dos egressos do mestrado, vamos abordar a relação entre esta formação e suas trajetórias profissionais. O que faziam quando se inscreveram no mestrado? Em que o mestrado impactou nos seus rendimentos? E na obtenção de melhor inserção no mercado de trabalho?

De início há que se destacar que apenas 41% faziam a graduação quando se inscreveram para cursar o mestrado, mas este dado apresenta variação conforme o programa de pós-graduação em que o egresso se formou. Como observaram Sprandel e Barretto Filho nesta coletânea, tal proporção se inverte na UnB, Unicamp, UFF e UFRGS, “dando a entender que nesses casos há um recrutamento precoce mais efetivo de graduandos – estilo ‘passagem direta’ – para os programas de pós”. Sugiro que valeria investigar se tal recrutamento precoce se deveria a uma postura mais ativa dos docentes nesta direção (orientação de PROIC, envolvimento dos graduandos em laboratórios e núcleos de pesquisa junto com estudantes de pós-graduação etc.); às condições institucionais do programa (tipo e momento do processo de seleção mais ou menos propício a esta passagem direta,¹³ oferta de bolsas, condições materiais de acolhimento dos estudantes etc.); ou a uma combinação entre ambas e ainda o mercado de trabalho local.

Tabela 10 Percentual dos que estavam trabalhando antes e depois da conclusão do curso (2004-2012).

Resposta	Mestrado		Doutorado	
	% antes	% depois	% antes	% depois
Estava trabalhando	52,73	67,22	49,75	82,18
Não estava trabalhando	40,67	26,74	37,87	5,20
Não respondeu	6,60	6,04	12,38	12,62
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 11 Percentual dos que estavam trabalhando antes e depois da conclusão do curso por tipo de atividade (2004-2012).

Resposta	Mestrado		Doutorado	
	% antes	% depois	% antes	% depois
Autônomo	30,11	10,08	21,89	7,23
Empregado no setor privado	19,72	23,48	26,87	7,83
Empregado no setor público	38,90	63,95	46,27	84,34

13 Este parece ser o caso da UnB, onde o processo de seleção se dá por meio de um ensaio etnográfico, para o qual, com frequência, os candidatos reanalisam os dados da pesquisa de suas monografias considerando os temas especificados no edital de cada ano.

Tabela 11 *Continuação...*

	Mestrado		Doutorado	
Empregado em ONG ou sindicato ou partido político	11,27	2,49	2,49	0,60
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

No entanto, a maioria trabalhava quando se inscreveu para o mestrado (Tabela 10, 52,73%), tendo como principal atividade remunerada um emprego no setor público (Tabela 11, 38,90% dos que trabalhavam), mas não necessariamente na administração pública: se 221 declararam estar empregados no setor público, apenas 94 disseram ser numa instituição da administração pública, ou seja, menos da metade deste universo. Pode-se inferir daí que atividades em instituições de ensino e pesquisa também compõem o universo do denominado “setor público”¹⁴. Contrariando as expectativas de maior inserção dos egressos no setor público na capital federal, a UnB ocupa apenas o terceiro lugar, com 30%; a USP o segundo lugar, com 33%; e a UFRJ o primeiro lugar, com 42% que declararam estar empregados no setor público quando se inscreveram para o curso¹⁵ – o que sugere que tal vinculação é muito mais espalhada e complexa. Vale destacar, ainda, na leitura da Tabela 11, a baixa inserção no setor privado (29,72%) e especialmente em trabalhos em ONG, sindicato, partido político e associação (11,27%), já verificadas também na pesquisa anterior. No entanto, mais uma vez há variações locais: entre os egressos do mestrado da USP, cerca de um terço (33%) declarou estar empregado no mercado das ONG, sindicato, partido e associação quando se candidatou ao mestrado.

Tal ponderação adquire relevância não somente pela continuidade da baixa inserção dos antropólogos egressos do mestrado e também do doutorado no setor das ONGs e outras instituições sociais/políticas que se nota antes e após a conclusão do curso, mas principalmente porque as ONGs foram um dos focos de reflexão do evento pioneiro “Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos” promovido em 2002 pela ABA, em articulação com a UFF. Nessa ocasião, avaliava-se que as ONGs “constituem atualmente um amplo espaço de atuação dos antropólogos” (SILVA, 2008:16), o que não parece ter se confirmado em nenhuma das pesquisas. Embora alguns antropólogos venham atuando de diferentes formas nas ONGs (consultores, empregados, voluntários

14 A situação de trabalho antes e depois do mestrado foi perguntada de duas formas: tipo de emprego (autônomo; empregado no setor público; no setor privado; em ONG, sindicato, partido político, associação) e tipo de instituição (administração pública, empresa etc.). As tabelas completas se encontram em Sprandel e Barretto Filho nesta coletânea.

15 Mesmo guardando a ressalva metodológica quanto ao cuidado na fragmentação dos dados em subgrupos da amostra, estes percentuais são indicadores pelo menos da não concentração deste tipo de inserção na UnB.

etc.), tal inserção não atingiu a magnitude então projetada, e as instituições de ensino mantêm sua centralidade no campo antropológico¹⁶.

O que mais acontece em termos de empregabilidade, no entanto, quando os entrevistados concluíram o curso? É importante agora ponderar acerca das alterações sofridas neste perfil de inserção no mercado de trabalho após o término do mestrado. O farei aqui, como já havia dito anteriormente, de forma a complementar as reflexões realizadas por outros nesta coletânea e em diálogo com a primeira pesquisa sobre nosso campo disciplinar.

Uma análise fina da situação de empregabilidade antes e depois do curso nos indica que a conclusão do mestrado implicou, como era de se esperar considerando o valor da titulação no mercado de trabalho brasileiro, em melhoria da inserção dos egressos no mercado, passando de 53% para 67% os que se declararam trabalhando. Mas, como também era esperado, tal melhoria foi bem mais acentuada após a conclusão do doutorado, quando os que se declararam trabalhando antes e depois do curso saltaram de 50% para 82%. Assim observamos que o aumento proporcional da condição de empregabilidade após a conclusão do mestrado foi de 26%, menos de um terço, enquanto, como Igor Machado mostra nesta coletânea, para o doutorado houve um crescimento relativo de 64% dos que se declararam trabalhando, se considerarmos a situação em que se encontravam anteriormente.

Se olharmos agora apenas para os que estavam trabalhando, como podemos ver na Tabela 12, o setor público era o que mais empregava os pós-graduandos antes de concluírem o curso e permanece como principal destino dos egressos do mestrado e, principalmente, dos egressos do doutorado. Há queda acentuada dos que trabalhavam como autônomos, passando da ordem de 30% antes para 10% depois da conclusão do mestrado – tendência também observada nos egressos do doutorado. A empregabilidade na administração pública não apresenta variação significativa antes (16,5%) e depois do mestrado (19,6%), mas, se compararmos com a pesquisa anterior, hoje são relativamente menos os egressos aí trabalhando antes da conclusão do curso: 30% no período 1992-2002 (FONSECA, 2004:72); 16,5% no período 2004-2012¹⁷; no doutorado o percentual é menor e também apresenta tendência de queda após o término do curso. Já se considerarmos os empregados no setor privado, verificamos um discreto aumento deste tipo de emprego entre os mestres e uma forte queda entre os doutores.

16 Este processo transcende as dinâmicas do campo antropológico e envolve a própria trajetória das ONGs no Brasil. Algumas perguntas, contudo, podem ser antecipadas como relevantes: Que perfil de antropólogo tem atuado neste setor? Os de maior senioridade e prestígio? Como se desenvolveu a matriz dos recursos mantenedores das ONGs: agências de ajuda internacional, recursos públicos? Houve um encolhimento deste mercado no Brasil? Qual o espaço que as ONGs passaram a ocupar na gestão pública?

17 Esta inserção é objeto de Sprandel e Barretto Filho nesta coletânea.

Tabela 12 Tipo de instituição do trabalho dos egressos do mestrado antes e depois da conclusão do curso (2004-2012).

Resposta	Frequência antes	% antes	Frequência depois	% depois
Administração pública	94	16,55	142	19,61
Empresa	74	13,03	82	11,33
Instituição de assessoria ou promoção social (ONG)	26	4,58	14	1,93
Instituição de ensino superior	108	19,01	367	50,70
Instituição de pesquisa	96	16,90	21	2,90
Instituição ou organização política ou movimento social	45	7,92	22	3,04
Outro tipo de instituição de ensino	89	15,67	72	9,94
Outra situação	36	6,34	4	0,55
Total ¹⁸	568	100,00	724	100,00

Sobretudo, chama atenção a inserção dos pós-graduandos em instituições de ensino; em instituição de ensino superior: 19% antes e 51% depois da conclusão do mestrado; em outra instituição de ensino: 16% antes e 10% depois. Embora não possamos afirmar que todos nesse universo atuavam como professor, se ponderarmos o fato de que quase metade (346 respondentes, 48%) dos 724 mestres formados, que responderam estar trabalhando, afirmou em outra pergunta do questionário ser docente no ensino superior, obtemos forte indicador de que poucos egressos estariam em outras funções nas instituições de ensino¹⁹. E detalhando um pouco mais: a maioria destes docentes mestres estava em instituições federais (216 respondentes, 56%), seguidos dos que declararam estar em instituição particular (107 respondentes²⁰)²¹, o que significa que, no último período, o título de mestre foi suficiente para 216 egressos estarem na docência em instituições federais de ensino superior – o que provavelmente não mais ocorrerá nos dez anos seguintes ao período desta pesquisa. E também que, diferente do que Machado observou para os egressos de doutorado nesta coletânea, as faculdades particulares são um importante mercado de trabalho para os egressos de mestrado, que, com frequência, iniciam aí sua trajetória de docente, acumulam experiência, fazem o doutorado

18 Os totais variam por se referirem ao número de respondentes de cada pergunta.

19 Não abordarei a inserção dos egressos do doutorado no ensino superior porque essa é um dos focos de reflexão de Machado nesta coletânea.

20 Devido à variação de respondentes nas perguntas: “É docente no ensino superior na atividade principal?” (346 – Sim) e “Ensino superior na atividade principal: dependência administrativa?” (387 – Total de respondentes); o valor absoluto de 107 que responderam “dependência administrativa particular” pode representar, respectivamente, 31% e 28%. Tal variação não foi verificada no valor percentual dos 216 respondentes em instituições federais abordadas antes.

21 As outras opções eram instituição estadual (44 respondentes) e instituição comunitária (22 respondentes).

(não necessariamente de modo sequencial) e partem para tentar o ingresso nas instituições públicas.

Um sobrevoo nos programas de pós-graduação em antropologia revela certa concentração de egressos de mestrado lecionando nas instituições federais entre aqueles oriundos da UnB (71 egressos); UFRJ (38 egressos); e USP (35 egressos). O que parece confirmar a hipótese de que os egressos de programas avaliados como de excelência pela Capes têm melhores chances de se inserir neste espaço considerado prestigioso em nosso campo disciplinar. Concentração similar, com leve variação, observa-se entre os que declararam estar trabalhando em regime de dedicação exclusiva, regime que é próprio das universidades públicas: UnB (56 egressos); USP (35 egressos); Unicamp (32 egressos); e UFRJ (29 egressos) – uma variação que é coerente com o peso que as universidades estaduais têm no estado de São Paulo²².

A Tabela 13 mostra também que são relativamente muitos os egressos do mestrado que lecionam no ensino superior nos departamentos de Antropologia (27%) e de Ciências Sociais (22%), seguidos de longe pelos que se inserem no departamento de Educação (8%) – a maior parte, como esperado, atua na graduação e poucos na pós-graduação. Na categoria “Outros”, totalizando 72 respondentes, destacam-se os 46 que estão em departamentos de Direito, sendo quase todos da USP: 35 egressos ao todo. Se considerarmos que a disciplina Antropologia do Direito tornou-se parte do rol das disciplinas de formação geral a partir de 2004 em todos os cursos de Direito, este número não é tão significativo e indica que são os egressos do próprio Direito que estão assumindo esta docência.

Tabela 13 Departamentos no quais os egressos do mestrado estão lotados (2004-2012).

Resposta	Frequência	%
Antropologia	68	27,31
Ciências Sociais	54	21,69
Educação	20	8,03
Sociologia	12	4,82
Saúde	12	4,82
História, Museologia ou Arqueologia	11	4,42
Outros	72	28,92
Total	249	100,00

Outra informação relevante para compreender a inserção dos egressos do mestrado no mercado de trabalho é a forma de obtenção do trabalho. Tanto com rela-

22 Devido aos números absolutos dos respondentes por programa ser baixo, não cabe tratamento estatístico, pois isso incorreria em alto risco de distorção. Tais números devem ser considerados indicadores de tendências a serem acompanhadas e não como afirmação de fatos.

ção ao trabalho anterior quanto ao posterior ao mestrado, a forma mais frequente de terem tomado conhecimento do trabalho foi por anúncio e edital de concurso público na internet. Tal forma claramente é condizente com a alta inserção no setor público já assinalada anteriormente. O que gostaria de destacar agora é a baixa participação de ex-orientadores e ex-professores na circulação de informação sobre oportunidades de trabalho: apenas 57 assinalaram esta alternativa no que concerne ao trabalho anterior e 44 com relação ao trabalho após concluir o mestrado, uma diminuição percentual expressiva, como a Tabela 14 abaixo permite ver. Tal relação significa muito menos do que as indicações de trabalho feitas por amigos e colegas: 105 para o emprego anterior ao mestrado e 188 para o emprego “atual”. Isso pode ser interpretado, para além do perfil de inserção no mercado, como um indicador do predomínio das redes horizontais de informação sobre oportunidades de trabalho, ou seja, são os pares que detêm esse capital. O que por sua vez pode ser indicador também de certa desconexão dos orientadores e dos professores em geral com relação ao mercado de trabalho ou do predomínio de um ethos em que ser capaz de obter tal mapa seja parte das habilidades esperadas já dos egressos do mestrado.

Tabela 14 Como os egressos do mestrado tomaram conhecimento do trabalho antes e depois do curso (2004-2012).

Respostas	Antes		Depois	
Anúncio/Edital de concurso público na internet	113	35,6%	272	38,8%
Ex-orientador e ex-professor	57	18,0%	44	6,3%
Amigo ou colega	105	33,1%	188	26,8%
Parente	18	5,7%	59	8,4%
Outras formas	24 ²³	7,6%	138 ²⁴	19,7%
Total	317	100,0%	701	100,0%

Ainda como podemos ver na Tabela 15, a seguir, a grande maioria dos egressos do mestrado avalia que a formação obtida no mestrado contribuiu muito para o trabalho que realizava. Olhando as respostas dos que avaliaram que sua contribuição foi pouca ou nenhuma, a principal razão alegada foi a necessidade de “melhor formação para lidar com políticas públicas” e/ou com “programas sociais” (82 egressos); enquanto poucos mencionaram “melhor formação para lidar com as comunidades atendidas” (4 egressos); e outros alegaram faltar formação para “atuar no mercado privado” e/ou “mercado de trabalho” (11 egressos). Não é surpreendente

23 Respostas muito diversas: “indicação do programa” (2 respondentes); “indicação de ex-chefe” (3 respondentes), “sempre trabalhei como produtora” (5 respondentes) etc.

24 Inclui: “Eu fiz contato direto com o empregador” (40 respondentes) e “através do departamento em que estudo” (35 respondentes).

que os egressos do mestrado avaliem estar bem preparados para lidar com as comunidades, afinal essa relação é parte das reflexões que constituíram nossa disciplina desde pelo menos Manilowski e suas ponderações sobre como apreender o ponto de vista nativo; e têm sido reelaboradas até hoje em diferentes perspectivas: como estabelecer relação de confiança em campo; as relações de poder e o fazer etnográfico; escrever com e não sobre os sujeitos pesquisados etc. O mesmo já não se pode afirmar sobre políticas públicas e programas sociais. Essas não são questões clássicas do campo antropológico, envolvem investigações com burocracias, instituições, elites, o fazer política em sociedades nacionais contemporâneas e, não obstante venham ocupando maior espaço desde o apelo de Laura Nader nos anos 1960 para que os antropólogos estudassem “os de cima”, não integram a matriz disciplinar formadora das pós-graduações²⁵. Mas, pelo visto, tudo indica que integram o campo de atuação profissional dos egressos do mestrado. Vale destacar, ainda, que entre os egressos do doutorado é maior a parcela dos que consideraram ter sua formação contribuído muito para a atividade que desempenhavam (79% dos egressos), o que parece coerente com o perfil mais acadêmico de sua inserção no mercado de trabalho²⁶.

Tabela 15 A formação obtida no mestrado tem contribuído para as atividades que desenvolve? (2004-2012).

Resposta	Frequência	Percentual
Tem contribuído muito	712	66,05%
Não respondeu	190	17,63%
Tem contribuído um pouco	158	14,66%
Não tem contribuído	18	1,67%
Total geral	1078	100,00%

E com relação à satisfação com o trabalho exercido após o término do mestrado? Como podemos ver na Tabela 16, a maioria se disse satisfeito, 35%, muito satisfeito, e 36%, um pouco satisfeito. Quanto ao reconhecimento que as oportunidades de trabalho melhoraram, para 36% melhorou muito e para 43% melhorou pouco. Mas uma parcela bem maior avaliou que o trabalho que exercia após o mestrado era melhor do ponto de vista acadêmico ou profissional: muito melhor, 58%, um pouco melhor, 30%. No que diz respeito à melhoria de remuneração antes e depois do mestrado: 51% afirmaram que o nível de rendimento aumentou muito e 28% disseram ter aumentado um pouco. Os níveis de rendimento que mais con-

25 Para os interessados, consultar Teixeira e Souza Lima (2010).

26 Talvez o baixo número dos que não responderam a esta questão entre os egressos do doutorado (apenas 3%), em relação ao mestrado, também tenha impactado este resultado relativo.

centram egressos após o término do curso são acima de 5.500,00 reais e acima de 1.500,00 até 2.500,00 reais, que somados correspondem a 58% dos respondentes (Tabela 17), o que localiza tais egressos entre os estratos mais altos da população brasileira, considerando os valores do salário mínimo no período²⁷.

Tabela 16 Percepção do trabalho após o mestrado (2004-2012).

Respostas	Sim, muito		Sim, um pouco		Não ²⁸		Total ²⁹	
Está satisfeito com seu trabalho?	284	34,7%	291	35,6%	137	16,7%	817	87,0% ³⁰
Suas oportunidades de trabalho aumentaram?	318	35,6%	389	43,6%	185	20,7%	893	100,0%
Seu trabalho atual é melhor?	479	57,8%	229	27,7%	120	14,5%	828	100,0%
Seu nível de rendimento é maior?	443	51,3%	246	28,5%	174	20,2%	863	100,0%

Tabela 17 Nível de rendimento declarado pelos egressos do mestrado após conclusão do curso (2004-2012).

Respostas	Frequência	Percentual
Até 1.500,00 reais	59	6,8%
Acima de 1.500,00 até 2.500,00 reais	197	22,8%
Acima de 2.500,00 até 3.500,00 reais	95	11,0%
Acima de 3.500,00 até 4.500,00 reais	115	13,3%
Acima de 4.500,00 até 5.500,00 reais	98	11,4%
Acima de 5.500,00 reais	299	34,7%
Total ³¹	862	100,0%

27 O salário mínimo médio no período foi de R\$ 487,40, variando entre R\$ 260,00 em 2004 e R\$ 622,00 em 2012. O IBGE divide a população em 5 classes: classe A – mais de 15 salários mínimos; classe B – mais de 5 a 15 salários mínimos; classe C – mais de 3 a 5 salários mínimos; classe D – mais de 1 a 3 salários mínimos; e classe E – até 1 salário mínimo.

28 No caso da pergunta sobre satisfação com o trabalho, fiz equivalência entre a soma das alternativas “muito insatisfeito” (90) e “medianamente insatisfeito” (47) e a alternativa “não satisfeito”, que compuseram as outras perguntas.

29 Total de respondentes a cada pergunta, por isso há variação entre os totais.

30 Total absoluto de respondentes inclui os que responderam “nem satisfeito, nem insatisfeito” (105), por isso os percentuais não somam 100%.

31 Total de respondentes de 1.047 da amostra total, ou seja, 18% não responderam essa questão.

RELAÇÃO ENTRE MESTRADO E INSERÇÃO NO CAMPO ACADÊMICO-CIENTÍFICO

Se a avaliação dos egressos do mestrado com relação à inserção no mercado após a conclusão do curso foi muito positiva, como eles têm atuado nas atividades de pesquisa? Como se pode ver na Tabela 18, a grande maioria declarou ter participado de pesquisas nos últimos 3 anos (62% da amostra total) e principalmente em pesquisas realizadas em equipe: opções “projeto em equipe” e “projetos individuais e em equipe”, 50% (Tabela 19). E dos que responderam ter atuado em pesquisa (647 ao todo), vemos na Tabela 20 que 440 afirmaram ter recebido financiamento para tal (68%), sobretudo financiamento de órgãos federais (62%), como consta na Tabela 21. Tal informação confirma o desejo de seguir carreira de pesquisador como principal motivação declarada por 70% dos egressos para fazer o mestrado. Mas, sobretudo, aponta para o fato de que não seriam apenas os que se encontram trabalhando como professor no ensino superior (346 respondentes) ou em instituições de pesquisa (21 respondentes)³² que se engajaram em pesquisas após o mestrado, indicando, portanto, que a fronteira entre os antropólogos intra e extramuros da academia é muito mais permeável do que tal denominação parece sugerir.

Tabela 18 Atuaram em projetos de pesquisa nos últimos três anos? (2004-2012).

Respostas	Frequência	%
Sim	647	61,8%
Não	234	22,3%
Não responderam	166	15,9%
Total	1.047	100,0%

Tabela 19 Tipo de participação em projeto de pesquisa nos últimos 3 anos (2004-2012).

Respostas	Frequência	Percentual
Projetos individuais	160	15,2%
Projetos em equipe	497	47,5%
Projetos individuais e de equipe	28	2,7%
Não responderam	362	34,6%
Total	1.047	100,0%

32 Conferir Tabela 10 e análise complementar antes, neste texto.

Tabela 20 Com financiamento de pesquisa? (2004-2012).

Respostas	Frequência	Percentual
Sim	440	42,0%
Não	228	21,8%
Não responderam	379	36,2%
Total	1.047	100,0%

Tabela 21 Se sim, qual o tipo de financiamento? (2004-2012)³³.

Respostas	Frequência	Percentual
Órgão federal	281	61,9%
Órgão estadual	114	25,1%
Órgão municipal	3	0,7%
Agência internacional	22	4,8%
ONG, sindicato, partido, associação	19	4,2%
Empresa privada	15	3,3%
Total	454	100,0%

Tal engajamento também se expressa quando olhamos para os que apresentaram trabalho em eventos científicos nos últimos cinco anos: apenas 71, ou seja, 7%, declararam não ter apresentado num universo de 1.047 respondentes. É realmente muito pouco. Resta ver, no entanto, em que tipo de evento estiveram presentes. Na Tabela 22 abaixo, salta aos olhos a importância da ABA na promoção dos espaços de reflexão compartilhada e troca de experiências para os antropólogos: 413 respondentes, ou seja, 39% dos egressos do mestrado, apresentaram seus resultados de pesquisa nas Reuniões Brasileiras de Antropologia e/ou em reuniões regionais da ABA. Esta presença é maior do que se somarmos as apresentações de trabalho na Anpocs e em outros eventos: 369 respondentes, ou seja, 35%.

Tabela 22 Apresentou trabalhos em eventos científicos nos últimos cinco anos?

Respostas	Frequência	Percentual
Não	71	6,8%
Anpocs	30	2,9%
ABA nacional (RBA)	370	35,3%
ABA regional (RAM/REA)	43	4,1%
Outros	339	32,4%
Não responderam	192	18,3%
Total	1.047	100,0%

33 Esta pergunta permitia marcar várias opções, ou seja, refere-se ao número de respostas e não de indivíduos respondentes.

Tabela 23 A participação em associação científica e/ou profissional aumentou após o mestrado?

Respostas	Frequência	Percentual
Não	386	36,9%
Sim, muito	246	23,5%
Sim, um pouco	231	22,0%
Não responderam	184	17,6%
Total	1.047	100,0%

Contudo, chama atenção que, nesse mesmo universo, 386 egressos do mestrado (37%) tenham declarado que sua participação em associações científicas e/ou profissionais da área não aumentou (Tabela 23). Ainda mais se considerarmos que 231 (22%) declararam que aumentou somente um pouco, ou seja, ambos somados totalizam 59% dos respondentes que afirmaram que sua relação com a associação ficou praticamente inalterada após o término do mestrado.

Numa leitura positiva, poderíamos dizer que os egressos do mestrado continuaram após a sua conclusão igualmente comprometidos com sua associação. No entanto, consultando os relatórios das Reuniões da ABA publicados nos informativos da associação³⁴, verifiquei que na 28ª RBA, em 2012, participaram 694 alunos de pós-graduação e apenas 193 sócios pós-graduandos. Outra informação importante é que padrão similar se repete, com proporções distintas, se olharmos para as outras categorias de participantes com relação ao tipo de associado em que se enquadrariam: professores e demais profissões e sócio efetivo/correspondente; alunos de graduação e sócios aspirantes. Assim, em outra interpretação, avalio mais realisticamente se os egressos do mestrado, mas não somente eles, se engajariam mais com as reuniões promovidas pela ABA do que com a existência e relevância da própria associação para a institucionalização do campo da antropologia no Brasil. Não sendo necessário ser associado para participar das reuniões da ABA, a grande maioria dos antropólogos, em diferentes momentos de sua trajetória, permanece na condição de não associado.

34 Disponível em: <www.aba.abant.org.br/administrador/informativo/informativo.php?inf=00019>. Acesso em: 19 jan. 2018. Tal padrão se manteve também na 30ª RBA, para a qual estes dados também se encontram disponíveis em <www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Credenciados_por_categoria.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2018.

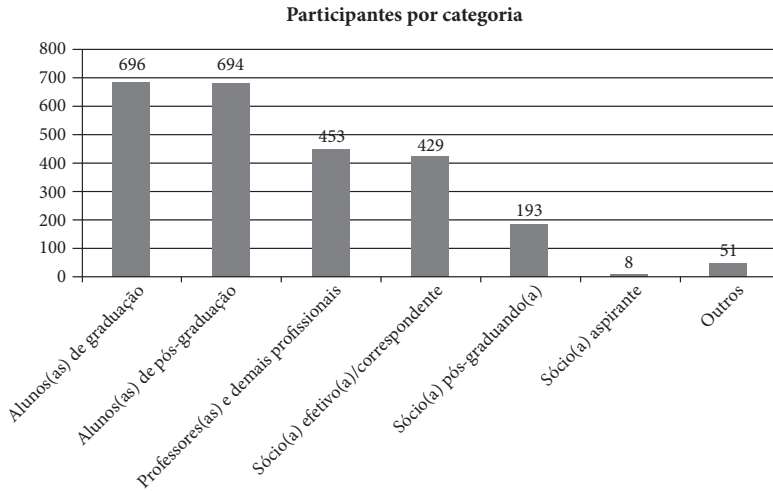


Gráfico 1 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2012.

Enfim, esses são indicadores que merecem investigação aprofundada. Mas se referenciarmos as respostas sobre a não mudança da relação com a associação (científica/profissional) com tornar-se ou não sócio – já que a participação nas reuniões científicas é alta –, estas apontam para certo descompromisso dos pós-graduandos, e também dos titulados, com a ABA enquanto associação científica que tem uma atuação para além dos eventos promovidos periodicamente por suas diretorias e que precisa da presença e da atuação de seus associados para existir. Em tempos como os atuais, em que os antropólogos e a própria ABA têm sido objeto de ataques a sua expertise enquanto ciência, como os vistos na chamada CPI da Funai e do Incra na Câmara dos Deputados (2016-2017), tal lacuna parece se tornar ainda mais grave.

ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

Se já na pesquisa anterior havia sido constatado um grande crescimento da pós-graduação em antropologia, essa tendência se acentuou ainda mais entre 2004 e 2012. Não apenas em número de programas, mas também em termos de número de defesas no período. Contudo, tal crescimento no mestrado acabou resultando numa queda da média anual de mestres titulados por programa, o que nos leva a pensar que haverá uma estabilização do campo nos próximos anos.

Vimos também, analisando os dados dos questionários, que a pós-graduação está mais jovem e masculina (com tendência à masculinização também do corpo

docente), e com mais egressos oriundos de famílias com maior capital cultural (aumento da alta escolaridade de pais e/ou mães), acompanhando, esta é a minha hipótese, a melhoria da escolarização da população como um todo no Brasil. A maior parte permanece tendo as aspirações profissionais acadêmicas (pesquisa e docência) como principal motivação para cursar o mestrado, em sua maioria com perspectiva de continuação dos estudos na pós-graduação, em especial o doutorado (ou seja, o mestrado seria apenas uma etapa na sua formação), e, nessa projeção, embora não tenha sido a razão central por eles alegada, a relevância institucional das bolsas das agências de fomento federais ganhou destaque (principalmente as bolsas Capes). Há certa permanência institucional na realização do mestrado e do doutorado, tendo os egressos declarado mudar de universidade principalmente na passagem da graduação para o mestrado, e o desejo de seguir carreira como pesquisador, alegado majoritariamente como motivação para fazer o mestrado, se expressou também no engajamento com pesquisas após a conclusão do curso.

Com relação à inserção no mercado de trabalho, os editais de concurso e as redes horizontais de informação foram as principais fontes de obtenção do trabalho, em especial, após a conclusão do curso. Cerca de metade já trabalhava quando fez a seleção para o mestrado, principalmente no setor público, que continuou a ser o setor que mais empregava após o término do curso; e também as instituições de ensino superior permaneceram, tal qual na pesquisa anterior, o destino preponderante dos egressos do mestrado (mais ainda do doutorado). Mas a melhoria das condições de inserção no mercado de trabalho após o mestrado foi apontada pela maior parte dos egressos em geral. Em termos de empregabilidade, o que chamou atenção foi a permanência da baixa inserção nas ONGs, uma promessa da virada do milênio que não se concretizou.

Foi alta a avaliação de satisfação com relação ao curso, embora tenha sido apontada certa carência de formação para lidar com políticas públicas e programas sociais – o que sugere relativo descompasso entre a formação no curso de mestrado, não necessariamente em sala de aula, e os desafios a serem enfrentados no exercício profissional. Tal descompasso, por sua vez, não se verificou na relação entre término do curso e participação em eventos científicos com apresentação de trabalho. Tais espaços, em especial os promovidos pela ABA, permaneceram relevantes para a maioria dos egressos, independentemente, tudo indica, de sua inserção profissional. O mesmo já não se pode dizer na vinculação à ABA para além dos eventos, visto que relativamente poucos declaram ter tal relação se modificado após a conclusão do mestrado. Nesta direção, dados de participação em algumas Reuniões Brasileiras de Antropologia apontaram para o baixo percentual dos participantes sócios da ABA, e, o que me parece preocupante, isso não se verificou apenas para os egressos do mestrado, sendo uma tendência mais espalhada em

nosso ofício. Para finalizar, gostaria de sugerir que esta dimensão é fundamental e, a meu ver, urge ser refletida por todos nós: qual é o papel da Associação Brasileira de Antropologia na dinâmica de institucionalização do campo da antropologia no Brasil? Fica, assim, o desejo de que possamos prosseguir em mais esta trilha de nosso campo em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, J. Amazônia e antropologia: gradações de um enredamento secular. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

FONSECA, C. Antropólogos para quê? O campo de atuação profissional na virada do milênio. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

GROSSI, M. P. Os egressos dos programas de pós-graduação em antropologia. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população Brasileira*. 2013.

_____. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população Brasileira*. 2014.

NEVES, J. A. B. Dados sobre os egressos, s/d.

_____. Pesquisa com egressos dos programas de pós-graduação em antropologia no Brasil, mar. 2017.

SCHUTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SEYFERTH, G. O papel do financiamento e da avaliação na construção do campo disciplinar. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

SILVA, G. Introdução. In: _____. (Org.). *Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília: Paralelo 15, 2008.

TEIXEIRA, C. C.; SOUZA LIMA, A. C. A Antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. 1. ed. São Paulo: Instituto Ciência Hoje/Editora Barcarolla/Discurso Editorial, 2010.

TRAJANO FILHO, W.; MARTINS, C. B. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

8

OPULÊNCIA E ESCASSEZ

SOBRE OS EGRESSOS DOS DOUTORADOS EM ANTROPOLOGIA NO BRASIL (2004-2012)

Igor José de Renó Machado

Neste capítulo, pretendo analisar o destino dos doutores em antropologia entre os anos 2004 e 2012. Esse período de nove anos constitui sequência à análise dos dados coletados num período de 11 anos, entre 1992 e 2002 (TRAJANO FILHO; RIBEIRO, 2004). Deixaram de ser analisados os dados do ano de 2003, correspondente ao último ano do triênio Capes 2001-2003. Temos, portanto, um material de comparação que precisa ser ponderado pelo número de anos diferentes (11 e 9) e também, e principalmente, pelo número de programas de doutorado (e mestrado) em cada uma das amostras de dados. As informações contidas em Trajano e Ribeiro (2004) provinham de 7 programas de doutorado e 10 programas de mestrado em antropologia¹. Comparativamente, os dados dessa segunda pesquisa (2004-2012) lidam com informações extraídas de 12 programas de doutorado e 21 programas de mestrado em antropologia. Os programas de doutorado mais antigos e que fazem parte da mostra anterior são, por ordem de antiguidade, USP, MN, UnB, UFRGS, UFSC, UFPE, UFF. Como o PPG da UFF é de 2002, é de se pressupor que não houve dados desses alunos (não havia formados na época do trabalho de catalogação de dados). Mas é provável que as informações da UFPE (2001) e UFSC (1999) também não tenham sido coletadas, pois os primeiros doutores dessas instituições devem ter se formado após a realização daquela pesquisa. Temos, então, efetivamente, dados de egressos de quatro programas de doutorado para o primeiro período, enquanto este segundo período de pesquisa conta com dados de egressos de oito programas. Constam, na base de dados dos egressos, informações dos programas da USP, MN, UnB, UFRGS, UFSC, UFPE, UFF, Unicamp. Não temos informações de egressos da UFAM (2007), UFBA (2007), UFSCar (2009) e UFPA (2010). Esses quatro programas foram criados dentro da janela temporal desta pesquisa, mas não houve dados de egressos ou porque eles ainda não existiam

1 E mais um mestrado profissional, não mais em funcionamento.

ou porque eram poucos demais a serem considerados na amostra (por exemplo, a UFSCar apresentou dados de dois alunos egressos, que foram desconsiderados nas amostras).

Assim, temos um cenário onde, apesar de uma expansão significativa dos programas de pós-graduação em antropologia, no que se refere aos egressos do doutorado, a amostra é apenas um pouco maior, em termos de programas, do que a amostra utilizada em Trajano e Ribeiro (2004). Destaque-se que, além desses quatro programas não considerados, até o momento em que escrevo estas linhas (julho de 2017), outros cinco programas de doutorado em antropologia haviam sido criados: UFPR (2014), UFMG (2014), UFG (2015), UFRN (2015) e UFPel (2016).

Dessa forma, para levar em consideração a atualidade dos dados e a relação com o cenário efetivo dos dias atuais, a amostra trabalhada é de oito programas, sendo que desde então (2012) já temos nove programas produzindo doutores. Desses nove, com certeza quatro deles já têm doutores formados há alguns anos (UFAM, UFBA, UFSCar, UFPa), ao passo que os outros cinco provavelmente não os têm, mas os terão em breve, indicando que os dados sobre o aumento no volume de doutores formados provavelmente seriam maiores e ainda mais expressivos para os próximos três ou quatro anos se pudéssemos levar em conta esses novos programas.

Portanto, utilizamos uma base de dados que desenha um cenário ainda tímido perante o aumento efetivo de formação de doutores em antropologia no Brasil na atualidade. Mas é preciso considerar que há sempre uma defasagem entre a realidade, a produção de dados sobre ela e, por fim, a produção de análises a partir dos dados coletados. Isso é inerente ao processo de pesquisa, mas, no caso da análise do lugar dos egressos doutores em antropologia no Brasil, é preciso sempre ter em mente essa defasagem, a fim de dar maior precisão e importância aos dados que apresento a seguir. Dada essa introdução metodológica, fundamental para o entendimento das análises que proponho, vale dizer que tenho como referência básica de comparação os artigos de Míriam Grossi (2004) e Cláudia Fonseca (2004), que versavam exatamente sobre os egressos do doutorado e mestrado naquele primeiro livro.

Para estruturar o texto, apresento, primeiramente, dados gerais que nos permitem entender um pouco do perfil dos doutores, algumas questões sobre distribuição regional, algumas poucas comparações entre programas em casos de relevância. Posteriormente, adentrarei questões sobre quantidade e fluxo de doutores formados, finalizando com análises sobre o destino final desses doutores que responderam aos formulários dessa pesquisa. Esse cenário será comparado com o apresentado por Grossi (2004) e Fonseca (2004), e, dessa perspectiva, farei algumas projeções e especulações sobre o futuro imediato dos doutores em antropologia a partir de fontes que, embora um tanto imprecisas, revelam algo do nosso cenário atual.

De certa forma, o compêndio de tabelas apresentadas neste texto pode contar outras histórias, talvez diferentes das que eu contarei. Destaco também que trabalho principalmente com os dados relativos ao doutorado, por entender que eles indicam bastante bem o futuro dos profissionais em antropologia. Isso foi uma opção deliberada para trabalhar com uma comparação mais sistemática com os dados apresentados em Trajano e Ribeiro (2004)².

DECÊNIOS

Para início de análise, vejamos um pouco do perfil dos egressos no período de 1992 a 2002, a partir do texto de Grossi: o período abre com 24 defesas de teses de doutorado no biênio 1992/1993 e termina com 64 teses no último biênio de 2001/2002. Há quase um aumento de três vezes para o número de doutores formados, mais que o número de mestres, que “apenas” dobrou no período. Dos doutores, 59,1% eram mulheres e a idade média de defesa no doutorado era 40,9 anos. Em relação ao destino dos doutores, temos cinco categorias de possíveis destinos³: empresa, organismo internacional, autônomo, ONGs, setor público e setor privado. 20,3% dos doutores estavam, à época, no setor privado e 74,8% no setor público. As demais categorias eram irrelevantes.

Tabela 1 Reprodução da Tabela 14 de Grossi (2004:54).

Situação do trabalho atual		Total
Situação de trabalho atual	Procura trabalho	1,5
	Aposentado	2,3
	Outra situação	3,8
	Plena atividade	91,0
	Parcialmente/totalmente afastado	1,5
	Total	100,0
Atividade remunerada atual		
Atividade remunerada atual	Emp. setor público	74,8
	Emp. setor privado	20,3
	Emp. organismo internacional	0,8
	Autônomo/consultor	3,3
	ONG/entidades	0,8
	Total	100,0

2 Sobre mestres, ver o texto de Carla Costa Teixeira, neste volume.

3 Ver Tabela 14 em Grossi (2004:53).

Vemos que um número esmagador de doutores tinha como destino o setor público (onde se enquadram tanto universidades federais, estaduais e municipais como cargos em outros órgãos públicos). A Tabela 15 apresentada por Grossi⁴ separa os doutores por atividade, usando das categorias “administração pública”, “empresa”, “IES”, “outra instituição de ensino”, “instituição de pesquisa”, “ONGs, organização política e sindicato”, “organização internacional” e “outros”. Havia 18% de doutores na administração pública e 56,7% nas instituições de ensino superior (IES), dando alguma ideia de onde estavam os doutores no setor público: majoritariamente nas universidades, mas um número significativo também na administração pública (em órgãos variados)⁵.

Outro dado que vale destacar é que 91% dos doutores se diziam em plena atividade, 2,3% eram aposentados e os demais se dividiam em “procurando emprego”, “outras atividades” e “parcialmente afastados”. Ou seja, o número dos declarados como sem emprego ou trabalhando em outras atividades não passava de 5,5% do total. Isso nos diz que ter um diploma de doutorado em 2002 significava uma grande chance de estar empregado, trabalhando no setor público, principalmente nas IES, mas com um número significativo de doutores na administração pública. Cerca de 20% estavam na iniciativa privada, mas os números não especificam em qual área da iniciativa privada. Guardemos esses números para compará-los, ao final do texto, com os números da pesquisa atual.

QUESTÕES REGIONAIS

A pesquisa atual divide algumas informações entre os três triênios da amostra: 2004/2006, 2007/2009 e 2010/2012. Algumas tabelas comparam o primeiro e o terceiro triênio, para dar uma ideia da evolução do processo de formação de doutores no Brasil. Alguns dados dessa última pesquisa se referem ao coletivo dos docentes dos programas de pós-graduação em antropologia (não aos doutores formados). Esses dados são importantes por dar a proporção de doutores formados fora do país (e que, portanto, concorreram no mercado com os doutores formados no país) e também a relação entre docentes que se formaram na mesma região onde trabalham, dando uma ideia de que tipo de circulação acontece entre os programas, o que nos dá uma ideia de diferenças de possíveis trajetórias conforme o lugar de formação no doutorado.

4 Grossi (2004:54).

5 Logo à frente exploraremos estes números com mais cuidado.

Esses dados envolvem os programas todos (inclusive os que só formam mestres) no primeiro e no último triênio. Vale aqui comparar os números. No primeiro triênio, 24,4% dos docentes nos programas vinham de formação fora do país.

Tabela 2 Relação de professores com formação fora do Brasil (primeiro triênio).

		Local do doutorado		Total
		Brasil	Exterior	
Programa vinculado	UFF	16	6	22
	UFG	13	1	14
	UFGD	12	2	14
	UFPE	8	11	19
	UFPI	9	1	10
	UFPR	16	2	18
	UFRGS	9	10	19
	UFRJ	16	1	17
	UFRN	10	2	12
	UFSC	12	7	19
	UFSCar	7	2	9
	UnB	22	8	30
	Unicamp	12	8	20
	USP	18	1	19
	UFMG	2	2	4
	Total	182	64	246

No último triênio, quando se observa um crescimento do número de doutorados em antropologia no país, os números aumentam um pouco: 26% de doutores formados fora do país. Isso indica, claro, que há uma manutenção relativa do estoque anterior e um pequeno aumento.

Tabela 3 Relação de professores com formação fora do Brasil (último triênio).

		Local do doutorado		Total
		Brasil	Exterior	
Programa vinculado	UFAM	18	3	21
	UFBA	15	12	27
	UFF	18	3	21
	UFG	13	1	14
	UFGD	12	2	14
	UFPB	18	3	21
	UFPE	8	11	19
	UFPeI	14	2	16
	UFPI	9	1	10
	UFPR	16	2	18
	UFRGS	9	10	19
	UFRJ	16	1	17
	UFRN	10	2	12
	UFSE	9	1	10
	UFSC	13	14	27
	UFSCar	7	2	9
	UnB	23	8	31
	Unicamp	12	8	20
	USP	18	1	19
	UFPA	11	7	18
	UFMG	4	1	5
Total		273	95	368

No que se refere à região de titulação daqueles docentes presentes nos PPGs no momento da pesquisa, temos que apenas no Sudeste os docentes dos PPGs em antropologia têm relação maior de formação na mesma instituição.

Tabela 4 Região e doutorado na mesma instituição (primeiro triênio).

Região	Doutorou-se mesma instituição		Total
	Sim	Não	
Centro-Oeste	46	12	58
Nordeste	38	3	41
Sudeste	59	32	91
Sul	51	5	56
Total	194	52	246

No primeiro triênio, 36% dos docentes no Sudeste haviam se formado nessa região, enquanto que, entre os docentes no Nordeste, apenas 7,3% haviam se formado no Nordeste. No Centro-Oeste, 20% dos docentes se formaram por lá. Os números praticamente não mudam no último triênio (38% Sudeste, 7,7% Nordeste, 22% Centro-Oeste, 7,5% Sul).

Outra tabela interessante considera o quadro de docentes no primeiro e último triênios e o local onde se doutoraram, permitindo ver a composição dos programas por região e para onde vão os doutores formados em cada um delas. Nos dois cenários, o quadro é claro, com um predomínio de formados no Sudeste se espalhando pelo país. No primeiro triênio, dos 25 docentes formados no Centro-Oeste, 19 permaneciam na mesma região, dois estavam no Nordeste e quatro no Sul.

Tabela 5 Região do programa ao qual pertence o pesquisador associada à região onde realizou o doutorado, primeiro triênio.

Região	Região do doutorado					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Exterior	
Centro-Oeste	19	0	23	5	11	58
Nordeste	2	7	15	3	14	41
Sudeste	0	0	71	0	20	91
Sul	4	0	26	7	19	56
Total	25	7	135	15	64	246

Dos sete docentes formados no Nordeste, todos permaneciam na mesma região. Dos quinze formados no Sul, cinco estavam no Centro-Oeste, três no Nordeste e sete no Sul. Dos 135 formados no Sudeste, 23 estavam no Centro-Oeste, 15 no Nordeste, 71 no Sudeste e 26 no Sul. Ou seja, temos um predomínio do Sudeste na formação (obviamente ligada aos programas mais antigos) e uma dispersão que acontece principalmente do Sudeste para o resto do país. Formados em outras regiões se dispersam pelo país, mas não para o Sudeste. Assim, em 2004, formar-se no Sudeste significava provavelmente um mercado de trabalho maior e formar-se fora do Sudeste significava virtualmente uma impossibilidade de trabalhar nessa região. Os dados do terceiro triênio são mais ou menos iguais, o que indica que em 2012 o cenário para os doutorandos, tomando em consideração a trajetória dos docentes nos PPGs em antropologia no momento, era de privilégio para os formandos no Sudeste, seguidos do Centro-Oeste, Sul e Nordeste. Daqueles 193 docentes formados no Sudeste até 2012, 23 estavam no Centro-Oeste, 23 no Norte, 30 no Sul, 43 no Nordeste e 74 no Sudeste⁶.

6 Conferir os capítulos de Trajano e Schuch, neste livro, nos quais análise semelhante é feita por outros caminhos.

Tabela 6 Região do programa x região do doutorado (último triênio).

Região	Região do doutorado					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Exterior	
Centro-Oeste	20	0	23	5	11	59
Nordeste	3	12	43	11	30	99
Norte	1	0	23	5	10	39
Sudeste	1	0	74	0	16	91
Sul	4	0	30	18	28	80
Total	29	12	193	39	95	368

O único caminho para trabalhar no Sudeste sem fazer a pós-graduação nessa região era doutorar-se no exterior. De 64 doutores formados no exterior, ao longo do primeiro triênio, 20 estavam no Sudeste, 10 no Sul, 14 no Nordeste e 11 no Centro-Oeste. No segundo triênio, dos 95 doutores formados fora do país, 11 estavam no Centro-Oeste, 30 no Nordeste, 10 no Norte, 16 no Sudeste e 28 no Sul. Lembremos que esses dados são cumulativos, ou seja, tratamos de docentes dos programas que estavam presentes em 2004 e muito provavelmente também em 2012, a menos que tenham se aposentado ou mudado de instituição. Isso quer dizer que aos 64 doutores formados fora do país que lecionavam nos PPGs em antropologia em 2006 somaram-se mais 32⁷ até 2012.

Esse cenário nos diz que há um número maior de docentes que foram formados no Sudeste, o que se explica, evidentemente, pela antiguidade de programas como os da USP e Museu Nacional/UFRJ, que durante muito tempo foram uns dos poucos programas a formar doutores. Explica-se também pela quantidade maior de doutores formados nesses programas mais antigos ao longo do tempo. Mas resta aí também uma questão de assimetrias de poder e hierarquias, que tornam a vida de doutores formados fora do Sudeste um pouco menos favorável, já que o mercado do Sudeste é praticamente vetado aos de fora dessa região, com exceção aos formados no exterior. Isso indica uma hierarquia acadêmica que os números não escondem: um privilégio aos formados no Sudeste e exterior.

Vemos também uma grande mobilidade entre as regiões para os formados no Sul e Centro-Oeste, com a exceção do Sudeste, que é um mercado quase fechado (apenas um docente do Sudeste, em 2012, era formado no Centro-Oeste!). Para os docentes com formação no Nordeste, vemos que o mercado é mais restrito, e em 2012 todos eles estavam no Nordeste. Nem mesmo a abertura do mercado do Norte nos últimos dois triênios favoreceu os docentes formados no Nordeste.

7 Isso como uma referência. Não sabemos quantos se aposentaram, caso que aumentaria o número de contratados formados no exterior.

NÚMEROS ATUAIS

Em 2004, tínhamos 246 alunos matriculados nos cursos de doutorado em antropologia e 307 em cursos de mestrado. Em 2012, eram 650 alunos de mestrado e 506 de doutorado. Em 2004, houve 94 defesas de mestrado e 36 de doutorado. Em 2012, 234 defesas de mestrado e 72 de doutorado. O aumento de defesas no mestrado é maior, cerca de 150%, ao passo que o número de defesas de doutorado aumenta 100%. Essa defasagem tem clara relação com o avanço maior de PPGs com mestrado em relação aos com mestrado e doutorado.

Tabela 7 Número de matriculados nos PPGs em Antropologia (2004-2012).

Ano	Mestrandos	Doutorandos	Total
2004	307	246	553
2005	331	290	621
2006	346	328	674
2007	369	352	721
2008	408	384	792
2009	447	414	861
2010	507	450	957
2011	576	467	1.043
2012	650	506	1.156

Tabela 8 Defesas de doutorado e mestrado em antropologia (2004/2012).

Ano	Dissertações defendidas	Teses defendidas	Egressos
2004	94	36	130
2005	101	44	145
2006	132	50	182
2007	113	57	170
2008	133	45	178
2009	130	61	191
2010	165	80	245
2011	160	66	226
2012	234	72	306
	1.262	511	1.773

No biênio 1992/1993 tivemos 24 teses de doutorado defendidas e 125 dissertações de mestrado, no biênio 2001/2002 foram 64 teses de doutorado e 223 dissertações de mestrado. Apenas no ano de 2004 tivemos praticamente o dobro de

teses e dissertações defendidas no biênio anterior (i.e. 2001/2002), indicando o vigoroso crescimento da formação em antropologia no sistema de pós-graduação brasileiro.

Tabela 9 Número de titulados nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia⁸.

Período	Biênio 92/93	Biênio 94/95	Biênio 96/97	Triênio 98/2000	Biênio 01/02	Total
Teses defendidas	24	26	39	91	64	244
Dissertações defendidas	128	120	166	283	233	920
Total de trabalhos de conclusão no período	152	146	205	374	284	1.164

Durante o período de 11 anos entre 1992 e 2002, analisados em Trajano e Ribeiro (2004), tivemos, no total, a defesa de 244 teses de doutorado e 920 dissertações de mestrado. No período seguinte, de nove anos, entre 2004 e 2012, tivemos 511 teses de mestrado defendidas e 1.262 dissertações de mestrado. Em termos relativos, comparando as médias nos diferentes períodos (uma divisão simples do número de defesas pelo número de anos), temos aumento de defesas de mestrado na ordem de 68% e de 153% no caso das defesas de doutorado. Considerando a questão em termos relativos, vemos que a progressão do número de defesas de doutorado é muito maior que a do número de mestrado, indicando um certo limite do público para mestrado em relação ao público para o doutorado. A expansão primeira dos cursos de mestrado, na média, fez esse público cair por programa, mesmo que consideremos o crescimento absoluto de 68% como muito significativo. Mas o crescimento médio das defesas de mestrado colocou, obviamente, uma pressão muito grande nos programas de doutorado, produzindo esse aumento maior da média de defesas de doutorado⁹.

Lembremos que o primeiro período lidou com um conjunto de dados de sete doutorados e 10 mestrados, ao passo que o período atual contou com um conjunto de dados provenientes de 12 doutorados e 21 mestrados. Mas lembremos também que, se no primeiro período havia sete doutorados, provavelmente os dados dos egressos vieram de apenas quatro, pois os programas da UFSC (1999), UFPE (2001) e UFF (2002) naquele momento ainda não contavam com números significativos de defesas. Lidamos, portanto, com dados de quatro programas, os mais antigos. Os dados para o segundo período lidam com 12 doutorados, mas foram consideradas as informações para egressos apenas de oito, pelos mesmos motivos.

8 Dados no texto de Grossi (2004:41).

9 Ver a Tabela 8 na página anterior.

No caso dos mestrados, consideraremos o número de 16 mestrados (que efetivamente produziram mestres durante a pesquisa¹⁰). Assim, tivemos no primeiro período uma média de 105 defesas por programa de pós, o que nos dá uma média anual de 9,5 defesas por programa¹¹. Para o segundo período, temos uma média de cerca de 140 defesas anuais, o que nos leva a uma média anual de 8,7 dissertações de mestrado defendidas por programa. Assim, vemos que há uma pequena diminuição da curva do número médio de defesas anuais por programa de um período para o outro (7,9%), mesmo que os números gerais registrem aumento absoluto de 8% de defesas (mas como os períodos têm números de anos diferentes, o número efetivo de comparação é o médio). Houve diminuição do número médio de defesas por ano por programa, ao passo que houve expansão dos programas de mestrado. Podemos, assim, concluir que nesse período assistimos a uma disputa mais acirrada do conjunto ampliado de programas de mestrado por um público maior de possíveis alunos no número absoluto, mas menor em termos proporcionais. Resumindo: o número de alunos querendo cursar mestrado em antropologia teve aumento proporcional menor que o aumento de vagas gerado pela expansão do sistema.

Tabela 10 Dados gerais sobre mestrado (dados a partir de Grossi (2004) para o primeiro período e pesquisa ABA para o segundo).

	1º período (1992/2002)	2º período (2004/20012)
Número de programas	10	16
Defesas de dissertação	1.164	1.262
Média por ano geral	105	140
Média anual por programa	9,5	8,7

Isso quer dizer, que tomando a média (e não os números absolutos), os programas de mestrado em antropologia defenderam menos 7,1% de mestrados. Considerando que houve, entre os períodos, aumento de 60% no número de programas de mestrado, temos que o conjunto do alunato aumentou, mas a média por programa caiu. Isso só poderia resultar na diminuição do número médio de defesas no segundo período, comparando com o aumento absoluto tanto de defesas como de programas.

10 Conforme explicações apresentadas por Simião, na introdução deste livro, a pesquisa não conta com dados de mestres formados pela UFPR e UFSC. No caso da UFPR, os egressos foram contatados, mas não responderam. Mas como esses programas estavam produzindo mestres regularmente no período, calculei a média com 16 programas, esses dois ausentes mais os 14 que tiveram respondentes na pesquisa.

11 A primeira pesquisa considerou 10 programas de mestrado (UFPA, UFPE, UFF, Unicamp, USP, UFPR, UFSC, UFRGS, MN e UnB). A esses se somaram UFSCar, UFPI, UFS, UFG, UFRN e UFMG, mas não houve dados da UFSC e UFPR para mestrado. Mas os dados de defesa de doutorado são derivados das avaliações Capes, nas quais todos os programas em que houve defesas de mestrado estão presentes.

Considerando os dados para o doutorado, que apresentam um total de 244 teses no primeiro período e 511 no segundo, temos uma média anual de defesas de 22 no primeiro período e de 57 no segundo período (com arredondamentos). Em termos anuais, por programa, isso significou 5,5 defesas no primeiro período e 7,1 no segundo. Aqui temos tanto um crescimento absoluto de defesas (de 244 para 511) quanto um aumento no número médio de defesas por ano (de 22 para 57) e também um aumento da média de defesas por programa (de 5,5 para 7,1 defesas).

Tabela 11 Dados gerais sobre doutorado (dados a partir de Grossi, 2004 para o primeiro período e pesquisa ABA para o segundo).

	1º período (1992/2002)	2º período (2004/20012)
Número de programas	4	8
Defesas de tese	244	511
Média por ano geral	22	57
Média anual por programa	5,5	7,1

Esses números nos dão o que pensar. O aumento no número de teses defendidas explica algo da defasagem que observamos: formamos mais mestres em termos absolutos, mas relativamente formamos menos entre os dois períodos. Tínhamos menos programas de doutorado (um crescimento menor dos programas de doutorado), o que significou uma pressão maior nos doutorados para acolher uma população maior de mestres em termos absolutos. Assim, a taxa de crescimento médio de defesas de doutorado é maior que a de mestrado. O número de programas de doutorados com egressos considerados na amostra duplicou entre os períodos, número mais ou menos similar ao número médio de defesas anuais no segundo período. Isso indica um aumento geral do número de alunos de doutorado, fruto do número absoluto maior de alunos de mestrado e do aumento dos programas de mestrado. Mas vejamos que o número médio de defesas por ano aumentou 29% (de 5,5 para 7,1), o que nos indica que houve um aumento absoluto e relativo de alunos de doutorado, mas que talvez já estivéssemos ali, em 2012, em uma curva que viria a se assemelhar, nos anos seguintes, à curva de decréscimo que vimos no mestrado, em que houve diminuição do número médio de defesas. Considere-se agora que em 2017 temos 17 programas de doutorado em funcionamento, dos quais pelo menos 12 já produziram defesas. É de se imaginar que teremos um processo de diminuição do número médio de defesas por programa, muito provavelmente associado ainda a um aumento do número absoluto de doutores formados.

O que isso nos diz sobre os egressos? Diz que havia uma demanda grande para formação em antropologia no nível de mestrado, mas o aumento de programas de mestrado foi maior que o aumento do número de alunos, resultando numa média

menor no segundo período. Esse aumento bruto não foi acompanhado no doutorado, já que os programas cresceram menos que os de mestrado. Assim, o número de alunos de doutorado é maior que o aumento de programas, resultando numa taxa maior de teses em média. Isso nos diz que, para a maioria dos alunos mestres, o futuro continua sendo as IES públicas, pois procuram fazer o doutorado para se inserir nas universidades do sistema público. Assim, o principal mercado de trabalho, como veremos adiante, continua sendo a universidade pública.

Entretanto, mesmo com o Reuni¹², parece que a expansão de vagas atingiu um limite que é menor que o número de doutores produzido pelo sistema. Não há como comparar exatamente, pois os dados se referem aos docentes nos programas de pós-graduação em antropologia e as vagas para antropologia no sistema superior estão em muitos outros lugares. Como é visível o aumento de candidatos nos concursos recentes, é possível intuir uma saturação no mercado principal de trabalho desses doutores. Fiz um exercício rápido e não sistemático de análise de alguns desses concursos (10). São aqueles cujos websites das universidades nos quais esses concursos acontecerem ainda guardam informações completas sobre concursos ocorridos desde 2014. Vejamos os números:

Tabela 12 Número de inscritos em concursos para vagas de antropologia desde 2014.

Universidade	Ano	Número de inscritos
UFSCar	2015	33
UFSC	2014	50
UFRGS	2015	42
UFPR	2014	26
UFMG	2015	30 ¹³
UnB	2015	32 ¹⁴
UFG	2016	34
Unicamp	2015	38
USP	2014	10 ¹⁵
UFBA	2016	12 ¹⁶

12 O Reuni foi o Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras. Foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de ampliar o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior.

13 Esse número é impreciso. É a estimativa de um dos participantes do concurso. Não há informações no website da instituição.

14 Esses são os números dos que fizeram as provas. Não há informações sobre o total de inscritos no concurso.

15 Concurso para a área de antropologia dos estudos afro-brasileiros.

16 Concurso para a área de etnologia.

Essa pequena amostra, de forma alguma sistemática, nos dá uma média de quase 31 candidatos por vaga nos concursos para a área de antropologia. Obviamente que os dados extrapolam nossas comparações, já que entre os candidatos nesses concursos pode e deve haver doutores formados também em programas de ciências sociais e correlatos, além do fato de que docentes já empregados podem concorrer a novas vagas. Mas ainda assim, parece evidente, para qualquer um que compare os concursos que aconteciam até meados da década passada com os que acontecem atualmente, que há uma mudança definitiva de tamanho e variedade do conjunto de candidatos, o que nos indica a existência de alguma defasagem entre a formação de doutores e o número de vagas no mercado principal de trabalho.

SOBREVOO

Mas olhemos agora mais de perto para os dados da pesquisa atual: a amostra conta com 453 concluintes de doutorado, significando 80% do total da população.

São dados de oito programas de doutorado: USP, MN, UnB, UFRGS, UFSC, UFPE, UFF e Unicamp. Desse conjunto de respondentes, 56,2% são mulheres, número um pouco menor que o da primeira pesquisa (que era de 59,1%). A idade média de defesa no doutorado é de 35,9 anos, ao passo que na pesquisa anterior era de 40,9 anos¹⁷, indicando uma diminuição substantiva da época em que se doutora em antropologia, marcando uma diferença de perfil em relação ao da pesquisa anterior. Cerca de 60% terminaram o mestrado na década de 2010 e 40% ainda antes, indicando ainda um número grande de alunos que levaram um prazo muito longo para completar a formação entre doutorado e mestrado, talvez sinalizando que para muitos o doutorado ainda não era um dado fundamental para acessar o mercado de trabalho (afinal, até o final do século passado eram comuns concursos cujo nível de formação para se concorrer às vagas na universidade pública era o mestrado). Isso quer dizer que é provável que uma parte da amostra seja composta de professores já estabelecidos que foram completar a sua formação sem a pressa que vemos nos alunos da atualidade, que afinal só podem concorrer às vagas do sistema público, na grande maioria dos casos, tendo completado o doutorado. Essa amostra nos dá um quadro um pouco diferente em termos do que acontece com os doutores formados relativamente mais jovens daqueles formados anteriormente, mas, infelizmente, os dados não permitem distinguir essas informações.

Desse total de 453 conclusões de doutorado, 53,2% cursaram ciências sociais na graduação, 60,6% fizeram pós-graduação em uma instituição diferente daquela

17 Conferir Grossi (2004:49).

onde fizeram a graduação e 75% fizeram o doutorado na mesma instituição onde fizeram o mestrado. Ou seja, há muita mobilidade entre a graduação e a pós-graduação e relativamente pouca entre o mestrado e doutorado: 82% fizeram mestrado em antropologia e 18% vêm de áreas diferentes. Em média, há um intervalo de pouco mais de dois anos entre o mestrado e doutorado. 48% dos respondentes ainda estavam no mestrado quando se candidataram ao doutorado, indicando um perfil que poderíamos chamar de “direto”, ou seja, a busca mais rápida pela qualificação mínima exigida na maior parte dos concursos públicos. Isso também pode significar a falta de opções de trabalho para mestres, face ao fato que, do total da amostra, 86% obtiveram algum tipo de bolsa no doutorado. Parece evidente que, com esse número de bolsas, a opção para fazer o doutorado diretamente após o mestrado fosse uma boa alternativa tanto profissional como econômica.

Um pouco menos de 40% dos respondentes estavam fazendo ou haviam feito pós-doutorado; cerca de 30% fizeram estágio sanduíche no exterior e 41,1% não trabalhavam quando se candidataram ao doutorado. Entre os que trabalhavam, 50% atuavam em instituições públicas e outros 50% em instituições privadas, e dois terços do total de trabalhadores antes do doutorado davam aulas. Pouco mais de 55% não trabalhavam quando se candidataram ao mestrado. Analisaremos esses dados com atenção logo a seguir.

A tabela sobre o perfil de formação dos pais é interessante por mostrar diferenças regionais significativas e indicar também com mais precisão os perfis dos formandos no doutorado em antropologia pelo país. A tabela divide as respostas em oito categorias: sem escolaridade, 1º grau incompleto, 1º grau, 2º grau incompleto, 2º grau, superior incompleto, superior completo, mestrado ou doutorado. Fiz uma divisão em três grupos dessa categoria: as três primeiras chamo de C, as três intermediárias de B e as duas últimas de A. Na categoria C, temos 27,5% dos doutores, na categoria B temos 31% e na A, 38,5%.

A formação dos pais nos indica que quase 40% dos doutores provêm de famílias de um grupo mais abastado, 31% de um grupo intermediário e 27,5% de classes mais populares, com pequenas variações, conforme se faça a conta. Mas há grandes diferenças regionais, com destaque para o Nordeste, cujo perfil dos pais dos doutores se concentra nas classes mais baixas. Ali temos apenas 6,7% na categoria A e um total de 67% na categoria C. Por outro lado, Unicamp e USP concentram seus alunos na categoria A (59% e 52%, respectivamente). Aqui as diferenças regionais estão também expressas na escolaridade dos pais de doutores/as em antropologia. Quando se considera apenas a escolaridade da mãe, as diferenças regionais se mantêm e se acentuam um pouco, destacando-se o número de mães com mestrado e doutorado dos alunos da Unicamp (29%), quando a média é de 6%. Também é o caso de se destacar o número de mães com curso superior completo na UFSC (67%), quando a média é de 36%.

Tabela 13 Escolaridade das mães.

		Qual é o grau de escolaridade de sua mãe							
		Programa							Total
		UFRGS	UnB	UFF	UFPE	USP	Unicamp	MN/UFRJ	
		0	4	0	3	0	0	4	11
		0%	7,4%	0%	6,7%	0%	0%	4,3%	2,7%
1º grau completo		2	4	3	9	4	0	6	28
		3,4%	7,4%	8,3%	20,0%	5,9%	0%	6,5%	6,9%
1º grau incompleto		14	4	9	18	12	1	6	64
		24,1%	7,4%	25,0%	40,0%	17,6%	4,8%	6,5%	15,8%
2º grau completo		12	10	8	9	20	1	20	90
		20,7%	18,5%	22,2%	20,0%	29,4%	4,8%	21,7%	22,3%
2º grau incompleto		2	4	3	0	0	0	8	17
		3,4%	7,4%	8,3%	0%	0%	0%	8,7%	4,2%
Fez mestrado ou doutorado		2	0	1	0	4	6	12	25
		3,4%	0%	2,8%	0%	5,9%	28,6%	13,0%	6,2%
Sem escolaridade		0	2	3	3	0	1	0	9
		0%	3,7%	8,3%	6,7%	0%	4,8%	0%	2,2%
Superior completo		24	24	5	3	28	11	32	147
		41,4%	44,4%	13,9%	6,7%	41,2%	52,4%	34,8%	36,4%
Superior incompleto		2	2	4	0	0	1	4	13
		3,4%	3,7%	11,1%	0%	0%	4,8%	4,3%	3,2%
Total		58	54	36	45	68	21	92	404
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Agora prestemos atenção a este dado: 91% dos 453 que fizeram doutorado queriam seguir a carreira como pesquisadores. Entre os respondentes, 64% acreditavam que o doutorado ampliaria muito as oportunidades profissionais, 52% acreditavam que a sua renda havia aumentado principalmente por conta do doutorado e apenas 27% atribuíam à disponibilidade de bolsas o motivo para fazerem o doutorado. Ou seja, o fator que mais determina a escolha em fazer o doutorado, mesmo num cenário de muitas bolsas (que foi o cenário desta pesquisa, mais ou menos coincidente com os dois governos Lula¹⁸), é o fator profissional e não a bolsa em si. Assim, num cenário como o atual, de progressiva escassez de bolsas, é de se imaginar que a demanda pelo doutorado não arrefeça, pois a busca pela possibilidade de inserção no sistema público de ensino superior demanda a formação prévia no

18 Para ser exato: são sete anos de governo Lula (três anos do primeiro mandato e quatro do segundo) e dois anos do primeiro governo Dilma.

doutorado. Basta dizer que para 79% dos 453 respondentes o doutorado contribuiu muito para suas atividades profissionais.

No que tange aos rendimentos desses doutores, os dados nos mostram que 62% ganhavam mais de 5.500 reais, 8% entre 4.500 e 5.500 reais, 8% entre 3.500 e 4.500 reais e cerca de 6% ganhavam menos que 3.500 reais; 88% dos empregados estavam satisfeitos com seus empregos e 80% desenvolviam pesquisas no momento do questionário. Se perguntados sobre a relação entre os níveis de rendimento anterior ao doutorado e o posterior, 56% responderam que o nível melhorou muito, 22% que melhorou um pouco e 15% que não melhorou.

Para medir o envolvimento dos egressos com a antropologia como campo de investigação, a pergunta sobre participação em pesquisas revelou que 83% dos egressos tinham participado de pesquisa na área. Cerca de 20% produziram pesquisas individualmente, 29% em projetos coletivos como participantes. Isso nos dá a clara perspectiva que os egressos, em sua maioria, procuram manter ligações estreitas com a academia, independentemente do status laboral; 69%, por exemplo, participaram de projetos com financiamento de algum órgão público ou privado. O financiamento, nesses casos, vem preferencialmente de órgãos federais (50%) e órgãos estaduais (15%). Empresas respondem por apenas 0,2% dos recursos, menos até do que os recursos que vêm de agências internacionais (3%).

Ao serem questionados sobre se a formação contribuiu muito para as atividades profissionais nos últimos três anos, a resposta foi “sim” para 80%, “mais ou menos” para 15% e “não” para cerca de 5%. Essa resposta “não” é, como podemos notar, menor que o montante de doutores que declararam não ter atividade profissional relacionada à antropologia no momento. Isso indica que uma parte desse conjunto de “afastados da academia” não desistiu do mercado de trabalho, e permite especular que esses 5% de respostas sobre a irrelevância da formação no doutorado em antropologia fazem agora algo não relacionado ao doutorado. É razoável supor que cerca de 15% dos doutores – que não têm atividade profissional estável no momento – continuavam a buscar saídas nesse campo.

Em relação à participação em eventos científicos da área de antropologia ou ciências sociais, 31% disseram participar menos que antes do doutorado, significando uma saída da vida pública acadêmica em antropologia pelas condições de trabalho ou falta de condições de trabalho, e 37% disseram participar menos das associações científicas que antes do doutorado. Aqui fica um alerta para as associações, já que um número expressivo de doutores tem se distanciado da vida associativa¹⁹. Quando perguntados se, em comparação ao trabalho antes do doutorado, o trabalho atual seria melhor, 54% responderam que sim, muito; 17,5% apenas um

19 Ver análise semelhante em Teixeira, neste volume.

pouco e 19% que não. Aqui estamos em torno da cifra de 20% de doutores para quem o doutorado não fez diferença profissional. Esse número corresponde, mais ou menos, aos valores dos doutores sem atividade profissional no momento da pesquisa, como veremos a seguir.

Sobre a questão de para onde vão os doutores que entram no sistema das IES públicas, observemos a tabela simplificada abaixo:

Tabela 14 Departamentos onde estão os doutores que estão no ensino superior.

Departamentos	1992/2002		2003/2012	
	Números	%	Números	%
Antropologia	42	41	82	30
Ciências Sociais	15	15	79	29
Sociologia	7	7	13	5
Outros	39	37	96	36
Total	103	100	270	100

Os dados indicam que o crescimento de vagas no ensino superior no segundo período levou a uma retração de vagas em departamentos de antropologia (de 41% para 30%), aumento de vagas em departamentos de ciências sociais (de 14,5% para 29%) e estabilidade nos departamentos de sociologia e em “outros”. Essa categoria indica um conjunto muito fragmentado de departamentos, tanto de humanas como de biológicas e exatas. Pouco mais de um terço das vagas estão em outros departamentos. Os outros dois terços estão divididos em departamentos de Antropologia, Ciências Sociais e Sociologia. Isso indica que dois terços dos professores que se empregaram no período provavelmente estão lecionando em cursos de graduação em ciências sociais, antropologia e sociologia, ao passo que um terço leciona para as mais diversas áreas. De um período para o outro, portanto, a dispersão das vagas por outros departamentos que não os de ciências sociais, antropologia e sociologia se manteve muito estável, indicando que o Reuni não alterou essa distribuição detectada no primeiro período.

O MERCADO DE TRABALHO

No cenário da pesquisa, 90% dos 437 doutores tiveram atividades profissionais desde a defesa, mas apenas cerca de 80% estavam trabalhando no momento da pesquisa e, entre esses, quase todos em tempo integral. Mas aqui já antevemos uma

20 Dados de Grossi (2004:57).

diferença em relação ao período anterior, no qual 91% dos respondentes estavam empregados. O avançar da década resultou em uma taxa de desemprego e de “outras situações” (nas quais a fonte de renda não tem relação com a formação) maior em relação ao período anterior – mesmo considerando-se que o segundo período viu o Reuni ser criado e, com ele, uma expansão significativa do sistema superior de ensino público que resultou em um aumento de vagas docentes em todas as áreas de conhecimento. Para cada 10 doutores formados nesse período, 1,7 estava sem emprego ou em áreas desconexas. Retomando a tabela de concorrentes às vagas de docentes, vemos que o aumento significativo do número médio de candidatos nos concursos relaciona-se com esse aumento do desemprego e afastamento da academia entre os doutores em antropologia.

Tabela 15 Situação de trabalho atual.

	1991/2002 ²¹	2004/2012 ²² Atividade ao se inscrever no doutorado	2004/2012 depois do doutorado ²³
Procura trabalho	1,5%	19,8%	10,9%
Aposentado	2,3%	(não consta essa categoria)	(não consta essa categoria)
Outra situação	3,8%	23,5%	7,7%
Plena atividade	91%	51,7%	76,5%
Parcialmente/totalmente afastado	1,5%	5%	4,9%
Tabela VI: Tipo de instituição			
Emp. setor público	74,8%	44,1%	82,4% ²⁴
Emp. setor privado	20,3%	24,4%	8,6%
Emp. org. internacional	0,8%	2,7%	(não consta a categoria)
Autônomo/consultor	3,3%	25,7%	7,9%
ONG/entidades	0,8%	3,1%	1,1%

Os dados da tabela acima juntam os resultados da pesquisa anterior e as duas tabulações da pesquisa atual, uma referente aos respondentes que trabalhavam ao entrar no doutorado e outra sobre o destino profissional depois do doutorado. Os dados mostram mudanças importantes a serem consideradas. Consideremos que os números da coluna do meio devem referir-se em parte aos alunos de mestrado

21 Dados em Grossi (2004:53).

22 Pesquisa atual. Total de respondentes da tabela superior: 399.

23 Pesquisa atual. Total de respondentes da tabela: 437.

24 Pesquisa atual. Total de respondentes da tabela: 366.

da primeira amostra²⁵. Ela já indicava uma mudança grande de perfil. Em relação à pergunta “procura trabalho”, vemos uma mudança significativa, pois apenas 1,5% dos doutores formados no primeiro período procurava trabalho, ao passo que 11% dos formados no doutorado no segundo período procuravam trabalho, indicando como a situação era mais favorável aos doutores no período da pesquisa anterior. Em relação aos que iniciam o doutorado no prazo da pesquisa atual, há um crescimento do item “outros”, de 3,8 para 23,5%, indicando provavelmente uma miríade de situações mais ou menos precárias ou inconstantes de trabalho ao iniciar o doutorado. Apenas cerca de metade dos doutorandos em início de curso estavam trabalhando em “plena atividade”.

Mas os melhores dados de comparação estão entre o que acontece na primeira e terceira coluna e entre a segunda e terceira coluna. Começando pela comparação entre o que acontece entre doutorandas/os em início de curso e doutoras/es formada/os no segundo período (colunas do meio e da direita), vemos que o doutorado é fator crucial de empregabilidade, pois temos um crescimento de cerca de 50% para 75% de respondentes empregados depois do doutorado, ao passo que há uma queda de cerca de 20% para 10% de desemprego. Cai consideravelmente o número daqueles em “outras opções”, o que indica também uma superação de trabalhos mais irregulares e esporádicos. Isso nos permite afirmar que nesse período temporal ter o doutorado era fundamental para melhorar a situação profissional dos antropólogos.

Comparando, porém, os dados entre doutores formados no primeiro e segundo período (primeira e terceira colunas, respectivamente), vemos outro cenário. De um desemprego quase zero (1,5%), passamos para algo como 11% de desemprego entre os doutores. Há, portanto, um aumento de 1.000% na chance de um doutor em antropologia estar desempregado de um período ao outro. Há uma diminuição do nível de “plena atividade” de cerca de 90% para 76%. Vemos uma queda significativa do que poderíamos chamar de “boas condições de trabalho”. Para cada 100 doutores formados no segundo período, 16 estavam sem um emprego fixo e regular²⁶. Há um aumento tanto dos que se encontram em “outras situações” como dos que têm trabalho parcial ou estão afastados, de 1,5% para 5%, no segundo caso, e de 3,8% para 7,7%, no primeiro caso. A conclusão é que conseguir emprego estável e fixo depois do doutorado ficou significativamente mais difícil no segundo período. Havia 16% a mais de chance de não se conseguir empregos estáveis no segundo período e 1.000% a mais de chance de se deparar com o desemprego.

25 Ou seja, uma parte dos alunos ingressantes no doutorado no período da pesquisa atual estava terminando ou havia terminado o mestrado no período da pesquisa anterior.

26 Tomo a liberdade aqui de fazer pequenos arredondamentos.

A tabela sobre o tipo de instituição também é bastante interessante e revela como o doutorado foi o mecanismo de acesso às vagas no setor público. Comparando os dois momentos da pesquisa atual (entrada e saída do doutorado), vemos uma mudança de 44% para 82% nos que se declaram empregados no setor público, arredondando-se os números. Isso quer dizer quase 100% de aumento na empregabilidade no setor público por parte dos que se formam no doutorado no segundo período, número também maior que os 75% de doutores que estavam no emprego público na primeira pesquisa. Podemos concluir que o doutorado em antropologia foi a ferramenta necessária para inserção de parte significativa dos doutores no emprego público. Esses números são acompanhados por uma grande queda nos empregos vinculados à iniciativa privada, de 20% para 8,6%²⁷.

Por outro lado, o número de consultores/autônomos mais que dobrou de um período para o outro, saltando de 3,3% para 7,9%. Isso indica que atividades de consultoria, que no início do doutorado do segundo período de pesquisa chegavam a ser 25% das atividades dos doutorandos, caem para quase 8% ao fim do doutorado, mas em comparação com o período anterior continua um número expressivo, indicando a criação de novos mercados de trabalho, sobre os quais se pode ler no texto de Marcia Sprandel e Henyo Barretto Filho neste livro.

Tabela 16 Já trabalhou depois do doutorado²⁸?

Não	6,6%
Sim	93,4%

A tabela acima indica, por outro lado, certa flutuação no índice de desemprego que a tabela anterior demonstrava. A pergunta da tabela anterior era se o doutor ou doutora estava empregado/a no momento da pesquisa, a da tabela acima é se entre o fim do doutorado e o momento da pesquisa o/a doutor/a havia trabalhado. Nesse caso, vemos que 6,6% não tiveram qualquer trabalho entre a defesa e o momento da pesquisa, indicando esse número um desemprego mais radical, a completa inatividade. São dados relativos, claro, pois podem conter muitos doutores formados muito recentemente, logo antes da pesquisa, mas, ainda sim, é um indicador do crescimento do desemprego entre doutores em antropologia, mesmo no período em que mais vagas se abriram no ensino público superior brasileiro.

Vale agora olhar mais de perto para onde estão efetivamente trabalhando os doutores.

27 Aqui preciso pensar a questão dos pós-doutorados e a prática comum de emendá-los, em função da relação desfavorável no mercado de trabalho. A pesquisa não levanta os números de doutores formados no período que estavam a fazer pós-doutorado quando responderam às questões, infelizmente.

28 Pesquisa atual. Total de respondentes da tabela: 437.

Tabela 17 Atividade principal é o ensino superior²⁹

	Em relação aos que têm atividade de trabalho	Em relação ao total dos respondentes ³⁰
Sim	72,5%	58,7%
Não	27,5%	22,3%

Esse dado destaca como o ensino superior continua sendo o principal mercado de trabalho dos doutores em antropologia. Daqueles que detêm empregos, 72,5% estão no ensino superior (público e privado). Entre o total de doutores formados no segundo período, quase 59% são docentes no ensino superior. Ou seja, de cada 10 doutores, seis tornaram-se docentes após o término do doutorado durante os anos de 2004/2012. Já na tabela a seguir podemos saber onde estão os docentes doutores do segundo período. Eles se encontram majoritariamente nas instituições públicas, em primeiro lugar. 93,4% do total dos respondentes estão divididos entre instituições comunitárias, municipais, estaduais e federais, às quais podemos chamar de “públicas”, embora algumas instituições comunitárias e municipais possam ter regimes de contratação em CLT. Apenas 6,6% estão dando aulas em instituições privadas, marcando, assim, a pequena absorção de doutores em antropologia no sistema privado de ensino brasileiro. Entre os que estão nas instituições públicas, temos que o sistema federal responde por 77% de todas as vagas, seguido pelo sistema estadual, com 13,3% das vagas. Instituições comunitárias e municipais somam menos de 3% do total de empregados no sistema de ensino superior. Em relação ao total da amostra, vemos que quase metade (47,4%) está no ensino superior federal. Ou seja, para cada 100 doutores formados no período, 47 encontravam vaga no sistema das universidades federais brasileiras. Outros oito encontrariam vagas no sistema estadual e menos de dois nos sistemas comunitário e municipal. Apenas quatro em 100 encontraram espaço nas instituições particulares.

29 Pesquisa atual. Total de respondentes da tabela: 367.

30 O total não perfaz 100% porque nem todos responderam à questão.

Tabela 18 Qual o tipo de instituição em que trabalha (entre os que estão no ensino superior³¹).

	Em relação aos que estão no ensino superior no primeiro período 1992/2003	Em relação aos que estão no ensino superior no segundo período (2004/2012)	Em relação ao total da amostra no segundo período (2004/2012)
Comunitária	1,8 ³²	0,7	0,5
Estadual	16,5	13,3	8,2
Federal	64,1	77,3	47,4
Municipal	1,8	2,1	1,3
Particular	15,5	6,6	3,9

Quando comparamos com os valores destacados no período anterior, vemos que há um aumento na importância das instituições federais (de 64 para 77%), uma diminuição pequena das instituições estaduais (16,5% para 13%) e uma significativa queda das instituições particulares (de 15,5% para 6,5%). Isso indica mais uma vez a importância que a expansão recente no ensino superior causou no mercado de trabalho dos doutores em antropologia, distorcendo provavelmente a relação entre doutores nas IES estaduais e nas federais em favor das segundas. Mas a diminuição da importância das instituições particulares mereceria uma investigação à parte, pois não sabemos exatamente a razão da queda. É possível especular que a crise econômica de 2008 tenha afetado diretamente a oferta de empregos nas instituições privadas, por um lado, bem como, nessa mesma crise, as estratégias de contratação de docentes menos qualificados (e, portanto, mais baratos) podem ter se intensificado. Por outro lado, o avanço do ensino a distância parece também ter seu efeito no enxugamento de vagas no sistema privado.

Já na tabela a seguir, vemos que entre os que estão no sistema de ensino superior, 83,4% têm o que poderíamos chamar de “regime preferencial” de trabalho, a dedicação exclusiva. Dado que cerca de 90% dos docentes que trabalham no ensino superior estão em instituições federais e estaduais, vemos que mesmo uma parte desses tem regimes que não o de dedicação exclusiva, indicando certa flexibilização dos regimes de trabalho (que nesses casos pode ser integral ou parcial). Mas ainda temos um número expressivo de doutores, em relação ao total da amostra, que, ao sair do doutorado, detêm um emprego em regime de dedicação exclusiva (51%).

31 Pesquisa atual. Total de respondentes da tabela: 278.

32 Na pesquisa anterior, comunitárias e municipais estão somadas. O valor de 1,8% refere-se à soma das duas categorias, portanto. Ver Fonseca (2004:74).

Tabela 19 Regime de trabalho³³ (porcentagens).

	Em relação aos que estão no ensino superior	Em relação ao total da amostra
Dedicação exclusiva	83,4	51,1
Hora aula	7,1	4,3
Tempo integral	3,2	2,1
Tempo parcial	6,4	3,9

Tabela 20 Tipo de trabalho atual (porcentagens).

	1991/2002 ³⁴	2004/2012 ³⁵ Atividade ao se inscrever no doutorado	2004/2012 depois do doutorado ³⁶
Adm. pública	18	19,6	11,6
Empresa	3,2	8,2	4,9
ONG	5,5	5,2	1,9
Ensino superior	56,7	41,4	72,8
Instituto de pesquisa	3,2	2,1	2,5
Org. política	0,5	3,9	0,9
Org. internacional	0,9	0,9	1
Outra inst. de ensino	4,1	13,1	2,5
Outros	7,8	5,6	1,9

Na tabela acima, vemos outra disposição das categorias de trabalho atual, que aqui são separadas principalmente por tipo de trabalho, separando docência do trabalho na administração pública, por exemplo. A comparação relevante a ser feita, efetivamente, é aquela entre a coluna da esquerda (primeiro período) e a da direita (segundo período). Os dois dados que chamam mais a atenção são referentes ao aumento dos doutores que se dedicam ao ensino, como vimos acima. Há uma passagem de 57% na primeira pesquisa para 73% nessa pesquisa atual³⁷. Outro número significativo, que não tínhamos observado até aqui, é a diminuição significativa de doutores em antropologia dedicando-se à administração pública, uma queda de 18% para 11,6%.

Temos uma diminuição do mercado de trabalho nas esferas da administração pública, que pode ser efeito tanto de uma diminuição efetiva (ou relativa) de opor-

33 Pesquisa atual. Total de respondentes da tabela: 278.

34 Dados em Grossi (2004:54).

35 Pesquisa atual. Total de respondentes da tabela: 229.

36 Pesquisa atual. Total de respondentes da tabela: 369.

37 Pequenas variações em relação aos números das tabelas anteriores devem-se ao número distinto de pessoas que responderam cada uma das questões.

tunidades de trabalho como da grande oferta de vagas nas universidades públicas que vimos acontecer durante esse período. Cerca de 9% dos doutores dividiram-se entre o mercado de trabalho privado (descontadas as instituições de ensino privado), ONGs, institutos de pesquisa, organizações internacionais, organizações políticas e outros não especificados. Ou seja, nove em cada 100 doutores em antropologia, durante o segundo período, encontraram oportunidades profissionais num mercado ainda pouco conhecido, analisado por Sprandel e Barreto nesta coletânea.

Juntando as informações das tabelas anteriores é possível extrapolar um ranking de opções de trabalho para os doutores em antropologia durante o segundo período:

Tabela 21 Ranking de oportunidades de emprego para doutores em antropologia (2004/2012)³⁸.

Sistema federal de ensino superior	47%
Administração pública	11,5%
Sistemas estaduais de ensino superior	8%
Empresas privadas	5%
Sistema privado de ensino superior	4%

As outras várias categorias (ONGs, institutos de pesquisa, instituições comunitárias, instituições municipais, organizações internacionais, associações variadas, outras instituições de ensino – que não de ensino superior –, outros não especificados) perfazem algo como 13% no seu total. O valor restante de 11,5% traduz o total de desempregados da nossa amostra. O número de desempregados na Tabela 15 é de 11%, então a aproximação da tabela acima é bastante factível, considerando as bases distintas de respondentes e os arredondamentos.

A atividade principal dos doutores em antropologia, nesta segunda pesquisa, relativa ao período 2004-2012, obviamente, é o ensino superior: 61,6%. Ou seja, 62 em cada 100 estão numa instituição de ensino superior. Essa é a informação mais detalhada do tipo de instituição onde estão os doutores em antropologia: quase metade dos doutores em instituições federais, pouco menos de um décimo em instituições estaduais, poucos em instituições municipais e apenas 3,5% em instituições privadas. Isso indica como as instituições privadas de ensino não são um campo de trabalho expressivo para os doutores em antropologia. Considerando como um todo, os principais lugares de trabalho são, nesta ordem, as instituições federais de ensino, a administração pública e as instituições estaduais de ensino. Essas três esferas de trabalho respondem por 68% das atividades dos doutores formados no

38 Os dados têm relevância apenas comparativa. Como o número dos respondentes das diferentes tabelas não é o mesmo, as porcentagens não são exatas e devem ser usadas apenas como aproximações para se ter uma ideia do cenário. Os números foram arredondados. Junção de dados das tabelas 15, 18 e 20.

período dessa segunda pesquisa. Os demais 32% estão divididos entre os que estão procurando emprego, em outras atividades, e os que trabalham em instituições variadas e ainda nas empresas privadas. Importante destacar que há mais doutores trabalhando em empresas privadas do que em instituições de ensino privado e que há muito pouco mercado de trabalho nas ONGs e organizações políticas variadas (não mais que 2,5% das atividades dos doutores formados).

CONCLUSÕES

O cenário da pesquisa sobre os egressos nos mostra um perfil bem desenhado do mercado de trabalho do recém-doutor em antropologia no Brasil até o ano de 2012. É importante destacar esse marco temporal, pois a situação política e econômica deteriorou-se nos últimos anos e as universidades públicas têm sofrido recentemente cortes orçamentários severos, ataques à sua autonomia e mesmo à ideia de ensino gratuito. É preciso considerar que o conjunto de doutores da amostra teve a formação durante os governos Lula e o primeiro mandato do governo Dilma, marcados por uma expansão significativa do ensino superior e mesmo pela importância da educação no cenário geral do país. Dados retirados de um relatório produzido pelo MEC indicam que durante 2004 e 2012 (espectro temporal da pesquisa) houve um aumento de 66% no número de docentes de universidades federais no Brasil, fruto do programa Reuni³⁹.

Nesse cenário favorável, vimos que os egressos dos doutorados em antropologia tinham como destino principal as instituições federais de ensino superior, seguido por posições na administração pública e nas instituições estaduais de ensino superior. Depois, o mercado é bastante fragmentado em várias opções: instituições superiores privadas, ONGs, empresas, instituições de pesquisa, instituições municipais de ensino. Assim, é de se destacar a diminuição da importância das instituições privadas em relação à primeira pesquisa, referente ao período 1992-2002. Se, nessa primeira pesquisa, 20% dos doutores iam para o setor privado, na pesquisa atual esse número não passa de 7%. Considerando o destaque que Fonseca (2004) dava ao lugar das instituições privadas como oportunidade de empregos aos doutores, vemos que houve uma grande mudança no mercado de trabalho no setor privado entre 2004-2012, desfavorável aos doutores em antropologia.

Se na pesquisa anterior 18% dos doutores estavam na administração pública, o número é de 9% na pesquisa atual. Assim, há uma diminuição de dois campos de

39 No período de 2002 a 2014, foram criadas 18 novas universidades federais e 173 campi de universidades federais. Relatório “A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014”, MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 11 ago. 2017.

trabalho que eram importantes, ensino superior privado e administração pública. Na pesquisa anterior, 75% dos que estavam trabalhando o faziam no setor público. Isso significa que 68% do total dos doutores estavam no setor público, entre 1992 e 2002. Descontando o número dos que estão na administração pública (18%), vamos para algo em torno de 50% no setor de ensino público. O cenário da pesquisa atual é o aumento da proporção de doutores trabalhando nas instituições públicas de ensino: mais ou menos 60% dos doutores atuais estão no ensino superior público (entre federais, estaduais e municipais).

Assim, houve aumento do mercado nas instituições de ensino superior públicas, fato que tem relação com a expansão no ensino superior durante o período (especialmente o programa Reuni). Ao mesmo tempo, houve diminuição nos mercados da administração pública e instituições de ensino privadas. Por outro lado, houve aumento dos que estão sem atividade relacionada à antropologia no momento da pesquisa: de 9 para algo como 19%. Esse último dado é revelador de um cenário que pode ser muito difícil no presente e no futuro próximo, quando o principal mercado dá sinais de esgotamento e até de diminuição, ao passo que o sistema vigoroso de formação de doutores produziu e continua a produzir um aumento significativo do conjunto de doutores formados em antropologia.

Dessa forma, é possível afirmar que o Reuni absorveu grande parte dos doutores produzidos no aumento do sistema de pós-graduação em antropologia no Brasil, o que se evidencia pelo aumento da proporção de doutores trabalhando especificamente em universidades federais. Mas, ao mesmo tempo, houve uma diminuição importante dos espaços profissionais nas instituições privadas de ensino e no sistema de administração pública. A soma desses fatores, aliada ao tamanho do aumento na formação de doutores em antropologia, resultou num quadro de cerca de 20% de distanciamento dos doutores em relação à sua formação. Isso considerando que houve no período o maior aumento de vagas no sistema público de ensino superior na história brasileira. Agora que essa expansão se encerrou e não há sinais de qualquer retomada, qual é o cenário?

Um mercado mais concorrido e com menos opções é o que se apresenta aos recém-doutores no momento, a não ser que novas guinadas aconteçam a favor do ensino público superior. Considerando o fato muito relevante de que atualmente, em relação à amostra de doutores formados, há mais quatro programas já formando doutores e que há mais cinco programas que devem começar a formar doutores nos próximos anos, vemos que o cenário tende a ficar ainda mais restritivo e competitivo. Por outro lado, também temos dados para ver que há limitações estruturais de empregabilidade conforme o lugar de formação dos doutores, sendo que, até o momento da pesquisa, a hierarquia estabelecida desfavorecia os doutores

formados no Nordeste e favorecia em muito os doutores formados no Sudeste e no exterior.

Resumindo o cenário que foi possível captar através da análise de dados de pesquisa: houve uma expansão da formação de doutores, absorvida em parte pela expansão extraordinária do sistema de ensino público, capaz de fazer frente à diminuição de espaços na administração pública e no ensino privado. Mas essa expansão não parece ter sido suficiente para conter o aumento do desemprego e o aumento de atividades não relacionadas com o doutorado. Vemos, portanto, um futuro difícil à frente para os recém-doutores em antropologia no Brasil.

REFERÊNCIAS

FONSECA, C. Antropólogos para quê? O campo de atuação profissional na virada do primeiro milênio. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

GROSSI, M. Os egressos dos programas de pós-graduação em antropologia. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

9

PROFISSIONAIS COM FORMAÇÃO EM ANTROPOLOGIA PARA QUÊ?

UMA APRECIÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS NO CAMPO DE ATUAÇÃO
PROFISSIONAL EM ANTROPOLOGIA

Marcia Anita Sprandel
Henyo Trindade Barretto F^z

INTRODUÇÃO

Este texto trata das transformações ocorridas no campo de atuação profissional dos antropólogos no período de 2004 a 2012 em comparação com o período de 1992 a 2002, com especial atenção para as oportunidades de inserção/atuação para além do âmbito acadêmico – seja no serviço público em geral, terceiro setor, iniciativa privada (incluindo o mercado de consultoria) e outros campos. A demanda foi que tal análise pudesse, igualmente, identificar eventuais impactos desse “novo” cenário de inserção profissional no tipo de formação oferecida pelos programas de pós-graduação e na trajetória profissional dos egressos no período, relacionando-a às experiências de formação e oportunidades de atuação dentro e fora da academia. Como as demais contribuições neste livro, enfocamos aqui o período de nove anos (2004-2012), posterior aos onze anos (1992-2002) que foram considerados na primeira pesquisa conduzida pela ABA sobre o campo da Antropologia no Brasil e que resultou na coletânea organizada por Trajano Filho e Ribeiro (2004). Para tanto, baseamo-nos não só nos dados disponíveis nos relatórios finais da pesquisa com egressos dos programas de pós-graduação em Antropologia do Brasil e seus anexos para o período focado (Neves (2017) e outros produtos sistematizados posteriormente por demanda dos contribuintes deste livro), mas também, a título de comparação histórica, nos artigos de Grossi (2004) e Fonseca (2004) na referida coletânea, que trataram do destino dos egressos de mestrado e doutorado no período focalizado na pesquisa original. Beneficiamo-nos também do diálogo com as contribuições de Machado, Teixeira, Simões e Trajano Filho neste livro, as duas primeiras sobre os egressos do doutorado e do mestrado no mesmo período. Tanto na introdução do volume quanto na parte introdutória do texto de Machado, há considerações de natureza metodológica que qualificam os dados com os quais trabalhamos e que, portanto, não repetiremos aqui.

Em função, contudo, do alcance das informações sistematizadas pela pesquisa sobre a trajetória profissional das pessoas egressas dos programas de pós-graduação no período e as “inserções no mercado de trabalho”, nos apropriamos de dados preliminares de um levantamento informal realizado pelo coletivo aPROA (Associação de Profissionais em Antropologia). Embora referido a um universo aleatório e muito mais restrito de informantes, em um período de tempo assaz limitado, tal levantamento permite entender os limites da pesquisa realizada só com egressos da pós-graduação, pois, no caso do exercício profissional da Antropologia não restrita à academia, há um mercado de trabalho para estudantes que saíram da graduação em ciências sociais e, mais recentemente, dos cursos de Antropologia no nível da graduação. Este levantamento esboça um quadro sobre a realidade de um grupo de antropólogos e antropólogas que cresceu numérica e politicamente nos últimos anos, e que, sendo pessoas com formação na área e que se reconhecem como antropólogo(a)s, traz novos questionamentos ao exercício profissional da disciplina. A análise de tais dados nos permitirá problematizar a prática e a construção da identidade profissional de antropólogo(a)s, sugerindo que estas não passam necessariamente pela pós-graduação.

Enfim, interessa-nos aqui refletir sobre em que a nova pesquisa contribui para a compreensão da realidade e da produção de antropólogas e antropólogos que trabalham em outros âmbitos que não universidades públicas ou institutos federais. Assim sendo, como em outras contribuições neste livro, problematizamos igualmente o que a pesquisa não revela.

OS DADOS DA PESQUISA MAIS RECENTE

Os resultados descritivos da pesquisa estão divididos entre egressos de mestrado e doutorado. Seguiremos essa ordem e começaremos pelos dados da pesquisa mais recente para, só então, compararmos estes com as sistematizações e análises feitas há quinze anos. Isso nos permitirá apreciar as mudanças mais evidentes entre um período e outro – e que não são muitas.

Mestrado

A pesquisa apontou que mais da metade dos entrevistados (59,3%) já tinham concluído a graduação quando se candidataram para o mestrado. Nesse aspecto, contudo, há variações regionais importantes, pois na UnB, Unicamp, UFF e UFRGS esses

percentuais se invertem, dando a entender que nesses casos há um recrutamento precoce mais efetivo de graduandos – estilo “passagem direta” – para os programas de pós. Em sua contribuição neste livro, Teixeira sugere que valeria investigar se o recrutamento precoce nesses centros dever-se-ia a uma postura mais ativa dos docentes nesta direção, às condições institucionais do programa ou a uma combinação entre ambas e, ainda, ao mercado de trabalho local.

Para os nossos objetivos neste texto, importa destacar que 51% dos egressos mestres entrevistados declararam estar trabalhando quando se candidataram ao mestrado, e isso em ocupações as mais diversas – conforme se observa no conjunto de tabelas apresentado a seguir. Se, por um lado, esta situação revela a relevância da disponibilidade de bolsas como um atrativo para a escolha pelo mestrado, por outro, ela também sugere que cerca de metade das pessoas que optaram pelo mestrado já tinha alguma experiência e inserção profissional. As tendências que emergem dos dados sistematizados são muito coerentes. Senão, vejamos.

As principais razões e motivações declaradas pelos egressos mestres entrevistados para terem buscado a formação em nível de mestrado estão relacionadas, primeiramente, ao desenvolvimento profissional como docentes e pesquisadores e, em segundo lugar, à busca de benefícios financeiros relacionados às bolsas de estudo e à elevação futura de salário decorrente da obtenção do título de mestre. O Quadro 1 a seguir e as tabelas subsequentes confirmam tais expectativas. Destarte, o horizonte de profissionalização, seja no âmbito acadêmico, seja em outras inserções, se apresenta cedo na trajetória das pessoas que optam pela pós-graduação em Antropologia no nível do mestrado – para metade das quais mesmo antes do ingresso na pós-graduação, por já estarem exercendo alguma atividade profissional. Mais adiante, veremos – ao ponderar os dados preliminares do levantamento da aPROA – que isso é significativo se considerarmos a existência de algumas oportunidades de trabalho além da academia para estudantes que saíram da graduação em ciências sociais e, mais recentemente, dos cursos de Antropologia no nível da graduação.

Quadro 1 Razões declaradas pelos egressos mestres entrevistados para terem buscado a formação em nível de mestrado.

- Desejo de corrigir deficiências da graduação: não pesou para 41,8% e pesou um pouco para 22,6%;
- Desejo de seguir carreira de pesquisador: pesou muito para 71,2%;
- Desejo de ampliar oportunidades profissionais: pesou muito para 69,5%;
- Desejo de aprimorar a carreira docente: pesou muito para 57,2%;
- Desejo de elevar a renda: pesou muito para 46,7%;
- Desejo de aproveitar o incentivo das bolsas de estudo: não pesou para 24,3%, pesou um pouco para 32,0% e pesou muito para 26,6%.

Tais expectativas e motivações se coadunam com os dados de situação laboral, tanto antes quanto após a conclusão do mestrado. Dos 51% dos egressos mestres entrevistados que declararam estar trabalhando quando se candidataram ao mestrado, os dados apontam que quase 40% estavam no setor público e os demais em organizações privadas (incluindo aí atividades de autônomo) ou do terceiro setor. Problemas de tratamento estatístico não permitiram uma tabulação numérica precisa das menções às “ocupações” em que trabalhavam os egressos mestres entrevistados quando se inscreveram para o mestrado. Não obstante, uma contabilização e uma classificação simples das menções nas respostas abertas à pergunta sobre as ocupações, baseada em clusters que nós mesmos criamos (Tabela 4), desenha um campo bastante diversificado de inserções profissionais, algumas não necessariamente afins à expertise antropológica (tais como designer/diagramador e auxiliar de confeitaria/padaria), com claro destaque para as atividades de ensino e pesquisa, e para a empregabilidade no serviço público.

Tabela 1 Frequência e percentual de entrevistados trabalhando antes e depois do mestrado.

Resposta	Frequência antes	% antes	Frequência depois	% depois
Estava trabalhando	568	52,73	724	67,22
Não estava trabalhando	438	40,67	288	26,74
Não respondeu	71	6,60	65	6,04
Total	1.077	100,00	1077	100,00

Tabela 2 Frequência e percentual do setor em que se trabalhava antes e depois do mestrado.

Resposta	Frequência antes	% antes	Frequência depois	% depois
Autônomo	171	30,11	73	10,08
Empregado no setor privado	112	19,72	170	23,48
Empregado no setor público	221	38,90	463	63,95
Empregado em ONG ou sindicato ou partido político	64	11,27	18	2,49
Total	568	100,00	724	100,00

Tabela 3 Frequência e percentual do tipo de instituição em que se trabalhava antes e depois do mestrado.

Resposta	Frequência antes	% antes	Frequência depois	% depois
Administração pública	94	16,55	142	19,61
Empresa	74	13,03	82	11,33
Instituição de assessoria ou promoção social (ONG)	26	4,58	14	1,93
Instituição de ensino superior	108	19,01	367	50,70
Instituição de pesquisa	96	16,90	21	2,90

Tabela 3 *Continuação...*

Resposta	Frequência antes	% antes	Frequência depois	% depois
Instituição ou organização política ou movimento social	45	7,92	22	3,04
Outro tipo de instituição de ensino	89	15,67	72	9,94
Outra situação	36	6,34	4	0,55
Total	568	100,00	724	100,00

Tabela 4 Ocupações antes do mestrado.

Ocupações	Menções simples
Professor / docente (ensinos básico, médio e superior) / professor (Geologia, História, Inglês, Língua Portuguesa) / ensino	26
Pesquisas / pesquisador(a) (júnior, em ONG) / assistente ou auxiliar (técnico) de pesquisa	14
Funcionário ou servidor público / gestor público / técnico em órgão público	8
Consultor	5
Arqueólogo(a)	4
Coordenador(a) ou gestor de projetos e programas (sociais)	4
Antropólogo(a) / assessor(a) antropólogo(a)	3
Bolsista	3
Outros	N

A pesquisa apontou, assim, que cerca de 67% dos egressos mestres entrevistados exerceram atividades profissionais desde que concluíram o curso (Tabela 1), quase 2/3 dos quais no setor público (Tabela 2) e metade deles no ensino superior (Tabela 3). Isso numa conjuntura em que estudantes estão concluindo o mestrado mais jovens e da aparente reversão da tendência de feminilização da profissão verificada no período da pesquisa anterior – ver contribuição de Teixeira neste livro. Comparando-se, ademais, as situações laborais retratadas pela pesquisa para os períodos anteriores e posteriores à conclusão do mestrado, verifica-se notável ampliação da empregabilidade tanto no setor público quanto no ensino superior, uma ampliação menor no setor privado e quase insignificante na administração pública, e a diminuição nas demais inserções – tendências igualmente observadas por Teixeira. Essas informações corroboram a percepção dos egressos mestres entrevistados, mais de 80% dos quais consideraram que a realização do mestrado contribuiu (“muito” para 67,0% e “um pouco” para 14,3%) para o exercício de suas atividades profissionais. Esse quadro é ratificado pela contabilização e classificação simples, baseada em clusters elaborados por nós mesmos, das menções às ocupações após a conclusão do mestrado nas respostas abertas, como mostra a Tabela 5 a seguir.

Tabela 5 Ocupações após o mestrado.

Ocupações	Menções simples
Professor (educação básica, ensino médio e superior) / docência (ensino superior e médio; em Antropologia) / magistério superior	63
Funcionário(a) público(a) (empregado no setor público) / servidor ou serviço público	12
Consultor (em várias áreas – inclusive em desenvolvimento de software)	8
Analista (ambiental; de pesquisa e avaliação de projetos sociais; de pesquisa, mercado e desenvolvimento; técnico de políticas sociais)	5
Arqueólogo(a)	5
Assessoria (técnica; jurídica; parlamentar)	5
Pesquisador (assistente de pesquisa)	5
Sociólogo(a)	4
Antropólogo(a)	3
Outros	N

Trata-se, assim, de um quadro em que a experiência de formação no mestrado, no período coberto pela pesquisa, resulta em uma ocupação maior de posições profissionais no ensino superior e no serviço público. Se considerarmos, ademais, que algumas das ocupações declaradas correspondem a carreiras do serviço público (tais como as de analista ambiental, analista pericial, analista técnico de pesquisa social, gestor público), esse quadro se torna ainda mais saliente. O quadro, contudo, permanece bastante diverso, com algumas pessoas entrevistadas declarando-se cantora, diplomata e coordenador de curso pré-vestibular.

Essa tendência se expressa, também, em outras variáveis abordadas pela pesquisa, tais como a já referida percepção dos entrevistados sobre a contribuição do mestrado para o exercício de suas atividades profissionais, a percepção sobre sua satisfação com a própria situação laboral e a remuneração. Quanto a esta, mais de 50% dos entrevistados tinham salários mensais superiores a R\$ 3.500,00 e 50% dos que estavam empregados no momento da entrevista declararam estar satisfeitos com o emprego que tinham. Ademais, em torno de “60% dos entrevistados têm desenvolvido atividades de pesquisa” (cerca de 40% dos quais com financiamento de órgãos de fomento) “realizadas, em sua esmagadora maioria, por equipes de pesquisadores que envolvem também alunos”. Isso sugere a persistência dos vínculos dos mestres tanto com as instituições quanto com as lides acadêmicas, o que é atestado pelo fato de cerca de 80% do total de entrevistados terem “apresentado trabalhos em eventos acadêmicos de Antropologia ou de áreas afins”. Segundo o relatório, “a esmagadora maioria dos entrevistados acredita que a obtenção do título de mestre elevou suas oportunidades profissionais, bem como seu nível de qualificação, e lhes permitiu o desempenho de atividades laborais de melhor qualidade, incluindo a questão salarial” (NEVES, 2017:46).

Essas conclusões coadunam-se com o quadro traçado por Teixeira, neste livro, para os egressos do mestrado, a partir dos mesmos e de outros dados, entre os quais gostaríamos de destacar alguns, como: (1) A continuidade, em relação à pesquisa anterior, da baixa inserção de mestres e doutores em Antropologia no setor das ONGs e outras instituições sociais/políticas, seja antes ou após a conclusão do curso – uma promessa não cumprida, como observa Teixeira; (2) O percentual menor de egressos empregados na administração pública antes do mestrado na comparação com o período anterior – 30% entre 1992-2002 (FONSECA 2004:72); (3) A centralidade das instituições de ensino no campo de atuação profissional, as faculdades particulares representando importante mercado de trabalho para os mestres que, frequentemente, começam nelas sua trajetória docente, para acumular experiência antes de fazerem o doutorado; (4) O predomínio de redes horizontais de informação sobre as oportunidades de trabalho, em relação às inserções profissionais anteriores e posteriores ao mestrado, sendo as formas mais frequentes de saber das oportunidades por meio de anúncio e/ou edital de concurso público na internet.

Problemas de tratamento estatístico não permitiram uma tabulação numérica precisa das referências a regime de trabalho e nível de renda. Quanto ao primeiro ponto, a existência de uma alternativa aberta (“outro”) produziu uma dispersão de respostas, gerando informações confusas. Por exemplo: além da alternativa RJU, aparecem referências a “estatutário/a”, “estaturário/a municipal”, “servidor/a público/a”; além da alternativa “autônomo/a”, aparecem referências a “RPA”, “por trabalho entregue”, “temporário/a” – o que dificultou a tabulação dos resultados. De todo modo, destacam-se os vínculos como estatutário e celetista, nessa ordem. Quanto ao segundo ponto, na pesquisa recente essa pergunta foi feita com um conjunto de intervalos bem restrito para as respostas, o que dificultou seu tratamento.

Uma síntese do quadro dos egressos do doutorado, baseada tanto nos dados da pesquisa quanto na análise qualificada de Machado neste livro, nos ajudará a completar e compreender melhor o quadro.

Doutorado

Uma primeira aproximação aos dados relativos aos egressos do doutorado sugere um quadro de entrada apenas um pouco distinto ao do mestrado, já que se observou, conforme esperado, uma empregabilidade ligeiramente maior à entrada: 51,7% dos entrevistados não estavam no mestrado quando se candidataram para o doutorado e 58,9% estavam trabalhando quando se candidataram ao doutorado.

Destes, pouco menos da metade estavam no setor público e o restante em organizações privadas (incluindo atividades como autônomo) ou do terceiro setor, e cerca da metade dos que estavam trabalhando quando se candidataram ao doutorado lecionavam em instituições de ensino – superior ou outra. As motivações declaradas pelos entrevistados para terem buscado a formação em nível de doutorado diferem muito pouco das registradas para o mestrado: “relacionadas primeiramente ao desenvolvimento profissional como docentes e pesquisadores e em segundo lugar à busca de benefícios financeiros relacionados às bolsas de estudo e à elevação futura de salário decorrente da obtenção do título de doutor” (NEVES, 2017:21). O Quadro 2 abaixo e o conjunto de tabelas a seguir sintetizam esses dados.

Quadro 2 Razões declaradas pelos egressos doutores entrevistados para terem buscado a formação em nível de doutorado.

- Desejo de seguir carreira de pesquisador: pesou muito para 91%;
- Desejo de aprimorar a carreira docente: pesou muito para 78,6%;
- Desejo de ampliar oportunidades profissionais: pesou muito para 64%;
- Desejo de elevar a renda: pesou muito para 51,7%;
- Desejo de aproveitar o incentivo das bolsas de estudo: não pesou para 29,5%, pesou um pouco para 37,8% e pesou muito para 27,5%.

Tabela 6 Frequência e percentual de entrevistados que trabalhavam antes e depois do doutorado.

Resposta	Frequência antes	% antes	Frequência depois	% depois
Estava trabalhando	201	49,75	332	82,18
Não estava trabalhando	153	37,87	21	5,20
Não respondeu	50	12,38	51	12,62
Total	404	100,00	404	100,00

Tabela 7 Frequência e percentual do setor em que trabalhava antes e depois do mestrado.

Resposta	Frequência antes	% antes	Frequência depois	% depois
Autônomo	44	21,89	24	7,23
Empregado em organismo internacional	5	2,49	0	0,00
Empregado no setor privado	54	26,87	26	7,83
Empregado no setor público	93	46,27	280	84,34
Empregado em ONG ou sindicato ou partido político	5	2,49	2	0,60
Total	201	100,00	332	100,00

Tabela 8 Frequência e percentual do tipo de instituição em que trabalhava antes e depois do mestrado.

Resposta	Frequência antes	% antes	Frequência depois	% depois
Administração pública	39	19,40	35	10,54
Empresa	16	7,96	15	4,52
Instituição de assessoria ou promoção social (ONG)	15	7,43	5	1,51
Instituição de ensino superior	78	38,81	252	75,90
Instituição de pesquisa	4	1,99	7	2,11
Instituição ou organização política ou movimento social	8	3,98	2	0,60
Organismo internacional	5	2,49	3	0,90
Outro tipo de instituição de ensino	26	12,94	8	2,41
Outra situação	10	4,98	5	1,51
Total	201	100,00	332	100,00

Comparando com os dados do mestrado, em patamares superiores a este, mais de 90% dos entrevistados consideram que a realização do doutorado contribuiu (“muito” para 78,6% e “um pouco” para 14,2%) para o exercício de suas atividades profissionais nos últimos três anos. Assim sendo, ao entrar no doutorado, o horizonte de profissionalização no âmbito estritamente acadêmico, seja como pesquisador, seja como docente, tende a se consolidar – para metade dos quase 50% que estavam trabalhando quando se candidataram ao doutorado, até mesmo antes de ingressarem neste. Isso é coerente com o que observa Machado, em sua contribuição: “91% dos 453 que fizeram doutorado queriam seguir a carreira como pesquisadores. [...] 64% acreditavam que o doutorado ampliaria muito as oportunidades profissionais, [...] e apenas 27% atribuíam à disponibilidade de bolsas o motivo para fazerem o doutorado. Ou seja, *o fator que mais determina a escolha em fazer o doutorado, mesmo num cenário de muitas bolsas [...], é o fator profissional e não a bolsa em si*” (grifos nossos).

Esse quadro parece se confirmar ao tempo da conclusão do doutorado, pois, segundo a pesquisa, cerca de 90% dos egressos entrevistados exerceram atividades profissionais desde a conclusão do doutorado; cerca de 80% estavam trabalhando quando da entrevista, dos quais a quase totalidade em emprego regular de tempo integral; 87% dos empregados estavam no setor público; e 80% exerciam atividades de magistério, a quase totalidade (cerca de 97%) no ensino superior, sendo 90% dos casos empregados em universidades, mais de 70% destes sendo em instituições federais, trabalhando em regime de Dedicção Exclusiva, atuando tanto na graduação quanto na pós-graduação”. Nesse sentido, a forma de obtenção do emprego da esmagadora maioria foi por meio de concurso público.

No que concerne à remuneração, mais de 80% dos entrevistados tinham salários mensais superiores a R\$ 5.500,00 e cerca de 80% dos entrevistados empregados ao tempo da entrevista estavam satisfeitos com suas inserções profissionais – sendo este o mesmo percentual dos que desenvolviam atividades de pesquisa (quase todas com financiamento de órgãos de fomento) realizadas, em sua grande maioria, por equipes de pesquisadores que envolviam também alunos. Esses dados sugerem a manutenção do vínculo dos egressos do doutorado com atividades de pesquisa em Antropologia, configurando assim uma profissionalização desta (e daqueles) no campo da investigação. Isso é reforçado pela informação de que cerca de 90% do total de entrevistados vinham apresentando trabalhos em eventos acadêmicos de Antropologia ou áreas afins. Em sua contribuição neste livro, Machado, trabalhando com análises estatísticas e sociométricas específicas adicionais fornecidas pela equipe de pesquisa, observa que os egressos, em sua maioria, procuram manter ligações estreitas com a academia, independentemente do status laboral. Uma hipótese a ser testada é se a permanência de vínculos com a academia (participação em laboratórios e grupos de pesquisa, e circulação por reuniões e congressos) constituiria elemento definidor da identidade profissional de antropólogo(a) para os que atuam fora daquela.

Ainda nesse registro, Machado observa que 31% dos que participam em eventos científicos da área de Antropologia ou Ciências Sociais disseram participar desses eventos menos do que antes do doutorado. Ele interpreta isso como significando uma saída da vida pública acadêmica em Antropologia pelas condições de trabalho, ou por falta destas. Não obstante, de modo aparentemente contraditório em relação a essa saída da vida acadêmica, a pesquisa registrou que cerca de 80% dos entrevistados consideram que a realização do doutorado elevou suas oportunidades profissionais e lhes permitiu o desempenho de atividades laborais de melhor qualidade, incluindo salário melhor. Isso sugere que o título de doutor(a) permanece sendo um importante recurso para a inserção profissional em vários âmbitos.

Por fim, no que concerne ao cenário entre os doutores empregados, Machado, após estimar que 1,7 em cada 10 doutores está desempregado (taxa de desemprego maior que a do período anterior – ver sua contribuição neste livro), observa que o ensino superior continua sendo o principal mercado de trabalho dos doutores em Antropologia: “para cada 100 doutores formados no período, 47 encontravam uma vaga no sistema das universidades federais brasileiras”.

O LEVANTAMENTO DA APROA E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

As informações sintetizadas até aqui são relevantes e mostram uma mudança relativa em relação ao cenário de quinze anos atrás. Como mostram outras contribuições neste livro, em particular as de Machado e Miranda, uma marca central do período da pesquisa é a grande expansão de rede pública de ensino superior e, conseqüentemente, da realização de muitos concursos, seja nas universidades, seja nos institutos federais, seja em órgãos públicos federais. Apesar disso, como também observa Machado, entre os doutores, saltou-se de um desemprego quase zero (1,5%) na pesquisa anterior para algo em torno de 11% de desemprego, o que aponta um decréscimo na empregabilidade geral.

Há, ademais, algumas dimensões da inserção profissional de antropólogos e antropólogas que a pesquisa não captura integralmente e que queremos destacar. Para tanto, compartilhamos aqui o resultado preliminar de uma sistematização feita pelo coletivo aPROA e algumas reflexões fruto de atividades que promovemos em diferentes fóruns de Antropologia no país e além¹. Visamos qualificar ainda mais alguns aspectos dessa questão e tentar suprir algumas lacunas, ainda que de modo bastante parcial e incompleto.

É importante salientar que a aPROA é um coletivo informal, que se articula por meio de uma lista de discussão no Google Groups (com 129 participantes) e um grupo de WhatsApp (com 75 participantes), sendo estas as estimativas disponíveis sobre o contingente da sua “membrezia” até outubro de 2017. Trata-se de um coletivo de antropólogas e antropólogos que atua fora das universidades (públicas e privadas) e institutos federais, e que tem se posicionado publicamente sobre essa questão da profissionalização e outras. Querendo se conhecer melhor e estimar

1 A discussão sobre o que se convencionou chamar de “antropologia extramuros” (notem que o ponto de vista nativo aqui é o de quem se situa na Academia) há muito tem sido levada por grupos de trabalhos e outras atividades promovidas em diversas Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBA). Se os grupos que discutem a perícia antropológica e laudos partiram na frente, desde pelo menos as RBAs de Porto Seguro (2008) e Belém (2010), pesquisadores como o Prof. José Gabriel Corrêa (UFCG) e nós, autores, coordenaram sucessivas discussões sobre a “antropologia no espaço público”, reunindo antropólogos e antropólogas que exercem suas atividades em locais tão diversos, quanto órgãos públicos (PGR, MDS, Funai, IPHAN, Congresso, prefeituras, museus e escolas), organizações não governamentais, organismos internacionais e empresas privadas (nas áreas de design e publicidade, por exemplo). Nas IX e XI Reuniões de Antropologia do Mercosul (RAM), em Curitiba, em 2011, e em Montevidéu, em 2015, foram trocadas informações com colegas da Argentina, Catalunha, do Peru e Uruguai, tanto em torno dos cenários de regulamentação da profissão nesses países quanto sobre os desafios desse tipo de atuação profissional – que parecem ser vividos ali de forma menos dramática (o que talvez – é uma hipótese a ser explorada – tenha a ver com a formação que pensa as possibilidades de uma antropologia aplicada sem a carga que essa expressão tem entre nós, que temos como referência negativa a antropologia aplicada de matriz colonial).

quais os interesses e as expectativas do/as profissionais no coletivo, decidiu-se elaborar um formulário de coleta de informações, obtendo-se um retorno de 56 respondentes até julho de 2016. Embora uma amostra boa em relação ao contingente total, ela é praticamente inexpressiva diante do contingente de respondentes da pesquisa em tela (404 egressos do doutorado e 1.077 egressos do mestrado). De todo modo, reputamos que os dados são significativos, seja por confirmar tendências, seja por apontar potenciais lacunas, razão pela qual os compartilhamos nas quatro tabelas a seguir.

Tabela aPROA 1

Mulheres	34
Homens	22
Total	56

Tabela aPROA 2

Instituições em que trabalham	Totais
Inkra	24
Funai	9
MPF	6
Consultoria	6
ONGs	3
MDS	2
MPU-RJ	1
IPHAN	1
IEPHAN-MG	1
UFPA	1
Ibram-MINC	1
Estágio Inkra	1
Total	56

Tabela aPROA 3

Titulação	Totais
Doutores/as	10
Doutorandos/as	10
Mestres/as	17
Mestrandos/as	4
Bacharéis	14
Graduandos/as	1
Total	56

Tabela aPROA 4

UFs	Distribuição por instituições	Totais
DF	6 MPF + 7 Funai + 3 ONGs + 4 Incra + 1 estagiária Incra + 1 IPHAN + 2 MDS + 1 consultoria	25
MG	1 Funai + 1 IEPHAN + 3 Incra + 2 consultorias	7
RJ	3 Incra + 1 IBRAM + 1 MPU	5
PI	3 Incra	3
BA	2 Incra + 1 consultoria	3
RS	2 Incra + 1 consultoria	3
GO	1 Incra + 1 consultoria	2
AC	1 Funai	1
AP	1 Incra	1
PA	1 UFPA	1
MS	1 Incra	1
TO	1 Incra	1
SP	1 Incra	1
PR	1 Incra	1
PE	1 Incra	1
Total		56

Se, por um lado, os números revelam o *viés* de uma articulação que tem o seu epicentro em Brasília, por outro, recolhem informações de profissionais posicionados em todas as regiões político-administrativas. Por sua vez, olhando para além da academia, resta evidenciada a destinação de profissionais em Antropologia para a esfera pública estatal, sendo pouco expressivo – apenas 16% – aquele/as que atuam em ONGs ou como consultore(a)s independentes. Os dados, contudo, chamam atenção para uma área de sombra da pesquisa com os egressos dos programas: aproximadamente 34% dos profissionais que responderam ao formulário da aPROA já estão inseridos e atuando profissionalmente há algum tempo sem terem concluído o mestrado. Se acrescentarmos o fato de hoje já termos cursos de graduação exclusivamente em Antropologia, isso significa que capturar integralmente a dinâmica das oportunidades de inserção/atuação profissional para além do âmbito acadêmico implica em ampliarmos o radar de eventuais futuras pesquisas para além dos egressos dos programas. Até recentemente, contudo, não passava de dez o número de universidades credenciadas pelo MEC e em atividade que oferecem o curso de graduação em Antropologia, todas públicas e os cursos tendo sido criados entre 2004 e 2012².

2 São elas: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

Se o levantamento da aPROA aponta para uma previsível concentração de respondentes do DF – uma vez que há concursos públicos que exigem formação em Ciências Sociais (e, eventualmente, Antropologia) em diversos órgãos federais –, quicá se uma pesquisa específica com esses profissionais fosse realizada nacionalmente, seja usando as redes já estabelecidas de profissionais nesse campo mais amplo, seja a partir de dados dos próprios órgãos públicos, teríamos um quadro melhor distribuído de profissionais em outros estados. Muitos desses profissionais vieram diretamente da graduação em Ciências Sociais (com ou sem habilitação ou área de concentração em Antropologia) e ainda não fizeram suas pós-graduações, até porque – descontado o período de estágio probatório de três anos – suas rotinas de trabalho dificilmente possibilitam – a depender da boa vontade dos gestores – a frequência a cursos de pós-graduação, majoritariamente diurnos³.

Isto posto, chama a atenção e deve ser enfatizado como relevante o fato de que há um mercado de trabalho aberto – ainda que circunscrito – para pessoas com graduação em Ciências Sociais – mais recentemente, em Antropologia – que não necessariamente fizeram pós-graduação em antropologia, ou que ainda estão cursando o mestrado. Some-se a isso duas outras situações, já apontadas aqui, que revelam vínculos fortes entre a formação/trajetória/atuação acadêmica e atividades profissionais além deste âmbito: pessoas que cursaram a pós-graduação sem bolsa, sem dedicação exclusiva e trabalhando regularmente (ver **nota de rodapé 3**); e profissionais da academia que, periódica ou esporadicamente, realizam consultorias ou são chamados a elaborar laudos, perícias, estudos e/ou relatórios técnicos para outros órgãos públicos, ou mesmo empresas – dados que a pesquisa não capturou integralmente.

Ainda sabemos pouco sobre a Antropologia “extramuros” ou em “espaços públicos”. Há complexidades e riquezas nessa realidade profissional. Seus integrantes sequer conformam um grupo homogêneo. Temos os que trabalham na função de antropólogo propriamente dita e os que atuam profissionalmente em outras carreiras sem que a formação seja exigida. Para uma maior compreensão desse campo profissional, seria preciso trabalhar com questões abertas, ou estudos de caso, com recortes explícitos de gênero, cor e classe social. O relativo desconhecimento e a pouca importância numérica destes destinos profissionais e das tarefas profissio-

3 Uma pista interessante para a compreensão dessa situação foi dada na Mesa Temática “Antropologia e novas possibilidades”, coordenada por Carlos Guilherme do Valle (UFRN) na XI Semana de Antropologia da UFRN (Antropologia: profissão, campos de trabalho e formação), realizada em março de 2012. Na mesa, formada por três antropólogas que não atuavam na academia – a coautora, Paula Balduino de Melo (Coordenadora do Projeto Quilombos das Américas: articulação de comunidades afrrorurais), e Mônica Nogueira (então Coordenadora da ONG Casa Verde e membro da Rede Cerrado) –, percebeu-se uma “coincidência”: as três haviam feito doutorado sem dedicação exclusiva, ou seja, trabalhando regularmente. A pesquisa não capturou essa informação e valeria a pena incluí-la em questionários futuros.

nais neles implicadas – esse supostamente “novo” cenário de inserção profissional e de trajetórias profissionais de parte dos egressos no período – parecem se refletir na relativa inércia dos currículos e da formação oferecida pelos/nos programas de pós-graduação (que mencionamos ao final).

Nesse sentido, um interessante contraponto é a percepção da saudosa professora Giralda Seyferth, em livro organizado por suas alunas:

Darcy Ribeiro foi uma das pessoas que militou no SPI, assim como outros antropólogos o fizeram antes e, atualmente, a antropologia está em todas as discussões sobre políticas públicas relacionadas a esses grupos que fazem reivindicações, esses movimentos sociais, particularmente o MST, o pessoal dos quilombos, a questão das terras indígenas e uma série de outras coisas. Tem antropólogo colocado inclusive dentro das instituições do Estado, não só na Academia, digamos assim. Finalmente nós somos funcionários públicos, estamos em uma Universidade Federal, mas você tem antropólogos dentro das instituições, no Incra. [...] Eles estão dentro do Congresso Nacional, dentro do Ministério da Justiça, em diversos lugares. E são antropólogos que não têm um viés mais acadêmico, digamos assim, às vezes, *mas mesmo assim têm a formação* (BAHIA et al., 2015:112-113, grifo nosso).

Fonseca, por sua vez, em texto já referido, se refere a profissionais que, nos mais diferentes locais extra-acadêmicos, “*lidam com temas*, por tradição, de interesse antropológico” (grifo nosso). Chama a atenção em seu texto a referência às dificuldades de nossa formação em lidar com hierarquias e tempos acelerados – ou, como afirma Bárbara Soares, falando de sua atuação na SSP/RJ, das limitações do ethos acadêmico “fora do lugar”. Profissionais, portanto, que “têm a formação”, “*lidam com temas de interesse antropológico*” e trazem “um ethos acadêmico ‘fora do lugar’”.

São recorrentes nas narrativas informais de colegas que atuam nesses âmbitos os enormes desafios de se chegar ao mercado de trabalho com a sua formação e ter de disputar e/ou dialogar diuturnamente com hierarquias inusitadas, traduções enlouquecedoras de suas tão cuidadosas análises para as sintaxes jurídica, política e burocrática. Sem falar que, muitas vezes, o antropólogo ou a antropóloga vai trabalhar em equipes multidisciplinares, em que sua função deve ser complementar e tem, muitas vezes, a mesma (ou menor) importância que um agrônomo, um agrimensor, um advogado, ou um assistente social. No entanto, são profissionais que “têm a formação”, ou seja, que não tiram as lentes da Antropologia em seus cotidianos muitas vezes burocráticos e extenuantes. Ao fazê-lo, levam a Antropologia para dentro das instituições, contribuindo – sempre que podem – para a

qualificação de políticas públicas, projetos de organizações da sociedade civil ou empresas. Pode-se dizer que convidam a Antropologia acadêmica a sair de seus muros e ir para a esfera pública se posicionar e participar dos mais variados embates. Interessante notar como um/a profissional com mestrado respondeu à seguinte pergunta aberta: “se [a formação que obteve] não tem contribuído, ou tem contribuído apenas um pouco [para as atividades que atualmente desenvolve], indique o que faltou nessa formação”:

Aí não formulei bem as opções e a hipótese. A não contribuição pode se dever a fatores estruturais e não deficiências do curso. Se você cria uma instância, um procedimento, no serviço público, que te permita dar visibilidade ou voz, logo os interesses ou os caretas os destroem. Sem apoio dos papas, que curtem mesmo é a docência, a peonada só pode assistir, atônita, a cada nova derrota ou barbaridade.

A propósito dessa resposta aberta, importa notar um dado importante, revelado pela pesquisa recente e destacado por Teixeira em sua contribuição sobre os egressos do mestrado. Embora a grande maioria destes tenha avaliado que a formação obtida contribuiu muito para o trabalho que realizava, entre os que avaliaram que a contribuição da formação para a vida profissional foi pouca ou nenhuma, a principal razão alegada foi a necessidade de “melhor formação para lidar com políticas públicas” e/ou com “programas sociais” (82 egressos). Poucos mencionaram “melhor formação para lidar com as comunidades atendidas” (4 egressos) e outros alegaram faltar formação para “atuar no mercado privado” e/ou “mercado de trabalho” (11 egressos). Se, como nota Teixeira, não surpreende que egressos do mestrado considerem estar preparados para lidar com comunidades, pois isso seria parte do nosso *métier*, o mesmo não se aplicaria a políticas públicas e programas sociais, que não são questões clássicas do campo antropológico, malgrado integrem o campo de atuação profissional dos egressos do mestrado.

Em coletânea recente, dois antropólogos baseados nos Estados Unidos chamam atenção para o fato de que a “Antropologia pública” (uma “Antropologia de natureza crítica”) tem progressivamente questionado a sua própria epistemologia culturalmente enraizada e está, hoje em dia, sendo convocada a se envolver com e dar voz a questões de interesse para um público global que enfrenta crises naturais, sociais, econômicas e culturais. Na coletânea, eles defendem “uma abordagem transformacional à Antropologia pública” que, por um lado, reconhece que a Antropologia oferece perspectivas enraizadas sobre os fatores estruturais e as relações de poder subjacentes às disparidades sociais e econômicas relativas às populações marginalizadas e, por outro, responsabiliza os pesquisadores a colabora-

rem com comunidades e grupos para coconstruir pesquisas, ampliando assim a capacidade destes de realizar, eles mesmos, estudos de mudanças transformacionais enraizados e moldados pela comunidade local (BECK; MAIDA, 2015). Apropriando-se das formulações de Beck e Maida para o nosso contexto (formulações que, inclusive, incorporam contribuições de Paulo Freire), tratar-se-ia de subverter a relação entre os “papas” e a “peonada” – para usar os termos da pessoa entrevistada anteriormente –, abrindo-se às contribuições e respondendo às interpelações que antropólogas e antropólogos inseridos em outros âmbitos, e os coletivos com os quais trabalham, trazem para a disciplina.

BREVE APRECIÇÃO COMPARATIVA DOS DADOS

Informações mais detalhadas sobre as trajetórias profissionais dos egressos seriam necessárias para uma comparação mais qualificada com o quadro traçado por Fonseca (2004). Independentemente disso, tentaremos fazer aqui alguns exercícios e considerações, começando por reproduzir a seguir quatro das sete tabelas apresentadas por ela com dados relevantes para o período enfocado na pesquisa anterior.

Tabela 9 Mestres nos cursos de PPG em antropologia: situação de trabalho quando se inscreveram no curso e situação atual de trabalho (%).

Trabalho na inscrição (%)				Trabalho atual (%)	
Administração pública	30,1	→		→	18,0
Ensino superior mais instituto de pesquisa	39,9	→	Mestrado	→	60,0
Outras ocupações	30,0	→		→	22,0
Especificação do campo “Outras especificações”					
ONG	7,5	→		→	5,5
Outra instituição de ensino	5,8	→		→	4,1
Empresa	5,8	→	Mestrado	→	3,2
Organização sindical	1,2	→		→	0,5
Organização internacional	-	→		→	0,9
Outro	9,8	→		→	7,8

Tabela 10 Doutores nos cursos de PPG em antropologia: situação de trabalho quando se inscreveram no curso e situação atual de trabalho (%).

Trabalho na inscrição (%)			Trabalho atual (%)		
Administração pública	12,6	→	→	6,5	
Ensino superior mais instituto de pesquisa	78,7	→	Doutorado	→	87,0
Outras ocupações	8,7	→	→	6,5	
Especificação do campo “Outras especificações”					
ONG	2,9	→	→	0,8	
Outra instituição de ensino	1,9	→	→	-	
Empresa	1,9	→	Doutorado	→	3,3
Organização sindical	0	→	→	0,5	
Organização internacional	1,0	→	→	-	
Outro	1,0	→	→	1,6	

Tabela 11 Diplomados (1992 e 2001) que dão aula em uma instituição de ensino superior, conforme tipo de instituição (%).

Dependência administrativa onde lecionam	Doutores (%)	Mestres (%)
Federal	64,1	45,7
Particular	16,5	39,7
Estadual	15,5	11,2
Comunitária ou municipal	3,8	3,4

Tabela 12 Egressos (mestres e doutores) trabalhando na administração pública: área de atuação principal conforme autoclassificação.

Área de atuação	Frequência
Saúde (coordenador ou técnico)	5
Governo (assessor/técnico do setor legislativo ou executivo)	5
Assuntos indígenas (consultor/coordenador)	4
Antropólogo (pesquisador/perito)	4
Patrimônio histórico e/ou museus (consultor/coordenador)	3
Meio ambiente (consultor/coordenador)	2
Judiciário (assessor)	2
Professor	2
Turismo (diretor de planejamento)	1
Segurança pública (ouvidor)	1
Assistente social	1
Pesquisador, consultor, assessor, coordenador de laboratório (sem maior especificação)	12
Outros (escriturário, editor, diplomata, secretário-adjunto, pesquisadora de dança)	5
Total	47

Como parte das informações sobre a situação laboral dos egressos antes de ingressarem no mestrado e no doutorado procedem de perguntas abertas, que resultam por sua vez em agrupamentos distintos, isso prejudica uma comparação precisa com as tabelas apresentadas por Fonseca (2004:72-74). Ela mesma já tinha observado então que “dados encaixados em categorias amplas como ‘administração pública’, ‘empresa’ e ‘ONG’ não ajudam muito a avaliar a natureza precisa das ocupações extra-acadêmicas dos egressos” (id. *ibid.*:76), e que, mesmo recorrendo ao quesito do questionário em que a pessoa entrevistada era instada a se “auto-classificar”, há uma grande dispersão de tipos de atividade – malgrado tenhamos uma noção mais clara destes (como nós mesmos tentamos fazer agrupando clusters de autodefinições para os egressos do mestrado na Tabela 12). Tal como na pesquisa anterior, caminhamos de uma variedade maior de ocupações entre os mestres (muitas sem ligação aparente com a Antropologia) para uma variedade menor entre os doutores (muito mais e melhor encaixados no ensino superior público, no período coberto pela pesquisa mais recente). De todo modo, como aponta a contribuição de Machado, neste livro, e já sinalizamos antes, fica a impressão de que, quando atuam na administração pública, vários egressos lidam com temas, por tradição, de interesse antropológico, ainda quando atuam em setores além do acadêmico.

De todo modo, sabemos que 51% dos entrevistados estavam trabalhando quando entrou para o mestrado, dos quais cerca de 40% estava no setor público e os demais em organizações privadas (incluindo aí atividades de autônomo), ou do terceiro setor. O quadro de entrada no doutorado registrou 58,9% dos entrevistados trabalhando quando se candidataram, dos quais em torno da metade estava no setor público e a outra metade em organizações privadas (incluindo atividades de autônomo), ou do terceiro setor. Além disso, aproximadamente 2/3 dos que estavam trabalhando quando se candidataram ao doutorado lecionavam em instituições de ensino superior.

Assim sendo, comparando com os dados apresentados por Fonseca e assumindo que os contabilizados como “ensino superior + instituto de pesquisa” em suas tabelas estariam majoritariamente no “setor público”, temos, tanto para o mestrado quanto para o doutorado, uma perda de importância relativa desse setor na situação laboral dos ingressantes no mestrado. Tal situação é referendada por Machado em sua contribuição neste volume, que enfoca especificamente o destino dos doutores. Segundo ele, uma diminuição do mercado de trabalho nas esferas da administração pública pode ser efeito seja de uma diminuição efetiva (ou relativa) de oportunidades de trabalho, seja da grande oferta de vagas nas universidades públicas que ocorreu no período abarcado pela pesquisa. Além disso, no caso dos ingressantes no doutorado, teria diminuído também a percentagem – de

78,7% para 2/3 – dos que lecionavam em instituições de ensino superior quando se candidataram ao doutorado. Percebe-se, por sua vez, a perda de importância das instituições de ensino particulares em relação às públicas, em especial as federais, como destino profissional dos egressos do doutorado.

Alguns elementos, contudo, saltam aos olhos na pesquisa junto aos egressos na pesquisa mais recente, a partir dos pontos de vista dos próprios entrevistados para o período em tela. Destacam-se os evidentes impactos positivos da formação em nível de pós-graduação e das respectivas titulações nos salários – tomando como referência as menções aos patamares salariais mínimos de mestres e doutores (embora não haja informações detalhadas que permitam montar algo similar à Tabela 7 do texto original de Fonseca).

Evidencia-se, assim, que os egressos respondentes da pesquisa concluíram seus cursos em um período de forte expansão do emprego público no país, em especial do ensino superior público, o que resultou no aumento do número de vagas para docentes em todas as áreas de conhecimento. Machado destaca a coincidência do período da pesquisa mais recente com a implantação do Programa Reuni, que levou, no período de 2002 a 2014, à criação de 18 novas universidades federais e 173 campi de universidades federais. Enfocando o destino dos egressos dos doutorados e referindo-se a Vanstreels (2014), observa em sua contribuição neste livro que, de 2004 a 2012 (espectro temporal abarcado pela pesquisa), houve aumento de 66% no número de docentes de universidades federais no Brasil, fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Assim, há uma proporção muito grande de egressos dos programas de pós-graduação que se colocaram no mercado de trabalho via concurso público e isso não só para as instituições de ensino superior. No relatório final da pesquisa já se observava que, como a grande maioria dos egressos está no setor público, a forma de obtenção do emprego da esmagadora maioria se deu por meio de concurso público. Em comunicação pessoal, Neves observou que isso, inclusive, teria impossibilitado uma boa análise sobre o uso de redes sociais para colocação no mercado de trabalho, visto que pouquíssimos respondentes de fato fizeram uso desse mecanismo para obter suas posições ocupacionais, justamente em função da predominância do concurso público como mecanismo de obtenção de empregos.

Assim sendo, por um lado, no período enfocado pela pesquisa, o futuro dos egressos dos programas de pós-graduação apontava para o serviço público e as IES públicas como o principal mercado de trabalho (incluídos nesses egressos os mestres, que procuraram fazer doutorado nestas para se inserir futuramente nelas – como observa Machado). Por outro lado, os sinais são de que, mesmo com o Reuni e dada a atual situação do país, a expansão de vagas parece ter atingido um limite – que hoje é inferior ao número de doutores produzidos pelo sistema. Em sua con-

tribuição neste livro, Machado analisa o aumento de candidatos em dez recentes concursos para o magistério superior em dez instituições distintas – que ele toma como indicador da saturação do principal mercado de trabalho para os egressos.

Permanecem, porém, dois impensados no horizonte de ambas pesquisas. De um lado, os profissionais que já atuam como antropólogos, mormente em instituições públicas, que não se formaram na pós-graduação, aos quais poderão se juntar no futuro os eventuais bacharéis em Antropologia dos cursos de graduação criados nos últimos quinze anos; de outro, os currículos dos cursos – informação esta que não estava entre as que foram demandadas pela pesquisa (conforme Neves, comunicação pessoal). Identificar eventuais impactos desse não tão “novo” cenário de inserção profissional no tipo de formação oferecida pelos programas de pós-graduação pediria uma análise mais fina e detida do que a que podemos oferecer aqui, sem contar que os currículos dos diferentes programas por nível de formação (incluindo disciplinas obrigatórias e optativas, bibliografia recorrente, metodologias de ensino e aprendizagem etc.) somariam uma massa documental que demandaria um tempo significativo para explorar de modo adequado.

De todo modo, tivemos acesso a duas tabelas, uma para o mestrado (relativa a 21 programas) e outra para o doutorado (relativa a 12 programas), que trazem informações sobre as disciplinas obrigatórias com suas respectivas bibliografias básicas (registrando as obras constantes nos programas ofertados nos dois últimos anos) e as disciplinas optativas ofertadas nos últimos dez anos. Uma lacuna importante em ambas tabelas é a ausência das ementas de cada disciplina. Sabemos que é temerário tomar a existência de disciplinas *per se* e seus conteúdos programáticos e bibliográficos como indicadores de efeitos das mudanças dos cenários de inserção profissional no tipo de formação oferecida pelos programas de pós-graduação. Mesmo porque, mais do que os conteúdos, importam os modos como estes são tratados pelos responsáveis pelas disciplinas. Além do que, perde-se de vista a dimensão formativa de um conjunto de outras atividades extraclasse que os respectivos programas podem estar proporcionando aos discentes. Não obstante, elas trazem informações relevantes que convém explorar – o que Trajano faz de modo mais qualificado em sua contribuição neste livro.

A partir de uma exploração preliminar e de sobrevoo, observamos, por um lado, que apenas dois programas de pós-graduação não possuem, no mestrado, disciplinas obrigatórias de métodos e/ou técnicas de pesquisa, ou similares (seminário de pesquisa, seminário de projeto etc.). Convencionalmente, é no espaço-tempo dessas disciplinas que aspectos relativos à inserção profissional e a produções não estritamente acadêmicas tendem a ser debatidos. A inexistência de disciplinas obrigatórias sobre metodologia da pesquisa no doutorado parece sugerir que antropólogos e antropólogos nesse nível de formação já sabem, ou deveriam saber,

tudo o que diz respeito à metodologia da pesquisa, ou à prática e à expertise antropológica. Por outro lado, chama atenção a quase inexistência de disciplinas com foco em temas como “laudos antropológicos” e “ética em pesquisa”. Encontramos apenas uma referência a “Ética em Antropologia” como disciplina optativa em um programa e quatro referências a “Laudos Antropológicos” em quatro programas como disciplinas optativas no mestrado (duas das quais também como optativas ao doutorado), ao que se soma uma optativa em “Antropologia Aplicada” em um programa e outras optativas, tais como: “Expansão da Eletricidade e Povos tradicionais da Amazônia”; “Saberes Locais e Diálogo entre Saberes para o Desenvolvimento”; “Saúde Pública”; e um conjunto de “Tópicos Especiais”: “A briga com os manuais: uma discussão sobre as práticas de trabalho de campo”; “Etnodesenvolvimento e Povos Tradicionais”; e “Perspectivas Antropológicas da Governança: expertos, saberes e outras mediações” – para ficar apenas naquelas que parecem evidenciar uma preocupação nominada com o contexto do exercício da expertise antropológica em outros âmbitos profissionais.

Outro indicador – igualmente problemático – para aferir os efeitos contingentes das eventuais mudanças no cenário de inserção profissional no tipo de formação oferecida pelos programas de pós-graduação seria a dinâmica da distribuição das linhas de pesquisa nestes, foco da contribuição de Simões neste livro. Ele identifica como temas emergentes que ganharam destaque no período da pesquisa: Antropologia do Direito, Antropologia da Saúde e Marcadores Sociais da Diferença – sendo que o primeiro se concentra em programas mais antigos e os outros dois estando presentes também em programas mais novos. Considerando a presença ainda marcante dos temas “Identidade, Território e Relações Interétnicas” e “Patrimônio”, que têm clara interface com a esfera e as políticas públicas na forma como são tratados na Antropologia brasileira, destacam-se igualmente os temas dos direitos, da saúde e da diferença, em que as dimensões implicadas também são problematizadas. Tendo em vista que uma dimensão importante da atuação de profissionais com formação em Antropologia na esfera pública se dá nos marcos das chamadas políticas de reconhecimento, é digna de nota a importância que assume entre a pesquisa anterior e a mais recente a linha “Marcadores Sociais da Diferença”. Esta linha, como nota Simões em sua contribuição, constitui um guarda-chuva que abriga pesquisas sobre diversos tópicos: direitos sexuais e reprodutivos, questões de gênero, raça e etnia, e outros – que, não raro, levam pesquisadores e pesquisadoras a incidirem politicamente na defesa de direitos na esfera pública (seja diretamente a partir das universidades, como formadores de opinião, seja por meio de organizações da sociedade civil, seja participando em instâncias de formulação e controle social de políticas públicas, seja via assessorias parlamentares).

De todo modo, feitas estas ressalvas, que apontam para uma articulação mais complexa e matizada entre produção de conhecimento, incidência na esfera públi-

ca e inserções profissionais além da universidade, se tomamos o valor de face das informações sistematizadas pela pesquisa mais recente, fica-se com a impressão de uma inércia relativa dos currículos e da formação oferecida pelos/nos programas de pós-graduação. Inércia essa que quiçá reflita a pouca importância numérica dos destinos profissionais além-academia e o relativo desconhecimento das tarefas implicadas nesses âmbitos – o suposto “novo” cenário de inserção profissional e de trajetórias profissionais de parte dos egressos no período.

À GUIA DE CONCLUSÃO: UMA BREVE MIRADA ADIANTE

Podemos, enfim, especular que, diante da crise, que também afeta o ensino superior público, do pouco interesse da rede privada de ensino por cursos na área de humanas (que podem deixar de ser oferecidos, caso não tenham um número mínimo de alunos, por exemplo) e da tendência de reprimarização da nossa economia (que assume cada vez mais um caráter neoextrativista, orientado para a exportação de commodities de baixo input tecnológico, associando-se à expansão de uma pesada infraestrutura), possa aumentar a demanda por jovens antropólogas e antropólogos por parte de empresas nos setores de mineração, energia e transportes, e pelo mercado de consultoria ligado à expansão desses setores – no campo dos estudos de impactos ambientais, por exemplo. Para um balanço qualificado da atuação de antropólogos na seara dos grandes projetos, veja o artigo de Zhouri e Oliveira (2013).

Do “Antropólogos para quê?”, de Fonseca (2004), para este texto, fica a questão maior: “Antropologia para quê?”, num contexto de perseguições políticas e judiciais ao exercício da profissão (tal como no caso da Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai e do Incra), retração do mercado de trabalho e erosão acelerada e violenta de direitos dos grupos sociais tradicionalmente estudados na Antropologia brasileira. Observe-se adicionalmente que, em função do atual contexto de ofensiva aos direitos, o refluxo de recursos da cooperação internacional para a sociedade civil nas áreas de direitos humanos, meio ambiente, povos indígenas e *advocacy* em geral – refluxo este que se verificou ao longo dos dois mandatos do ex-presidente Lula – parece ter cessado. Isso pode significar a (re)abertura de novos postos de trabalho em organizações da sociedade civil que atuam nessas áreas e em assessorias a organizações do movimento social.

Enfim, o momento é de tantas rupturas, misturando estagnação, incertezas e retrocessos, que se torna difícil apostar em quaisquer tendências. Diante deste quadro de imprevisibilidade, resta saber que rumos tomarão as jovens antropólogas e os jovens antropólogos. Teremos anos difíceis pela frente, como bem aponta a

contribuição de Machado neste livro, talvez de menor demanda por nossos cursos de graduação e pós-graduação, talvez anos de redefinições dos próprios cursos e das linhas de pesquisa. Serão, enfim, anos ricos no sentido dos desafios que colocarão para a nossa disciplina e nosso(a)s profissionais.

Finalizamos refletindo sobre o interesse da nossa associação nos antropólogos e nas antropólogas que atuam além da academia. Em 2015, a ABA criou um Comitê de Inserção Profissional do Antropólogo, em que profissionais vinculados à aPROA encontraram acolhida. Seria por sua importância para a construção da história da Antropologia brasileira? Ou seria para conhecer as demandas específicas desse grupo? Ou seria, ainda, pelas particularidades da sua atividade profissional e a interdisciplinaridade aí implicada? Todas essas alternativas podem estar corretas, mas sugerimos outra possibilidade: pela novidade e potência de uma produção que incorpora desafios, heterogeneidades e particularidades muito diferentes dos enfrentados na academia. Pensamos que, se por um lado, essa experiência e produção precisa se apresentar de forma mais coesa, assumida e empoderada nos encontros acadêmicos e nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e de pós, por outro, precisa ter seu lugar assegurado e valorizado nestes âmbitos, com uma consequente e desejada fluidez no debate. Para os profissionais que não atuam na academia, por sua vez, fica o desafio de ultrapassar a dicotomia entre “o que produz em meu trabalho” e “o que elaboro para o âmbito acadêmico”, própria de um lugar de fala ainda indefinido, mas com maturidade suficiente para superações.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Joana; MENASCHE, Renata; ZANINI, Maria Catarina Chitolina (Org.). *Pensamento social no Brasil, por Giralda Seyferth*: notas de aula. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

BECK, Sam; MAIDA, Carl A. (Ed.). *Public Anthropology in a borderless world*. Nova York: Berghahn Books, 2015. (studies in Public and Applied Anthropology, v. 8).

FONSECA, Cláudia. Antropólogos para quê? O campo de atuação profissional na virada do primeiro milênio. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 69-91.

GROSSI, Miriam. Os egressos dos programas de pós-graduação em antropologia. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 39-68.

NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. *Relatório final – parte II: pesquisa com egressos dos programas de pós-graduação em antropologia do Brasil*. Belo Horizonte: Departamento de Sociologia/FAFICH/UFMG; Fundação IPEAD/FACE/ UFMG, mar. 2017.

TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

VANSTREELS, Christine (Org.). *A democratização e expansão da educação superior no país, 2003-2014*. Brasília: MEC/Sesu, 2014. 106 p. (relatório, mimeo.). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 28 ago. 2017.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel. Conflitos entre desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: desafios para a antropologia e os antropólogos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Desafios da antropologia brasileira*. Brasília: ABA, 2013. p. 75-10.

Já muito se disse sobre a dupla vocação do desenvolvimento da Antropologia no Brasil, especificamente no que se refere à: 1) prioridade da constituição de estudos sobre as *minorias* presentes na diversidade social e cultural da nação brasileira e defesa pública, diante do poder de Estado, dos direitos dessas *minorias*; e 2) constituição e desenvolvimento da pesquisa de qualidade na pós-graduação. Se, em seus primórdios, o foco principal do fazer antropológico foram os estudos e a defesa dos direitos dos povos indígenas, dos povos tradicionais e das minorias raciais e étnicas, a perspectiva antropológica logo incluiu os mais diferentes grupos sociais urbanos e rurais e as mais distintas temáticas.

A participação dos antropólogos como intelectuais públicos sempre foi uma tônica de muitos antropólogos e antropólogas, individualmente, mas se fez especialmente através da constante presença da Associação Brasileira de Antropologia na esfera pública. Da defesa dos direitos indígenas aos direitos à igualdade racial, à diversidade de gênero e sexualidade e aos direitos humanos em geral.

Da terceira vocação, ou melhor, de um terceiro caminho, se fala com mais cautela: o seu presente e futuro caminham para a internacionalização? Caminhamos para a escolha de objetos de pesquisa e análise em espaços nacionais e internacionais além da sociedade brasileira? Caminhamos para uma coprodução com autores internacionais? Caminhamos para a publicação em revistas internacionais? Alcançamos ou caminhamos para o reconhecimento internacional de nossa produção?

Estes três itinerários (seriam vocações ou proposições políticas?) da antropologia estão escrutinados e analisados pelos autores que se debruçaram nesta coletânea sobre os dados da pesquisa coletada e organizada por Bela Feldman-Bianco e Daniel Schroeter Simião, dados que incidiram sobre os anos de 2004 a 2012. Os autores também recorreram complementarmente a dados anteriores e posteriores.

Fui convidada a realizar uma análise sobre a antropologia brasileira e seus desafios futuros, baseada nos dados de avaliação contidos nos relatórios da Área de

Antropologia e Arqueologia junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a partir de um olhar baseado na experiência como coordenadora da área. Fui coordenadora da área de antropologia e arqueologia na Capes no triênio 2010 a 2012, indicada pelos colegas e aceita pela Capes. Como tal, participei das comissões de avaliação que qualificam periódicos, livros e produtos audiovisuais e da presidência da Comissão de Avaliação Trienal 2010-2012. Ao refletir sobre os rumos da pós-graduação brasileira de antropologia e perscrutar os desafios futuros, torna-se importante pensar o papel da *avaliação* e o *entendimento que a Capes tem sobre qualidade* e sobre *internacionalização*. Entendo que, ao introduzir o grau de internacionalização como critério de avaliação dos programas, a Capes teve efeitos reforçadores nos rumos autoatribuídos, pouco a pouco, desde os anos 2000, por antropólogos e antropólogas em torno do objetivo de incluir maior grau de internacionalização no fazer antropológico brasileiro. Tratarei das questões de *avaliação, qualidade e internacionalização* na segunda parte deste trabalho.

Na primeira parte deste capítulo, caracterizo o fazer antropológico no Brasil como voltado para a análise de problemáticas sociais brasileiras, com alta participação na esfera pública e *impacto social*. Entendo que esta caracterização recobriu de modo exclusivo a forma hegemônica de como a antropologia brasileira se percebia e se apresentava em todo o período anterior aos anos 2000, quando então a antropologia brasileira passou a adicionar objetivos de se apresentar, traçar e postular caminhos para a internacionalização. Início a primeira parte deste capítulo tratando do período em que a antropologia brasileira, dos anos 1950 aos 1990, não incluía em sua apresentação o objetivo claro de ser vista como produtora de pesquisas em outros espaços e continentes e de buscar formas de reconhecimento internacional¹. A característica de valorizar o estudo das problemáticas sociais brasileiras e de um fazer antropológico vinculado a uma participação na esfera pública presente em todo o período da criação e expansão da pós-graduação dos anos 1960 aos 1990 perdura – ao lado do objetivo da internacionalização – na contínua expansão da pós-graduação dos anos 2000 até hoje. Assim, a participação da antropologia na esfera pública e a expansão da pós-graduação são consentâneas e interligadas. Vou me debruçar, ainda que rapidamente, sobre o papel da ABA no crescimento da Antropologia e nos desafios a enfrentar no difícil contexto político. Na qualidade de Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (Gestão 2017-2018), pude acompanhar de perto a investida do Congresso Nacional, que instituiu Comissões Parlamentares de Inquérito (2015 a 2017) tendo como alvos

1 Antropólogos e antropólogas pioneiros que se dedicaram à expansão da pesquisa nos anos 1950 e depois à pós-graduação nos anos 1960 e 1990 visavam uma antropologia brasileira de qualidade. Se para cá convidaram eminentes antropólogos de outros continentes, deles queriam sua contribuição para uma antropologia no Brasil e sobre o Brasil. Veja Lima Filho (2017).

acusatórios as instituições estatais da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Seu objetivo era bloquear os direitos dos indígenas à demarcação de terras, dos quilombolas à demarcação de territórios e depreciar e criminalizar o próprio fazer antropológico.

Na terceira parte, retomarei os tempos sombrios da atuação antropológica na esfera pública no presente contexto político e os tempos sombrios em relação aos desafios e à incerteza quanto ao apoio financeiro que tivemos da Capes e do CNPq para a pós-graduação até então. Pergunto: Continuará? Como e até que ponto?

Tratarei também dos tempos mutantes. Levanto tangencialmente a questão da inserção profissional. Do lugar da presidência da ABA, vejo a importância de se debruçar sobre os rumos da Antropologia diante dos dilemas da inserção profissional. Tradicionalmente consideramos um profissional e pesquisador como antropólogo/a a partir da pós-graduação, pois foi aí que iniciamos o ensino da antropologia. A inserção profissional de pós-graduados e de graduados é tratada em outros capítulos deste livro. Assim, apenas tangencio este tema e deixo esta última questão aberta à reflexão como também um dos desafios para o desenvolvimento do fazer antropológico no Brasil.

DOS SEUS INÍCIOS À PÓS-GRADUAÇÃO E À PARTICIPAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi fundada em 1955, a partir de antropólogos e antropólogas que realizaram a sua primeira reunião em 1953, na cidade do Rio de Janeiro, a partir do esforço especial da antropóloga do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres, para que fosse realizada nessa cidade. Em sua segunda reunião, em Salvador, criaram a ABA. O estudo de comunidades indígenas, rurais e minorias sociais e raciais eram as principais temáticas dos antropólogos e muitos deles se situavam em instituições de pesquisa e museus, nem sempre em instituições universitárias².

Os anos subsequentes ao Golpe de 1964 e de instalação da ditadura foram seguidos pelo Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, com o afastamento de vários docentes, especialmente sociólogos, por meio da aposentadoria compulsória ou do exílio forçado. Paradoxalmente, nesse mesmo período crítico do regime militar, em função de uma proposta governamental de institucionalização da pós-graduação nas mais diversas disciplinas em formato similar à estrutura da pós-graduação

2 Para esse período, veja Corrêa (1995).

estadunidense, a antropologia se institucionalizou no campo universitário com a criação dos primeiros programas de mestrado e de doutorado.

O Relatório de Avaliação do triênio 2010/2012, por mim coordenado, assim inscreveu estes dados históricos: “A Antropologia Social teve seu primeiro curso de mestrado criado em 1968, no Museu Nacional, e o de doutorado, na USP, em 1972. Nos anos setenta ainda foram criados quatro cursos de mestrado em Antropologia: Unicamp em 1971, UnB em 1972, UFPE em 1977 e UFRGS em 1979. Entre os anos oitenta e noventa o crescimento de novos programas na *área* foi mais lento” (CAPES, 2013b).

Nos anos 1970, a antropologia avançou consideravelmente nos estudos etnográficos do campo da etnologia indígena, da fricção interétnica, nas comunidades rurais, no desenvolvimento regional e nos estudos de minorias sociais e raciais. Na década de 1980, as falas em favor da democracia, da diversidade cultural e da igualdade de gênero se legitimam aos poucos e são incluídas no imaginário político pela participação da sociedade civil junto à instalação da Assembleia Constituinte em 1º de fevereiro de 1987. Membros das diretorias da Associação Brasileira de Antropologia participaram e contribuíram para a introdução no texto da Constituição dos direitos indígenas, quilombolas, dos povos tradicionais, e dos direitos culturais e do patrimônio histórico e cultural³. Não a Antropologia, mas representantes feministas do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, criado em 1985, participaram a favor da inscrição da igualdade de gênero no texto constitucional. No momento atual, as questões de gênero e sexualidade fazem parte do fazer antropológico⁴ e da defesa pela ABA na esfera pública pelos direitos respectivos.

A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 assentou os direitos à diversidade cultural e os direitos cidadãos. Cresceram neste amplo período movimentos sociais identitários em nome da diversidade cultural. Desenvolveram-se as políticas públicas a favor dos direitos aos povos indígenas, quilombolas e tradicionais, a favor dos direitos ambientais e culturais e de enfrentamento à discriminação de raça e gênero. Os antropólogos passaram a se dedicar, na esfera pública, à promoção e à defesa dos direitos conquistados, ao mesmo tempo em que adensavam os estudos sobre a diversidade sociocultural⁵.

Ao pensarmos em avaliação feita pela Capes, é importante ter em conta que dois campos de conhecimento são avaliados conjuntamente. São dois campos próximos, mas que se desenvolveram autonomamente, embora hoje haja programas de pós-graduação que busquem maior vinculação. O Relatório de Avaliação do

3 Foram relevantes as atuações de Manuela Carneiro da Cunha em relação aos direitos indígenas e de Antonio Augusto Arantes em relação aos direitos culturais e patrimônio histórico.

4 Ver Machado (2014) sobre o estado da arte dos estudos de gênero e sexualidade. Veja Comissão de Gênero e Sexualidade, disponível em: <www.portal.abant.org.br/>.

5 Machado, Motta e Fachini (2018).

triênio 2007/2009 (CAPES, 2010) destacava que o primeiro programa de mestrado e doutorado em Arqueologia iniciou suas atividades em 1989 e o segundo somente em 2003. Do mesmo modo, é importante referir que parte dos antropólogos presentes na pós-graduação brasileira está sendo avaliada pela área de Ciências Sociais e Sociologia, pois integram Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seguindo triênio a triênio e/ou quadriênio, passamos de 10 programas de pós-graduação na área de Antropologia e Arqueologia em 2000 para 11 em 2003; 14 em 2006; 20 em 2009; 25 em 2012; 29 em 2016 (32 em 2016, se incluirmos os novos aprovados). Estes são dados presentes no Relatório da Avaliação Quadrienal 2013/2016 (CAPES, 2017). Esse relatório constata que, em 2016, eram 20 os programas com mestrado e doutorado e 9 os programas com mestrado que foram avaliados: “Em síntese, a área conta no final de 2016 com 32 programas totalizando 18 programas com cursos de mestrado e doutorado e 10 programas com apenas mestrado. São 42 cursos, sendo 21 mestrados e 12 doutorados em Antropologia; 5 mestrados e 4 doutorados em Arqueologia. 29 dos programas foram incluídos na avaliação quadrienal e três programas foram aprovados e estão em processo inicial de abertura”. Os dados do relatório ainda explicitam que a expansão da área continua a se fazer com diferenciação regional e geográfica⁶.

Ao encerrar a avaliação referente ao quadriênio, em 2016, na área de Antropologia e Arqueologia da Capes, eram 444 os antropólogos e arqueólogos professores permanentes que lecionavam nas universidades avaliadas. Houve um crescimento em torno de 2% ao ano, passando de 416 em 2013 aos 444 para 2016, em função de três programas novos. Todos estes programas funcionam somente em instituições de ensino superior federais e estaduais, não havendo nenhuma universidade particular. A área ainda conta com um número significativo e oscilante de professores colaboradores e visitantes, provenientes tanto das mesmas instituições quanto de outras (CAPES, 2017).

Os discentes matriculados no final de 2016 totalizaram 1.212 mestrandos e 993 doutorandos, perfazendo uma média de 41,8 mestrandos por programa de mestrado e 47,3 doutorandos por programa de doutorado. Ao longo do quadriênio foram defendidas 1.226 dissertações e 432 teses nestes programas de Antropologia e Arqueologia no Brasil, 92% das quais foram orientadas por docentes permanentes dos programas. A diversidade temática característica da área e dos programas está presente nos temas de dissertações e de teses (CAPES, 2017).

Em 2014 e 2015 ocorreram eventos que marcaram o fortalecimento de duas grandes Frentes Parlamentares que já vinham sendo gestadas no Congresso

6 Capes (2017). Veja análise de Bela Feldman-Bianco sobre a expansão da pós-graduação neste livro.

Nacional desde períodos anteriores: a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) e a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), com características altamente conservadoras. A FPA foi responsável pelas duas CPI Funai e Incra⁷ de 2015 a 2017, buscando o bloqueio das demarcações de terras indígenas e quilombolas; e para tal, fazendo a crítica acusatória ao fazer antropológico dos laudos e estudos técnicos. A FPE foi a grande responsável, na proposição e na aprovação pelo Congresso Nacional pelo interdito do uso da palavra gênero e das políticas educacionais de enfrentamento à discriminação de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Subsequentes a esta decisão, foram propostas sucessivas leis estaduais e municipais que buscavam inserir este mesmo interdito.

Se estas duas frentes conservadoras já vinham pressionando os governos Lula e Dilma, alcançaram um poder desmedido com a instalação do governo Temer em 2016, dado que já estavam profundamente articulados em seus interesses políticos e participavam da mesma perspectiva sobre o entendimento do futuro da nação e do Estado brasileiro. Em 12 de maio de 2016, a Presidente Dilma foi afastada do cargo pelo Senado e o Vice-Presidente Michel Temer (PMDB) assumiu interinamente a Presidência. Em 31 de agosto de 2016, tomou posse de forma definitiva na Presidência da República. Os órgãos executivos Funai e Incra perderam muito de sua efetividade no cumprimento de suas funções, e as demarcações de terras e territórios foram paralisadas.

Pode-se dizer que, no seu escopo mais amplo, a antropologia brasileira se voltou e se volta, como foco de estudo, para a diversidade social e cultural que permeia e se apresenta no interior do Estado da Nação Brasileira. Peirano (2000) entende que no contexto político e social, à época dos anos 1960, tal como acontecia com a sociologia e a ciência política, esperava-se que as disciplinas das ciências sociais deveriam se voltar para analisar e transformar a sociedade brasileira. A isso Peirano denomina “projeto de *nation building*”. Neste sentido, pode-se dizer que, dentro da tipologia de Stocking Jr. (1982) e tal como por ela analisado (1999 e 2000), trata-se de uma antropologia voltada para o entendimento do processo de *nation-building*, em que o voltar-se para a *alteridade*, conceito caro à antropologia, é entendido como voltar-se para alteridades no espaço geográfico brasileiro.

Entendo que hoje os termos se moveram. Não mais é explicitada a transformação da sociedade brasileira. Em seu lugar, a análise antropológica da diversidade social e cultural se articula com a defesa dos direitos fundamentais das *minorias*

7 Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A CPI Funai-Incra 1 teve início em 2015 e a CPI Funai e Incra 2, em 2016.

frente ao Estado e com o acompanhamento dos movimentos sociais⁸. Não entendo que tal característica do fazer antropológico no Brasil deva ser considerada um *localismo*⁹ excessivo. No meu entender, tal caracterização deprecia e retira a significação do que denomino *dimensão política do fazer antropológico no Brasil*. A dimensão política do fazer antropológico brasileiro visível na articulação com a defesa dos direitos na esfera pública não coloca em risco suas bases científicas. A construção de problemáticas a serem investigadas se faz sempre em um contexto cultural e sociopolítico e a partir de uma perspectiva situada. Toda a produção científica, não somente das ciências humanas, parte de uma perspectiva situada, mas exige sempre a construção de um objeto de pesquisa e uma metodologia e fundamentos teóricos.

O fazer antropológico brasileiro hoje vai muito além dos estudos referidos ao seu espaço geográfico e político. Desde os anos 2000, há um aumento do número de pesquisadores que se voltam para o estudo da diversidade cultural em outras áreas e países, podendo-se falar tanto dos estudos Sul-Sul, do Brasil para a África, e do Brasil para os vizinhos da América Latina, e ainda alguns países da Ásia, como também pesquisas e reflexões Sul/Norte, em especial Portugal, Estados Unidos, França e Inglaterra, países onde em geral antropólogos brasileiros buscam sua formação ou estadas pós-doutorais. Continuamos focados no estudo da sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, trilhamos o caminho das escolhas por objetos de pesquisa e análise em outros espaços nacionais. Fazemos estudos em âmbito internacional.

8 Não estou de forma nenhuma me referindo aos diversos paradigmas teóricos que habitam ou habitaram o fazer antropológico no Brasil, quer seja no decorrer do tempo ou diante da atual diversidade e tensões teóricas. Não me refiro também a qualquer debate entre *objetos reais* (povos, grupos, regiões) ou *objetos ideais* (problemáticas). Trato de dizer que o espaço geográfico brasileiro é priorizado no campo antropológico brasileiro como objeto real e objeto ideal, pois está referido ao mesmo tempo a distintas problemáticas sociais e a direitos dos diversos povos e segmentos sociais. Da mesma maneira, a característica de participação na esfera pública no debate sobre direitos fala de um perfil majoritário do fazer antropológico brasileiro, mas não de toda a antropologia brasileira e nem de todos os antropólogos e antropólogas.

9 Esta é a expressão utilizada por Trajano neste livro. Aqui me distancio do seu ponto de vista. Concordo com ele que os estudos em outros países e continentes, sob as mais distintas temáticas e que já estão sendo trilhados pela antropologia brasileira, são parte de um caminho extremamente relevante e necessário para a internacionalização da antropologia brasileira. Trajano reconhecidamente estuda a África. Eu mesma pesquisei comparativamente os estudos de gênero em Brasil, França e Estados Unidos, além de estudos comparativos das legislações sobre violência doméstica na América Latina e no Caribe. Tal como o meu caso, muitas outras incursões em estudos de diferentes âmbitos nacionais dificilmente entram nos dados estatísticos na qualidade de *estudos internacionais* na pesquisa-base das análises neste livro ou nos dados utilizados para a avaliação da Capes.

A PRODUÇÃO INTELECTUAL DE QUALIDADE E A INTERNACIONALIZAÇÃO. PERSCRUTANDO OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES E OS EFEITOS SOBRE OS ITINERÁRIOS DA ANTROPOLOGIA. DISTINÇÕES ENTRE HUMANIDADES, CIÊNCIAS EXATAS E CIÊNCIAS DA VIDA

Começemos pela perspectiva da avaliação: a *produção intelectual* e a *internacionalização* como quesitos e itens capazes de hierarquizar a qualidade dos programas. Entendo que há enorme desafio a ser enfrentado sobre a avaliação comparativa da produção intelectual e da internacionalização tal como propostas para todas as áreas de conhecimento. Parto da perspectiva de que a antropologia e as ciências humanas se diferenciam das formas de produção intelectual e das formas de internacionalização tais como realizadas pelas ciências da vida e pelas ciências exatas.

Antes, farei uma introdução sobre a leitura que faço sobre a composição dos quesitos que constituem até o momento a avaliação feita pela Capes. Como se avalia a qualidade da pós-graduação? Como se pode comparar e produzir estratos hierarquizados por qualidade ao se ter em conta todas as áreas de conhecimento? A Capes tem trabalhado com cinco quesitos: 1. Proposta do Programa; 2. Corpo Docente. 3; Corpo Discente, Teses e Dissertações; 4 Produção Intelectual; 5. Inserção Social.

São os quesitos 1 e 5 os que mais se diferenciam por área de conhecimento, mas também os que mais permitem analisar a individualidade e/ou singularidade do programa e os itens mais difíceis a serem comparados em busca de quantificações e classificações hierarquizadas.

A análise da proposta é fundamental para uma avaliação qualitativa sobre a coerência e efetividade do programa. Quando a comissão que presidi em 2013 fez a avaliação, a inserção da leitura avaliativa de todos os outros quesitos e itens não podia prescindir da leitura atenta da proposta do programa. Contudo, se ela era condição *sine qua non* para que houvesse avaliação, este quesito em si não é pontuado pelos critérios da Capes. Por outro lado, permitiu-nos entender como o programa se vê e assim garantir uma perspectiva qualitativa que pode, em certa medida, atenuar ou fortalecer dificuldades ou excelências encontradas nos itens quantitativos dos outros quesitos. Em especial o quesito 5, a inserção social, era sim pontuado e era analisado, tendo ao fundo a perspectiva da proposta do programa.

Hoje está em debate na Capes a inclusão do que se chama: autoavaliação. Há uma comissão em estudo para fazer uma proposta. Como afirmou a atual Direto-

ra de Avaliação da Capes, Sonia Bão, em mesa da 70ª Reunião da SBPC, em julho deste ano, a autoavaliação não será mais que um quesito (ou forma) a ser incluída no guarda-chuva da avaliação. De certa forma, indiretamente, presumo que a análise do quesito 1 possa ser o prenúncio da ideia de autoavaliação. E parece-me fundamental que ela possa ser pontuada.

Os demais quesitos, 2, 3 e 4, são facilmente passíveis de quantificação. As métricas são formas de estabelecer critérios de produtividade ou de distribuição que lidam com dados quantitativos e que podem ser diferenciadas segundo cada área de conhecimento. Assim podem ser critérios diferenciados por área que estabelecem o ideal de orientandos por orientador, de disciplinas por docente etc., e quantificadas de tal modo que possam estabelecer, segundo faixas de x e y , segmentos hierarquizados: deficiente, regular, bom, muito bom, excelente. E, ao final, que possam ser traduzidos em quantidade mínima de bons ou de excelentes para chegar às hierarquias dos programas 7, 6, 5, 4, 3 ou abaixo.

O quesito 4, Produção Intelectual, é o de maior peso e o que mais pode diferenciar programas. Os dois primeiros itens (4.1 e 4.2) referem-se à produção intelectual *qualificada*. Somente pode ser considerada produção intelectual *qualificada*, na definição da Capes, a produção que puder ser e seja hierarquizada segundo critérios de qualidade devidamente estabelecidos e verificados. Assim, não se somam produtos, mas, sim, número de produtos ponderados segundo seus estratos hierarquizados dos mais altos aos mais baixos (de A1 a B6, de L4 a L1 e de AV1 a AV4). O item 4.3 se refere à produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes. Este item não é qualificado, pois o que se considera são os produtos realizados, sem análise comparativa hierarquizada de qualidade de cada produto.

O sistema da Capes de avaliação *qualificada* da produção intelectual, no início, estava baseado exclusivamente no chamado *Qualis periódicos* abrangente de todas as áreas de conhecimento. Interessante e oportuno dizer que o *Qualis Livros* foi demanda da maior parte das áreas de ciências humanas, especialmente levada à Capes pela Área de Antropologia e Arqueologia, pela então representante de área Miriam Grossi. A análise do *qualis livros*¹⁰ começou a ser feita na avaliação do triênio 2005-2007, ou seja, na Avaliação Trienal de 2007¹¹, quando Bela Feldman-Bianco era a representante da área.

A introdução do *qualis* livro respondeu a uma demanda de várias áreas de conhecimento das ciências humanas. Marca-se aí uma diferenciação nas formas de produção intelectual que separa especialmente a produção intelectual das ciências humanas face às ciências da vida e às ciências exatas. Sua introdução tardia em relação à

10 Ver análise de Bela Feldman-Bianco (2013).

11 Capes (2007).

produção de artigos em periódicos científicos sinaliza a posição paradigmática para a avaliação que ocupam as ciências da vida e as ciências exatas. Não se pode minimizar, por sua vez, que entre as ciências humanas há as que dão maior ou menor valor relativo da produção de livros frente à produção de artigos em periódicos. O roteiro de livros inclui em seus critérios a existência de corpo editorial qualificado, o que responde, por semelhança, aos critérios de se definir periódicos qualificados pelo seu corpo editorial e pareceres *ad hoc*. Livros continuam sendo formas de se autoapresentar nos currículos de nossos colegas antropólogos e antropólogas estadunidenses por nós reconhecidos. Da mesma forma, entre sociólogos e historiadores por todo o mundo, por exemplo. Aos que, porventura, fora – ou mesmo dentro – das áreas de ciências humanas, não consideram esta avaliação legítima, pergunto: Por que livros com qualidade e em editoras com corpo editorial qualificado não seriam produção intelectual? E quanto à chegada às avaliações superiores 6 e 7, o que se deve entender por *internacionalização*, por que não poderiam incluir as produções de livros de excelência?

O *qualis* audiovisual foi uma reivindicação da área de antropologia visual, primeiro como Comissão de Antropologia Visual que se formou junto à ABA e que apresentou reivindicação à representação da área na Capes ainda para a Trienal de 2007. As produções audiovisuais foram, no entanto, inseridas como produções técnicas, tal como consta no Relatório de Avaliação Trienal 2007, anos base 2004-2006 Antropologia e Arqueologia¹², mas a entrada da produção audiovisual como produção artística *qualificada* consta como recomendação no mesmo relatório da Trienal 2007 nos termos que se seguem: “(recomendação) V. *Qualis* de Vídeos Etnográficos e outras tecnologias imagéticas. Levando-se em conta a crescente produção imagética na Área, refletida na consolidação de Laboratórios de Imagem e Som em diversas universidades do país, recomenda-se também que, no próximo triênio, seja implementado um *Qualis* para aferir essa produção” (Capes, 2007:47). Tais reivindicações e recomendação foram apoiadas pelos programas de pós-graduação em antropologia que incluíam em suas disciplinas e pesquisas a antropologia visual. Assim, chegou às mãos do Coordenador de área que sucedeu a Bela Feldman-Bianco e que me antecedeu, Carlos Alberto Steil, que a mim repassou a demanda, assim que assumi a coordenação da área ao final de 2010.

Na coordenação que diretamente me antecedeu, também não foi possível a integração da produção audiovisual como produção qualificada na rubrica de Pro-

12 Não sei das razões na época que impossibilitaram a sua introdução como produção qualificada e inserida na produção artística, mas no Relatório de Avaliação 2007, p. 18, assim consta: 3) Outras produções consideradas relevantes, à exceção da artística (produção, técnica, patentes, produtos etc.): **Incluir a produção técnica dos docentes, especialmente os seguintes itens: vídeos etnográficos, exposições fotográficas, trabalhos completos em anais de evento.** Incluir ainda a apresentação de trabalho, organização de eventos, relatórios técnicos, laudos, consultorias, participação em Juris, bancas de concursos públicos, bancas de conclusão de mestrado e doutorado em outras instituições.

dução artística. Consta no Relatório de Avaliação 2010 sua inclusão como produção técnica.

Com o tempo entendi que a inclusão no quesito de produção artística teria sido o principal empecilho. Sua inclusão implicaria em que, uma vez assentado que a nossa área incluísse esse quesito, (deixando ele de constar como “não considerado pela área”), todos os programas teriam que apresentar obrigatoriamente a publicação audiovisual, sob pena de zerarem todo este quesito. O caminho que tomei para a solução desta antiga reivindicação foi a de deixar de lado as estratégias anteriores de entender a produção audiovisual como produção artística. A solução que pude adotar foi a da inclusão da produção audiovisual no quesito “*produção intelectual qualificada*”¹³ junto à produção de livros e capítulos e junto à produção de artigos. A estratégia foi a converter as produções intelectuais em pontuação, de tal modo que pudessem se somar. Assim, não há obrigatoriedade de produção audiovisual, mas se ela se faz, ela é obrigatoriamente incluída, pontuada, pois faz parte da produção intelectual qualificada. Para isso, foi elaborado um Roteiro de Classificação de Produtos Audiovisuais¹⁴, que contou com comissão de especialistas da área.

As formas de produção qualificada, livros, artigos e audiovisuais, são, a princípio, substituíveis. Mas note-se que há uma diferenciação entre o valor máximo de um artigo, de um livro, de um capítulo e de um produto audiovisual. Assim, um livro de autoria de excelência vale mais do que o valor de um artigo de excelência, que vale mais que a organização de uma coletânea de excelência e mais que um capítulo de excelência, que vale, por sua vez, mais que um produto audiovisual de excelência. Estes valores foram estabelecidos em reunião por mim coordenada com todos os coordenadores de programas de pós-graduação.

É interessante ver os efeitos da inserção do *qualis* audiovisual¹⁵ na produção intelectual antropológica. Cresceu sobremaneira a produção de ensaios fotográficos e de vídeos produzidos como formas e modalidades de inscrever e explicitar conceitos, concepções e narrativas antropológicas, ao lado e além das formas da escrita, na esteira do renomado Pierre Verger, que se tornou o signo do caminho possível.

Vejo que a introdução do *qualis* livro e do *qualis* audiovisual trouxe à tona características específicas das áreas de ciências humanas e das ciências antropológicas.

13 Produção intelectual qualificada de um programa não é a soma unitária de livros, artigos e produtos audiovisuais, mas a quantificação de livros, artigos e produtos audiovisuais, classificados hierarquicamente segundo a avaliação da qualidade, de cada uma das unidades e em proporção ao número de docentes.

14 Definição de produto audiovisual: Para fins de avaliação, compreendem-se por produtos audiovisuais filmes e vídeos e ensaios fotográficos com inserção em pesquisa antropológica/etnográfica/arqueológica; com recorte conceitual e delimitação do objeto vinculada aos Programas de Pós-Graduação. Compreendem-se por filmes e vídeos obras que tenham duração mínima de três minutos e por ensaios fotográficos obras que tenham uma composição mínima de três fotografias.

15 Sobre os caminhos em direção à antropologia visual, ver veja Novaes (2010).

Postos os caminhos pela própria área, tornaram-se itinerários na busca de transformar conhecimentos em produção de livros, ensaios fotográficos e audiovisuais.

Podem ou devem os critérios da inclusão de livros em estratos superiores passar a estabelecer limites máximos, a exemplo dos critérios da Capes para o *qualis periódicos*? Podem os pesos comparados de excelência entre livros, periódicos e audiovisuais ser modificados? Podem as análises de toda a produção de livros e audiovisuais ser acrescidas de (ou até substituídos por) análises de livros e audiovisuais mais significativos de cada programa ou pesquisador? Podem os roteiros ser aprimorados? Com certeza, podem. Mas os caminhos para isso deveriam ser primeiros postos para depois serem continuamente percorridos. Entendo que deva se buscar o aprimoramento, mas que livros e audiovisuais não devem ser suprimidos da *avaliação qualificada*.

Quanto ao *qualis* periódicos, o desafio para as ciências humanas, e para a antropologia, é o desafio de não se subordinar, precoce e exclusivamente, ao menos, aos critérios do fator de impacto tão utilizado nas ciências da vida e nas ciências exatas. Escrevia eu no documento de área 2013 relativo à avaliação 2010/2012: “A título de informação disponível, em SCOPUS, são 116 as revistas de antropologia com fator de impacto, sendo que a maioria se referia à antropologia biológica, e não à social, e apenas três delas são revistas brasileiras, enquanto são 96 as revistas de arqueologia com impacto, sem incluir nenhuma revista brasileira. Em JCR, são 83 revistas de antropologia que apresentam impacto” (*com inclusão excepcional de revistas brasileiras com pouco impacto*). Nesta comparação entre arqueologia, antropologia biológica e antropologia social, fica evidente a diferenciação no modo de circulação internacional de pesquisas entre áreas sociais (antropologia social) e a arqueologia e antropologia biológica fundadas, em grande parte, em pesquisas de elementos biológicos, químicos e físicos.

Há que se acrescentar uma outra diferença: nas ciências exatas e da vida são frequentes as publicações com coautores e as publicações de orientandos com orientadores, o que produz uma diferença quantitativa relevante não só em número de produções como de citações. Concluía, à época, em acordo com a comissão avaliadora dos periódicos que, resumidamente, para um periódico ser considerado então A1 deveria ser periódico, não endógeno, ter conselho editorial nacional e internacional, indexado em três bases de dados internacionais, ter tradição mantida por mais de dez anos com todos os requisitos e/ou atingir algum fator de impacto (Scopus ou JCR). Premiava-se precariamente o fator de impacto, mas não era exigido.

Entendo que a circulação internacional das ciências humanas e da antropologia não se faz com a mesma interconexão direta que nas ciências exatas e da vida. As comparações entre diferentes experimentos químicos, físicos ou biológicos podem

se fazer em linguagem mais universal, de forma direta (em que o inglês pode se constituir em linguagem franca porque mais técnica), independentemente, em grande medida, da análise do contexto, da cultura ou da sociedade em que são realizados. E podem pesquisadores suscitar os mesmos interesses e se perceberem como produzindo continuidades ou complementações de uma mesma questão. As comparações entre formas de vida, organização social e costumes culturais exigem a narrativa do contexto social. Indígenas do Nordeste brasileiro não podem ser comparados diretamente com nativos do Canadá, sem que os contextos sociais e mesmo sociedades envolventes não sejam chamadas ao texto analítico.

Segundo o estudo realizado denominado World Social Report 2010 pelo International Social Science Council (ISSC) em copublicação com a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco), as formas de citação na circulação internacional das ciências sociais estão profundamente dependentes da hegemonia das regiões do Norte: Europa e América do Norte.

Origins of citations by region for the 200 most-cited journals

Citing regions	Africa		Latin America		Asia		CIS		Europe		Oceania		North America	
Cited regions	% 1993-1995	% 2003-2005	% 1993-1995	% 2003-2005	% 1993-1995	% 2003-2005	% 1993-1995	% 2003-2005	% 1993-1995	% 2003-2005	% 1993-1995	% 2003-2005	% 1993-1995	% 2003-2005
Africa	22	11.7	0	0.4	0	0.2	0.2	0	0	0	0	0	0	0
Asia	0.4	0.8	0.5	0.3	6.8	1.6	1.2	1	0.3	0.2	0	0.2	0	0
CIS*	0	0	0	0	0	0	36.7	15.3	0	0	0	0	0	0
Europe	45.4	53.4	32.1	33.9	31.2	41.8	30.9	31.9	51.1	50.3	35.9	42.7	17.6	20.4
International	5.2	3.1	3.7	2.3	3.6	2.3	0.3	0.2	1.7	1.3	2.4	1.7	1.6	1.4
Latin America	0	0	11.7	6.9	0.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0.2
Oceania	0.3	0.2	0.4	0	0	0	0	0	0.5	0.3	12.9	7.2	0	0
North America	26.7	30.9	51.6	56.2	58.2	54.1	30.8	51.5	46.3	47.9	48.8	48.1	80.8	78.1
Capture rate	48.3	50.7	47.8	43.9	45.9	45.5	55.1	48.1	41.1	41.9	40.1	39.1	45.8	45.5

Notes: 1. This table should be read as follows: for example (top left), restricted to the 200 most-cited journals in African social sciences articles, 22 per cent of the references in the period 1993-1995 come from African social sciences journals. 2. The "capture rate" measures the percentage of the total number of references in the 200 most-cited journals. *Commonwealth of Independent States (Kazakhstan and others).

A tabela anterior sobre as origens das citações nos 200 mais citados periódicos científicos foi aqui reproduzida a partir da tabela original e dos dados organizados e analisados por Yves Gingras e Sébastien Mosbah-Natanson (2010:152).

Estas duas regiões – Europa e América do Norte – citam quase exclusivamente a si mesmas. As regiões do Sul (África, América Latina e Caribe, Ásia e Oceania) citam majoritariamente a produção do norte, mas também a do sul. Expressivamente citam menos a diversidade da produção do sul, mas especialmente a si próprias. Enquanto a Ásia é mais dependente em citações da Europa, a América Latina é mais dependente da América do Norte. Mas se a América Latina cita América do Norte majoritariamente, além disso, cita também Europa e a própria América Latina. A América do Norte cita quase exclusivamente a si mesma, seguida da Europa. Reciprocamente, Europa cita sua própria produção e a norte-americana.

A língua considerada franca para as ciências exatas e da vida, o inglês, pode ser pouco eloquente nas narrativas das ciências humanas, cujos sentidos estão impregnados das línguas nativas. Mas nas ciências sociais também é o inglês a língua mais utilizada, o que pode ser um fator limitador para a circulação internacional da produção do sul.

Yves Gingras e Sébastien Mosbah-Natanson (2010:151) apontam as dez prevalentes línguas nos periódicos de ciências sociais nas bases de dados Ulrich em 2004 e nas bases de dados Thomson entre 1998 e 2007. Estas duas bases de dados indicam o inglês em primeiro lugar: 85,3% em Ulrich e 94,45% em Thomson. Referindo-me apenas à base de dados Ulrich, seguem-se o francês (5,9%), o alemão (5,4%), o espanhol (4,0%) e o português (1,7%). Além do fator da língua, que dificulta a escrita de uns e a leitura de outros, a contextualização densa necessária para a escrita do artigo pode afastar a coprodução de artigos entre pesquisadores de distintos países. É possível ainda apontar a falta de interesse político pelos centros hegemônicos de questões situadas em realidades distantes como importantes fatores para uma circulação restrita internacional e citações ausentes por parte das produções hegemônicas do norte frente às produções do sul.

O último World Social Report 2016, publicado pelo ICCS e Unesco, não faz o mesmo aprofundamento em relação à internacionalização das ciências sociais, mas Caillods (2016) apresenta dados sobre a distribuição dos fatores de impacto Scopus e Web of Science (WOS) nos anos de 2008 a 2013. Enquanto os fatores de impacto dos periódicos dos Estados Unidos alcançavam em Scopus 35,6% e em Wos 37,5%, Reino Unido e Irlanda do Norte alcançavam Scopus 9,9% e WOS, 10,6%, o Brasil representava em Scopus 1,4% e em WOS, 0,8%.

A qualidade de excelência das revistas, se medida pelos fatores de impacto, implicaria assim que se espera o reconhecimento internacional da produção brasileira através das citações de artigos e revistas publicadas no Brasil. Esta medida não pode ser a tônica da avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação. A circulação internacional das publicações é extremamente desigual no que tange em especial as ciências humanas.

Deve-se procurar ampliar as várias modalidades de internacionalização¹⁶ da produção, como o caminho da inclusão de objetos de pesquisa em outros países e continentes, a coprodução de pesquisas e copublicações com pesquisadores de outros continentes e países, assim como a apresentação de trabalhos em eventos internacionais. Todos os caminhos trilhados para a constituição de uma antropologia mundial em 2004 que congregasse as associações de antropologia em todos os continentes, tal como protagonizou e assim descreveu Gustavo Ribeiro (2014a, 2014b), também seguido por Bela Feldman-Bianco, Carmen Rial, Miriam Grossi, Renato Athias, entre tantos outros, são formas estratégicas para criar espaços de maior convivência internacional, que cada vez mais dinamizará o caminho para a internacionalização da produção intelectual brasileira. Internacionalização plural: que se busquem as relações Sul-Sul, mas que não sejam temidas as relações Sul-Norte. O objetivo da antropologia brasileira de se incluir e se articular no campo das antropologias globais e de realizar pesquisas fora do espaço brasileiro é concomitante à continuidade de uma produção de saber que se dedica com *paixão* ao estudo das questões políticas, sociais e culturais brasileiras.

Se queremos o reconhecimento internacional da antropologia, entendo que deveremos ampliar a publicação de artigos em português e inglês. E também em português e espanhol. Seremos mais lidos? Estes novos caminhos nos exigiriam *mais recursos financeiros para tradução*. Recursos que estão escassos. Nossos textos não são tecnicamente constituídos como os das ciências exatas e da vida. Mesmo aí há problemas de tradução... As diferentes modalidades de buscar a internacionalização tornam-se parte de nosso itinerário, mas sem que se restrinja o continuar a se debruçar sobre a realidade brasileira.

Para a avaliação, o conceito de produção intelectual internacional não pode ser entendido apenas como produção no exterior ou produção reconhecida internacionalmente pelos fatores de impacto. Afirmando que se deve manter o entendimento do *conceito de qualidade de excelência internacional* (CAPES, 2013a). Buscamos e encontramos excelência de qualidade na produção brasileira equivalente à qualidade daquela produção intelectual internacional que usualmente reconhecemos como tal. A produção antropológica brasileira se constituiu e ainda se constitui voltada para a diversidade sociocultural do Brasil e para a interpelação política constante diante das desigualdades e discriminações sociais reproduzidas. É um dos nossos itinerários. Aprendemos e fazemos antropologia no Brasil ao mesmo em que dialogamos com pesquisadores dos países do Norte e dos países do Sul, fundadores uns e inovadores outros. Sabemos reconhecer qualidade aqui e fora do Brasil.

Mantive e defendi enquanto coordenadora da Área de Antropologia e Arqueologia na Capes o princípio de que a antropologia brasileira não pode ser subestimada

16 Veja Thomaz (2011) e Fry (2004).

porque se faz principalmente voltada para a difícil realidade brasileira e cujos principais interlocutores são brasileiros, sejam antropólogos e antropólogas ou colegas das ciências próximas ou distantes. Fazemos excelente e desafiante antropologia. Hierarquizar periódicos brasileiros é sempre possível comparativamente, sem que de forma nenhuma se suponha que os excelentes não podem estar entre nós. Os excelentes estariam sempre fora? Não seria esta a forma de um pensamento subalterno, colonial?

O conceito de internacionalização, tal como está sendo utilizado para a avaliação da antropologia, tem incluído assim não somente todos os feitos para estabelecer conexões e coproduções internacionais e publicações em revistas e livros no exterior, como também o alcance do conceito de qualidade equivalente aos centros e às revistas do exterior de excelência referenciado aos centros e revistas brasileiras.

Resta dialogar sobre os critérios que regem a área de Antropologia e Arqueologia frente à distribuição percentual de artigos nos estratos superiores e inferiores. Na área de antropologia e arqueologia, estaria o *padrão de inclusão dos periódicos nos estratos superiores* excessivamente alto? Poder-se-ia argumentar que, por isso, o *nosso padrão de avaliação de qualidade seria baixo*? Em primeiro lugar, aponto como a área tem repetidamente tornadas suas exigências maiores quanto à indexação em bases internacionais e nacionais, constância, regularidade e formatação dos periódicos, assim como da heterogeneidade da localidade de origem dos autores – seja nacional, regional ou institucional – como critério de classificação. São notórios os efeitos na melhoria da qualidade dos periódicos.

Há que se levar em conta preliminarmente que a Capes estabelece regras e limites para a distribuição de revistas nos estratos superiores para alcançar algum grau de equiparação e compatibilização entre as áreas, pois se trata de classificar e hierarquizar a produção intelectual de programas brasileiros de pós-graduação de diferentes tradições disciplinares. O que leva as áreas a percentuais desiguais de distribuição?

A primeira regra estabelece que, no máximo, 50% dos títulos presentes em cada lista podem ser classificados nos três estratos mais altos da classificação: A1, A2 ou B1. Ou seja, qualquer que seja a área de conhecimento, apenas metade dos periódicos utilizados pelos docentes e discentes para veicular suas publicações pode ser classificada entre os de excelência (estratos A) ou de maior qualidade (B1). A segunda regra estabelece que apenas 25% dos títulos em cada lista podem ser considerados de excelência e, portanto, classificados nos estratos A. Ou seja, dentro do conjunto, apenas um quarto dos títulos usados em cada área pode ser classificado como excelente. A terceira regra estabelece que, entre os títulos classificados no estrato A, aque-

les inseridos no estrato A1 têm de, necessariamente, ser em menor proporção do que os classificados no estrato A2 (BARATA, 2016:21).

A área de Antropologia e Arqueologia em 2014 – em tabela organizada por Rita Barata (2016) que incluía dados de periódicos publicados em todas as áreas em 2014 e classificados por suas respectivas áreas em 2015 – classificava 27,8% de artigos nos três estratos superiores A1+A2+B1 e apenas 11,5% de artigos nos estratos A1+A2. Comparativamente, a área de Psicologia alcançava 46,4% nos três estratos superiores e 23,6% considerados apenas os dois estratos superiores. Eram seguidos (entre as Ciências Humanas) pela Filosofia, com 32,0% nos três estratos superiores e 14,5% considerados os dois estratos. Sociologia era a área das ciências humanas que atingia os índices mais baixos de inclusão de suas revistas nos estratos superiores: 18,8% considerados os três estratos e apenas 8,4% considerados os dois estratos¹⁷.

Se examinarmos e compararmos com outras áreas, vemos que as Ciências Exatas e da Terra, as Ciências Biológicas, as Ciências Agrárias e as Ciências da Saúde utilizam padrões de distribuição significativamente mais inclusivos nos estratos superiores que as ciências humanas. A soma dos três estratos variava, no ano de 2014, nas Ciências Exatas e da Terra entre 47,3% e 36,9%. Considerados apenas os dois estratos superiores, a distribuição variava entre 23,4% e 18,8%. Estes padrões mais altos de inclusão repetem-se em todas as outras grandes áreas que não fazem parte das Humanidades. Nas Ciências Biológicas, a soma dos três estratos variava entre 34,1% e 47,8%. Nas Ciências da Saúde, entre 40,4% e 47,9%. Nas Engenharias, entre 34,3% e 50,0%. Nas Ciências Agrárias, entre 34,6% e 46,2%.

Quando se analisam os dados das outras Humanidades, o mesmo padrão mais restrito de inclusão de revistas nos estratos superiores presente nas Ciências Humanas reaparece. Nas Ciências Sociais Aplicadas, varia entre 20,3% do Serviço Social e 32,5% da Administração e Turismo, considerados os três estratos superiores. Na Linguística, Letras e Artes, varia entre 24,4% das Letras e Linguística e 21,7% das Artes e Música.

Não cabe aqui, nem é meu objetivo, fazer a análise de outros anos ou dos resultados das trienais ou quadrienal. Minha hipótese, no entanto, é que os critérios de avaliação feitos em 2014 devem estar repetindo ou devem estar muito próximos dos critérios vigentes na Trienal de 2013, dada a proximidade entre as classificações de 2013 e 2015. Se em anos posteriores a 2014, na quadrienal de 2016, a distribuição dos periódicos na área de Antropologia e Arqueologia chegou a padrões de maior inclusão nos estratos superiores, entendo que estaria, de fato, se aproximando das formas de distribuição das outras áreas avaliadas.

17 Todos estes dados neste parágrafo e nos dois que se seguem encontram-se em Barata (2016:23-24).

Minha conclusão é que não sofremos, pelo menos até 2014, de nenhum alto padrão de inclusão de artigos nos estratos superiores. Alto ou baixo grau de inclusão de periódicos nos dois ou nos três estratos superiores parece nada dizer sobre padrões mais ou menos rígidos de entender *qualidade*. Nas Humanidades, podem estar dizendo que muitos dos periódicos são novos e que não chegaram ao padrão de regularidade no espaço mínimo de anos requeridos para inclusão nos estratos superiores.

A hipótese principal que levanto, no entanto, é de que as classificações com inclusão mais restrita das publicações nos estratos superiores da área de Antropologia e Arqueologia, assim como o de todas as Humanidades (com exceção da Psicologia¹⁸), podem estar sofrendo dos efeitos da submissão (ainda que deneguem), ao desiderato da inclusão da magnitude dos fatores de impacto tal como presentes nos padrões das Ciências Exatas e das Ciências da Vida. Esta hipótese supõe que, no fundo, continuamos a crer que deveríamos e poderíamos ter índices altos de fatores de impacto – e assim menos periódicos nos estratos superiores –, por mais que saibamos que tais fatores de impacto funcionam diferentemente nas nossas Ciências Humanas e nas Humanidades. São distintas as formas de circulação nacional e internacional. A hegemonia da língua inglesa e a desigualdade de circulação internacional da produção científica nas áreas das Humanidades produzem efeitos perversos – nos fatores de impacto – e no maior espaço de tempo em que as citações se produzem, se comparadas às Ciências da Vida e às Ciências Exatas. Qualquer uso de um indicador baseado em uma indexação que estabeleça fatores de impactos não pode ser absoluto na qualificação de excelência dos periódicos.

Faço, no entanto, algumas críticas e alertas às classificações da nossa área – não sobre o padrão de inclusão de número de revistas nos estratos superiores, mas da necessidade de revisão constante dos critérios. Entendo ser pertinente que uma maior atenção deva ser dada à classificação das revistas internacionais e à classificação das revistas que, não sendo prioritárias em nossa área, são por nós utilizadas. Há de se analisar com cuidado se estas revistas não teriam sido avaliadas em estratos inferiores aos que poderiam ter sido classificadas, especialmente em relação à última quadrienal. Os critérios e princípios poderiam vir a ser revistos.

18 Minha hipótese é que a Área de Psicologia, por especificidades de suas subáreas, conseguiu em parte incorporar os fatores de impacto combinando-os com os outros critérios estabelecidos pela Área. Segundo o Documento de área de 2013 da Psicologia: “A avaliação Qualis neste triênio envolveu, adicionalmente, um conjunto de análises de diferentes indicadores de impacto dos periódicos, buscando-se evidências suplementares da qualidade. Os principais indicadores de impacto utilizados foram: (a) JCR_ISI e H_ISI (Journal Citation Reports da Thompson e Reuters); (b) SJR_SCOPUS (SCImago Journal Rank indicator); e (c) H_PorP (índice H do Google Acadêmico). Considerou-se que, mesmo que esses indicadores de impacto cobrissem apenas parte dos periódicos classificados, a análise das relações entre os escores médios dos periódicos em cada estrato do Qualis da Área e esses indicadores seria uma medida de validade dos critérios utilizados. Constatou-se uma forte correlação positiva entre os diferentes níveis de classificação dos periódicos e os quatro indicadores de impacto” (CAPES, 2013:38).

Considero ser necessária uma compatibilização maior entre as classificações de um mesmo periódico pelas diversas áreas de conhecimento da Capes. Entendo que esta compatibilização possa ser negociada entre as áreas da Grande Área das Humanidades, através de uma conversação interna à grande área (revisão conjunta de critérios por essa grande área ou por parte de suas áreas), deixando a compatibilização entre áreas por algoritmos e percentis, se e quando não se chegar a consensos sobre classificações.

Apresentei aqui os já resistentes e insistentes desafios para a avaliação da produção intelectual e da internacionalização. Novos dilemas estão surgindo das novas formas de avaliação que estão sendo gestadas e discutidas ou que virão a ser gestadas. Espero e desejo que o nosso atual Coordenador da Área, Antonio Carlos de Souza Lima, e sua excelente articulação com os integrantes do Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação de toda a área de Antropologia e Arqueologia tenha sucesso nas negociações e mediações com as formas de avaliação propostas pela Capes.

A ESFERA PÚBLICA, O IMPACTO SOCIAL DA ANTROPOLOGIA E OS TEMPOS SOMBRIOS: AS INSERÇÕES PROFISSIONAIS E OS TEMPOS MUTANTES

Nos últimos anos, o cenário político a favor dos direitos fundamentais retrocede. A participação da ABA e dos antropólogos em nome da defesa dos direitos fundamentais, balizada em seus estudos antropológicos com *impacto* para constituição de políticas sociais e diálogo com movimentos sociais, se tornou cada vez mais premente, embora tenha diminuído sua capacidade de se fazer ouvir pelo Estado para a realização de políticas públicas. O saber antropológico, em grande parte produzido na pós-graduação brasileira, tem alcançado *impacto social* relevante e incommensurável para muito além da academia. Ficam os desafios presentes e futuros para a participação dos antropólogos e da ABA na esfera pública. Ficam os desafios para as relações dos antropólogos com os povos tradicionais neste momento em que parecem estar sendo alijados de seus direitos.

As duas Comissões Parlamentares de Inquérito denominadas CPI Funai e In-cra 1 e 2, vigentes desde o final de 2015 até o primeiro semestre de 2017, se constituíram contra os direitos territoriais e culturais indígenas e quilombolas e acusaram o método antropológico etnográfico, necessário para a elaboração do “laudo pericial”, como “parcial”, “não neutro” e, por isso, uma “fraude”. O relatório da CPI não encontra, de fato, “fraudes”. O que acusa como fraude é a própria metodologia

etnográfica científica no seu cerne, naquilo em que se sustentou o pensamento antropológico nas mais diferentes partes do mundo: a etnografia antropológica exige do pesquisador diálogo profundo e convivência presencial de relativa continuidade com a comunidade pesquisada¹⁹. É este o método que permite detectar o sentido da relação da comunidade indígena ou da comunidade quilombola com o seu território. Na produção de laudos, serão os sentidos dados pelos povos tradicionais à sua forma de viver, organizar e sentir que configurarão ou não direitos à territorialidade, conforme prevê a Constituição. O antropólogo, encontrando evidências científicas na sua etnografia através da observação dos sentidos dados pelos povos tradicionais ao território e na documentação histórica, pode, assim, apontar as razões pelas quais um determinado povo tradicional pode acessar seus direitos.

Os laudos antropológicos, ao longo do tempo, vinham se constituindo, ao lado de “pareceres”, de “estudos técnicos” e de “relatórios de impacto”, como “gêneros de produção científica e técnica”, conforme bem aponta Alfredo Wagner Berno de Almeida. Dado o impacto acusatório e judicioso das CPIs, há um aumento de tensões no campo da antropologia e em especial na interlocução sobre a inserção profissional do antropólogo e sobre os riscos de se fazer pesquisa em áreas conflitadas. Quais os novos demandantes de “pareceres” e “laudos”? Não somente o Ministério Público e os juízes, mas também os grandes projetos por parte dos órgãos governamentais, os projetos de expansão das empresas e os intentos dos proprietários rurais para expandir áreas sobre terras indígenas ou quilombolas. As tensões sociais crescem.

Quais são as competências exigidas para um laudo com qualidade na expectativa dos associados da Associação Brasileira de Antropologia? Qual seria o papel da ABA para orientar ou apontar os requisitos de formação necessários e metodologia para uma qualidade desta produção? Quais novos gêneros de produção científica e técnica que os novos tempos demandarão?

Nestes últimos anos, oferecemos, contados os diferentes estados, cerca de oito cursos de graduação em antropologia, além dos cursos de ciências sociais com habilitação em antropologia ou ciências sociais com monografias em antropologia. Hoje temos a realização de concursos em organismos públicos e organizações não governamentais que em seus editais requerem graduação em antropologia. Cabe-ria à ABA acolher como antropólogos os graduados? Não seria este o momento? Para além das questões indígenas, abrem-se possibilidades para a inserção dos antropólogos, sejam graduados ou pós-graduados, no sistema de justiça, em organizações não governamentais, a favor de direitos de diversos sujeitos sociais, de direitos ambientais. Como pensar a experiência antropológica fora do mundo

19 Há explicitação neste sentido no Requerimento 86/2016 da CPI Funai e Incra 2.

acadêmico, sejam eles graduados ou pós-graduados²⁰? Como pensar a formação e o ensino de antropologia²¹ para os que se dirigem diretamente à inserção profissional?

Volto aos desafios dos tempos sombrios do contexto político. Reflito agora sobre os já anunciados e realizados cortes de recursos do CNPq e os mais recentes anunciados cortes da Capes. A política de cortes atravessada pela Capes e pelo CNPq é reflexo da decisão do governo federal por limitar as despesas públicas, instaurada com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, e que estabelece um limite para os gastos públicos até 2036.

O anúncio do corte de recursos da Capes para bolsas dirigidas a pesquisadores e estudantes foi feito por Carta Aberta do Conselho Superior da Capes dirigida ao Ministro da Educação em 2 de agosto de 2018. Dizia o referido Conselho Superior que, “se for mantido o orçamento previsto para o órgão em 2019, haverá a suspensão das bolsas de pós-graduação e de programas de formação de professores no mês de agosto. (...) em razão da insuficiência de recursos, poderá haver suspensão das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado a partir de agosto de 2019, afetando 93 mil estudantes e pesquisadores”. A interrupção dos repasses, no mesmo mês, para os Programas de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e de Residência Pedagógica e de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) atingiria 105 mil bolsistas.

Anteriormente à Capes, o CNPq havia tornado pública a situação do setor. Constatou a suspensão de bolsas para a pós-graduação em 2017 por falta de recursos. Um novo aporte financeiro foi aprovado em 2017.

Desde o ano de 2014, que registrou os maiores incentivos financeiros do CNPq à pesquisa no Brasil, às bolsas no exterior e às bolsas no país, houve uma queda drástica nos repasses para os anos seguintes. Em 2014, os auxílios à pesquisa chegaram a R\$ 431 mil, decresceram drasticamente em 2016 e 2017 e quase zeraram em 2018. Os valores das bolsas no exterior caíram de R\$ 808 mil em 2014 para R\$ 722 mil em 2015 e quase zeraram em 2016, 2017 e 2018. O valor das bolsas no país, em torno de R\$ 1,3 bilhão em 2014 e 2015, passou para R\$ 1,1 bilhão em 2017 e R\$ 900 milhões em 2018²².

Em informação divulgada em agosto de 2018, o CNPq afirmava que, com um orçamento 33% menor previsto para 2019, o Conselho não conseguirá investir em

20 Refaço a pergunta de Fonseca (2004) para o atual período: a que serve a antropologia? E repito a pergunta de Henyo Trindade Barreto Filho e Maia Sprandel neste livro sobre o futuro das relações entre a ABA e as questões da inserção profissional.

21 Importante comparar com reflexões de Debert (2004).

22 Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/08/09/cnpq-anuncia-corte-de-verbas-para-pesquisa-em-2019/>>.

pesquisas ao longo do ano. Essa foi a solução encontrada para não cortar as bolsas oferecidas pela agência de fomento à pesquisa científica no Brasil. O orçamento cairia de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 800 milhões em 2019, sendo que só as bolsas providas pela agência já custam por volta de R\$ 900 milhões. Esse valor é distribuído entre 80 mil bolsistas que se dedicam a pesquisas essenciais para o desenvolvimento científico do país²³.

O Comitê de Assessoramento do CNPq-Cosae CS/Antropologia, Ciência Política, Direito, Relações Internacionais e Sociologia divulgou em setembro de 2018 uma nota de solidariedade ao trágico incêndio do Museu Nacional da UFRJ, para o qual contribui o drástico corte de verbas às universidades. A nota apontou o impacto dos cortes na área da antropologia e ciências irmãs:

Como membros de CAs do CNPq, estamos vivendo uma diminuição constante dos auxílios *à pesquisa, de bolsas as mais diversas, do apoio a atividades científicas* como congressos, colóquios e eventos de intercâmbios científicos, tanto no plano nacional quanto internacional. No dia seguinte ao incêndio do Museu Nacional estávamos nós, dos CAs do CNPq, tentando “fechar” planilhas que só poderiam ser aceitas **com o corte de mais de 90% das demandas recebidas**. Reduzidos a essas atividades desesperadoras para “salvar” migalhas, juntamos nossas vozes à de todos que, indignados e de luto pela perda do Museu Nacional, protestam contra esse estado de coisas que tanto prejudica nossos pesquisadores e nosso país²⁴.

Como pensar a possibilidade de uma formação graduada aberta para indígenas e quilombolas em momento que se pensa cortar as bolsas para essa ação afirmativa²⁵?

Até agora, as bolsas de pós-graduação no país da Capes e do CNPq se mantêm, mas decrescem. Como pensar a formação pós-graduada sem bolsas (com o risco de assim vir a ser a partir de agosto de 2019) que até então permitiram a dedicação integral de mestrandos e doutorandos? Como pensar a apresentação de trabalhos científicos em congressos internacionais e cooperações internacionais se os recur-

23 Disponível em <revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2018/08/cnpq-affirma-que-nao-tera-verba-para-investir-em-pesquisa-em-2019.html>.

24 Disponível em <aba.abant.org.br/files/20180906_5b9179682024f.pdf>.

25 “Estudantes indígenas e quilombolas de universidades federais estão com a garantia fundamental à educação ameaçada pelo corte do Programa de Bolsa Permanência (PBP) desde o início de 2018. A bolsa, no valor de R\$ 900, é destinada a custear moradia, transporte e material escolar dos alunos e é paga pelo Ministério da Educação por meio de um cartão. São 2,5 mil estudantes de universidades federais prejudicados e o número pode chegar a 5 mil até o final deste ano”. Disponível em <revistaforum.com.br/temer-corta-bolsa-de-estudos-para-indigenas-e-quilombolas/>.

sos escasseiam? Serão possíveis bolsas de pós-doutorado no exterior? Quase zeram as do CNPq, diminuíram as da Capes.

Como pensar a produção bilíngue de nossos textos para avançarmos no caminho da internacionalização quando escasseiam os recursos e deles precisamos para as traduções?

Os riscos são claros sobre as dificuldades e incertezas para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação no sentido de aumento de sua qualidade e de sua internacionalização. Ciência, educação, tecnologia e cultura são essenciais para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Direitos Fundamentais imprescindíveis.

Diante destes tempos sombrios, as perguntas e tensões se avolumam e devemos nos cuidar para não nos distanciarmos da visão positiva de nossos itinerários traçados e que trilhamos. Ou trilhávamos?

REFERÊNCIAS

BARATA, R. C. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. *Revista Brasileira de Pós-Graduação RBPG*, Brasília: Capes, v. 13, n. 30, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.Capes.gov.br/index.php/rbpg/issue/view/36>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

CAILLODS, F. Knowledge divides: social science production on inequalities and social Justice. In: UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO); INTERNATIONAL SOCIAL SCIENCE COUNCIL (ISSC). (World Social Report 2016) *Challenging Inequalities: Pathways to a Just World*. Paris: UNESCO/ISSC, 2016. p. 280-285.

CAPES. *Relatório de Avaliação Trienal Anos Base 2004-2006: antropologia e arqueologia*. 2006. Representante de área: Bela Feldman-Bianco. Disponível em: <https://www.Capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/doc_areas_trienal_2007/2007_Antropologia_Aval2004-2006.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

_____. *Relatório de Avaliação Trienal Anos Base 2004-2006: antropologia e arqueologia*. 2007.

_____. *Documento de Área 2009: antropologia e arqueologia*. Coordenador de Área: Carlos Alberto Steil; Coordenador-Adjunto de Área: Carlos Fausto. 2009. Disponível em: <https://Capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ANTROPOLOGIA_22jun10c.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

_____. *Relatório da Avaliação 2007-2009 Trienal 2010: antropologia e arqueologia*. Coordenador de área: Carlos Alberto Steil; Coordenador Adjunto de Área: Carlos Fausto, 2010. Disponível em: <<http://trienal.Capes.gov.br/wp-content/uploads/2010/09/ANTROPOLOGIA-rel-11set10.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

_____. *Documento de Área 2013: antropologia e arqueologia*. Coordenador de Área: Lia Zanotta Machado; Coordenador-Adjunto de Área: Eduardo Neves. 2013a. Disponível em: <https://Capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Antropologia_Arqueologia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

_____. *Relatório da Avaliação 2010-2012 Trienal*. 2013: antropologia e arqueologia. Coordenador de área: Lia Zanotta Machado; Coordenador Adjunto de Área: Eduardo Neves. 2013b. Disponível em: <<http://avaliacaotrienal2013.Capes.gov.br/relatorios-de-avaliacao>>; <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292Lm-JyfHRyaWVuYWwtMjAxM3xneDo0NGE0OGRkOWNjOWRjOTc>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

_____. *Documento de Área 2013*: psicologia. Coordenador: Virgílio Bittencourt Bastos. Disponível em: <https://Capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Psicologia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

_____. *Documento de Área 2016*: antropologia/arqueologia. Coordenador da Área: Russell Parry Scott; Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Jorge Eremites de Oliveira; Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais: Neusa Maria Mendes de Gusmão. 2016. Disponível em: <https://Capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/ANTR_docarea_2016.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

_____. *Relatório da Avaliação Quadrienal 2017*: antropologia e arqueologia. Coordenador da Área: Jorge Eremites de Oliveira; Coordenadora Adjunta de Mestrado Profissional: Neusa Maria Mendes de Gusmão. Disponível em: <https://Capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-Antropologia-relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017-final.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

CORRÊA, M. A Antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Idesp/Editora Sumaré, 1995. v. 2.

DEBERT, G. G. Formação e ensino. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

FELDMAN-BIANCO, B. *Entre a ciência e a política*: desafios da antropologia brasileira. Brasília: ABA, 2013. p. 19-46.

FONSECA, C. Antropólogos para quê? O campo de atuação profissional na virada do primeiro milênio. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 69-91.

FRY, P. Internacionalização da disciplina. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 227-266.

GINGRAS, Y.; MOSBAH-NATANSON, S. Where are social sciences produced? In: UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO); INTERNATIONAL SOCIAL SCIENCE COUNCIL (ISSC). *World Social Report 2010*. Paris: UNESCO/ISSC, 2010. p. 151-152.

LIMA FILHO, M. Coleção William Lipkind do Museu Nacional: trilhas antropológicas: Brasil-Estados Unidos. *Mana*, v. 23, n. 3, p. 473-509, 2017.

MACHADO, L. Z. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. *Cadernos PAGU*, v. 42, p. 13-46, 2014.

MACHADO, L. Z.; MOTTA, A.; FACCHINI, R. Quem tem medo dos antropólogo(a)s? Dilemas e desafios para a produção e práticas científicas. Apresentação. *Rev. Antropol. USP*, São Paulo: USP, online, v. 61, n. 1, p. 9-32, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/download/145509/139648>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

NOVAES, S. C. O Brasil em imagens: caminhos que antecedem e marcam a antropologia visual no Brasil. In: DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.

PEIRANO, M. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): antropologia*. São Paulo: Editora Sumaré/Anpocs, 1999.

_____. A antropologia como ciência social no Brasil. *Etnográfica*, v. IV, n. 2, p. 219-232, 2000.

RIBEIRO, G. L. World anthropologies: anthropological cosmopolitanism and cosmopolitics. *Annual Review of Anthropology*, v. 43, p. 483-498, 2014a.

_____. Brazilian anthropology away from home. *American Anthropologist*, v. 116, n. 1, p. 165-169, 2014b.

SEYFERTH, G. O papel do financiamento e da avaliação na constituição do campo disciplinar. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 93-116.

STOCKING JR., G. Afterward: a view from the center. *Ethnos*, v. 47, p. 172-286, 1982.

THOMAZ, O. R. Sentidos da internacionalização na antropologia brasileira. In: RIBEIRO, G. L.; FERNANDES, A. M.; MARTINS C. B.; TRAJANO FILHO, W. (Org.). *As ciências sociais no mundo contemporâneo*. Brasília: Letras Livres/EdUNB, 2011.

